

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Antiguidades, Gabinetes e Colecionadores:
em torno da *Arqueologia*, no século XVIII
em Portugal**

Daniel Martins da Silva Rodrigues de Carvalho

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Mariana Diniz especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia

2019

Agradecimentos

A formulação da presente tese só foi possível através de um conjunto de pessoas e instituições a quem devem ser reconhecidos os meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Mariana Diniz, que sempre me orientou, pelo entusiasmo, amizade e força que me transmitiu ao longo da minha licenciatura e mestrado. À inabalável confiança e ânimo, juntam-se horas de debate sobre os mais variados assuntos e a liberdade intelectual que me foram indispensáveis para “resistir” a todo este processo que é a construção de uma tese académica.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que é desde o primeiro dia a minha segunda casa, onde pude sentir-me parte de algo maior.

À UNIARQ, na pessoa dos seus investigadores e colaboradores, que me proporcionaram a minha aprendizagem, quer pelos seus conhecimentos quer pela camaradagem. Aos professores do curso de Arqueologia que acabaram por marcar o meu percurso das mais variadas formas, quer pelas aulas quer pelas escavações em que tive o privilégio de participar. A Ana Margarida Arruda, Elisa de Sousa, Carlos Pereira e Pipão pelo meu trabalho de campo. À equipa de Vila Nova de São Pedro e à Associação dos Arqueólogos Portugueses, por uma campanha com um grupo fantástico. A Andrea Martins, por me ceder um espaço para trabalhar, e a Francisco Gomes, ambos agradeço o apoio e amizade.

À Direção Geral do Ensino Superior, pela concessão de Bolsa de Ação Social, que foi fundamental para prosseguir com os meus estudos.

Aos repositórios do *Internet Archive*, *Hathi Digital Library*, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Digital de Beja, Arquivo Digital de Setúbal que proporcionaram a consulta de fontes indispensáveis para este trabalho.

A Gloria Mora, Jesus Sálas Alvarez, Juan Barcelo, Henrique Leitão e Ángel Rivera Arrizabalaga por me terem facultado bibliografia, informações e palavras de ânimo ao longo do meu mestrado.

A Penny Bickle, Benjamin Gearey e Emilie Sibbesson por acreditarem em mim e me terem proporcionado uma experiência inesquecível em Cardiff. A Darcey Gillie pela partilha de ideias e pelo trabalho incansável.

A todos os meus colegas de curso e amigos. A todos aqueles que dispensaram do seu tempo a debater e a proporcionar-me opiniões e ressalvas para esta tese. A Ana Patrícia Estácio pela amizade inabalável e pelo apoio. A Cátia Neto por ter sempre acompanhado o meu percurso académico com uma força notável. A Diogo Tiago pela intemporal amizade. A Hugo Assis pela intensa revisão do texto e por ser meu amigo desde o primeiro dia do curso de Arqueologia. A Ana Batista, Filipa Martin, Laura Rosado e Marta Alves pela confiança e amizade. A Artur Queiroz Mateus, Frederico Agosto, João Silva, Diogo Varandas e Jaime Carvalho pelas gargalhadas e irmandade.

A toda a minha família, à qual dedico o meu trabalho. Ao meu pai Pedro, à minha mãe Rosário, à minha irmã Mariana, à Mel e ao Caramelo, pelo amor e apoio incondicionais de todos os dias.

Por último, à Joana, que me dá vontade de viver todos os dias. Pelo amor, carinho, apoio e paciência que sempre demonstrou, por me acompanhar nos momentos mais difíceis e pelo privilégio que tenho em tê-la na minha vida. Agradeço-te por seres, como na prosa de Antoine de Saint-Exupéry, que tanto gostas, a minha Rosa.

Resumo/Abstract

Este trabalho incide sobre um período específico da História da Arqueologia Portuguesa, o século XVIII. Constituindo-se como a etapa imediatamente anterior ao nascimento da Arqueologia enquanto disciplina científica, pretende-se asseverar a importância das investigações setecentistas para a mesma. Para o efeito, é utilizada uma abordagem tripartida. Um primeiro foco no estudo das Antiguidades, dos moldes em que este se realiza, nos períodos cronológicos explorados e nas interpretações que são formuladas acerca de vestígios materiais específicos. Um olhar sobre a constituição de Gabinetes enquanto espaços recetores destas realidades do Passado, na sua organização e lógica colecionista, constitui o segundo tópico. Finalmente, a análise dos Colecionadores, os agentes responsáveis quer pelo estudo das Antiguidades quer pelos Gabinetes, definindo aqui os seus lugares na sociedade do século XVIII, e os seus interesses acerca dos temas do Passado. Assim, pretende-se perscrutar a existência de um pensamento arqueológico setecentista, e definir as suas principais características, e o seu papel para a História da Arqueologia Portuguesa.

Palavras-Chave: História da Arqueologia; Século XVIII; Portugal; Pensamento Arqueológico

This thesis has its main focus in a specific period of the History of Portuguese Archaeology, the eighteenth century. As this stage represents the period before the origin of Archaeology as a science, our objective is to determine how important are the investigations for the formulation of the discipline. For that purpose, it is used a approach with three main themes. The first one focuses on the study of Antiquities, how it is done, what chronological periods are contemplated and the nature of interpretations. The second one studies Cabinets as spaces that encompass the material realities of the Past, their organization and collecting logic. Lastly, a analysis of Collectors, the agents responsible by the study of Antiquities and formation of Cabinets. With this, we intend to examine the potential existence of a archaeological thought in the eighteenth century in Portugal, as well as to define its main features.

Keywords: History of Archaeology; Seventeenth Century; Portugal, Archaeological Thought

AGRADECIMENTOS

RESUMO/ABSTRACT

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1	
1.1 Conceptualização e justificação do tema	3
1.1.1 Pensamento Arqueológico: uma definição	4
1.1.2 Antiquarismo	5
1.1.3. Cronologia e geografia do tema	6
1.1.3.1 O Tempo	6
1.1.3.2 O Espaço.....	11
1.2 Curiosidade e Colecionismo: constantes do pensamento arqueológico pré-científico ...	13
1.2.1 Definir um Antiquário.....	14
1.2.2 Curiosidade	14
1.2.3 Colecionismo.....	14
1.2.4 Breve História dos estudos das Antiguidades e dos Antiquários	15
CAPÍTULO 2	
2. Metodologia	22
CAPÍTULO 3	
3. Antiguidades	25
3.1 D. João V, a Academia Real da História Portuguesa e o Alvará de Ley de 1721	27
3.2 A investigação das Antiguidades no Portugal de setecentos	29
3.2.1 As Antiguidades dos <i>tempos mais remotos</i>	29
3.2.2 A presença nas fontes e relatos históricos dos povos sem escrita	39
3.2.3 As Antiguidades Clássicas e o legado romano.....	48
3.2.4 Os vestígios materiais da Idade Média.....	56
3.2.5 Os limites do Passado.....	59
CAPÍTULO 4	
4. Gabinetes	64
4.1 Gabinetes na História da Arqueologia	66
4.2 Portugal e os seus Gabinetes	69
4.2.1 Gabinete dos Condes da Ericeira	70
4.2.2 Gabinete da Academia Real da História Portuguesa	72
4.2.3 Gabinete do Duque de Cadaval.....	73
4.2.4 Gabinete dos Marqueses de Abrantes.....	73
4.2.5 Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo	74
4.2.6 Gabinete de Domingos Vandelli.....	75
4.2.7 Gabinete de Gerard de Visme	78
4.2.8 Gabinete de Francisco Martins Sampaio	79

4.2.9 Gabinete de José Mayne	80
4.2.10 Gabinete dos Marqueses de Angeja.....	80
4.2.11 Gabinete dos Padres Teatinos.....	83
4.2.12 Gabinete de João Vidal da Costa e Sousa	84
4.2.13 Gabinete de António Jacinto de Araújo	85
4.3 Outros Gabinetes	85
4.4 Caraterísticas dos Gabinetes Setecentistas	86
4.4.1 Localização	86
4.4.2 Propriedade.....	87
4.4.3 Origem e fim dos Gabinetes	88
4.5 Conteúdo artefactual	89
4.5.1 Gosto pela Antiguidade Clássica	90
4.5.2 Preferências e especializações	90
4.5.3 As origens distantes.....	91
CAPÍTULO 5	
5. Colecionadores	92
5.1 Proprietários	93
5.1.1 Aristocratas	93
5.1.2 Clérigos	94
5.1.3 Alta Burguesia	94
5.2 Gabinetes e Coleções-satélite	98
5.3 Redes, Contatos e Interações.....	100
CAPÍTULO 6	
6. Da existência de pensamento arqueológico no Portugal do século XVIII	109
6.1 A visão teórica	111
6.2 A visão operativa.....	112
6.3 O novo paradigma da Arqueologia e o fim do pensamento arqueológico do século XVIII	118
Considerações finais	121
Fontes.....	123
Bibliografia.....	126
Anexos	135
Anexo I - Extratos arqueológicos das Memórias Paroquiais de 1758	137
Anexo II - Observações de monumentos e antiguidades por viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII	175

*Ninguém cançava de
copiar obras, de que se
podesse tirar lume novo,
erudição e prazer, fossem
versos, fossem notícias e
memórias, e qualquer outra
erudição.*

Frei Manuel do Cenáculo,
dissertando sobre o século
XVIII, em documento
publicado apenas em 1843,
em *O Panorama*

Introdução

A História da Arqueologia assume-se como uma temática desta disciplina que se encontra em franca expansão. Cada vez mais, investigadores analisam o passado e as origens da Arqueologia, como esta se formou, como surgiram as ideias, os métodos e as práticas que, na contemporaneidade, assumimos como as pedras basilares desta ciência. De facto, os percursos do pensamento arqueológico tocam em personagens, instituições e comunidades distintas e atravessam múltiplas áreas do saber, temas e questões, asseverando a verdadeira interdisciplinaridade que marca a Arqueologia.

É a definição de um destes percursos, o da História da Arqueologia Portuguesa no século XVIII, que nos comprometemos a explorar.

Para esse efeito, esta tese divide-se em seis partes concretas. O primeiro capítulo trata dos conceitos necessários para a compreensão da restante investigação, incidindo principalmente na apresentação de uma definição para “pensamento arqueológico”, das suas características basilares e do seu potencial impacto para a História da Arqueologia. Tratamos igualmente do Antiquarismo enquanto fenómeno fundamental para a compreensão da formação da Arqueologia, assim como uma breve historiografia sobre este tópico. Justificam-se ainda os limites geográficos e cronológicos da análise.

O segundo capítulo enuncia os métodos utilizados para a constituição desta tese. Quer a recolha quer o tratamento e a apresentação das fontes e dos dados procurou oferecer ao leitor a mais completa informação sobre o tema. Através de análises biográficas, prosopográficas e comparativas ao que se alia o estudo de fontes primárias, pretende-se cumprir esse objetivo.

O terceiro capítulo incide na investigação das Antiguidades no Portugal de setecentos. Após proporcionar a definição da época do que seriam estes vestígios do Passado e quem seriam os responsáveis pelo seu estudo, analisam-se as inquirições, de modo a identificar tendências e ideias sobre do Passado de modo sequencial. Analisam-se obras, ações de escavação e documentos.

O quarto capítulo trata da constituição de Gabinetes. Apresenta-se uma breve historiografia do tema a nível internacional, extrapolando-se conceitos e interpretações que pensamos adequarem-se à realidade portuguesa. Identifica-se um número de

Gabinetes, explorando a sua localização, proprietários, origem e término, assim como o seu conteúdo artefactual.

O quinto capítulo oferece uma visão do universo dos Colecionadores, proprietários dos Gabinetes analisados, quem são, a que camadas sociais pertencem, que funções conferem às suas coleções e como contactam entre si.

O sexto e último capítulo sintetiza todo o trabalho e procura compreender qual a resposta à questão inicial através da análise dos capítulos anteriores e da estruturação e métodos utilizados.

Finalmente, conclui-se a tese, sublinhando os principais pontos identificados ao longo dos capítulos, e lançando novas questões para futuras investigações.

Expõem-se as fontes e bibliografia consultadas, e dois anexos, um contendo extratos de fontes setecentistas sobre vestígios arqueológicos e outro sobre os comentários de viajantes estrangeiros às Antiguidades portuguesas.

Capítulo 1

1. Conceptualização e justificação do tema

Esta tese procura determinar a existência de um pensamento arqueológico em Portugal no século XVIII e em que quadros epistemológicos, ações e intenções este se traduz. Dentro desta fase inicial do presente trabalho, há que em primeiro lugar conceptualizar cada um dos elementos que pautam a temática abordada, dando lugar posteriormente à justificação do estudo da mesma.

Um dos principais conceitos a definir, no âmbito de um estudo de História da Arqueologia, é o significado específico de próprio pensamento arqueológico. Tendo este último conhecido uma ampla utilização a partir da obra de Bruce Trigger (1996), a expressão é muitas vezes enunciada como sinónima de teoria arqueológica. No entanto, consideramos oportuno que sejam tidas em conta como realidades separadas.

O conceito de “teoria” em Arqueologia encontra algumas definições na literatura como “(...) the order we put facts in” (Johnson,2010:2); nos princípios da Ciência e da Arte (Bintliff, 2012:9) ou ainda um conjunto de afirmações cientificamente plausíveis e genericamente aceites (Bentley & Maschner, 2009:1). A controvérsia em torno da temática, especialmente na contemporaneidade, leva a comunidade arqueológica a debater quais as principais teorias que devem ser aplicadas, quais as definições mais resistentes e se, em última instância, se a Arqueologia necessita realmente de teoria (Lucas,2015:13). O que se depreende da generalidade das nomenclaturas é que as produções teóricas são um fenómeno característico de uma etapa em que a disciplina se torna científica.

Já o pensamento arqueológico está presente em qualquer teoria, sendo uma parte da mesma. Embora não exista um esforço para conceptualizar o termo, concebemo-lo enquanto temporalmente mais vasto, através da História da Arqueologia, que engloba as produções teóricas, permeando sociedades e períodos cronológicos vários.

Como subentendido na obra de Trigger, para alcançar um estudo do pensamento arqueológico é necessário compreender o percurso intelectual da interpretação dada a realidades materiais estranhas que em dado momento se compreendem pertencer ao Passado humano (Trigger,1996:2). O seu objeto de inquérito é sempre o mundo material, que muda quer em termos de explicação conforme o quadro filosófico/epistemológico

corrente quer em definição – relíquia, antiguidade, ruína. Isto porque a percepção destes objetos como pertencentes a uma dimensão pretérita é algo que remete para os primórdios da Humanidade, indubitavelmente anterior a uma Arqueologia científica. Há que ressaltar que esse entendimento dos artefactos não deve ser entendido como um percurso teleológico, pois tal reduziria a sua complexidade a um fenómeno homogéneo e exponencial dado que, e como Alain Schnapp enuncia: “while some individuals enquired rigorously into the origins of the objects and monuments, most of their contemporaries preferred to see these same objects as the product of the magical powers of mysterious beings, or of strange natural phenomena” (1996:34).

Deste modo, constata-se a existência de vários olhares sobre estes vestígios do Passado, mesmo dentro de um contexto específico. Para corroborar essa mesma pluralidade, avançamos com uma definição de pensamento arqueológico que permita uma aplicabilidade e operatividade suficientes para ser utilizada independentemente das dimensões temporais e espaciais presentes nas análises historiográficas de realidades arqueológicas.

1.1 Pensamento Arqueológico: uma definição

Assim, define-se aqui o pensamento arqueológico como o processo crítico de formulação de questões sobre a origem e a cronologia de vestígios materiais e a consequente interpretação das suas potenciais características cronológicas e antrópicas.

É um processo no sentido que implica um seguimento de ideias cuja reflexão origina perguntas, inquéritos, dúvidas. Destas, resulta uma ou várias interpretações, cujo valor epistemológico depende fundamentalmente de variáveis internas, ou seja, do próprio indivíduo – do juízo individual, da sua observação, da sua motivação - e externas – do meio em que se insere aquele que questiona, seja este social, político, económico, *ad infinitum*. As características de cada vestígio material, como potencial artefacto, são assim analisadas à luz de desvendar a sua cronologia – dimensão temporal – e a sua manufatura – dimensão humana. Subentende-se a existência de métodos que determinem essas características, quer esta pertença ao âmbito da Ciência ou não. Para esse efeito, entenda-se pensamento arqueológico pré-científico a etapa anterior que engloba todos os paradigmas posteriores à emergência da Arqueologia enquanto área legitimada, da segunda metade do século XIX.

Enquanto disciplina, remete-se a sua constituição como um fenómeno recente, especialmente face a outras áreas do saber, como a Física, Matemática ou a Filosofia, cujas origens se encontram relegadas para períodos cronológicos incomparavelmente mais distantes. Contudo, há que distinguir entre o princípio científico da Arqueologia, com as suas raízes no século XIX e a emergência de um pensamento arqueológico disciplina, para atestar efetivamente a sua longevidade. Nesse âmbito, a História da Arqueologia, enquanto investigação dos percursos e narrativas que lidam com o Passado, oferece um largo espectro temporal para analisar estas realidades.

1.2 Antiquarismo

É deste modo que se encontra o Antiquarismo como etapa imediatamente anterior à mudança de paradigma que determina a origem científica da disciplina. Com fronteiras temporais de difícil formulação, este é visto como um movimento essencialmente praticado por elites que possuem um fascínio muito vivo pelos vestígios materiais do Passado, especialmente no tocante aos resquícios do Mundo Clássico. Todavia, dentro da historiografia arqueológica, o tema do Antiquarismo não despertou a atenção da comunidade científica senão muito recentemente. Tal se poderá dever, entre outras, a duas razões concretas.

A primeira consiste na própria juventude da História da Arqueologia enquanto prática sistemática de investigação. Se podemos identificar a existência de obras pioneiras como *A History of American Archaeology*, por Gordon Willey e Jeremy Sabloff (1974), *A Hundred Years of Archaeology* (1950) e posteriormente *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976) de Glyn Daniel, seria com a influência do trabalho de Bruce Trigger viria a impulsionar toda uma nova gama de estudos, sendo classificado *A History of Archaeology Thought* como um manual de referência.

A segunda é o cunho negativo gerado em torno do Antiquarismo. Tal traduz-se numa escassa presença do tema em algumas destas primeiras obras, especialmente no que toca ao trabalho de Glyn Daniel (Ruiz-Zapatero,2017:12), assim como numa visão pejorativa da figura do Antiquário (Murray,2007a:14), figura própria de uma etapa pré-Arqueológica dominada pela subjetividade e de contornos pouco científicos (Schnapp,2013:14). Posteriormente, o Arqueólogo, ciente da sua identidade, recusa fortemente ser considerado um colecionador (Schnapp,1996:12), e muito menos ser equiparado a um Antiquário.

É visível a lógica inerente a este raciocínio: a de que a Arqueologia, com tudo o que constitui a sua essência, nasceu quando se dissociou do Antiquarismo. Este argumento implica que, embora exista uma ligação, fundamentalmente tida como negativa, o seu afastamento foi crucial para a emergência da disciplina nos moldes pelos quais a conhecemos hoje. É um facto de que, para efeitos práticos, esta ruptura epistemológica aconteceu num determinado momento e gerou um conjunto de áreas científicas cuja distinção se consolidou, sendo a Arqueologia um caso entre tantos outros.

No entanto, a tendência de associar ao caso do binómio Antiquarismo/Arqueologia a um fenómeno teleológico, de um “alívio” disciplinar e de um abandono de parte de uma origem incómoda faz com que subsista uma visão negativa do contributo dos Antiquários para os Arqueólogos. Deste modo, não é estranho que a imagem praticamente geral do século XX seja considerar o Antiquarismo como “(...) a wrong-turning on the pathway to archaeological enlightenment” (Murray,2007a:14).

Esta tese não procura aliar-se a esta visão, mas antes contribuir para um discurso de sentido oposto, acompanhando a direcção de estudos recentes que procuram verificar a importância do Antiquarismo para a Arqueologia, resgatando a inexistência de investigação, como evocada por Arnaldo Momigliano já na década de 1950: “I wish I could simply refer to a History of Antiquarian Studies. But none exists.” (Momigliano,1950:286), e afastando a ideia de este ser apenas um “(...) mere pre-scientific period in the history of archaeological thought” (Schnapp,2013:14). Assim, pretende-se, ao longo desta dissertação, explorar uma fase de charneira, de passagem entre um Antiquarismo cada vez mais conectado com práticas científicas e da emergência de uma Arqueologia nos moldes em que a conhecemos hoje.

1.3 Cronologia e geografia do tema

1.3.1 O Tempo

Para tal, optou-se por escolher como período cronológico de estudo o século XVIII, em Portugal, por este se constituir como a etapa de transição pretendida. A análise do período final do Antiquarismo, nesta fase já um fenómeno consolidado, através de um espectro temporal de longa duração, permitirá oferecer ao leitor um conjunto de informações sobre o pensamento arqueológico explícito nas práticas antiquaristas. Para os efeitos deste trabalho e embora o seu tema se debruce principalmente sobre aspetos

culturais, consideramos que a seguinte contextualização, ainda que muito breve, auxilia na integração de elementos que norteiem as problemáticas fundamentais desta tese.

A Europa do século XVIII, o século das Luzes, é regra geral descrita como um período fundamental de mudança a vários níveis. De facto, uma nova consciência social e filosófica emerge, como Paul Hazard enuncia, e esta é de uma profunda disrupção: a crítica impera na sociedade, olhando-se para o século passado como uma etapa embrenhada na sombra da ignorância, intolerância e infelicidade (Hazard,1989:18). No entanto, esta transição para a Luz encontrava ainda uma Europa herdeira da conjuntura seiscentista: a devastação causada pelas guerras sucessivas e pelas epidemias; os modelos agrários baseados no feudalismo; as taxas de analfabetismo elevadas são algumas das circunstâncias que viriam a transitar para o início do século XVIII, com focos epidémicos ainda a proliferarem assim como a emergência das várias guerras da Sucessão a contribuírem para este cenário de desolação.

Deste modo, o projeto das Luzes só poderia sê-lo através da ação, o que se traduziu em reformas aplicadas pelas monarquias absolutas, particularmente em França e na Inglaterra. O que se assiste é a um aumento da população, assim como a um período de paz, o que provoca desenvolvimentos a nível económico e as melhorias da condição de vida (Corvisier,1979:347). A ideia da felicidade é trazida ao seu expoente máximo por este Absolutismo reformador que procura consolidar em si a política, a justiça e novos modelos económicos.

Contudo, a principal influência que o Iluminismo possuirá a nível europeu é uma autêntica reforma cultural. A Razão, a nova ferramenta por excelência para a exaltação das faculdades do Homem (Hazard,1989:36), provoca uma nova confiança na condução do futuro da Humanidade (Dupré,2004:3). Assim, pretende-se destronar o papel da Religião como meio de dirigir o destino dos homens que, agora pela Razão, seriam capazes de pensar e agir livremente (Hazard,1989:36; Goujard,1985:315). O gosto pela ciência evolui igualmente nesse sentido, com desenvolvimentos em várias áreas do saber (Corvisier,1979:361), pois a inteligência e a erudição tornavam-se fulcrais para o estabelecimento desta que queria ser uma sociedade culta, das Luzes. Por sua vez, o prazer e a felicidade retirados do acto de pensar inteligentemente (Hazard,1989:215), levam a um conjunto de reformas a nível da educação, visando o aumento da alfabetização dos povos, com novos sistemas de ensino.

Há que conceber, no entanto, que o Iluminismo, assumido como um projeto, não deixa de ser isso mesmo: uma tentativa de instauração de novas ideias em nações distintas. Por essa mesma razão, as Luzes atingiram de modos diferentes e em velocidades distintas os povos europeus (Dupré,2004:4). Assim, há que tomar em conta as vicissitudes que circundam a implementação deste fenómeno em determinados espaços geográficos (Hazard,1989:39).

Assim, as características do Iluminismo pautam-se por uma multiplicidade que atravessa aspetos políticos, económicos, sociais e culturais. A seguinte passagem de Philippe Goujard sintetiza esses elementos:

“No entanto, nas principais obras do século XVIII constata-se a presença de alguns temas axiais: primado da razão, papel essencial da ciência e de uma maneira mais inovadora da técnica, afirmação do direito à liberdade e à felicidade terrena, rejeição de uma explicação providencialista da história, tudo isto manifestando um esforço sistemático de dessacralização e de laicização do pensamento e da vida.” (Goujard,1985:315)

Verificam-se igualmente particularidades na conceção do Tempo e da História neste período. Principalmente, encontra-se uma distinção fundamental entre diferentes etapas cronológicas e a imediatamente anterior não deve, de modo algum, ser repetida (Dupré,2004:187), dado que a visão do século antecessor é das mais profundas trevas, conduzindo a uma tendência de classificação apocalíptica desse período (Collingwood,1986:107). Por outro lado, a História deve ser agora analisada apenas por uma capacidade:

“A história fora mal compreendida porque os sábios que haviam tentado determinar se este povo fora mais religioso, mais sóbrio, mais guerreiro que aquele, estavam errados: o que deviam ter feito seria procurar discernir qual fora o mais feliz. (...) Toda a gente estava errada, à exceção talvez dos precursores que o século XVIII tivera na época de Luis XV. Daí a crítica amarga, a permanente censura, as lamentações por promessas não cumpridas, por traição. Daí o apelo à felicidade. Daí a ideia de uma imediata reparação, graças à razão, graças às luzes. (Hazard,1989:33)

Para tal, com o propósito de analisar a Felicidade na História da Humanidade, os intelectuais procedem à comparação e procuram os contrastes, a Civilização – eles próprios – e a Barbárie – o Outro (Richter, 2008:147). Esta nova conceptualização é fundamental para compreender a historiografia da época e, conseqüentemente, o

fenómeno do Antiquarismo, do Neoclassicismo, e da recuperação de traços, ideias e objetos específicos de alguns passados.

Todas estas questões orientam o projeto do Iluminismo e, conseqüentemente, encontram-se no pensamento setecentista europeu.

Já em Portugal, inserido na matriz europeia que caracteriza este século, conheceu um período complexo, quer em termos da sua governação, quer de fatores externos, principalmente o fatídico terramoto que assolaria Lisboa em 1755. Já em termos de governo, encontramos igualmente três reinados singulares: o de D. João V, de 1706 a 1750; o de D. José I, de 1750 a 1777 e de D. Maria I, de 1777 a 1816. Embora concebidos sob a mesma égide da monarquia absolutista, as suas intervenções, reformas e acções implicam um olhar separado, pelo que optamos pela sua explanação individual.

Finalmente, um outro problema se levanta, este de natureza cronológica: a extrapolação do contexto ideológico da Europa a Portugal. A advertência de que a exata justaposição não se adequa ao meio nacional é visível em vários autores (Serrão,1974:12; Santos,1991:69; Prata,2000:329), pelo que entendemos que há que ter em conta as particularidades nacionais para o seu correto estabelecimento. De facto, Portugal encontra-se ainda, especialmente na primeira metade do século XVIII, alicerçada nas fundações do Antigo Regime (Prata,2000:329-330), partilhando, no entanto, os autores de alguns ideais das Luzes. Por outro lado, o papel das ruturas europeias não se assume, pelo menos com a mesma força e velocidade, no seio das camadas sociais portuguesas, assim como o fluxo ideológico e científico, dada a posição periférica do país, não se encontrava o mesmo grau de dinamismo de outros europeus (Carneiro & Simões & Diogo, 2000:591). Assim, e tendo em conta todas estas variáveis, considera-se que a contextualização histórica deste período em Portugal apresenta-se como distinta face à Europa:

“A euforia do classicismo corresponde ao período joanino, entre 1706 e 1740; e o que pode entender-se pela nossa «crise da consciência clássica» situa-se na fase posterior até 1760 e traduz-se no labor «experimentalista» dos Oratorianos e na obra antijesuítica de Pombal que conduz à elaboração do Compendio Historico e à reforma da Universidade de Coimbra. Enfim, o despotismo esclarecido, como forma política e doutrinal da filosofia das luzes, apenas se concretiza na ultima fase do período josefino e prossegue

até aos fins do século XVIII, na obra de «iluminação» do governo de D.Maria I em benefício dos seus povos.” (Serrão,1974:12)

Cabe agora definir cada um dos reinados que representam o período setecentista português.

O reinado de D. João V é entendido como o mais fiel paralelo português face ao absolutismo francês. A consolidação dos poderes na figura do monarca, a reestruturação hierárquica das cortes, procurando o seu nivelamento (Santos,1991:69) e a opulência e luxo demonstrados são indicadores desse mesmo modo de governação (Monteiro,2009:347). A neutralidade que o país adquiriu com o reforço das práticas diplomáticas, após a participação na Guerra da Sucessão espanhola, permitiu estabilidade política (Monteiro,2009:345), enquanto que o ouro proveniente do Brasil proporcionava o estilo de vida das classes mais elevadas, e o financiamento de grandes obras e construções (Carneiro & Simões & Diogo, 2000:594). Embora seja discutível o desenvolvimento económico do território nacional enquanto um todo, dado que os regimes agrícolas se mantinham maioritariamente inalterados e as tentativas de industrialização emergiam com dificuldade, beneficiando deste modo a nobreza e o clero em detrimento das camadas sociais mais baixas (Prata,2000:329-330), é inequívoca o investimento cultural no reino.

Este traduz-se na proliferação de academias, em particular a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1721, na emergência de obras intelectuais, como o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Verney, em 1746, expoente máximo desta nova tendência, no apoio às artes, à música e na arquitectura, em particular com o erguer do Real Convento de Mafra (Monteiro,2009:350).

Após a morte de D. João V, o seu filho herda a coroa como D. José I, assim como um conjunto de questões provenientes do reinado anterior. Particularmente, a necessidade de reorientar a fiscalização das matérias-primas vindas do Brasil; uma vontade de modernização do país e a premência de uma melhor condição económica orientavam as principais preocupações do rei (Carneiro & Simões & Diogo, 2000:598). De facto, providenciou-se legislação para a questão do Brasil (Monteiro,2009:360), sendo que as críticas estrangeiras aumentavam, denunciando o estado pouco avançado do país.

O terramoto de 1755 viria a provocar a destruição de Lisboa, uma das maiores capitais em termos de densidade demográfica na Europa, lesando a economia enormemente, assim

como o desaparecimento de um legado cultural erguido por D. João V. O ministro Sebastião José de Carvalho e Melo tomaria a ação da reconstrução de Lisboa, consolidando em si um poder político que tinha cultivado durante os anos anteriores (Monteiro,2009:365). Através de um novo conjunto de reformas, Sebastião José de Carvalho e Melo acabaria por afastar os críticos e a despojar celeremente dos opositores à coroa, que resultou em vários processos a famílias nobres, a mais conhecida a dos Távora (Monteiro,2009:369). Potenciou igualmente a expulsão dos jesuítas, em clara cisão com a Santa Sé, procedendo a reformas no ensino e na Universidade (Prata,2000:343-344), fundando o Colégio dos Nobres e dissociando as tarefas da educação desse segmento religioso, à semelhança do que acontecia em outros países na Europa (Monteiro,2009:374). O despotismo que simbolizava o ministro, através da extensa produção de legislação e reformas visando o melhoramento das condições da sociedade portuguesa foi o elemento que mais o caracterizou (Serrão,1992:86).

Sucedendo a D. José I, D. Maria I continuaria com a obra do governo anterior, apostando na contínua modernização do país, sendo que a condição internacional a viria a favorecer nesse aspecto (Carneiro & Simões & Diogo, 2000:605). Para tal, havia que atestar a utilidade das ciências e das áreas do saber para o auxílio e desenvolvimento nacional. Daí que os principais assuntos tratados no seu âmbito são a agricultura, geologia, matemática, num esforço de produzir efeitos práticos e o afastamento das “ciências inúteis” que em nada impulsionariam Portugal (Ferreira,2011:3). Criam-se instituições para o efeito, sendo a mais reconhecida a Academia Real das Ciências, em 1779.

Encerrando esta breve contextualização, entendemos que a descrição de Portugal no século XVIII, é útil para que as ações e reações pudessem ser devidamente enquadradas e analisadas, à luz de um tempo específico.

1.3.2 O Espaço

Portugal assume-se como o espaço geográfico eleito para esta tese por duas razões.

Em primeiro lugar, pela manifesta oportunidade de trabalhar uma etapa praticamente desconhecida da História da Arqueologia Portuguesa. É visível através da própria bibliografia que a grande maioria dos estudos históricos não recua para além do século XIX, sendo que os trabalhos que existem sobre o século anterior remetem para uma visão geral dos acontecimentos que espelha a ausência de um *corpus* de investigação mais

alargado. Será interessante questionar quais as razões que originaram este quase “vazio” historiográfico, sendo que provavelmente se relacionam com a opinião pejorativa face ao Antiquarismo.

Em segundo lugar, o potencial que Portugal pode possuir para oferecer uma História do pensamento arqueológico, para este período e anteriores, justifica esta escolha. Especialmente devido aos *Descobrimentos*, ao contacto com os mais variados meios geográficos e, conseqüentemente, com vários Passados e respetivas materialidades, o que permite à possibilidade de recolha e observação dos mais variados objectos e construções, Portugal pode assumir-se como um mediador de narrativas historiográficas referentes à Arqueologia, dada a sua importância no contexto do continente europeu à época.



Fig.1- Mapa do Portugal no século XVIII. In Castro, 1762:I

O século XVIII representaria uma cristalização de todo um longo processo, um somatório de todo um conjunto de atividades de séculos precedentes, assim como um prólogo, de uma mudança de paradigma fundamental, para o pensamento arqueológico. Deste modo, justifica-se assim a escolha do espaço analisado para esta tese.

Neste Tempo e Espaço, uma tríade de elementos que, na sua conjugação, se espera que contribuam para uma argumentação em torno da existência de um pensamento arqueológico no século XVIII em Portugal. São estes as Antiguidades, os Gabinetes e os Colecionadores.

Esta ordem segue o princípio lógico da transição entre as vertentes materiais e humanas: se de um lado se possui a dimensão artefactual e monumental, com as quais se possui o primeiro contacto e se apresentam como móbil de todo o processo posterior, e do outro o Indivíduo que explora, descobre e coleciona, no centro encontra-se o Gabinete, o espaço que une os elementos precedentes. De facto, os Gabinetes são veículos complexos e expressões das práticas antiquaristas e altamente reveladores de quem os possui. A sua importância como ponto de partida para uma análise do pensamento arqueológico é inequívoca, dado que, de entre os objetos que se encontram dentro do seu âmbito, o artefacto possui um lugar de destaque. Para compreendê-los na sua plenitude, há que entender como se inserem na história do pensamento arqueológico, quais as suas géneses no contexto do Ocidente pós-medieval assim como as componentes que os integram.

1.2 Curiosidade e Colecionismo: constantes do pensamento arqueológico pré-científico.

A história do pensamento arqueológico, como qualquer percurso intelectual, possui uma dinâmica e complexidade próprias. A obra de Trigger, já citada, pautada por uma abordagem kuhniana, de definição e análise da evolução dos paradigmas do pensamento arqueológico, constitui o melhor exemplo da evolução dos inquéritos para com os vestígios materiais do Passado. No entanto, fá-lo pela exaltação das diferenças de cada paradigma, acentuando a essência de cada um, assim como o processo que leva à sua rutura. Neste caso em concreto, pretendemos, numa lógica contrária, questionarmo-nos do que poderá consistir no fio condutor destes paradigmas, ou seja, e face à luz da orientação que subjaz a esta tese, o que origina o pensamento arqueológico científico e que raízes e antecedentes possui nas práticas dos eruditos europeus.

1.2.1 Definir um Antiquário

Identificar os denominadores comuns, que definem o Antiquário, depende essencialmente das fontes que se possuem. Se existe efetivamente um gosto pelo Passado, na diacronia este evolui consoante os parâmetros da época; se realmente se viaja para observar os testemunhos da Antiguidade, os destinos vão-se modificando assim como as razões das deslocações; se é possível determinar camadas sociais precisas de onde provêm os indivíduos que se possam classificar como Antiquários, a dificuldade aumenta quando o gosto atinge outros grupos, tornando-se difusos quais os critérios a utilizar para atingir a desejada qualificação no sentido de compreender essa complexidade. No entanto, é possível reconhecer dois fatores que argumentamos serem pedras basilares do pensamento arqueológico pré-científico, e que estarão presentes na figura do Antiquário, sendo potencialmente indissociáveis: a Curiosidade, como atitude mental e o Colecionismo, como comportamento.

1.2.2 Curiosidade

Do traço característico do ser humano que é a Curiosidade, já muito se relaciona com a sua capacidade de raciocínio, descoberta e lógica. O ato intencional de querer conhecer mais acentuou a premissa do pensar e da questão ilimitada, com o seu expoente máximo no século XVIII, o que por sua vez possuem os efeitos práticos que levam à criação de viagens, de expedições, de catálogos, de Ciência. Não obstante todas as agendas e condicionantes que permeiam a formulação de Conhecimento, a curiosidade continua a subsistir enquanto instrumento epistemológico de relevo. Para o caso da Arqueologia é particularmente importante, dado que atravessa todas as etapas da sua história. Por singularidades várias, e como veremos “(...) some antiquaries exhibited an interest in the physical remains of the past.” (Trigger,1996:84).

1.2.3 Colecionismo

Uma consequência da curiosidade do ser humano, traduziu-se em colecionar para compreender. A organização mental que pressupõe uma coleção, o propósito da sua realização, os sentimentos que despoleta: estas são algumas das particularidades que advêm do ato de colecionar. É tanto algo verdadeiramente quotidiano como autênticos projetos que atravessam gerações; é tanto individual como coletivo; tão abstrato como concreto. Estas aparentes dicotomias asseveram o quão enraizado é o colecionismo na história das sociedades humanas (Pomian,1990:28), dado o seu dinamismo na presença

das mais diversas atividades. Do que pretendemos tratar referente a este último é apenas uma dimensão específica: à coleção de objetos relacionados com o passado Humano, num momento da História do pensamento Ocidental em que já é claro que estes são objetos que pertencem ao mesmo.

Se determinados vestígios materiais se assumiam como testemunhos da Antiguidade Clássica, tal é visível no papel que estes desempenham para a perceção de um passado distante. Obviamente, este não se constrói da mesma maneira nem com as mesmas intenções no decurso da História do pensamento arqueológico, nem a importância do vestígio material é sempre a mesma. Todavia, parece-nos legítimo considerar que, a partir do momento em que o ser humano desenvolve uma perceção temporal, se questione acerca do que o precedeu (Schnapp,1996:12). Com todas as dificuldades que se levantam na tentativa de identificar a correlação entre o ato de colecionar e a curiosidade extrapolada para um pensamento arqueológico em épocas pré-históricas, será relevante evocar que, embora não intimamente ligada a vestígios materiais manufaturados, o ato de colecionar é visível no espólio da Grotte de L'Hyène, estudado por Andre Leroi-Gourhan, presente na *Préhistoire de l'art occidental* (1971) em que um conjunto de curiosidades naturais cuja utilidade prática é nula permite ensaiar um argumento em torno de um sentimento estético (Pomian,1990:29).

1.2.4 Breve história do estudo das Antiguidades e dos Antiquários

A raiz etimológica da palavra Arqueologia deriva do grego, *archaiologia*, designação utilizada para o conhecimento das Origens que complementasse os discursos descritivos, através de um questionário mais complexo que utilizasse as antiguidades a seu favor (Schnapp,1996:61), e que demonstra de forma inequívoca a longuíssima relação havida no Ocidente entre alguns ilustrados e vestígios materiais de outras épocas.

Este conhecimento do Passado não deixava de ter um carácter extremamente urbano e prático, no sentido de que a sua aprendizagem se focava principalmente na história das cidades, para a aplicação na gestão e compreensão da vida quotidiana (Schnapp,1996:46). Em suma, uma vertente didática e altamente vocacionada para a aprendizagem dos que viriam a ser os cidadãos do futuro das *poleis*. Não obstante, os colecionadores gregos moviam-se pelo exotismo e curiosidade que certas antiguidades emanavam, procedendo à sua recolha e exposição (Schnapp,1996:57).

Já o colecionismo romano consolida-se fundamentalmente na figura do *antiquarium*, cujo interesse assentava num estudo exaustivo de curiosidades relacionadas com um Passado remoto, mas indubitavelmente grandioso. Isto porque o *antiquarium*, como membro da comunidade intelectual romana, não deixou de verificar que as dimensões dos restos osteológicos de fauna que eram encontrados eram consideravelmente maiores do que quaisquer seres vivos conhecidos. Deste modo, o gigantismo e a presença de monstros no imaginário clássico são características que o colecionismo igualmente assumia na sua narrativa sobre um passado inóspito (Mayor,2000:159). No entanto, no período romano, as escavações, recolções e aquisição destes vestígios, que por sinal não se distinguiam completamente nas suas vertentes naturais ou antrópicas, adquirem contornos vertiginosos. Colecionam-se e expõem-se o que se consegue recuperar das profundezas da terra. Heróis, monstros e gigantes dominam as preferências explicativas de um tempo remoto (Schnapp,1996:56; Mayor,2000:167).

Com a Idade Média, coexistem espaços que condensam os frutos do conhecimento sobre o Passado, embora fundamentalmente distintos: o *scriptorium* e as salas de tesouros. As últimas são autoexplicativas: espaços repletos de objetos preciosos, normalmente pertencentes a indivíduos inseridos em elites sociais, produto de oferendas, viagens ou compra. Já os *scriptoria* são espaços desprovidos desta riqueza material. Apresentam-se antes como espaços de saber, em que este se materializa na transcrição e citação de literatura. A cópia e a redundância de um conhecimento que é já por si terminado, ou seja, não necessita de ir além das fontes em causa, são característicos do pensamento medieval (Trigger,1996:52).

Esta realidade é extrapolada para o Passado: tudo o que se conhece está nas fontes e, principalmente, dado o cariz cristão dominante, na Bíblia. Como se reage perante o desconhecido? Embora os *scriptoria* sejam locais que não se assemelhem aos espaços de coleção gregos e romanos, nem possuam o carácter experimental que os Gabinetes renascentistas possuirão, não deixam de existir vestígios materiais. A noção de que a terra esconde objetos do Passado também aqui se encontra (Trigger,1996:49). Simplesmente, o pensamento medieval cristão origina a que o artefacto seja considerado como relíquia, que os produtos da Antiguidade, os sobejamente conhecidos, sejam atribuídos a passagens de santos, a lugares religiosos, a mártires enterrados. Estas relíquias, sejam estas restos osteológicos ou objetos, revestem-se de poder, tendo de ser devidamente

guardadas e cultuadas, além de se constituírem como provas para as fontes bíblicas (Schnapp,1996:95).

Mas esta é a visão do Bem, da relíquia conhecida, ao passo que o Mal se apresenta como todos os vestígios que não se encontrem nas fontes bíblicas ou clássicas. O profano estende-se ao receio do contacto com o Diabo, representante supremo do Mal no período medieval, com o potencial das relíquias desconhecidas esconderem algum elemento pejorativo para quem as encontre (Schnapp,1996:87). Não existe também aqui uma distinção entre o que é antrópico ou natural, sendo muito mais visível a dicotomia da moralidade. Em casos específicos, como no megalitismo, a interpretação das origens desconhecidas remete para as etapas mais remotas da Bíblia, concretamente para períodos anteriores ao Dilúvio. Perante esses mistérios, existe também a iniciativa de trazer para o Bem certas relíquias profanas (Schnapp,1996:95). Proliferam assim discursos sobre os povos cristãos antigos, assim como de ações de cristianização de antiguidades. Os *scriptoria* e as salas de tesouros não deixam de assumir um papel determinante na produção do conhecimento sobre estas realidades, embora com contornos distintos.

É no início da Idade Moderna que emerge uma nova instalação para perceber e “aprisonar/organizar/condensar o Passado. Produto do Renascimento, o Gabinete emerge como o lugar de junção das Coleções através de parâmetros delineados pela curiosidade: “The collection of exotic and faraway objects (be it in terms of space or time) and the exploration of ancient monuments are activities that may be definitively connected with those virtuosi of the European Renaissance who laid the grounds for a culture of the rare, the exotic and the ancient. This fascination materialized in the creation of so-called curiosity cabinets, *cabinets de curiosités*, or to borrow the expression that became fashionable in princely German courts, *Wunderkammern*.” (Schnapp,2013:14)

Cabinets, *Wunderkammern*, Quartos de Maravilhas. A nomenclatura, como se pode constatar, é diversa, pelo que optamos, para o contexto do século XVIII, por utilizar “Gabinete” para definir a realidade em estudo. Esta decisão assenta não apenas do facto mencionado anteriormente, mas de que o próprio conteúdo dos Gabinetes pode equacionar uma mudança na sua designação. “Gabinete de curiosidades” não é um sinónimo de “Gabinete de antiguidades”. Desta forma, a simplicidade de “Gabinete” permite tratar com uma maior justiça a complexidade inerente a estas realidades. Estas resultam de uma autêntica mudança de paradigma: os antiquários do século XVIII não se

apresentam como os seus predecessores, tal como os Gabinetes se distanciam fortemente das salas de tesouros da Idade Média (Momigliano,1950:304). De facto, o fim próximo do Antiquarismo origina que as tendências de séculos anteriores se materializem, mas que exista espaço para que as novas visões do mundo à época se constituam como importantes diretrizes para a formulação destes espaços. Esta dualidade é visível na organização, conteúdo e funções que emergem do Gabinete, ao que muitas vezes se estendeu o estigma de diletantismo mencionado anteriormente.

A nível de organização, um primeiro olhar para a iconografia de alguns destes Gabinetes parece refletir um profundo caos: a difícil compreensão de um fio condutor ou de uma mensagem que una todos os elementos presentes ajuda a que a imagem de aparente anarquia se instale. Tomem-se como exemplos os casos dos Gabinetes de Ferrante Imperato e de Francesco Calzolari, onde sem o conhecimento dos critérios que orientam o espaço, apenas é possível verificar algumas distinções entre o universo natural e antrópico patentes nas suas coleções (Schnapp,1996:169). No entanto, os Gabinetes refletem, através da sua arquitetura, um microcosmo do que se pensam ser as “curiosidades” do Mundo (Felfe,2005:229). Esta multiplicidade de elementos atua no sentido de proporcionar a quem os visualiza uma narrativa o mais global possível, representada pelos objetos mais disruptivos face ao quotidiano do Observador – o espanto, a estranheza como mecanismo de iniciação do Conhecimento. Contudo, não se inviabiliza a classificação e inventariação destes vestígios materiais, estando estes espaços geralmente dotados de mobiliário que permita delimitar e compartimentar estas coleções. A sua implementação, geralmente em quartos de formas geométricas, com uma só entrada, ou ainda salões de grande envergadura, nos casos menos usuais, proporciona ao proprietário e a potenciais visitantes uma sensação de centralidade e de individualidade, conceitos emergentes na sociedade do século XVIII.

O conteúdo, não obstante esta aparente liberdade pautada de universalismo, segue padrões e tendências específicas. No século XVIII o gosto dominante está ligado à arte, à numismática, à epigrafia, à bibliofilia, às antiguidades, ao naturalismo entre outros objetos que possam depender fundamentalmente do possuidor do Gabinete, principalmente relíquias pertencentes à família. Denote-se que por vezes não existe uma divisão clara entre objetos cuja origem é natural ou humana. Se para as épocas clássicas é um dado adquirido a atribuição da criação de artefactos a uma sociedade humana específica, a compreensão de vestígios materiais de épocas anteriores encontra-se

limitada pelo paradigma bíblico, o que por muitas vezes relega para o plano da Natureza a explicação da proveniência do que hoje sabemos serem artefactos pré-históricos (Trigger,1996:85).



Fig. 2 – Caraterísticas dos Gabinetes e as suas ligações a ideias, conceitos e áreas do saber.

Se o exótico da Antiguidade é, portanto, um denominador comum, a distância geográfica também o é, produzindo-se um sentimento de espanto e estranheza face a artefactos cuja forma, cor e brilho não se assemelhem a quaisquer objetos do quotidiano. Paralelamente, a coleção de artefactos de origem conhecida é uma realidade tão expressiva quanto a anterior. Tal é particularmente visível na aquisição e descoberta de

peças pertencentes aos mundos grego e romano, com a intenção de recuperar e estudar etapas precisas da História. Deste modo, o conteúdo dos Gabinetes remete quer para a curiosidade que proporciona o Desconhecido, na forma ou na origem, quer para a curiosidade de obter mais informação sobre os vestígios materiais de um Passado familiar.

Quanto às funções, os Gabinetes possuem múltiplos objectivos. Embora dependendo fundamentalmente do seu proprietário, é possível enumerar algumas das funcionalidades mais recorrentes e características destes espaços. Em primeiro lugar, o Gabinete assume-se como um espaço de exposição. Ao contrário do *scriptorium* e de salas de tesouros, o Gabinete pressupõe que o sentimento provocado pelas suas curiosidades se contagie os visitantes. A própria arquitetura denota isso mesmo: abertura, visibilidade e convite (Janeira,2005:31-32). Isto porque quem possui o Gabinete normalmente não o guarda apenas para si, dado que o prestígio do contacto com outros estudiosos e interessados abonava a condição social do proprietário.

À exposição alia-se a didáctica. O Gabinete, como visão de microcosmo, explicada à luz da centralidade do Homem, é um instrumento de compreensão das narrativas vigentes à época sobre vários domínios do saber (Bowry,2015:49). Caberia ao proprietário providenciar as explicações, quer nas visitas guiadas que proporciona quer sob a forma de escrita, sendo particularmente expressiva a utilização destes vestígios materiais em sessões académicas, como veremos adiante. O estudo, a explicação e a aprendizagem refletem uma dimensão pouco explorada quando se fala em Gabinetes do século XVIII, mas que manifestamente existe. A presença de instrumentos e do levantamento de questões posteriores face aos objetos colecionados é um sinal de que estes também são espaços de investigação, ocorrendo um espírito de discussão (Costa,2002:155).

Conectado a este último aspeto, encontra-se a exaltação do *status* dos proprietários. A erudição intrínseca à formulação destes Gabinetes provoca um apreço óbvio do indivíduo estudioso no seio da sociedade caracterizada pelos ideais iluministas. Assim, o Gabinete também possui a função de prestigiar o seu proprietário (Bowry,2015:331).

Em suma, o Gabinete é uma realidade precisa dentro do quadro da história do pensamento arqueológico. Passível de ser estudado individualmente, consideramos que a sua ligação com as próprias noções que rodeiam as Antiguidades, o exame cuidado dos agentes presentes na aquisição, coleção e recolha destas últimas e a contextualização

histórica necessária permitem, com uma maior segurança, perceber a existência, ou não, de um pensamento arqueológico conectado com o período em questão, em espaços específicos. Assim, os capítulos seguintes procurarão responder à principal questão desta tese: há pensamento arqueológico no século XVIII, em Portugal?

Capítulo 2

2. Metodologia

Em termos de metodologia a utilizar nesta tese, a escolha que empregámos assentou na premissa de que seria necessária uma sólida e diversificada gama de métodos para traçar um retrato fiel da realidade que nos comprometemos a estudar. A sua aplicação dividiu-se em duas partes: a recolha de dados e a interpretação dos mesmos.

No sentido de escrever uma etapa de algum modo inexplorada da História da Arqueologia Portuguesa, a necessidade de criar uma base empírica o mais completa possível era premente. Neste caso, a pesquisa inicia-se em obras fundamentais ou cujo tema evidenciasse a presença de informação relevante. A tese de doutoramento de João Brigola (Brigola,2003) para além de ser a única por nós encontrada cujo tema se insere concretamente no período cronológico em estudo, adequa-se à procura da dimensão arqueológica dos Gabinetes do século XVIII. Adicionalmente, a sua utilidade estende-se ao nível das práticas de inventário, o que inspirou à sua incorporação da nossa própria pesquisa. O livro de Carlos Fabião (Fabião,2011), de carácter geral, apresenta igualmente dados extremamente relevantes quer para caracterizar a existência de um pensamento arqueológico em Portugal, quer porque proporciona igualmente pistas para uma análise mais alargada. Sendo uma obra basilar que representa a História da Arqueologia Portuguesa, a sua consulta era indispensável.

Dada a existência destas duas obras, que norteiam a primeira fase de pesquisa, a recolha de dados teve de sofrer, a partir do momento em que estas se “esgotaram”, uma reformulação. Haveria que se proceder à leitura de obras de cariz historiográfico, dentro do tema da Arqueologia, e empregar uma lógica de regressão, ou seja, perscrutar as citações bibliográficas e os argumentos que determinados autores utilizam para caracterizar a investigação dita arqueológica do século XVIII.

Seguindo esse trajeto, foi possível passar das fontes secundárias para as primárias, escritas no período em análise. Deste modo, pôde proceder-se a uma comparação entre fontes primárias, o que possibilitou conceber um retrato mais extenso do que o previamente concebido. Por outro lado, este exercício revelou uma outra perspetiva a ter em conta: como as áreas do saber não se encontram ainda individualizadas, a possibilidade de encontrar dados em outras obras que não as exclusivamente dedicadas

às Antiguidades era de considerar. De facto, verificou-se que, para gizar uma história do pensamento arqueológico no século XVIII, havia que procurar na história da Ciência, na história da História, na história da Política, na história da Literatura, na história do Direito, entre outras. Isto porque o vestígio material do Passado encontrou um lugar de tal modo fundamental no pensamento setecentista que procurá-lo apenas numa face do prisma seria reduzir essa importância.

Assim, a informação trabalhada é proveniente de diversos discursos, áreas, períodos cronológicos e contextos, e o seu fio condutor é a relevância que possui para a temática aqui em análise. A metodologia aplicada atesta a sua diversidade, assumindo uma postura crítica no seu tratamento e categorização. Finalmente, trabalha-se a informação recolhida sob formas quantitativas, quer sejam gráficos, tabelas e mapas, assim como qualitativas, de análise, observação e crítica dos dados e dos factos históricos.

Há que, face a estes fluxos de dados, interpretá-los à luz de metodologia adequada. A divisão presente nesta tese – Antiguidades, Gabinetes e Colecionadores – permite compartimentar os dados em capítulos específicos, analisando-as separadamente. No entanto, para proceder à interpretação, um estudo comparativo assume-se como imperativo, não fossem estes elementos cruciais para a definição da potencial existência de um pensamento arqueológico.

Com um tão largo espectro de análise, os dados recolhidos, mais do que serem coerentes na sua própria quantidade, foram alvo de uma multiplicação exponencial: as antiguidades existiam sob as mais variadas formas e feitios e serviam os mais variados propósitos. Claro está que nem sempre o faziam de acordo com um quadro de legitimidade ou face a um pensamento arqueológico. Lendas, mitos ou simples atos que não implicassem qualquer reflexão acerca do objeto de estudo obviamente existem neste período. Mas longe de serem descartados, serviram igualmente, ainda que em menor instância, para auscultar os significados e para desvendar quaisquer outros dados que, não imediatamente visíveis, pudessem existir.

Tendo esta base, não se deixam de utilizar métodos específicos para o efeito.

No caso das antiguidades e dos Gabinetes procurou-se produzir trajetos biográficos quer da história dos objetos quer dos próprios Gabinetes.

Optou-se, portanto, por uma divisão cronológica dos vestígios mais antigos para os mais recentes, organizando-se por subcapítulos as antiguidades correspondentes a esses períodos cronológicos. Já para os Gabinetes a sua descrição toma uma disposição eminentemente temporal, explorando cada um deles em longa duração durante o século XVIII.

Para o estudo das coleções de antiguidades, aplica-se a metodologia patente em (Lourenço & Gessner,2012:746) com as modificações necessárias para um estudo arqueológico. Entre o capítulo dos Gabinetes e dos colecionadores, utilizou-se o método prosopográfico para identificar potenciais grupos emergentes ou características sociais semelhantes. De igual modo, se a lógica de análise de redes se encontra latente na própria etapa de investigação bibliográfica deste trabalho, na hora de explorar as conexões e interações entre agentes também se verifica a sua utilização.

Finalmente, o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) ocorre na produção de um mapa construído com as informações obtidas das *Memórias Paroquiais* de 1758, de modo a representar visualmente as realidades geográficas relacionadas com a investigação de antiguidades. De igual modo, transcreveram-se trechos relevantes de testemunhos de viajantes estrangeiros para a temática analisada, para melhor complementar este trabalho.

Capítulo 3

3. Antiguidades

É em 1723, que Frei Manuel de Santo Tomás se dirige em carta ao Rei D. João V, acerca de um pedido de inquirição sobre de descobertas realizadas em terras de Moçambique:

“Por todos os meios possíveis mandei fazer a diligência que Sua Majestade, que Deus Guarde, ordena sobre as Matérias conteúdas na cópia adjunta da sua Carta; e o que só se pôde descobrir quanto à primeira pergunta é o dizer-me o Capitão-mor dos Reinos de Manica, Jerónimo de Faria Peixoto, homem português, que há mais de trinta anos assiste nestes rios, e foi morador na mesma Manica, em tempos que lá tínhamos povoações e terras: que seu sogro Tomé Lopes, homem de toda a verdade, várias vezes lhe contava que nas terras do Reino de Mahongo, que faz divisão com o Reino de Manica e Quiteve, em várias rochas se encontravam muitas figuras de camelos, cachorros, bofetes, e letreiros feitos nas mesmas rochas, tudo de bastante grandeza (...)” 19/6/1723 (P. Mestre Frei Manuel de Santo Tomás in Brásio,1950:9-10)

Frei Manuel de Santo Tomás, que em contactos anteriores se deparara com as ruínas do Grande Zimbabwe (Brásio,1950:8), embrenhara-se na busca, em terras africanas, de quaisquer informações que se referissem à história dos povos da região. A presença de arte rupestre envolvia-se em mistério, dado que animais que figuravam nas rochas, especificamente os camelos, nunca teriam existido naquela zona, facto investigado pelo próprio autor da carta.

Este documento é particularmente interessante para introduzir a temática das Antiguidades no século XVIII em Portugal. Embora a sua potencial descoberta seja num espaço distante do Reino, representa em si grande parte dos elementos característicos referentes às mais tardias inquirições portuguesas sobre vestígios materiais do Passado. Em primeiro lugar, a carta permite deduzir a existência de um diálogo mais alargado com o poder central, materializado nas duas personagens em questão, sendo que D. João V aparenta possuir um vasto interesse na situação. Ou seja, o próprio Rei, representante do poder absoluto português, possui uma *ação pessoal* neste cenário, já expressa na fundação da Academia Real da História Portuguesa.



Fig.3 - Representação do lema da Academia Real da História Portuguesa. In Vieira & Rochefort, 1739

Em segundo lugar, a iniciativa de Frei Manuel de Santo Tomás de *prolongar* a sua investigação e de pedir especificamente que, para se avançar com qualquer interpretação do fenómeno, se inquiria convenientemente à luz dos factos. Não basta um relato, embora este seja tido como um testemunho fiável, para a comprovação: a prova emerge da descoberta da materialidade.

Finalmente, existe o ato de análise comparativa da iconografia encontradas nas rochas com a realidade presente, o que evidencia uma longevidade relativa para as figuras. Este raciocínio origina uma dúvida fundamental, dado que não existindo fontes para atestar a natureza de determinados objetos, como localizá-los no tempo, no espaço e na importância que podem possuir para o Homem?

A questão é particularmente importante para um clima intelectual que confere especial primazia à Cultura e à História portuguesa, no cenário do século XVIII. A curiosidade sobre o Passado irá, e em espírito de plena consolidação de práticas anteriores, estabelecer-se agora numa maior procura de vestígios materiais para a construção das narrativas históricas.

É no *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712) de D.Raphael Bluteau, que se encontram definições relevantes para a compreensão de toda esta temática. Particularmente, reportamo-nos a três entradas distintas mas que se relacionam entre si: “Antigualha” como sendo “cousa que nos ficou dos Antigos” (Bluteau,1712:405); “Antiguidade” como “os tempos andados, os seculos passados, as idades antigas” (Bluteau,1712:405) e a figura do “Antiquario”, um “curioso investigador de cousas antigas, de costumes velhos, de escritura, medalhas, imagens dos antigos” (Bluteau,1712:410).

O carácter das “antigualhas” oferece uma perspectiva bastante abrangente: todo o objeto que sobrevive do Passado e que chega até ao Presente. Ou seja, não existindo uma categorização nem temporal nem formal dessas “cousas”, estas têm em comum a sua componente humana e a sua resistência à passagem do tempo. A “Antiguidade” é também este lato período de tudo o que já passou, onde se encaixam todas estas “antigualhas”. Já ao “Antiquário” cabe o seu estudo, mas que não se limita a realidades materiais: as fontes, a iconografia, as tradições estão igualmente dentro do seu âmbito de análise.

3.1 D. João V, a Academia Real da História Portuguesa e o Alvará de Ley de 1721

Se a importância das Antiguidades cresce no começo do século, será com a formação da Academia Real da História Portuguesa e, conseqüentemente, do Alvará de Ley de 17 de agosto de 1721 que se consolidará essa tendência. Este último, reconhecido na Europa como o primeiro documento a ser formulado visando a proteção e salvaguarda do Património Cultural (Fabião,2011:49), poderá sintetizar-se na seguinte passagem:

“Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte qualquer edificio, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as Estatuas, Marmores, e Cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Fenices, Gregos, Romanos, Goticos, Arabicos ou Laminas, ou Chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres, como outro fim Medalhas ou Moedas, que mostrarem ser daqueles tempos, nem dos inferiores até ao reinado do Senhor Rey D.Sebastião, nem encubirão, ou occultem algua das sobreditas (...)” (Alvará de Ley de 1721)

Sublinhem-se certos pontos que se consideram fundamentais. O transgressor, neste caso, quem destrua, oculte ou dificulte o acesso às antiguidades, sofrerá o desagrado de D. João V, independentemente da sua camada social. A expressa menção de que ninguém está acima desta proibição demonstra o valor destas Antiguidades para a “glória da Nação Portuguesa”. As Antiguidades pertencem a um determinado espectro temporal, sendo os “(...) monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominàrao os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios (...)” (Alvará de Ley de 1721).

A conceção da história dos povos que habitaram no país é a vigente à época, de acordo com o que as fontes clássicas e medievais reportam. Não deixa de existir um marco temporal, o reinado de D. Sebastião, para o alcance desta medida. Assim depreende-se que os vestígios do domínio espanhol não estão contemplados e que, subsequentemente, quaisquer atos de vandalismo não incorram no desagrado do Rei.

Deste modo, o Alvará de Ley concebe-se igualmente com uma dimensão de instrumentalização política, dado que não penaliza a extinção de um momento da história do recente do país, a falta de Antiguidade deixa assim desprotegidos outros edifícios do Reino. Já as “antigualhas” em questão são “(...) edifícios, estatuas, mármores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos (...)”. Repare-se que existem componentes comuns a estes vestígios, quer seja pela sua dimensão arquitectónica e artística quer pela sua capacidade de retenção de escrita ou elementos identificáveis que remetam para a sua cronologia. Estes dados constituem-se como uma constante no que toca à preferência de estudo dos antiquários, intimamente ligada com a história de arte e filologia, mas com o redobrado propósito da potencialidade comparativa com as fontes escritas. Contudo, há espaço para outras antiguidades, o que permite abertura para as inquirições e para novas descobertas. Finalmente, D. João V relega para as “(...) Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno (...)” que se comunique novos achados e que conservem e guardem as antiguidades existentes na localidade (Alvará de Ley de 1721). Assim, estende a sua vontade para uma infraestrutura que, em constante comunicação direta, possui a responsabilidade de aplicar na prática esta lei.

Mais do que atestar o sucesso desta medida, importará, com este documento como ponto de partida, refletir acerca de que antiguidades conheceram a luz das investigações do século XVIII em Portugal.

3.2 A Investigação das Antiguidades no Portugal de setecentos

3.2.1 As antiguidades *dos tempos mais remotos*

Compete aos eruditos de setecentos incorporar as suas descobertas dentro do quadro cronológico que os textos sagrados ditavam. Embora existissem exponencialmente dúvidas e dificuldades nos seus empreendimentos, é com a perspetiva temporal do tempo curto da Bíblia (Trigger,1996:50) que se trabalha, procurando-se sempre corroborá-la com os vestígios materiais. No que toca aos tempos mais remotos, a narrativa principal assentava nos cenários antediluvianos. Dado que a Pré-História é um produto de uma rutura de paradigma que só se consumará no século seguinte, os artefactos e sítios arqueológicos que se reportavam a este lato período dotavam-se ou de uma certa invisibilidade ou de interpretações ligadas a superstições, lendas e mitos. Contudo, é nesta época que se consolidam certas ideias que serão fundamentais para a emergência da Arqueologia enquanto ciência. No que toca ao espaço português, e dentro do que seriam os vestígios pré-históricos, é possível identificar alguns casos.

O primeiro caso trata das *cerauniae*, ou como mais comumente conhecidas pedras de raio. Estes objetos foram alvo das mais variadas interpretações ao longo dos tempos. Desde a Grécia e Roma antigas, as *cerauniae* eram classificadas como sendo pedras criadas pelo embate dos raios no solo, dado que, em dias tempestuosos, o seu surgimento era frequente (Goodrum,2008:483). Esta perspetiva, que nunca chega a ser abandonada, é por vezes substituída, como em alguns locais na Europa medieval, por uma origem associada a seres fantásticos, como elfos, que fabricariam estas *cerauniae* como pontas de seta, a utilizar no seu arsenal.

Alguns autores debruçar-se-iam sobre o tema, sendo o mais relevante Michaelis Mercati, com a sua *Metalhoteca Vaticana*, que embora tenha concebido a sua obra no século XVI, apenas viria a ser editada quase 200 anos depois. Nesta, Mercati dissertava sobre as *cerauniae* não serem mais do que pontas de seta e artefactos utilizadas pelos homens na sua etapa mais primitiva, em que a pedra precederia o metal (Goodrum,2002:258). Hoje sabemos que Mercati, embora nunca se opondo à cronologia bíblica, esteve muito próximo da realidade. Na contemporaneidade, concebem-se as *cerauniae* como sendo pontas de seta ou pequenos machados de pedra polida, potencialmente as primeiras de sílex, dado que são normalmente caracterizadas com cores vibrantes e os segundos de anfibólito, pela sua forma e capacidade de refletir a luz

(Goodrum,2008:484). Indubitavelmente de pequeno porte, caracterizar-se-iam por serem portáteis e existindo em abundância. Claro que, para o investigador anterior a um quadro conceptual que concebesse a Pré-História, seria inacessível esta interpretação.

Assim, a informação de que as *cerauniae* seriam ainda utilizadas no século XVIII como amuletos de proteção contra a má sorte e, especialmente, contra a queda de raios, viria a demonstrar que, como esperado, a tese de Mercati mesmo após a sua tardia publicação não atinge a cultura popular, que continuará a aceitar a sua génese natural.

Raphael Bluteau oferece-nos essa mesma perspetiva, vigente à época:

“A ponta mais polida do rayo, e condensada em pedra, (se as que alguns mostram como taes são verdadeiras) he o que chamamos corisco.” (Bluteau,1720:93)

No entanto, em Portugal encontramos já testemunhos que denotam um certo ceticismo face à origem destes objetos.

Na obra de Jacob de Castro Sarmiento, médico português de renomeado mérito internacional, denominada *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* encontramos uma entrada que se reporta à explicação da pedra de raio:

“He Pedra de huma figura pyramidal à semelhança de huma seta, ou de huma Tamara, donde veyo o chamarse também Dactylus Idaeus por se achar no monte Ida na Ilha de Creta, he de diversas cores, mas a que propriamente se chama Dactylus Idaeus, he amarela, meyo transparente, e da cor do Alambre. Fabularam alguns que esta Pedra se formava da urina coagulada do Lynce, Animal semelhante a hum Lobo, salpicado na pelle como o Veado, e no sentido da vista muito activo, outros a tiveram por Alambre por ser da cor delle. Achamse em abundacia em diversos lugares de Inglaterra, em especial junto da Universidade de Cambridge, e em muytos lugares de Alemanha, como Schrodero testifica.” (Sarmiento, 1735:160-161)

Embora Sarmiento descreva, a nível formal, a pedra de raio como sendo uma seta, não deixa de referir que também se assemelha a uma tâmara, o que indica que a sua interpretação não põe em causa que este objeto é um produto da Natureza e não do ser humano. No entanto, não deixa de desmistificar o que não sua opinião são fábulas, especialmente no que toca à sua formação advir de componentes animais. Considera-a um fenómeno mineralógico, daí incluí-la na sua obra. Os locais em que se encontra são também explanados, embora não se detalhe as ocorrências que levaram a estas

descobertas. Sarmiento poderá ter tomado conhecimento destes lugares na Inglaterra pelo contacto direto com os mesmos, dada a sua fuga para o país, aquando das perseguições movidas aos cristãos-novos, onde desenvolveu o seu percurso científico.

Se Jacob de Castro Sarmiento confere à pedra de raio uma origem mineralógica, um outro testemunho, pela parte do Padre Theodoro D’Almeida na sua *Recreação Filosófica*, sob a forma de um diálogo entre três amigos, é particularmente incisivo:

“Eug. E de que se forma a pedra do raio, ou como pode lá gera-se nas nuvens?

Theod. Que pedra de raio! Também credes em velhas?

Silv. Sempre ouvi dizer, e o traz Avicena, que os raios traziam pedra; e me tem mostrado algumas, que eu vi com meus olhos.

Theod. E vistes vós com vossos olhos certidã authentica appensa a essas pedras, por onde constasse que tinhao cahido das nuvens em forma de raio?

Silv. Não; mas dizião todos que se achavao nos lugares, em que tinhao cahido raios.

Theod. E também dizião, que se enterravão sete braças; e que cada anno subião para sima uma braça? Tomara saber quem teve a curiosidade, quando cahia o raio, de ir notar o lugar certo em que elle cahio, sem lhe errar hum palmo: quem lhe poz signal nesse lugar, para não perder a memoria delle em sete anos? (...) e quem tinha tirado inquirição desse mesmo lugar, para ter certeza que antes de cahir o raio não havia lá essa pedra? (...) Qualquer destas circumstancias que falte, já não podiao passar em boa consciência a certidão, que essa pedra era pedra de raio. Accresce, que para se crer esta fabula, era preciso que se observasse isto não huma só vez, mas muitas para fazer regra geral. Amigo Silvio, não deis credito a contos de velhas.” (D’Almeida, 1795:460-461)

Embora o intuito desde diálogo assente na desconstrução do argumento de que o raio possui um resquício sólido, que seria matéria lítica, existe ainda a desvalorização das explicações concernentes às pedras de raio. Contrapõem-se provavelmente séculos de tradições orais e de lendas com a observação empírica desse fenómeno, quer seja o ceticismo face aos próprios agentes que prolongam a fábula quer às circunstâncias da descoberta das *cerauniae*.

A noção da “subida” destes artefactos, que estariam enterrados, é extremamente interessante de um ponto de vista arqueológico, ao que acresce o dado de que estas viriam

“ao de cima” em dias chuvosos, possivelmente devido à força das águas no que toca ao deslizamento de terras e limpeza do material exposto. Theodoro D’Almeida irá mais longe, descredibilizando quaisquer fundamentos para estabelecer uma lei concernente a estes objetos, encerrando a discussão.

É provavelmente por a *ceraunia* consistir num acessório retórico para a explicação do funcionamento dos raios que Theodoro D’Almeida não explicita qual a opinião vigente face à sua real natureza. Em todo o caso, nos finais do século XVIII, o ambiente geral entre os eruditos parece tender para uma postura de dúvida face ao que são realmente estas *cerauniae* e numa posição de corte com o que os autores clássicos e medievais reportam.

Envolta nessa mesma dúvida, encontra-se ainda uma referência incontornável à investigação de arte pré-histórica rupestre em Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães, presentes na obra de Contador de Argote (Argote, 1734), sem que a estes caracteres fosse atribuída para uma antiguidade concreta, atestando-se apenas a sua existência.

Se as *cerauniae* e a arte rupestre não seriam alvo de uma extrapolação direta para os tempos remotos, tal não se poderá afirmar para os monumentos megalíticos, em particular as antas. Elementos característicos na paisagem portuguesa, estas construções não passam despercebidas ao olhar da Academia Real da História Portuguesa que, pela voz de Mendonça e Pina, numa conferência que o próprio apresentou, em 1733:

“(…) ficando por explicar muitos monumentos, entre os quaes me parece o mais considerável aqueles antiquíssimos, e rudes Altares, que se achao em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamão Antas, que por servirem, segundo a tradição, e as nossas conjecturas, a uso sacro, não ficao fora do objecto de quem escreve parte da Historia Sagrada de Portugal.” (Pina, 1733: XVI)

Mendonça e Pina começa por referir que o estudo destes monumentos se encontra ainda por realizar, embora não o justifique pelo seu manifesto desconhecimento, mas antes por uma preferência face a outras estruturas pela maioria dos investigadores. O académico encerra nas suas primeiras palavras a sua tese sobre estas antas, a sua ligação com a religião, em particular, com o catolicismo:

“(…) os pastores e rústicos circunvizinhos affirmao, que erao Altares, em que se queimavao algum dia as primícias; noticia, que conservao por tradição, e de que faz

menção o sobredito author; e reparamos, que em Italia, França, Germania, Hungria e Castella, nunca vimos semelhantes Altares, ou Antas.” (Pina,1733:XVI)

De facto, socorrendo-se dos relatos de tradições locais, Mendonça e Pina recupera dados que lhe permitem estabelecer um paralelo funcional entre o propósito de um altar e o de uma anta. A queima de dádivas para obter boas colheitas não seria de todo incomum à memória popular, estabelecendo-se como um elemento unificador entre as antas e as populações vizinhas. O académico refere ainda quão único aparentes ser este fenómeno, dado que pela sua própria observação nunca verificou a existência destes monumentos em qualquer um dos países mencionados. Reportando-se à sua construção, Mendonça e Pina afirma:

“Ninguem verá cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edificio artificial, e não produção da natureza (...)” (Pina,1733:III)

Esta conclusão é particularmente relevante quando comparados com a dúvida face às *cerauniae*. Isto porque às últimas não se teria verificado quaisquer evidências de que a sua manufatura possuísse traços humanos, o que justifica que embora pudessem oferecer a possibilidade de estabelecer alguns paralelos formais, como Jacob de Castro Sarmiento inadvertidamente fez, uma conclusão universal estaria ainda longe de ser alcançada. No que toca às antas, a sua artificialidade é inequívoca. Dado o seu carácter humano, Mendonça e Pina pôde, por pura regressão histórica, estabelecer uma cronologia relativa, especificamente reportando-se às tradições religiosas dos povos antigos. Eliminando consecutivamente alguns destes últimos, quer por características arquitetónicas ou pela potencial funcionalidade da anta como altar, Mendonça e Pina, através de uma ilação geográfica, retira a seguinte conclusão:

“Do sitio campestre das Antas tiro eu outra conjectura da sua antiguidade; porque os seus primeiros fundadores não seguirão os costumes dos mais Povos, que parece, que materialmente entenderão, que os altares nos montes ficavao mais perto das Divindades, antes se conformarao com os primeiros Povoadores do Mundo, depois do Diluvio, que vivendo nas largas campinas de Senaar, he certo, que alli continuarão o culto exterior, e sacrificios a Deos, e que os Altares, que levantavao aonde não havia montes, erao no campo (...)” (Pina,1733:XVI)

Perfeitamente enquadrado no paradigma bíblico, o argumento antediluviano constitui-se como a mais recuada menção de artifícios humanos concebível à época. Face a estes primeiros povoadores, as antas transformam-se em testemunhos de inegável importância para uma sociedade católica: sendo os vestígios por excelência do culto a Deus nas etapas iniciais da civilização não podem deixar de ser estudadas.

A constituição da anta como fenómeno primordial católico é uma particularidade portuguesa, com o druidismo e celticismo a imperar como mecanismos epistemológicos no resto da Europa (Fabião,2011:59). De facto, William Stukeley descreve Stonehenge como um dos “(...) temples of the Druids in our Island (...)” (Stukeley,1740:1); Jacques Martin entende-os como um resquício da religião antiga dos gauleses (Martin,1727:135) enquanto Comte de Caylus introduz a ideia de mobilidade das populações responsáveis pela construção destes monumentos (Scarre,2018:158)

Encontramos então a conclusão de Mendonça e Pina:

“Conforme estas conjecturas, em se pode affirmar que são as antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no mundo todo, porque não se mostrará edificio, a que se possa atribuir igual antiguidade. Dissemos monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se achao em alguns montes, e se vem a cada passo nas vizinhanças de Lisboa, são monumentos, que a natureza deixou de universal inundação, e medalhas antigas do Diluvio” (Pina,1733:XIX)

Sem paralelo, as antas coroam-se como o mais antigo vestígio de construção humana. Repare-se que a referência aos fósseis, encontrados em Lisboa, serve para distinguir entre a artificialidade destes pretensos altares da essência natural das conchas petrificadas, sendo estas últimas “medalhas” do Dilúvio. O académico termina assim a sua comunicação, com a interpretação destes monumentos megalíticos como sendo altares dos mais antigos cristãos. Mendonça e Pina reforçaria ainda a necessidade de obter notícias e pede à comunidade erudita que comunique e descreva todas as antas que se encontram em solo português (Pina,1733:XXII).

Será imediatamente no ano seguinte, que na Secretaria da mesma Academia se receberá “(...) huma collecção de memórias, na qual se acha a de 315 antas de que se faria huma relação particular para se comunicar ao Academico, que pedio esta noticia (...)” (ACADEMIA REAL DA HISTORIA PORTUGUEZA, 1734:5) pela mão do Padre Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro. Esta lista, provavelmente fruto de uma

inventariação a nível nacional que decorrerá entre 1733 e 1734, não resultou numa comunicação e ter-se-á perdido no decurso do terramoto de 1755, que destruiria o edifício da Academia Real da História Portuguesa, levando consigo artefactos e documentos. Destas 315 antas, ficam as questões relacionadas com a sua localização geográfica, critérios de verificação e potenciais ações de escavação que tenham existido. Mendonça e Pina não mais se referiria a antas nas suas decorrentes obras nem conhecemos do Padre Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro quaisquer outras notícias relacionadas com estes monumentos.

A notícia seguinte sobre o tema, é apresentada na obra *Exemplar da constância dos martyres em a vida do glorioso S.Torpes, mordomo e valido de Nero* (1746) por Estevão de Lis Velho, está representada uma ação de escavação a uma anta, assim como os artefactos encontrados no local. (Fabião,2011:61)

Posteriormente, será no relato do Padre José Gaspar Simões, colaborador de Frei Manoel do Cenáculo, que encontraremos nova referência às antas:

“Em hum campo q se chama as Antas, distante da Guarda duas legoas, entre o lugar de Pera de Moço e a quinta do Carvalhal, hindo da ditta Cidade para Pinhel, está perto da estrada á parte direita hum Altar q eu vi e examinei no anno de 1753, cuja formalidade he de modo seguinte, estão cinco pedras levantadas em circulo e arrimadas huas a outras pelos lados, excepto na parte de nascente, em que os lados das duas, q fazem o seu circulo para esta parte, distão entre si quanto he baste para poder entrar um homem dentro do circulo: sobre estas pedras q terão 9 ou 10 palmos de alto, está assentada hua grande pedra, q he a meza do Altar: e subindo eu sobre esta, e medindo-a a paços, não muito pelas extremidades achei, q tinha dezassete paços e meyo em circumferencia, q pela minha conta são cincoenta palmos, ou dez varas portuguezas: advertindo que todas as ditas pedras são toscas conforme as criou a natureza, nem em parte algua dellas se descobre signal de as ter tocado instromento de ferro; e o mesmo q fica referido da factura deste Altar e da implidez das suas pedras, observei em todos os mais q vi: advertindo em segundo lugar, q assim as pedras deste Altar, como as mais são comuas dos mesmos Paizes em q estão os Altares [...] mandando escavar ao pé da entrada p.^a o circulo q está entre as duas pedras na parte do nascente em três, ou quatro palmos de fundo se achou um sílice de comprimento de hum palmo e três dedos, e de largo hum dedo, pouca groçura, e meio curvo na sua factura: e se acharão mais cinco pedras pardas, cuja qualidade não mto dura: cada hua destas cinco pedras e o seu feitio bem semelhante ao

de hua junteira de carpinteiro, porq hua parte hera larga três dedos e meyo e esta estava tao polida por hua e outra parte como hua junteira de modo q se fosse ferro poderia sem duvida cortar; e a outra hera mais larga de dois dedos, pelo q nesta parte hera a pedra quazi quadrada” (Carta, apud Fabião, 1989:21-22)

Verifique-se que em 1753, como seria expectável, a ligação da anta a altar é inequívoca, identificada pelas “pedras levantadas” que Mendonça e Pina referira na sua comunicação. Dois aspetos a sublinhar neste relato encontram-se na minuciosa descrição dos acontecimentos pela parte do Padre José Gaspar. Da primeira, todos os elementos são alvo da mais criteriosa medição, assim como se descrevem fraturas e a sua natureza e pormenores da anta em questão. No entanto, como um acréscimo incomum, ocorre uma ação de escavar uma área específica do monumento. A sua intenção não é explicitada, mas a descoberta de artefactos é igualmente exposta. Repare-se que nenhum dos achados é classificado como *ceraunia*, pelo contrário, exploram-se paralelos com ferramentas conhecidas, numa lógica etnográfica, para compreender a sua funcionalidade. Face à inequívoca funcionalidade destes monumentos, todos os objetos achados na sua proximidade eram classificados como sendo produtos humanos, de povos primitivos desconhecedores dos metais, o que abonava à tese dos primeiros cristãos. O Padre José Gaspar Simões, à semelhança de Mendonça e Pina, não poderia conceber estes artefactos como pertencentes a uma época depois do Dilúvio (Fabião,1989:22), não deixando, no entanto, de proceder à escavação como modo de obter maior conhecimento sobre esta realidade.

De facto, a interpretação da anta como altar continua, mesmo depois de realizadas ações de escavação que, por sinal, poderiam oferecer dados que levassem a considerar outras hipóteses. Contudo, uma ilustração reportando um episódio de 1781 virá representar uma autêntica mudança na interpretação das antas, já nos finais do século XVIII. Esta representa três monumentos megalíticos, encontrados sob as areias das dunas do Cabo Mondego, cuja descrição diz-nos o seguinte:

“Sepulturas antiquíssimas situadas no Norte do Cado Mondego entre a villa de Quiaios, e a praia do Mar Oceano que hum continuado e forte vento Sul-d’Oeste descobrio, fazendo remover para outra parte a grande quantidade d’areia que ali se achava amontoada, e que athé a quella época deixou ignorar a existência de taes Monumentos: Segundo a tradição da queles povos; acharam-se dentro desta Sepulturas óssos d’esqueletos humanos, com desmarcada grandeza, figurando eles, o tamanho da Caveira

que acharaõ, com o de hum cantâro de conduzir agoa. Em 1781, o Desenhador e seus dois irmãos excitados pela curiosidade de verificarem a noticia de taõ extraordinária grandeza, mandaram principiar a fazer algumas escavações, e naõ achando vestígio algum, abandonaraõ a quele trabalho para seguirem a comissão de que estavaõ incumbidos. A figura que se vê proxima a huma das sepulturas serve como de petipe para se ajuizar da grandeza do Objecto.” (Raposo, ca 1780-ca 1820?)



Fig. 4 - Gravura das “Sepulturas antiquíssimas do Cabo Mondego”. In Raposo (1780-ca 1820?)

A principal inovação que a descrição desta iluminura demonstra é o facto de se considerarem como sepulturas estes monumentos artificiais, hipótese descartada pelo próprio Mendonça e Pina. A tradição do gigantismo, verificada já desde épocas clássicas, providenciada pelos locais foi o que permitiu esta ilação e o que aguçou a curiosidade do desenhador em principiar escavações, provavelmente para atestar a existência de material ósseo que correspondesse às desmesuradas proporções. Repare-se que, embora a arquitetura pudesse lançar algumas pistas quanto à sua antiguidade, seria a sua invisibilidade pelas areias que evidenciava quão distantes no tempo se encontravam estas estruturas. A escavação como forma de corroborar a tradição parece ser uma prática natural, ainda que aqui longe de qualquer âmbito científico, visível pela curiosidade, o móbil da ação, e da própria representação artística desta descoberta.

Desconhece-se qual a “comissão” da qual estariam estes agentes incumbidos e quem lhes delegou tal tarefa. No entanto, uma interpretação destes monumentos como sendo ambientes sepulcrais de tempos remotos, extremamente precoce para o quadro conceptual da Pré-História que surgiria quase um século depois, não deixa de representar uma pequena rutura no conhecimento destas estruturas. Ainda assim, seriam os altares que dominariam o discurso, dado que, como Vasconcelos referira (Vasconcelos,1897:5), na peça *Osmia*, em plena Academia Real das Sciencias Portuguezas, uma anta figurava no cenário do primeiro ato, não deixando de ser exposta nas didascálias como sendo uma ara.

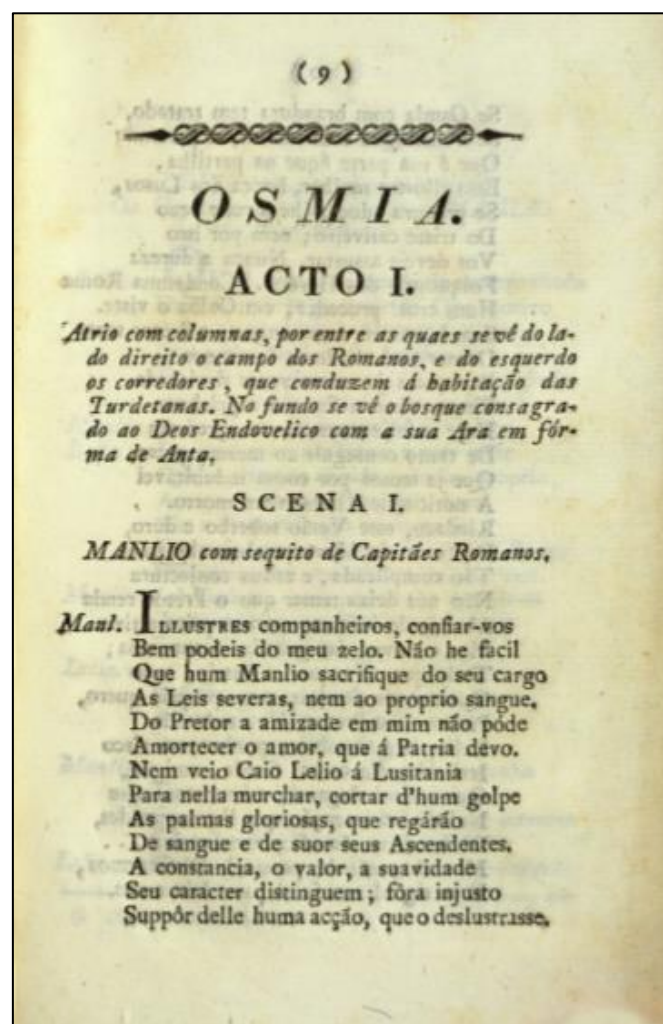


Fig. 5 - Primeira página da primeiro acto da peça *Osmia*, apresentada na Academia Real das Sciencias a 13 de maio de 1788. In Breyner,1835:6

3.2.2 A presença nas fontes e nos relatos históricos dos povos sem escrita

Se os tempos que hoje sabemos pré-históricos figuram nas análises dos académicos do século XVIII, é notório que consistem em escassas referências, não figurando na escrita da história setecentista, não obstante a sua importância para o estudo do sagrado em Portugal. Como Mendonça e Pina referira, imperava um outro interesse por períodos cronológicos mais recentes. Se os tempos remotos se dotavam de materialidade, como visualizado no ponto anterior, a inexistência de fontes não jogava a favor da tão desejada prova que estes eruditos necessitavam.

Já no que corresponderia aos períodos da Proto-História, emergirá um cenário distinto: se as antas eram interpretadas como muito antigas à luz da inexistência de registo, as antiguidades hoje classificadas como proto-históricas vão ser inseridas nos quadros que as fontes clássicas permitirem.

Verifica-se que, na grande maioria dos estudos que possuam uma componente histórica, o limite inferior desta encontra-se nos “povos fenícios” como os primeiros que teriam invadido determinados territórios portugueses, em conformidade com o que o Alvará de Ley de 1721 delimitara. No entanto, o conhecimento face aos povos antigos, extensamente descritos nas fontes clássicas como os habitantes pré-romanos da Lusitânia, era generalizado. As menções a etapas anteriores não parecem ter lugar nestas narrativas, devendo-se provavelmente a não abonarem a favor dos propósitos das obras em questão ou pela sua própria escassez de dados empíricos.

Alguns exemplos expressivos encontram-se nos empreendimentos de D. Jerónimo Contador de Argote, sobre o Arcebispado de Braga e de Frei Vicente Salgado, sobre o Algarve.

Nas *Memorias Historicas para o Arcebispado de Braga* (1732), D. Jerónimo Contador de Argote discorre, em vários volumes, sobre as origens do território bracarense. A nível arqueológico o seu testemunho afigura-se frutuoso pois além de dar particular importância à ocupação romana e às materialidades que dela advirão, Contador de Argote enuncia e descreve antigualhas que observou ou cujas notícias lhe fizeram chegar. O seu propósito não é de todo meramente estético: estas antiguidades produzem a prova necessária para a justificação da narrativa cronológica que o autor pretende transmitir. O facto de se encontrarem antiguidades *in loco*, que corroboram as fontes clássicas, permite a segurança necessária para estruturar um relato histórico cuja fidelidade seja assegurada.

Tendo em mente este empreendimento, Contador de Argote não se coibirá de opinar acerca das populações indígenas que teriam aí teriam primeiramente habitado:

“O que he incontestável, he, que antes dos Romanos as cidades de Hespanha, a que faltava a policia Grega, e Phenicia, ou as que ainda que dalli tivessem a origem, viviaõ barbarizadas, não tinhaõ edificios nobres, porque os naturaes careciaõ de arte, e eraõ dados a viver em aldeas (...)” (Argote,1732:238)

Esta síntese permite compreender que a opinião do autor é em tudo semelhante à dos autores clássicos que descreveram os povos da Península Ibérica. Sem organização, nem edificios complexos ou realizações artísticas, estes povos viviam em aldeias, suprassumo da sua barbárie. A romanização simbolizava a ordem e um modo de vida civilizados, enquanto que estes povos antigos, carecendo de tais características, eram associados a uma etapa obscura.

Já numa obra mais tardia, composta por Frei Vicente Salgado, *Memorias ecclesiasticas do Reino do Algarve*, de 1786, a invisibilidade dos povos anteriores às “Nações” é perfeitamente constatável:

“Forão muitas as gentes, que habitarão este terreno nos tempos antigos. Fenicios, Celtas, Karthaginezes, Turdetanos, Gregos, Romanos, Godos, Saracenos, e outras muitas Nações, que movidas ou das riquezas, e commercio do Paiz, ou agitadas de hum espirito belligerante, deixa vão suas Patrias, para eternizarem seus nomes nas estranhas terras, invadindo as Cidades, e Lugares daquella Costa do Algarve, já com o titulo de Comerciantes, e já como Conquistadores, a cujas invasões, e insultos em todos os tempos esteve sujeito aquelle Reino.” (Salgado,1786 :10)

De entre as muitas gentes citadas por Frei Vicente Salgado, compõem-se os que pretenderam comercializar e os conquistadores. Os mais antigos testemunhos cingir-se-iam aos Celtas e aos Turdetanos, sem que a notícia de uma ocupação anterior fosse formulada. As histórias locais, tendo uma comprovação precisa sobre a origem dos territórios que tratavam, não se propunham a recuar mais do que o necessário.

No âmbito das histórias gerais, o cenário é em todo semelhante, embora a superior atenção para com a narrativa universalista implique o detalhe de todas as informações conhecidas sobre a História Portuguesa. Assim, os povos anteriores à vinda dos Fenícios, Gregos e Romanos eram expostos extensivamente, seguindo fielmente Estrabão, como é

constatável em *The Antique and Present State of Portugal*, por John Stevens, logo no princípio do século:

“In the territory lying betwixt the River Guadiana and Cape St.Vicent, formerly call’d Promontorium Sacrum, liv’d the Turdetani (...) next to the Turdetani were the Celtae, inhabiting all the remaining part of the Province of Alem-Tejo (...) the barbarians call’d Sarrij, extended from the Mountain of Arabida to Lisbon (...) Beyond Tagus began the Territory of the Antient Turduli (...) on the East of them were the Erminij, on the North of the River Duero, on the South Tagus and on the West the Ocean (...) the Pesures liv’d beyond the Mountain call’d Serra da Estrela (...) and on the east the Vettones of Estremadura (...) the Interamenses, Bracari, Graij or Gravij were all included in the Province Entre Duero e Minho (...) the Berones left their Name to the Territory of Beira (...)” (Stevens,1705:3-5)

Era imperativa a contextualização geográfica destes povos, muito devida à própria etimologia e géneses de determinados núcleos urbanos, cuja história ficaria incompleta se não se referisse as raízes mais profundas conhecidas. La Clede, na sua *Histoire Generale du Portugal*, obra contemporânea às *Memórias históricas do Arcebispado de Braga*, não deixa de proceder à mesma listagem dos povos presentes na citação anterior. No entanto, justifica a razão pela qual a realiza:

“On ne fçait pastrop les noms de ces peuples, moins encore les contrées que chacun d’eux habitoit. Voici cependant fur quoi la plûpart des Historiens s’ac-cordent. (...) Cette énumération m’a paru nécessaire pour éclaircir la fuire de l’Hiftoire, où ces Peuples paroissent & agissent fouvent.” (La Clede, 1735:4)

A consequente enumeração decorreria, portanto, do *modus operandi* da generalidade dos que trabalhavam na temática em concreto e na própria responsabilidade de, à potencial perda da nomenclatura dos povos, não deixar de as reproduzir demonstrando o autor o conhecimento das fontes e, portanto, a sua erudição.

Nestas passagens deteta-se a passagem do Tempo, que será fundamental para a interpretação das antiguidades que hoje se incluem na proto-história. Os primeiros Povoadores do Mundo, depois do Dilúvio, não serão a barbárie que Contador de Argote descreve.

Assim, as antiguidades hoje concebidas como proto-históricas surgem igualmente no decurso das investigações setecentistas portuguesas. Dado o quadro conceptual anterior, atravessam profundos processos de reutilização, inserção temporal e de interpretação.

Um caso expressivo que exemplifica uma nova utilização dos elementos do Passado encontra-se no seguinte documento:

“O Gabinete de História Natural de Sua Majestade, no sítio d’Ajuda, merece ser visto (...). A Coleção completa dos mármore diferentes do Reino de Portugal, que se acha na mesma Sala de Mineralogia parece-me ser digna da atenção dos curiosos, e não menos as duas toscas estátuas, que estão à entrada do Jardim Botânico, uma das quais tem este letreiro no seu pedestal: Estátuas militares que se acharam no Outeiro Lesenho, perto da Vila de Montalegre, no ano de 1785” (apud Brigola,2009:82-83).

À primeira vista, a descrição aparenta relatar aspetos relacionados com o Gabinete de História Natural e a sua coleção. No entanto, existe uma chamada de atenção para a estatuaria que se encontra no Jardim Botânico. O letreiro exposto permite deduzir a sua cronologia, utilizando em conjunto a sua descrição: toscas, a sua natureza militar e o local de proveniência, o Outeiro Lesenho. Assim, poder-se-á levantar a hipótese de que estas estátuas representam dois guerreiros galaicos, munidos do característico armamento. No entanto, independentemente da importância da sua descoberta, que leva à formulação de um letreiro, estas estátuas ocupam um espaço de entrada como figuras de cortesia para uma coleção científica, em vez de figurarem na própria sala.

Esta realidade deve-se a um conjunto de idiosincrasias. Em primeiro lugar, o próprio carácter destas coleções, aqui expostas como mineralógicas, geológicas e botânicas, está orientada para as produções naturais, sendo que as antiguidades não se adequariam no seu interior. Embora a imagem destes Gabinetes seja muitas vezes formulada através de um critério caótico e por vezes indecifrável na ótica do visitante, a divisão entre o artificial e o natural é bem demarcada, como se exporá no capítulo seguinte. Em segundo lugar, a estatuária assume uma primazia estética no que toca à decoração de espaços verdes no século XVIII, pelo que a presença destes não seria estranha a esse movimento. Finalmente, o móbil da curiosidade assume-se como imperativo pela colocação de um objeto que, pela sua capacidade de provocar o interesse, é convidativa para a entrada de uma outra coleção.

Assim, verifica-se que estas estátuas encontram um lugar e desempenharão um papel que vai para além da sua exibição simples. Neste caso em concreto, não se descarta quer a sua importância quer a sua potencial antiguidade. No entanto, a provável incapacidade de localizar estas produções num período cronológico preciso levou a que fossem mais consideradas pelo seu valor artístico e como agentes provocadores de curiosidade. Não deixam de ser vestígios do Passado, ainda para mais sendo da História de Portugal, mas são aqui reutilizados numa ótica que não se desadequa aos propósitos intelectuais da época.

No que toca à inserção temporal, encontramos testemunhos relacionados com estruturas encontradas ao longo do território português. Concretamente, referimo-nos à questão dos povoados fortificados, de cronologias da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, cuja visibilidade das suas respetivas ruínas atraía a curiosidade das populações locais. No âmbito de um inquérito realizado à escala portuguesa, o Padre Luiz Cardoso formulou o *Dicionário Geográfico* (1747-1751), composto por 44 tomos, no qual noticia informações de natureza populacional, económica, geográfica, histórica, entre outras, plenamente inserido no espírito universalista da época. Não obstante existir apenas uma questão à qual se poderá relacionar o nível da importância arqueológica – *Se tem privilegios, antiguidades, ou outras cousas dignas de memoria?*

O Padre Luiz Cardoso participaria igualmente na organização das *Memórias Paroquiais* (1758-1832), onde figura na íntegra a questão sobre as antiguidades presente no seu *Dicionário Geográfico*. A quantidade de informação patente nas *Memórias* constitui-se como um extenso repositório de dados cuja relevância deve ser atestada. No âmbito deste trabalho, utilizaremos a pesquisa de extratos arqueológicos das *Memórias Paroquiais* realizada por Pedro Azevedo entre 1896 e 1903, publicadas n' *O Arqueólogo Português* como referências vitais para estabelecer um quadro geográfico dos vestígios conhecidos pós-terramoto de 1755.

Entre inúmeras passagens referentes a ruínas, antiguidades e inscrições, encontram-se notícias da presença de outeiros e crastos, próximos de populações. A tabela seguinte representa alguns exemplos encontrados em extratos das *Memórias Paroquiais*, sendo que uma transcrição mais profunda de outros tantos locais se pode encontrar no final deste trabalho (Anexo I):

Nome e Localização	Descrição	Cronologia(s) atualmente proposta(s)
<i>Castro dos Arados – Marco de Canaveses</i>	“No alto cacumen deste monte ha tradição muyto antiga que naquele tempo habitavão os Mouros, e daquela planicie fazião fortaleza, e ainda hoje se divisão huns vestígios pelo poente dos muros da sua fortaleza” (Azevedo,1899/1900c:187)	2ª Idade do Ferro, Época Romana
<i>Nossa Senhora da Guia – São Pedro do Sul</i>	“(…) Há tradição nestes povos vizinhos que o dito oiteiro fora antigamente receptaculo de Mouros no tempo que possuhiam Hespanha, e ajuda a esta credulidade verse ainda nas rayzes do oiteiro vestígio de muro, couza mui tosca, e antiga, e outro mais junto á hermida, que bem se vê ser hum e outro feito por arte e não pella natureza, mas em sima não há signal algum de Castello ou cousa semelhante.” (Azevedo,1896d:305)	Idade do Bronze
<i>Castro de Briteiros - Guimarães</i>	“(…) o Monte Cítania na coroa do qual se conservão vestígios evidentes de que foy povoação grande, pois rompendo esta Calsada pelo monte assima no fim della se encontra hum muro, o qual cercava esta antigua povoação para o Poente e Sul e para o Nascente não necessitava de muro por ser o monte desta parte despinhado (…)”(Azevedo,1896d:314)	Idade do Ferro, Romano e Idade Média

Tabela 1. Exemplos de Castros encontrados em extratos das *Memórias Paroquiais* de 1758

A sua identificação com sítios arqueológicos que sobreviveram até ao século XXI permite relacionar a interpretação setecentista com as investigações contemporâneas. Referentes a espaços geográficos distintos, estas entradas possuem em comum a presença de um povoado fortificado. Lugares de elevada altimetria, onde ruínas, em particular muros, representavam a presença de uma população antiga. A descrição é geralmente superficial, interessando fundamentalmente o papel das lendas e tradições para a sua interpretação. A presença de Mouros apresenta-se como um denominador comum, afigurando-se como a solução mais recorrente para a explicação de ruínas. Esta narrativa deve-se a vários aspetos: à existência de um inquérito às populações; à inexistência de uma ação de escavação visando recuperação de vestígios e à própria satisfação com a narrativa proporcionada.

A primeira e a terceira implicação estão relacionadas, dado que a própria tipologia das *Memórias Paroquiais* se assume como um inquérito, onde podem ser citadas fontes, bibliografia, relatos e tradições orais junto das localidades. Deste modo, o relato dos habitantes de uma povoação cumpriria os requisitos necessários para estabelecer uma narrativa, dado que a sua memória era concebida como um elemento fiável.

Por outro lado, não é inocente a referência a muros e fortalezas e que esta seja relacionada com uma ocupação islâmica, dado que aquelas estruturas não corresponderiam aos modelos arquitetónicos romanos sobejamente conhecidos e sobretudo não localizados nos altos de outeiros. A este dado juntava-se a tradição local para corroborar que estes não eram edifícios da Antiguidade. Da mesma forma estas construções não poderiam ter sido erguidas pela barbárie, dado que esta última seria incapaz de formular tais obras, segundo o pensamento da época. Assim, monumentos que pudessem indiciar aspetos civilizacionais teriam, forçosamente, de ser inseridas num espectro temporal onde as ditas civilizações existissem.

A falta de uma ação de escavação e do contacto com materiais, como existiu pontualmente no tocante a monumentos que hoje sabemos pré-históricos, viria a auxiliar a adoção de cronologias mais recentes para estas estruturas. Ao mesmo tempo, tal era o objetivo da obra: apresentar um quadro de monumentos preferivelmente pautado por localizações e descrições das estruturas e suas componentes do que interpretações.

Sobre estas últimas, e no tocante a esta etapa cronológica, o século XVIII conhece as primeiras tentativas de estabelecimento de uma Idade do Bronze no seu último quartel,

pelo pensamento de Frei Manoel do Cenáculo. Após analisar artefactos de bronze encontrados em Beja, o prelado iria questionar-se acerca da existência de uma Idade do Bronze (Cenáculo,1800 apud Delgado,1949:238). Fá-lo essencialmente pelo contacto direto com vestígios que, demonstrando antiguidade e uma matéria-prima reconhecível, lhe permitem inferir uma cronologia. A ideia recua até à Grécia Antiga, sendo readaptada por Lucrécio no período romano, onde emerge a divisão entre Idade da Pedra, Bronze e Ferro. A inovação ocorre quando os antiquários procuram corroborar este sistema com os artefactos que estudam.

Embora oficialmente o método tipológico que Christian Jürgensen Thomsen formulou, também com base em Lucrécio, seja um produto do século XIX, os primeiros ensaios que concernem à aplicação de uma distinção cronológica com base em artefactos podem ser visionados no século anterior pela Europa. Na Península Ibérica, os antiquários espanhóis desenvolveram esta ideia com maior profundidade, sendo que Frei Manoel do Cenáculo se socorreu das suas interpretações para a sua própria análise, citando os seus trabalhos (Simões,1878:5), especialmente na conceptualização de uma idade para as armas que encontra na sua diocese:

“Outras antiguidades tenho descoberto neste Territorio que mostram viverem aqui da mais remota Idade quando as ideias das Artes erão mui apoucadas. São estoques, ou espadas de quatro palmos de comprido hum dedo de largo sem gume, e achados em vários sítios desta Diecese. Forão do tempo em que os nossos ferião somente de ponta e não de corte. Os virotes são curtos, e são como orelhas que separão da folha a maçam ou punho onde a mão segurava na arma, e vai copia na Lamina Fig. N.º8. Sobre isto pode ler-se D. Joachim Marin Historia de la Milicia Española Tom. I. pag 33. A materia he bronze, ou de ferro.” (Cenáculo,1800 apud Delgado,1949:238)

Cenáculo, para além de toda uma obra pautada por um interesse arqueológico expressivo que será evocado num ponto posterior, procedeu a uma descoberta de artefactos de extrema importância: as estelas da Escrita do Sudoeste. Este sistema de escrita, inserido, face aos dados do conhecimento hoje disponível, no quadro cronológico da Idade do Bronze, seria alvo das indagações do prelado, desenhadas no Álbum das Lápides e expostas no Museu de Évora. Frei Manoel do Cenáculo, embora preconize uma potencial Idade do Bronze para o território nacional, não correlaciona estes achados com os artefactos em bronze que analisou ainda que sublinhe o poder informativo que as escavações possuem para enquadrar estes achados, como no Castro da Cola

(Cenáculo,1791:384-385). Assim, Cenáculo assume o sistema de escrita como tendo caracteres com semelhanças fenícias ou turdetanas, remetendo-as para uma fase de “civilização”. Aplicando os mesmos métodos epigráficos que efetua para outros registos, Cenáculo interessa-se por estes achados na medida em que são testemunhos que possuem elementos que considera fundamentais: as letras. Desde o Grego ao Hebraico, o prelado discorre, ao longo das suas obras, da importância do estudo da génese da literatura, enquanto fator cultural latente nas civilizações, na mente daqueles que se consideram povos cultos (Cenáculo,1791:17-18). Assim, há que inserir estas descobertas na agenda de Cenáculo, de cultivar as populações e de explicar-lhes a importância da história da Literatura, onde utiliza esses vestígios epigráficos.

No que toca à escrita da História setecentista, a presença de um sistema de escrita é considerado uma inovação que está muito além das capacidades da barbárie. Deste modo, quaisquer vestígios que possuam características de uma escrita são testemunhos civilizacionais. Frei Manoel do Cenáculo, perante um fenómeno desconhecido, mas de manifesta antiguidade, age com a lógica que a época permite, recuando estas estelas como pertencentes às nações mais antigas que povoaram aquele território (Cenáculo,1791:385).

Por outro lado, o prelado constitui como sua missão a proliferação do saber e dos valores culturais portugueses, em conformidade com os cânones iluministas. Assim, na sua busca por sítios chave da História Portuguesa, contextualiza os achados segundo o seu conhecimento, um modelo temporal bíblico e uma lógica de servir o Presente através do Passado, perspetiva comum a estes investigadores. Por estes motivos, a distinção entre a barbárie e civilização e entre o antigo e o moderno são traços característicos destas interpretações, que são utilizadas face a realidades que não possuem fontes, tradições ou dados.

A etapa proto-histórica é assim exposta como um período particularmente tardio em termos de formulação e dificilmente perceptível. No entanto, não deixa de existir e de provocar indagações, à semelhança das etapas mais remotas, ainda que, por razões várias, as interpretações fossem redirecionadas para outras temáticas, cronologias e propósitos.

Este é o momento inaugural da História, onde embora surjam episodicamente um ou outro vestígio material, são as fontes, quer sejam religiosas ou profanas, que domina o discurso.

3.2.3 As Antiguidades Clássicas e o legado romano

Um dos traços principais do Iluminismo encontra-se na importância conferida, tal como no Renascimento, à época clássica. O reencontro com uma etapa que se considera o berço da Civilização ocidental realizou-se através da exaltação da Antiguidade Clássica, de viagens a locais de grande importância histórica, movimento conhecido como a *Grand Tour*, e das contribuições a nível político, literário e arquitetónico que perduraram nos valores da sociedade setecentista. No que toca às antiguidades clássicas, estas foram, indubitavelmente, as que provocaram uma maior atração pela parte dos antiquários e colecionadores. Portugal não foi exceção a este gosto, tendo-se assistido a duas realidades distintas: relativamente às antiguidades gregas, as taxas de descoberta eram inexpressivas, o que originava a sua aquisição e coleção em âmbito internacional e às antiguidades romanas que, inversamente às anteriores, se pautam pela sua quantidade, sendo diretamente estudadas a partir dos inúmeros sítios de ocupação romana em território nacional.

Face aos propósitos deste capítulo, incluiremos o estudo das antiguidades gregas na análise dos Gabinetes, enquanto que nos focaremos no imediato nas antiguidades romanas, dada a sua forte presença em diversificadas fontes.

Nos primeiros anos de atividade da Academia Real da História Portuguesa, encontram-se as primeiras notícias de investigação deste tipo de antiguidades no século XVIII. Concretamente, no epílogo das conferências lecionadas pelos sócios desta instituição, eram recorrentes os relatos das descobertas que eram enviadas para a Real Academia. Desde moedas, cipos e inscrições (Azevedo, 1898:100-103), ofereciam-se os próprios objetos ou a sua cópia ao secretariado, de modo a que se pudesse arquivar estes dados. Contudo, estas notícias constituem-se como um aspeto marginal das próprias conferências sendo que, em termos das informações que disponibilizavam eram igualmente parcas. Por outro lado, o seu carácter geral parece tender para uma atitude vocacionada para a recolha destes artefactos enquanto pertencentes a uma dimensão temporal do que a uma dimensão espacial, ou seja, o importante é a descoberta de um vestígio antigo, enquanto que o local onde se encontra, telegraficamente mencionado, não é alvo de investigações posteriores. Contador de Argote, numa conferência na própria instituição veio a alertar os académicos para o facto de que, embora se conheçam vestígios em Braga, a sua compilação e síntese não fora ainda realizada:

“Prova disto he, que da mesma Cidade de Braga só souberaõ a situação, e ignoráraõ a opulência, e a grandeza. Houve em Braga huma Companhia de homens de negocio Romanos. E escreveo atéqui algum dos nossos Authores esta noticia? Nenhum. Militavaõ nos Exercitos Romanos dous mil Soldados naturaes da Cidade de Braga. E escreveo-se isto na nossa Historia? Naõ. (...) Parece que refiro sonhos, ou que relato novelas. Naõ, Senhores, tudo he certo, e fundado sobre documentos recebidos, e incontrastaveis, como se verá nas sobreditas Memorias.” (ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA, 1724a)

O erudito, empenhado em valorizar a empresa à qual dedicaria os próximos anos a efetuar, as suas *Memórias do Arcebispado de Braga*, relata um manifesto desinteresse no seu estudo. De facto, e embora existam os documentos que corroboravam a sua tese, Contador de Argote realça o estado de ignorância face a esses últimos, cujo vazio a sua futura obra viria a colmatar. Esta chamada de atenção, embora não tenha uma relação causal, pelo menos perceptível diretamente, com a etapa seguinte, representa um ponto de rutura, uma transição de um discurso histórico focado a nível nacional para narrativas históricas das realidades locais, recuperando textos humanistas que seguiram essa disposição. As antiguidades sofreriam uma nova atenção nesta mudança, dado que auxiliariam neste processo, oferecendo informações adicionais às fontes. O seu carácter probatório é visível na passagem do *Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra* (1724), no que se refere à ocupação romana de Coimbra:

“Não ha duvida, que antes das Nações Septentrionaes invadirem Hespanha, a antiga Cidade de Coimbra, situada entãõ, aonde agora he Condexa a Velha, tinha Cadeira Episcopal, e Bispos próprios, porque era povoação illustre, e das principaes da Lusitania, como ainda o testemunhaõ os grandes vestígios das ruinas, e as inscrições romanas, que della se leváraõ”(ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA,1724b).

Se algumas notícias continuam com o mesmo teor explicitado anteriormente, outras caracterizam-se pela extensão sobre os seus achados. Alguns exemplos reportam-se a uma moeda romana encontrada nos campos da Cidade de Évora, cuja cópia se efectuou (ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA,1724c:8); da presença de uma inscrição romana encontrada no âmbito da reedificação da Igreja de S.Martinho, em 1732 (Azevedo,1899-1900:85) e das ruínas de um “castello romano” em Ferreira do Zêzere, acompanhadas também de inscrição, em 1733 (Azevedo,1899-1900:85-86).

Foi em 1734 que o segundo volume das *Memórias do Arcebispado de Braga*, cujo Livro III é inteiramente dedicado à presença romana, cimentou o papel das antiguidades na escrita da História Local. Se de facto as fontes orientam a pesquisa, as estruturas, vias, vestígios arquitetónicos, em suma, a materialidade é a prova fundamental para os argumentos que o autor apresenta. Os “juízos” presentes na obra caracterizam-se, geralmente, por inferências a partir de vestígios *in loco*, cuja visita pelo próprio é necessária, para atestar a veracidade ao leitor (Argote,1734:464). Dado o cariz geográfico da obra, a descrição de montes, vales e povoações que possuíssem vestígios de ocupação romana era exaustiva. A preocupação em demarcar os limites e as vias traduzia-se no uso das inscrições como potenciais marcos na paisagem. Da multiplicidade de aspectos que Contador de Argote trata, a capacidade de retirar (...) as distancias das terras, os nomes, os edifícios, e as Famílias (...) (Argote,1734:513) das inscrições é uma das mais relevantes características que estas antiguidades dispõem. De facto, a sua importância é de tal modo expressiva que a utilização de manuais internacionais para permitir o reconhecimento, recolha e investigação de vestígios materiais da Antiguidade tomam parte das obras portuguesas.

Também em Portugal se criaram instruções deste cariz, para uma audiência curiosa e letrada. Um exemplo expressivo das primeiras formulações deste âmbito para circulação nacional encontra-se na *Numismologia ou breve recopilção de algumas medalhas dos Imperadores Romanos de ouro, prata, e cobre, que estão no museu de Lourenço Morganti... a que se ajunta uma Bibliotheca de todos os auctores que escreveram de medalhas e inscripções antigas* por Bento Morganti, em 1737. Desta obra resultam dois elementos: a presença de uma colecção que permita um estudo alargado desta temática, em concreto, as moedas romanas e a recolha bibliográfica que pretende ser universal sobre as mesmas. Procura, como tenciona ser o objetivo da obra, proporcionar ao leitor uma aprendizagem bastante abrangente, numa lógica de dar a conhecer a realidade numismática, através de exemplos práticos.

Bento Morganti seria igualmente o protagonista de uma crítica à obra de Contador de Argote, procedendo-se uma discussão em torno da questão da interpretação de uma inscrição e de uma medalha romanas no seu cerne. *A Dissertação historica e critica sobre a inscripção que existe no campo de Santa Anna na cidade de Braga*, de 1742, focou-se de modo particular na crítica ao estudo dessas antiguidades:

“Quanto a inscripção: de nenhuma sorte me posso accommodar a interpretação que o dito Padre lhe faz no nosso idioma, porque d'elle resulta toda a duvida que elle mesmo excita, fazendo huma grande confusão com cousa tão evidente, e clara. E como o primeiro intento para confirmar a historia, quando esta confirmação se pertende fazer por meyo de inscripções antigas, he a verdadeira interpretação das suas letras; confundida esta, difficulosamente se alcança a verdade, que se pertende persuadir: pois merecendo mayor credito os documentos que se achão escritos nos mármores, e Medalhas antigas, e estes entre todos tem a mayor autoridade para persuadir, e conhecer o verdadeiro como diz Cicero: confusa a sua boa intelligencia, já a clareza da verdade fica escurecida com as sombras de huma diversa interpretação” (Morganti, 1742, p.5-6)



Fig. 6 - Moeda apresentada por Bento Morganti na sua *Dissertação Histórica e Crítica*. In Morganti, 1742:9

Dada a relevância desses “documentos”, na qual Morganti concorda plenamente com Contador de Argote, o primeiro não pode deixar de dedicar a sua obra à crítica de um dos aspectos da anterior. Independentemente da procura de quem possui a hipótese correta, esta situação demonstra mais uma vez o quão importante são as antiguidades para estes estudiosos. Após este episódio, seguir-se-á um último, fechando o ciclo, com o *Parecer anatómico, histórico, crítico e jurídico sobre a Dissertação histórica e crítica de uma inscripção que existe no campo de Sancta Anna na cidade de Braga*, no mesmo ano.

O terramoto de 1755 e o incêndio que lhe seguiu devastariam Lisboa, levando consigo o acervo da Academia Real da História Portuguesa, lesando a sua atividade enormemente. O desastre viria a pôr termo a uma dimensão de recolha e arquivo, mas abriria caminho para outras, dinamizadas pelos efeitos práticos que deste advieram. Distinguem-se três vertentes, que se correlacionam. A primeira, já explanada neste trabalho, são os inquéritos que formariam o *Dicionário Geográfico* do Padre Luís Cardozo e presentes posteriormente nas *Memórias Paroquiais*. As antiguidades romanas encontram-se referenciadas em ambos em grande quantidade. A segunda e terceira entrecruzam-se

cronologicamente, sendo respetivamente a criação de novas obras onde figuram antiguidades e ações de escavação e descobertas de edifícios. Em 1759, um conjunto de dissertações constituiriam o *Collectio Academiae Liturgicae* e procuravam, entre outras inquirições, compreender as dinâmicas das cidades romanas e da sua legislação. Já em 1765, a obra *Observações sobre a língua e orthografia latina*, por António Pereira de Figueiredo, recorrerá a medalhas, mármore e inscrições para compreender aspetos semânticos e gramaticais da língua latina:

“Accresce a esta razão do exemplo outra igualmente grave: que he a utilidade grande que se tira da lição dos antigos Marmores e Medalhas. Quantos pontos importantíssimos da Historia Sagrada e profana se decidirão por este meio! Pelos Marmores e Medalhas da antiguidade se deraõ por este meio! Pelos Marmores e Medalhas da antiguidade se deraõ a conhecer muitas Familias Romanas (...) Pelos Marmores e Medalhas da antiguidade se assentarão as Epocas de vários Emperadores, a fundação de varias Cidades, as Eras de varias nações: de cujo conhecimento dependia a certeza de vários factos importantíssimos ainda nos Annaes da Igreja. Pelos Marmores e Medalhas da antiguidade vieraõ os modernos no conhecimento de muitas formulas, de muitos ritos, de muitos costumes, de muitos Pôvos e Sociedades: cuja noticia contribuiu sumamente para a intelligencia de muitos passos difíceis ou escursos da Historia profana.” (Figueiredo, 1765: II)

Encontramos a ideia da utilidade da escrita sobre um registo material explanada ao máximo, com estas antiguidades a suplantarem a falta de fontes documentais para a escrita da História. O autor utiliza várias coleções estrangeiras, citando-as diretamente. No caso português, todas as inscrições que se encontram nesta obra são retiradas das *Memórias do Arcebispado de Braga*, não se assumindo, portanto, como um trabalho de investigação de novos dados mas de responder a uma questão recorrendo ao maior conjunto de informação possível.

A reconstrução da cidade de Lisboa viria a revelar vestígios romanos no subsolo. O “criptopórtico” da Rua da Prata, cuja descoberta remonta a 1770 e as denominadas Termas dos Cássios, a 1772, são alguns exemplos (Fabião, 2011:65). É interessante verificar que, no meio urbano, estas estruturas não conhecem os efeitos imediatos do Alvará de Ley de 1721, sendo negligenciadas a favor da rápida implementação do novo modelo arquitetónico lisboeta. O fluxo de obras onde se identificam vestígios materiais romanos aumenta exponencialmente: Frei Vicente Salgado escreve a *Breve instrução sobre as medalhas romanas, para os primeiros estudos do novo curioso* (1780) e

Conjeturas de uma medalha de Bronze (1784); Manoel Bezerra publica *Os estrangeiros no Lima* (1785), onde discorre sobre as estruturas romanas encontradas na geografia que a sua obra se compromete a estudar e Frei Manoel do Cenáculo compõe os *Cuidados Literários do Arcebispado de Beja* (1791), onde entre muitos assuntos, o prelado discorre sobre o legado romano na região.

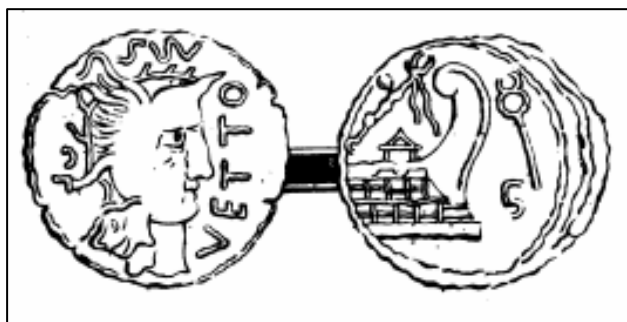
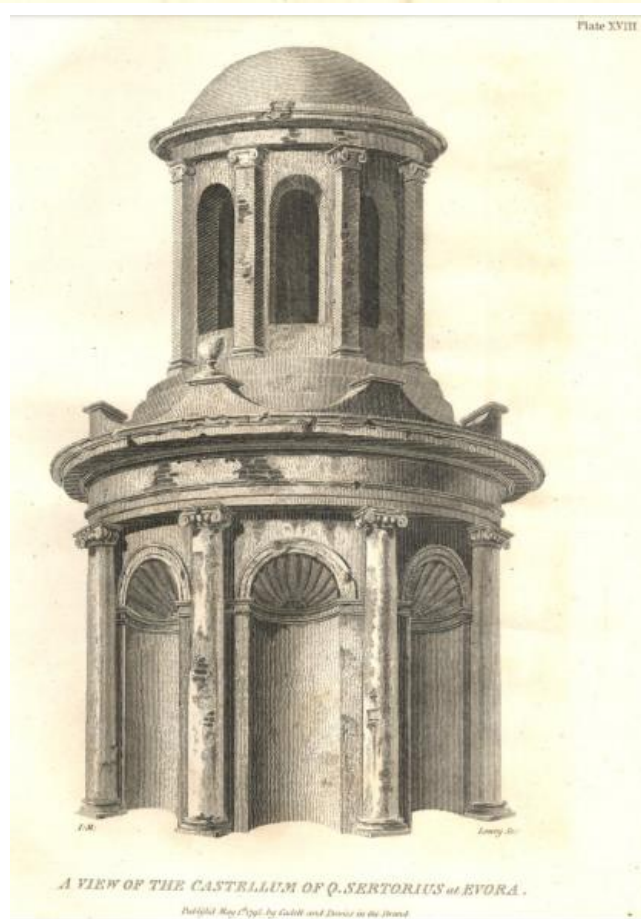
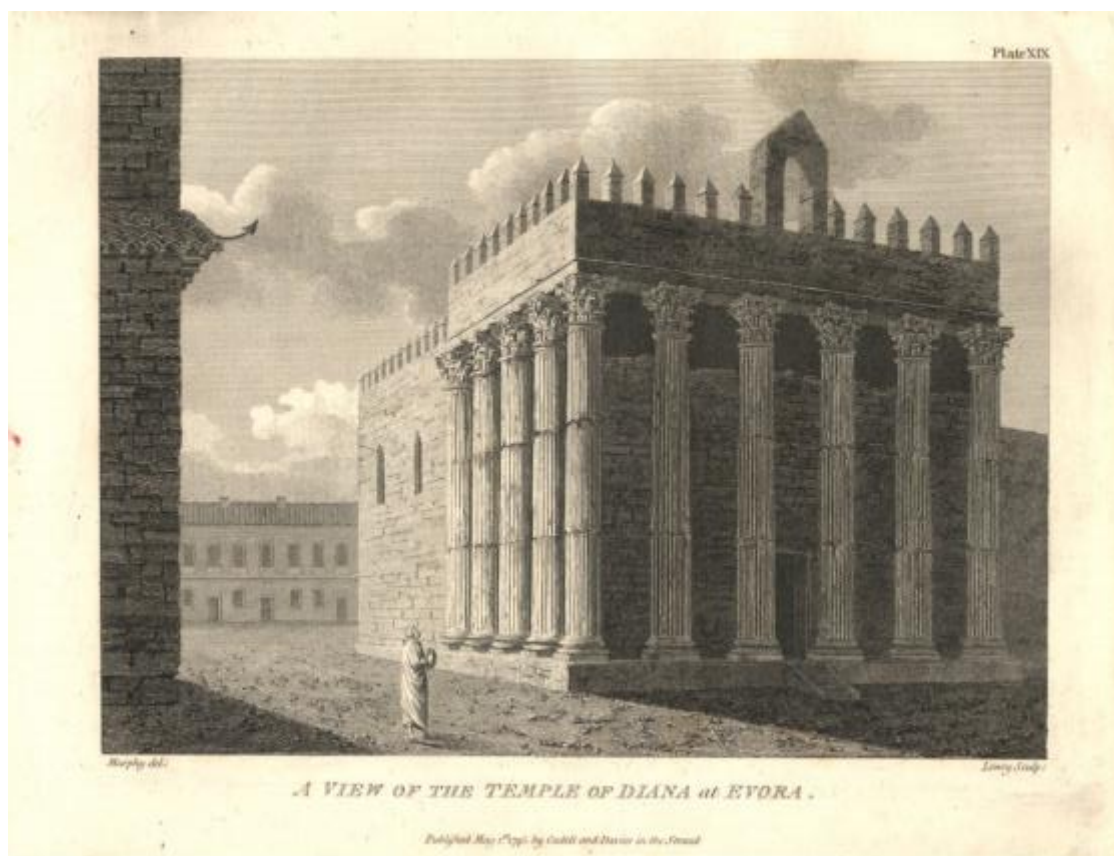


Fig. 7 - Moeda analisada por Frei Vicente Salgado, nas suas *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*. In Salgado,1786:23

Se as estruturas em ambientes urbanos parecem tender a ser descuradas, em outras localizações acontece fundamentalmente o contrário. Dado o fim da Real Academia da História Portuguesa, muitos académicos viriam a tornar-se sócios da Real Academia das Ciências, fundada em 1779 por D.Maria I, tornando-se seus correspondentes. A História, conhece nesta instituição um lugar, ainda que periférico, como é visível nas *Memória das antiguidades de Caldas de Vizela* (1792) onde se descrevem ações de escavação de estruturas que se interpretam como termas e da sua utilidade para a construção de estabelecimentos de banhos nesse mesmo local, estabelecendo uma ponte entre o Passado e o Presente.

Já no final do século, desvendam se as ruínas do Teatro Romano de Lisboa que, novamente, não causam um interesse suficiente para a sua preservação. Paralelamente, as ruínas do complexo piscatório de Tróia encontram-se exploradas através de patrocínio régio (Martins,2014:206). Esta situação não será fácil de compreender, embora se considere nestes casos em concreto que a ideia de modernidade e o aproveitamento político contribuam para este quadro. Por um lado, porque Lisboa pretende ser uma cidade moderna, cujo plano de reconstrução é inflexível a produtos do Passado. Já Tróia assume-se como meio geográfico significativamente menos perturbado por construções, o que,

para efeitos de viagem e de curiosidade, merece ser preservado, possivelmente querendo-se elevar o seu valor face às construções ao ar livre visíveis em Roma.

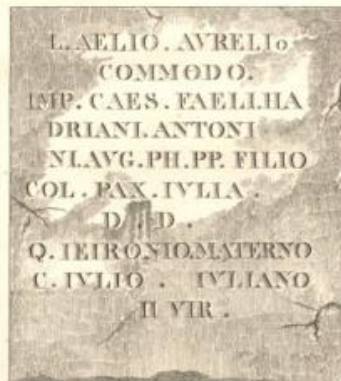




J.M.M.

Lenny Adelp.

FRAGMENTS OF ROMAN ANTIQUITIES FOUND AT BEJA & EVORA.



Published May 1799, by Cadell and Davies in the Strand



Figuras 8 a 12 – Vários vestígios romanos, presentes na obra de James Murphy. Respetivamente, de cima para baixo: Representação do Templo de Diana, In Murphy,1795:306; Representação do Castello de Sertório, em Évora, In Murphy,1795:304; Fragmentos romanos de Beja e Évora, In Murphy,1795:298; Inscrições romanas de Évora, In Murphy,1795:300 e Representação de inscrições romanas em Lisboa. In Murphy,1795:184.

3.2.4 Os vestígios materiais da Idade Média

Se o legado romano é objeto de uma atenção, em coerência com os ideais vigentes na Europa, o período que corresponderia à Alta Idade Média não estimularia um interesse nos eruditos que se dedicavam ao estudo da História. Compreende-se em certa medida que, na exaltação dos valores da Antiguidade, as invasões bárbaras iniciassem, na ótica dos estudiosos, uma etapa negra e a representação de uma queda civilizacional. Deste modo, e embora figurando nas Histórias gerais de Portugal e em tábuas cronológicas, a investigação dita arqueológica em seu torno é comparativamente mais escassa.

Assim, a notícia de letreiros (Azevedo,1896:252-264) e de medalhas presentes em coleções e recolhidas em diferentes localidades (Brigola,2009:41) atestam o máximo expoente desta realidade, não sendo, em termos quantitativos, expressiva.

No entanto, quando nos reportamos às etapas que se lhe seguem, quer no que toca ao domínio islâmico e à constituição do Reino de Portugal, o seu estudo é consideravelmente mais vasto.

A presença dos “Mouros” em território nacional formulou-se através da existência de vestígios arquitetónicos, de cultura material e de resquícios etimológicos. A ausência de um conhecimento das etapas mais remotas de Portugal originava que muita desta informação, que pelas lendas e tradições locais, fosse erradamente atribuída à ocupação islâmica. Esta situação provoca, nas investigações setecentistas, uma sobrevalorização da densidade deste fenómeno, pelo que, na hora de caracterizar o verdadeiro entendimento dos observadores, corroborando ou refutando os dados atendendo às especificidades de cada local. Em todo o caso, os grandes aglomerados, e principalmente os mais expressivos castelos (Azevedo,1897:225-244) são identificados, quer pelo conhecimento que nunca se perdeu ou com a comparação com as fontes escritas. Existem igualmente notícias de medalhas árabes remetidas para a Academia Real da História Portuguesa (ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA:1724e), e a sua presença em Gabinetes (Brigola,2009, p.41). A sua importância é ainda visível no final do século, onde Frei João de Sousa transcreve documentos que se encontravam na Torre do Tombo, compondo a obra *Documentos Arabicos para a Historia Portugueza* (1790), e formula, através da Academia Real das Ciências a *Memória de quatro Inscrições Árábicas suas traduções* (1793).

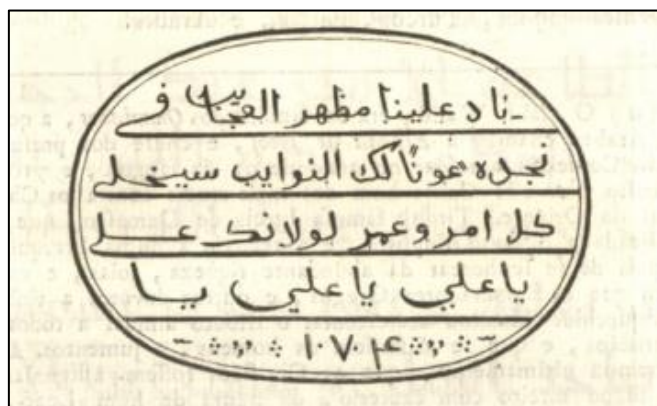


Fig. 13 – Inscrição árabe de uma “cédula, ou sinete” achada em 1772, na Vila de Palmela. In Sousa,1794:367

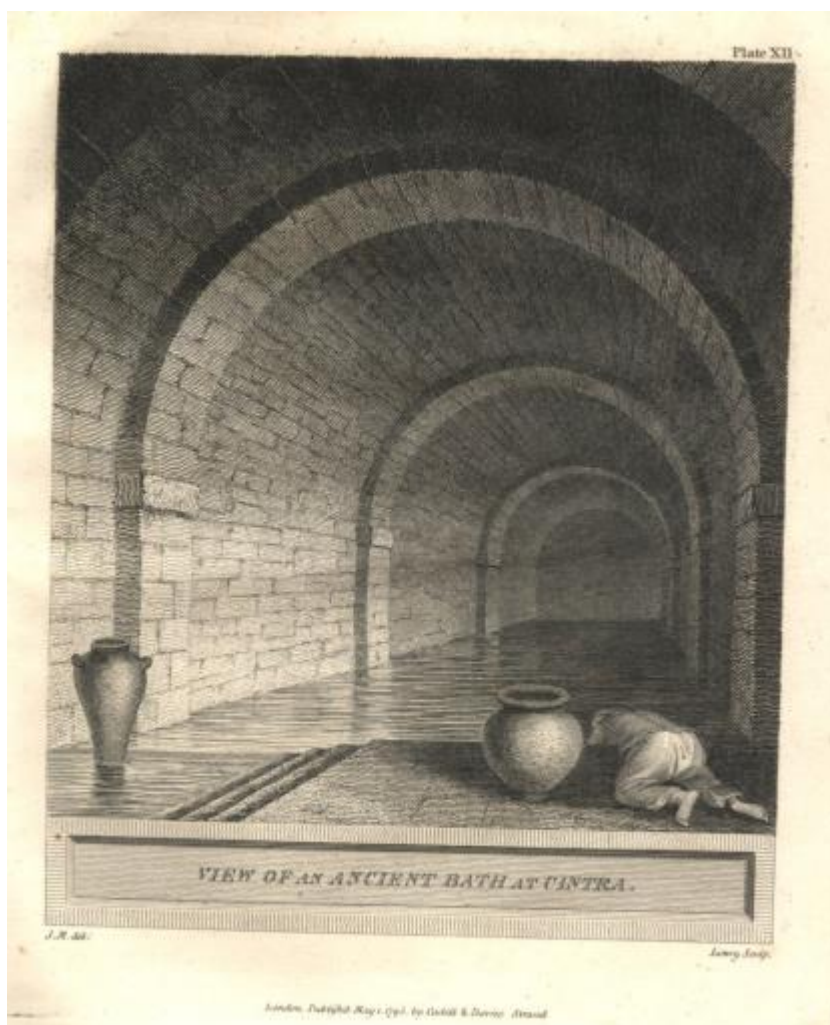


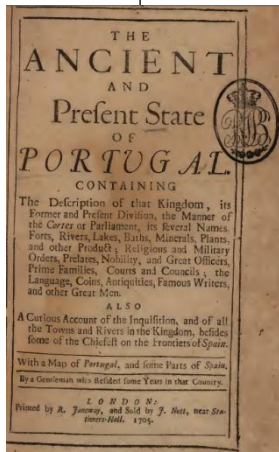
Fig. 14 – Banhos antigos em Sintra. In Murphy,1795:246

Quanto à constituição do Reino de Portugal, a sua atenção reflete-se nas diversas conferências que são apresentadas na Academia de História, quer no tocante aos sucessivos reinados (ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA,1724d) quer à História eclesiástica, fundamental para este período, como visível pelo teor das obras apresentadas. Se a investigação é eminentemente histórica e pretende formar uma cronologia, não deixam de existir verdadeiras inquirições arqueológicas sobre assuntos e objetos deste período. A mais expressiva pode considerar-se a de Frei Manuel do Cenáculo acerca do local da batalha de Ourique, que resultou em várias ações de escavação em outeiros fortificados, especialmente no sítio da Senhora da Cola (Fabião,2011:76).

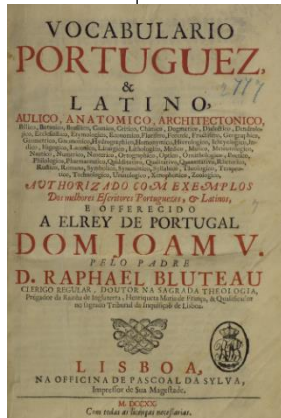
3.2.5 Os limites do Passado

No Alvará de Ley de 1721, a delimitação temporal da proteção dos artefactos é sucinta: o seu término encontra-se no reinado de D. Sebastião. Estabelece-se assim um limite preciso à investigação do Passado, sendo que a Restauração se assume como um fenómeno histórico, como constatável na obra seiscentista *História de Portugal Restaurado*, por D. Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira, e não arqueológico. No entanto, documentam-se inscrições portuguesas e latinas (Azevedo,1898:315-329) e sepulturas (Azevedo,1896:252-264). A difusa divisão da fronteira entre o Passado e o Presente assume-se no próprio Alvará, um “inventário artístico” nacional. A relevância para a investigação arqueológica neste período assenta na indissociabilidade que esta verifica com as metodologias da Filologia e da História da Arte. É por essa razão que, quanto mais recentes são os vestígios, mais esses métodos são utilizados, e maior a inserção de objetos e edifícios no âmbito de realidades artísticas.

Ao longo deste capítulo, apresentaram-se abordagens a períodos cronológicos como são hoje designados na investigação arqueológica científica, extrapolando-os para os seus equivalentes setecentistas. Este exercício pretendeu demonstrar que o interesse e estudo das Antiguidades possuem um largo espectro temporal, desde os tempos mais remotos ao final do período contemplado no Alvará de Ley e que são tratadas à luz das suas particularidades e do que as fontes permitem asseverar. Contudo, estas Antiguidades, quando retiradas do seu contexto original, são guardadas em espaços e coleções quando retiradas do seu contexto original, os denominados Gabinetes, objeto de análise do próximo capítulo.



1705 – Publicação de *The Antique and Present State of Portugal*, por John Stevens



1720 – Referência a pedra de raio no *Vocabulário Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau

1721 – Alvará de Ley de proteção do património cultural português e formação da Real Academia de História Portuguesa

1723 – Descoberta de arte rupestre em Moçambique por Frei Manuel de Santo Tomás

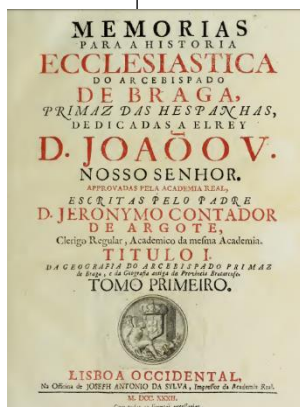
1724 – Contestação de D. Jeronymo Contador de Argote em conferência apresentada à Real Academia da História Portuguesa referente à importância dos estudos históricos de localidades, especialmente face ao legado romano de Braga / Notícia de descoberta de medalha romana em Évora

1724 – Notícia da descoberta de medalhas árabes apresentadas à Real Academia de História Portuguesa

1732 – Notícia da descoberta de inscrição romana na Igreja de S. Martinho

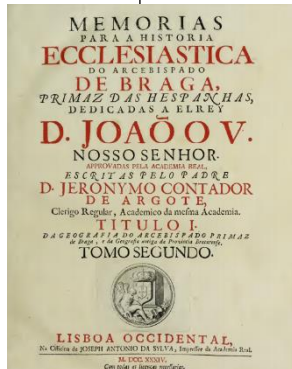
&

Publicação do primeiro volume das *Memórias Históricas para o Arcebispado de Braga*, por D. Jeronymo Contador de Argote



1733 – Conferência de Mendonça e Pina na Real Academia de História Portuguesa, sobre o tema das antas

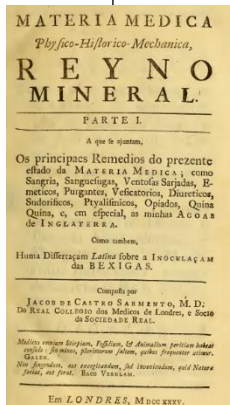
1733 – Notícia da descoberta de ruínas e inscrição romana em Ferreira do Zêzere



1734 – Notícia apresentada na Real Academia de História Portuguesa acerca da formulação de uma lista de antas presentes no território nacional pelo Padre Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro

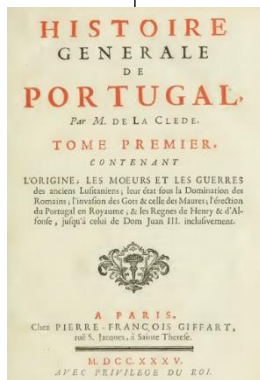
&

Publicação do segundo volume das *Memórias Históricas para o Arcebispado de Braga*, por D. Jeronymo Contador de Argote

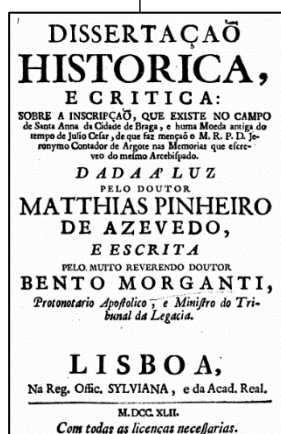


1735 – Explicação da formação da pedra de raio em *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* de Jacob de Castro Sarmiento

&



Publicação de *Histoire Generale du Portugal* por M. de la Clede



1737 – Publicação da *Numismologia ou breve recopilação de algumas medalhas dos Imperadores Romanos de ouro, prata, e cobre, que estão no museu de Lourenço Morganti... a que se ajunta uma Bibliotheca de todos os auctores que escreveram de medalhas e inscripções antigas*, por Bento Morganti

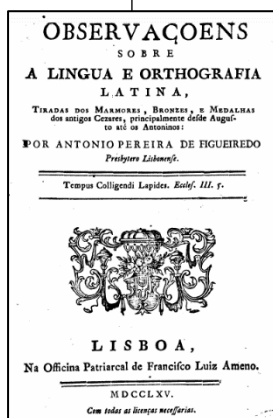
1742 – Publicação d' *A Dissertação historica e critica sobre a inscripção que existe no campo de Santa Anna na cidade de Braga*, por Bento Morganti

1753 – Ação de escavação de uma anta pela parte de Padre José Gaspar Simões

1755 – Episódio destrutivo em Lisboa, causado por terramoto no dia 1 de Novembro, Dia de Todos-os-Santos

1758 – Início da organização das *Memórias Paroquiais*, onde se encontram notícias arqueológicas ao longo do território nacional

1759 – Publicação da *Collectio Academiae Liturgicae*

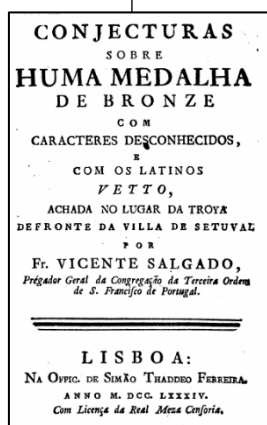


1765 – Publicação de *Observações sobre a língua e orthografia latina*, por António Pereira de Figueiredo

1770 – Descoberta do “criptopórtico” da Rua da Prata, em Lisboa

1772 – Descoberta das Termas dos Cássios, em Lisboa

1780 – Publicação da *Breve instrução sobre as medalhas romanas, para os primeiros estudos do novo curioso*, por Frei Vicente Salgado



1781 – Interpretação das antas como potenciais sepulturas de grande antiguidade, no Cabo Mondego

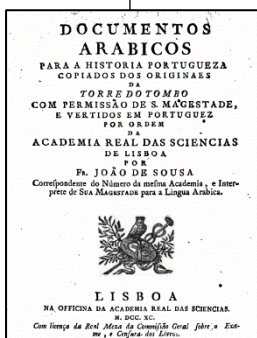
1784 – Publicação de *Conjeturas de uma medalha de Bronze*, por Frei Vicente Salgado

1785 – Descoberta de estátuas militares antigas no Outeiro Lesenho

1785 – Publicação de *Os estrangeiros no Lima*, por Manoel Bezerra

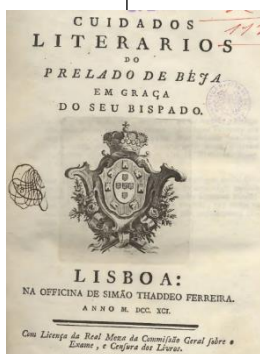


1786 – Publicação das *Memorias ecclesiasticas do Reino do Algarve*, por Frei Vicente Salgado



1788 – Encenação da peça *Osmia* na Real Academia das Ciências, onde figura uma anta interpretada como sendo um altar

1790 – Publicação de *Documentos Arabicos para a Historia Portugueza*, por Frei João de Sousa



1791 – Publicação de *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, por Frei Manoel do Cenáculo

1792 – Publicação de *Memória das antiguidades de Caldas de Vizela*, com notícia de acções de escavação, por José Mascarenhas Neto

1793 – Publicação de *Memória de quatro Inscripções Arábicas suas traduções*, por Frei João de Sousa

1795 - Explicação da formação da pedra de raio na *Recreação Filosofica* do Padre Theodoro D'Almeida

1800 – Publicação de *Sisenando Mártir e Beja Sua Pátria*, por Frei Manoel do Cenáculo

Fig. 15 – Principais acontecimentos e obras publicadas relacionadas com a temática das Antiguidades no século XVIII em Portugal

Capítulo 4

4. Gabinetes

Na caracterização do pensamento arqueológico em diacronia, foi realizada uma análise preliminar aos Gabinetes, em particular a sua organização, conteúdo e funções. Pertencentes a um período cronológico lato, integrado na Idade Moderna, estes espaços representariam um microcosmo do Mundo através da exposição de objetos exóticos ou que despertassem curiosidade. Estabelecemo-los como pontos centrais que entrecruza temas, tendências e ideologias. Apenas através da perceção de todos estes elementos se poderá atestar a verdadeira complexidade destes estabelecimentos, assim como desafiar noções predefinidas sobre a sua natureza.

Um dos seus traços mais marcantes é o aparente caos que neles impera, em termos de organização. Embora já o tenhamos frisado, a recente historiografia, em detrimento de uma análise de diletantismo puro, tem considerado o Gabinete como a consolidação de uma nova visão do mundo, um autêntico microcosmo (Pomian,1990:69; Carvalho,2017:1932). Sendo uma realidade que se constrói no decurso do século XVII, os Gabinetes setecentistas são alvo de processos de reformulação das coleções que os constituem (Schulz,1990:214-215). Assim, estes tornam-se o reflexo do espírito da Enciclopédia (Schulz,1990:217) quando emergem categorias que incorporam determinados objectos (Pomian,1990:45).

É inequívoca a ligação dos objetos, e do espaço em si, a uma vertente artística. A própria transição entre *Kunstkammer*, quartos de arte e *Wunderkammer*, quartos de maravilhas é precisamente a mudança de um estabelecimento exclusivamente conectado à arte para passar a ser um local onde se reúnem curiosidades (Schulz,1990:208). Esta realidade não iria implicar um corte absoluto com a estética, ou com objetos artísticos, mas antes uma alteração da prioridade concernente ao uso do espaço, da sua função e da necessidade de estabelecer um microcosmo. A este último, conceito proposto por Krzysztof Pomian, alia-se um outro, que funde a componente artística com a visão do mundo, o conceito de *cabinets of the world* de Eilean Hooper-Greenhill. Este cobre a componente cénica com a exposição de artefactos, animais e minérios cujo relevo para a compreensão da realidade é universalmente aceite (Hooper-Greenhill,2003:82). Assim, o

cabinet of the world consistiria na utilização de “(...) material images and similitudes to reveal the order of the world.” (Hooper-Greenhill,2003:90)

Essa dualidade – a combinação entre o discurso estético e científico - conduz a que o Gabinete seja comumente apontado como o antecessor do museu moderno (Bowry,2015:58-59). Não apenas pelo teor das coleções, mas da didática inerente à crescente abertura que estes estabelecimentos apresentavam (Schulz,1994:176). Deste modo, a fronteira entre a esfera privada e a pública tende a complexificar-se, embora obviamente não se possa classificar o Gabinete como uma instalação pública, aberta a todas as camadas sociais.

Independentemente desse aspeto, é certamente um espaço que provoca quem o visita. É visível pela sua arquitetura sistemática, cujo olhar progressivo desempenharia o aumento da curiosidade do visitante face ao seu interior (Ekman,2018:226), colocando-o no centro do microcosmo, uma verdadeira disposição humanista. A sua disposição convida igualmente à memória representativa, do que simboliza uma determinada temática e qual a sua ligação com os artefactos circundantes (Ekman,2018:232-233).

Todos estes elementos revelam uma tríade de aspetos fundamentais. Se o colecionismo é o mais perceptível, especialmente pelas profundas informações que os Gabinetes oferecem para a história das coleções (Schulz,1990:205-206; Carvalho,2017:1934), sublinhem-se dois outros. O primeiro, o Conhecimento, abrange a emergência de uma cultura não só de curiosidade, mas de saber, que se alia ao nascimento de Academias, Simpósios, Conferências e à imprensa escrita. A necessidade de entender a profundidade da Criação é premente, com as coleções de curiosidades a servirem também para esse propósito de pesquisa (Schulz,1990:217). Por fim, o individualismo reporta-se à emergência de figuras singulares, mas igualmente de projetos associados a uma única pessoa, à sua erudição e características próprias.

Evidentemente, o Indivíduo existe dentro de uma Sociedade. Se um dos aspetos sociais que se verificam consiste no binómio privado/público, no sentido de um espaço que é ao mesmo tempo pertença de um indivíduo ou instituição, mas aberto a visitas, um outro assenta no facto do Gabinete ser uma propriedade exclusiva de determinados estratos sociais. Já não se limitava às famílias reais, mas antes a diferentes níveis da aristocracia, clero e intelectuais (Pomian,1990:41), sendo que o foco sobre preciosidades é substituído pela curiosidade intrínseca, aliviando a pressão económica de compra de uma coleção.

Isto traduz-se na possibilidade se poder formar uma coleção composta por antiguidades locais e feitas de materiais modestos, sem que a sua depreciação a nível da riqueza que os constituem interfira com a capacidade de proporcionar curiosidade ao Observador.

Todos estes temas permeiam os Gabinetes e cada um dos mesmos tem o potencial de ser explorado individualmente. A sua ligação é necessária para entendê-los como um todo, tomando em atenção as suas dimensões várias. Se estes possuem um lugar na história das coleções, da arte, da sociedade, da arquitetura e da filosofia, há que explorar a sua importância para a História da Arqueologia.

4.1 Gabinetes na História da Arqueologia

Argumentámos, no início desta tese, que os Gabinetes ocupam um lugar decisivo na história do pensamento arqueológico. De facto, as grandes narrativas que tratam da historiografia da disciplina tendem a reservar capítulos que tratam da génese ou origens da Arqueologia, onde figuram o Antiquarismo e, conseqüentemente, os Gabinetes. Contudo, há que escrutinar que tipo de lugar é este e se efetivamente se transforma, ao longo da bibliografia. Porque se concebemos o Gabinete enquanto um fenómeno fundamental para o desenvolvimento da Arqueologia, não assegurar a sua presença factual na historiografia seria retirar toda a complexidade explanada anteriormente. Não aceitar a sua valorização implica descartar todos os artefactos, sítios, observações e relatos que atravessam estes espaços e o seu potencial valor para a investigação do passado neste período.

Assim, há que perscrutar o estudo do Gabinete e como este se impulsionou através da comunidade académica, especialmente a partir de 1980 (Carvalho,2017:1934), assim como questionar qual o seu papel dentro da História da Arqueologia.

Numa análise comparativa, Gonzalo Ruiz Zapatero demonstra que a temática do Antiquarismo é tratada com um peso diferenciado nas principais narrativas historiográficas conhecidas, especificamente *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), de Glyn Daniel e *A History of Archaeological Thought* (1996), de Bruce Trigger (Ruiz Zapatero,2017:12) e que seria a obra de Schnapp, *The Discovery of the Past* (1996), que constituiria uma alteração nas leituras do tema.

Se o Antiquarismo aí figura e se realmente o seu estudo é, na contemporaneidade, um avanço considerável face a períodos anteriores (Miller,2012:27), tal não implica que o Gabinete esteja incluído nestas análises. A razão é simples, a Idade dos Antiquários, tal como Arnaldo Momigliano cunha o movimento de colecionismo de artefactos antigos setecentista (Momigliano,1950:286) pauta-se por uma multiplicidade de opções de estudo que podem contemplar, ou não, a inclusão destes estabelecimentos. Cada obra, portanto, apresenta um objetivo distinto quando decide referir os acontecimentos imediatamente anteriores.

Em *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), este é bastante perceptível, dado que a cisão entre uma prática científica, que se tornaria na disciplina arqueológica, e um diletantismo, que corresponderia ao Antiquarismo, é bastante vincada (Ruiz Zapatero,2017:8). Deste modo, não é estranha a quase ausência da invocação do Gabinete, sendo esta a principal passagem em que é referido:

“These eighteenth-century travellers opened the eyes of Englishmen to the artistic achievements of the Ancient Mediterranean civilisations (...) These early collectors brought back with them antiquities for their closets and cabinets of curiosities – the forerunners of our archaeological museums.” (Daniel,1976:21)

A importância dos Gabinetes e das coleções assenta no papel que terão no futuro, onde a Arqueologia se consolidará nas bases destas recolhas e viagens, e não no imediato valor das mesmas.

A mesma lógica é encontrada em *A History of Archaeological Thought* (1996), embora o tema do antiquarismo seja incomparavelmente mais desenvolvido:

“Antiquarian studies clearly evolved somewhat differently in Britain, Scandinavia, France, and Germany. Developments in Hungary and the western Slavic countries seem to have most resembled those in Germany. Yet everywhere in northern and central Europe early antiquarianism shared important features in common. Political leaders and scholars incorporated archaeological finds into their collections of curiosities. In some princes’ collections local discoveries considered to have artistic merit were displayed alongside statues and painted vessels imported from Italy and Greece. Some digging was carried out to recover artifacts and occasionally laws were passed to protect antiquities and secure new finds for royal or national collections. Although archaeological discoveries were often fancifully associated with historically known peoples, no effective system was

devised for dating prehistoric artifacts anywhere in Europe. In the absence of written inscriptions, it was not even clear which finds dated before earliest written records in any particular area and which did not.” (Trigger,1996:90-91)

Bruce Trigger explora um âmbito geográfico mais alargado deste fenómeno, assim como oferece uma profundidade superior em termos das diferenças formais e de desenvolvimento de práticas que iriam gerar uma divisão entre *naturalia* e *artificialia*. Por outro lado, o capítulo do Antiquarismo serve como antecâmara para exemplificar os primeiros reconhecimentos do que viriam a ser as antiguidades pré-históricas, dado que, na ótica da obra, é fundamental para o nascimento da Arqueologia como disciplina moderna atestar os contributos iniciais de perceção de artefactos da Pré-História. No entanto, o Gabinete acaba por ser relegado para um segundo plano para dar azo a este projeto, focando-se coleções muito específicas e principalmente obras que, pelo seu teor precursor, se liguem diretamente a ferramentas líticas de períodos pré-históricos.

Será com *The Discovery of the Past* (1996), de Alain Schnapp, que o Gabinete e as coleções que o constituem se tornarão efetivamente dados de relevância para a História da Arqueologia. À semelhança de Bruce Trigger, o autor discorre sobre o reconhecimento de artefactos pré-históricos e o seu papel dentro destes estabelecimentos. No entanto, Alain Schnapp apresenta uma visão aprofundada do Antiquarismo e, conseqüentemente, dos principais veículos que constituem a Arqueologia em longa diacronia. Já não se trata de acentuar uma cisão ou estabelecer uma ligação a partir de um elemento em específico, mas antes compreender as raízes da interpretação arqueológica:

“If archaeology began with the collection of antiquities, it came of age with their interpretation. (...) Archaeological interpretation needs a historical explanation of the way in which knowledge survives from the past.” (Schnapp,1996:163)

Assim, a coleção gera conhecimento, com o Gabinete a constituir-se a variável espacial que o permite (Schnapp,1996:168). Nessa lógica, cada um destes estabelecimentos é ilustrado na obra através de iconografia do seu período correspondente, pretendendo demonstrar que as coleções como as de Ole Worm, Samuel von Quicchelberg e Ferrante Imperato são pedras basilares para o início de um método, de um novo estilo, de uma vertente epistemológica nunca vista e que, segundo Schnapp, será de vital importância para a formação da disciplina.

Com a última obra, assiste-se a uma inflexão no que toca aos estudos sobre o Antiquarismo, que continuam em crescendo, e o papel do colecionismo da Idade Moderna para a História da Arqueologia. Trabalhos como os de Gloria Mora (1998) e Jesús Salas Álvarez (2004) representam contributos relevantes para o período cronológico em questão. Em Tim Murray (2007a) explanam-se os potenciais benefícios de rever a inclusão do conceito do antiquário na História da Arqueologia e, já em obra de teor universalista (2007b), em que a junção de escritos onde figuram temas arqueológicos, coleções e ações de personagens são concebidas como marcos cronológicos importantes.

A consolidação destas perspetivas assenta no artigo de Schnapp (2013) sobre a necessidade de estabelecer uma História global do Antiquarismo. Esta permitiria conceber as consequências deste fenómeno para a conceção do Passado e da sua materialidade, consequentemente desvendando temas para as variadas Histórias da Arqueologia existentes na Europa. De facto, a visão local destes fenómenos conduz a uma revisão e recontextualização de documentos, obras e ações num período preciso, normalmente dispostas em fontes de vária tipologia (Salas Álvarez, 2004:13)

É esta passagem, de meios geográficos alargados para específicos onde se encontra o processo atual de explorar o Gabinete como uma realidade de interesse arqueológico. Deste modo, transita-se para o que um meio nacional, neste caso português, permite oferecer nesse sentido.

4.2 Portugal e os seus Gabinetes

No caso português, o Gabinete do século XVIII foi alvo de estudo quer por parte da História da Museologia quer pela História da Ciência. A principal bibliografia neste sentido é Brigola (2003), dado que estabelece uma perspetiva de conjunto, intrinsecamente de teor museológico, mas que permite lançar as bases para pesquisas específicas futuras. Concretamente neste trabalho, partimos da sua lista de Gabinetes para a análise biográfica desses mesmos espaços, procurando aumentá-la ao mesmo tempo que se explora especificamente a sua potencial dimensão arqueológica. Já a nível de historiografia da Ciência, o artigo de Lourenço & Gessner (2012) explora a temática dos instrumentos científicos relacionados com os Gabinetes de Física em Portugal e Brasil. No que toca ao colecionismo arqueológico neste período, a obra de Brigola (2009) representa um importante repositório de fontes para o efeito.

De facto, constata-se a falta de estudos que relacionem a temática dos Gabinetes com a História da Arqueologia. Assim, tentando realçar essa potencial dimensão, estabeleceu-se de seguida para o estudo destes estabelecimentos em Portugal por ordem cronológica.

4.2.1 Gabinete dos Condes da Ericeira (XVII-1755)

O Gabinete dos Condes da Ericeira apresenta-se como um projecto familiar, cuja duração atravessa a transição entre o século XVII e o XVIII. Idealizado por D. Luís de Menezes (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, este espaço viria a albergar vários tipos distintos de artefactos e instrumentos científicos, assim como de obras de arte, que o seu filho, D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4º Conde da Ericeira, viria a expandir consideravelmente. Instalado no Palácio da Anunciada, em Lisboa, os limites físicos dos pertences não se limitam a uma divisão, dado que as coleções se encontravam dispersas pelos múltiplos espaços desta residência (Costa,1712:438). Na descrição existente deste palácio é possível distinguir algumas particularidades no que toca a estas áreas:

1 - “(...) a melhor livraria de Portugal, pelo numeroso, & selecto, adornada de Globos, & instrumentos Mathematicos, medalhas, & outras antiguidades.” (Costa,1712:438)

2 - “(...) hum espaçoso jardim com huma fonte feyta por Berino (...) uma grande rua cuberta de redes, & chea de pássaros, & da outra parte de arvores, & hortas deliciosas.” (Costa,1712:438)

3 - “(...) quatro quartos diferentes adornados de preciosos moveis, & excelentes pinturas, & todos se terminaõ em hum bellissimo eyrado de obra Mosaica com varias fontes, & estatuas” (Costa,1712:438)

Estes espaços, encontrando-se em consonância com o espírito de D. Francisco Xavier de Menezes, representam praticamente todas as áreas do saber a que o 4º Conde da Ericeira se dedica. A primeira divisão, a biblioteca, ou neste caso, “livraria”, é aqui assumida como o Gabinete; a segunda, o jardim e as imediações, o espaço que albergará as “(...) coizas pertencentes à Historia Natural” (Lisboa, 1786:16), enquanto que a terceira simboliza a galeria de arte e da pintura.

Sendo impossível compreender na sua totalidade o espírito colecionista dos Condes de Ericeira sem enumerar estas realidades, focamo-nos essencialmente no Gabinete em si. Este possui um carácter extremamente dinâmico, quer pela extensão do legado do 3º Conde da Ericeira quer pela tipologia dos artefactos e instrumentos científicos que aí

figuram. Dado que a livraria se encontra em permanente atualização; os instrumentos científicos e as antiguidades que denotam uma atividade em franca expansão, este Gabinete modifica-se com o tempo, as vicissitudes que concernem ao seu proprietário e as funções que lhe são destinadas. Não é assim estranha a menção, especialmente em fontes ou bibliografia que deem conhecimento quer de uma coleção de História Natural (Lisboa,1786:16) assim como de um Gabinete de física (Barbosa,1903:29).

Precisamente pela multiplicidade de temas que aloja, é inequívoco que se trata de um local de estudo e reflexão, ainda que com componentes muito práticas e de experimentação, o que denotam os instrumentos presentes. Se uma das suas funções passa por ser um espaço de estudo, outra seria a de proporcionar um espaço de partilha de conhecimento, através da instauração de academias eruditas cujas reuniões aconteceriam no Gabinete do Palácio da Anunciada. Já o anterior proprietário, D.Luís de Menezes, instaurara a Academia das Conferências Eruditas cuja reorganização, pela parte do seu filho, viria a formar a Academia Portuguesa, em 1717 (Paço,1964:70). Desta última reunião conhece-se a ordem de trabalhos:

“O Conde de Ericeyra querendo fazer comunicável a sua universalidade em toda a literatura, & dirigir os corações, & os discursos às virtudes moraes, & as sciencias, tirando destas as especulaçoens inúteis, instituindo no seu palácio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de Academia Portugueza, cujas leys se compreendem em vinte & dos preceitos. As assembleas começaraõ em 26. do mez de Mayo, & se continuãõ todas as quartas feyras de tarde. Em cada huma há sempre huma lição de Filosofia moral, outra de Filologia. Assumptos para dissertaçoens, Mathematicas, Phísicas, Moraes, & Criticas, & para versos.” (Gazeta de Lisboa, 10/6/1717).

Dos assuntos que a Academia Portuguesa tratou, muitos se relacionaram com a erudição do Conde e, por conseguinte, usufruem dos instrumentos e objectos que se encontram no Gabinete deste último. Deste modo, o ambiente não proporciona apenas uma presença estética que emana intelectualidade, mas uma capacidade de uso, de relacionamento prático com as matérias das quais se tratam. Há que verificar que, nesta notícia, a presença das antiguidades como assunto aparenta estar ausente. Tal deve-se à inexistência de uma categoria de estatuto de estudo própria, como possuem a Matemática ou a Filologia, o que leva a que estas antiguidades sirvam na maior parte das vezes, como visível no capítulo anterior, de exemplos para a argumentação de um tema mais vasto. No entanto, não é de descurar a sua importância, dado que a generalidade dos académicos

desta instituição viriam a pertencer à Academia Real da História Portuguesa, o que pressupõe que estes futuros membros dispunham do interesse pelas antiguidades e habilidades para as estudar.

No que trata às antiguidades presentes neste Gabinete, é possível verificar a existência de medalhas e moedas pelas informações expostas anteriormente. Conseguem-se ainda traçar a sua potencial proveniência, com a possibilidade de alguns destes objectos originarem de Condeixa-a-Velha, portanto Conímbriga, ao que se juntaria “vasos” e “esculpturas”, o que permite avançar com a hipótese de se tratarem de antiguidades do período romano (Barbosa, 1868:270)

Este Gabinete viria a conhecer o seu fim com o terramoto de 1755, onde um incêndio devastaria o Palácio da Anunciada, levando consigo as coleções que se encontravam neste espaço.

4.2.2 Gabinete da Academia Real da História Portuguesa (1721-1755)

Com o nascimento da Academia Real da História Portuguesa, em 1721, surgiu igualmente um espaço cujo intuito seria providenciar uma visão das antiguidades nacionais. Essa lógica de conjunto estaria intimamente com a pluralidade dos propósitos da Academia em termos da sua produção historiográfica, como é patente nas suas diversas conferências. Este projeto coletivo era apenas possível através das informações disponibilizadas pelas terras que teriam recebido notícia do Alvará de Ley e da sua execução, dos próprios académicos que, deslocando-se pelo país, remetiam artefactos e ilustrações ao secretariado da Academia e finalmente de entusiastas que, por razão vária, doavam objectos ou providenciavam dados para que estes pudessem ser estudados por eruditos:

“(…) [a acção da Academia] permitiu ainda encontrar restos arqueológicos que, em muitos casos, puderam ser salvos da destruição constituindo a decisão régia um estímulo para se erguer o primeiro inventário artístico do Reino. Mencione-se apenas, como referências soltas: em Coimbra descobriram-se, no início de 1723, várias inscrições antigas que «davam muita luz á história do Reino»; na mesma cidade, a torre chamada de Hércules foi mandada conservar e estudar pelo monarca, que recomendou aos académicos «que em tudo queria a verdade mais escrupulosa»; o alcaide-mor de Braga, Pedro da Cunha Sotomaior, reconheceu ali inscrições e cipos romanos cuja leitura enviou à Academia; e de Guimarães, o académico local, informava de que «começara a escrever e

procurar notícias de toda a província do Minho... o que seria uma obra mui útil e curiosa». Quinze anos depois, na freguesia de Santa Auta, entre Braga e Guimarães, descobriram-se duas panelas com medalhas romanas do império, achado que um mecenas vimaranense adquiriu a um ourives da região.” (Serrão,1974:72)

O terramoto de 1755 viria a ditar a destruição desta coleção, com o edifício onde estava sediada a Academia Real da História Portuguesa a sofrer danos irreversíveis.

4.2.3 Gabinete do Duque do Cadaval (XVIII-1755)

Gabinete formado por D. Jaime de Melo, 3º Duque do Cadaval, no seu palácio em Lisboa. A sua coleção é fundamentalmente reconhecida pela inclusão de objetos numismáticos e de manuscritos antigos (Barbosa,1903:30). Na sua biblioteca privada encontrava-se anexada a coleção de moedas antigas, sendo algumas pertencentes ao período romano (Sousa,1738:107). Este Gabinete terá sido afetado pelo terramoto de 1755, não se conhecendo referências posteriores a esta coleção.

4.2.4 Gabinete dos Marqueses de Abrantes (XVII-?)

O Gabinete dos Marqueses de Abrantes resulta de uma conceção familiar, à semelhança do realizado pelos Condes da Ericeira. A coleção era conhecida principalmente pelo seu avultado medalheiro, instaurado no seu palácio, onde se encontravam medalhas antigas, de ouro e prata (Cenáculo,1843:277). D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), primeiro Marquês de Abrantes, membro proeminente da Academia Real de História Portuguesa, possuía como objetivo a escrita da história das medalhas e numismática de Portugal (Gazeta de Lisboa,7/5/1733). Menos relatada é a presença de artefactos arqueológicos, que proviriam de sítios com ocupação romana, como no caso do Gabinete dos Condes da Ericeira (Barbosa,1868:270). Este dado é tanto ou quanto mais plausível face à estada de D. Rodrigo Meneses em Roma, desempenhando funções de embaixador e se ocupava de assuntos ligados às belas artes e às ciências (Ribeiro,1872:195-196).

O seu filho, D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Meneses (1695–1756), que viria a dar continuidade às coleções do seu pai, acabaria por colaborar com D. António Caetano de Sousa (1674-1759) no esboço de escrita de um capítulo sobre as antigas medalhas do reino de Portugal (Sousa,1738:105). Do mesmo modo, resgatou os resquícios da coleção que sobreviveram aos episódios destrutivos do terramoto de 1755, e adicionou, ainda que

brevemente, objetos da história natural (Barbosa,1903:30). O término deste Gabinete não se aparenta passível de verificar.

4.2.5 Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo (1755-1791)

As atividades eruditas de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), pela sua dimensão e multiplicidade, apresentam-se como ímpares no século XVIII português. Seria pela sua erudição, que viria a formar, em 1791, o *Museu Cenaculo Pacense*, a primeira instituição museológica nacional, onde confluíam todos os objetos, matérias e ideais que o bispo possuía (Brigola,2003:423). No entanto, as suas investigações arqueológicas permitem compreender que o seu museu em Beja, já um produto maduro destas, teria raízes mais profundas. Após o terramoto de 1755, Cenáculo salvaguardou um conjunto de antiguidades romanas (Fabião,2011:64), sendo que até 1777 reunirá os mais variados objetos, concretamente uma coleção de moedas, no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa (Brigola,2003:426). Um traço particular é a sua ação na descoberta dos materiais que coleciona, procedendo a escavações em Sines, Tróia, Ourique e outras zonas do Sul do país, registando e inventariando artefactos (Fabião,2011:70; Barros,2014:18).



Fig. 16 – Retrato de Frei Manuel do Cenáculo, presumivelmente realizado entre 1770 e 1777. In FREI Manuel do Cenáculo (177?)

Assim, a existência de um Gabinete precede o museu, sendo que o primeiro terá certamente servido de pano de fundo para a constituição do segundo. Deste modo, quando se origina o museu, dá-se uma nova etapa, uma reformulação dos propósitos do Gabinete, pelo que consideramos a data do término deste último em 1791, embora o pendor colecionista de Frei Manuel do Cenáculo perdure para além da passagem do século.



Fig. 17 – Lucerna da coleção de Frei Manuel do Cenáculo, desenhada por Félix Caetano da Silva. In Silva (17??)

4.2.6 Gabinete de Domingos Vandelli (1764-1772)

Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), erudito especializado em História Natural e que viria para Portugal a pedido do Marquês de Pombal (Cruz,1976:6), mais sobejamente conhecido por Domingos Vandelli, viria a oferecer uma das mais coleções mais vastas e conhecidas no que toca à lista de Gabinetes que aqui figuram. Em primeiro lugar porque se distinguem dois momentos na sua atividade colecionista: a formulação em Pádua, Itália, de um *museo*, entre 1757 e 1763, e uma outra realização já constituída a partir de Lisboa, entre 1764 e 1772, sendo que ambas se acabariam por se fundir, sendo

ultimamente doadas à Universidade de Coimbra, no ano de 1772 (Brigola,2003:147). Vandelli desempenharia igualmente uma importante função nesta mesma instituição educativa, ocupando a cadeira de Química e História Natural e utilizando as suas coleções para auxiliar o processo didático (Ratton,1813:164). É de ressaltar que o carácter utilitário que se depreende da observação dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772), onde se contemplam comentários acerca da natureza da componente privada destes Gabinetes, se alia a um carácter eminentemente político e ideológico, nomeadamente no que toca ao episódio da expulsão da Ordem dos Jesuítas:

“O que V. S.a me participa sobre o Gabinete que vai formando Vandelli na antes Livraria Jesuítica, faz lembrar o como a Providencia Divina se serve muitas vezes da malícia humana para instrumento de obra utilíssima, e de tanta necessidade como esta.” (Ribeiro, 1872:389)

É com a junção de dois documentos, *Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova* (1763) e *Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade* (1779) que se compreendem as dinâmicas e conteúdos da sua coleção. Do primeiro documento, importa frisar apenas uma pequena parte, dada ser a nossa problemática a parte que reporta às antiguidades, que enuncia os objetos arqueológicos que figuram no Gabinete de Pádua:

“(…) XVIII° Antichità, cioè Urne, vasi lacrimali, lucerne, idoli, voti, etc., e 3000 monete e medaglie Romane, Greche, etc. Un Centauro d’argento com ruote interne, per le quali camina, e getta la freccia. Un orologio da tavolino com pittura di Raffaerl d’Urbino, adornato di diaspri, agate, corniole, ed onici.” (Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova. Por Domingos Vandelli, 1763, apud Brigola,2003:583).”

Do segundo documento, já relativo à coleção doada à Universidade de Coimbra, encontram-se igualmente artefactos, oferecendo também dados de natureza comercial, sobre o ato da aquisição deste já segundo Gabinete:

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de Mil Settecentos settenta e nove; aos vinte dias do Mez de Julho do ditto Anno: No Museu desta Univercidade sendo presentes os Doutores Joze Monteiro da Rocha, Lente da Cadeira das Sciencias Fizico Mathematicas; e João Antonio Dalla Bella, Lente da Cadeira de Fizica Exprimetal; os quaes ambos por Portaria do Ex.mo e R.mo Snr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira

Coutinho, Bispo de Zenopole, cuadjutor, e futuro successor da Dioceze de Coimbra, do Conselho de Sua Magestade e Reformador Reytor desta Universidade etc datada em dezasete do mesmo Méz, forão convocados ao dito lugar, por terem sido nomeados como Deputados da Congregaçãõ Filozofica, para examinarem e avaliarem, os varios Generos e productos de que se compoem o Muzeu da Historia Natural que o D.or Domingos Vandelli Lentes das Cadeiras de Historia Natural, e de Chymica; tinha na Universidade de Pádua, e que para esta Universidade, tinha sido conduzido por ordem e a custa de Sua Magestade o Senhor Rey Dom José o I.º que Deus tem em Gloria, sendo antes ajustado pelo preço de déz mil cruzados: E procendo ambos os dittos Deputados, ao referido exame e avaliação, obcervando meudamente todos os productos pertencentes aos trez Reinos da Natureza, acharão que no Reino Animal contem o dito Muzeu, differentes preparações anatomicas, em seco feitas sobre paineis, esqualetos de varios animais e varios abortos de idades diffrentes, concervados em espirito de vinho; e tambem varias conchas raras entre. varios testaceos, e Lithoficos: No Reino Mineral observarão huma copiosa collecçãõ de Marmores differentes da Italia, e outros Paizes; outra grande collecçãõ de diversas Minas Metallicas, em que entrão algumas de ouro e prata; outra grande collecçãõ de Petrificados, tanto do Reino Vegital, como do Animal: Outra boa collecçãõ de pedras duras, e preciosas, em que entrão topazios, Esmeraldas, e Chrysolitas, Porphidos, e outras; e finalmente outra Collecçãõ notavel de differentes terras, tanto primitivas, como derivativas: E no Reino Vegetal, examinarão em primeiro lugar, huma copiosissima ColJecçãõ de Plantas Secas bem concervadas, e dispostas, em claces, conforme o Systema de Linneo, em muitos armarios; e em Segundo lugar, huma grande de differentes Madeiras, Frutas, Sementes, e outras couzas semelhantes. Alem do referido examinarão, huma grande Collecçãõ, quazi completa de Medalhas Romanas, entre as quais muitas são de prata, e algumas de Ouro, com muitas outras da meya idade, e algumas modernas; e com Lucernas antigas, Vazos cinerarios, e finalmente hurna Estatua de hum centauro de. prata com arteficio para se mover por si mesma, fazendo differentes giros e atirando setas. E sendo tudo visto, e ponderando as grandes despezas, que erão necessarias para formar huma tão numeroza, e escolhida Collecçãõ, julgarão que ella vale muito bem a quantia dos déz mil cruzados pela qual tinha sido ajustado (...).” (Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade. Por José Monteiro da Rocha e João Anto dalla Bella, 1779, apud Cruz,1976:38-39)

Não deixa de ser relevante frisar que, do primeiro para o segundo documento, o número de antiguidades é descrita de modo distinto. O relato mais expressivo e demorado realizado pelo próprio Vandelli é encurtado, e embora se refira a natureza dos metais que constituem as medalhas, o número destas não é especificado, existindo igualmente artefactos, como as urnas, os ídolos e os votos a não figurarem no primeiro. Esta ausência na fonte em questão não implica necessariamente que as antiguidades tenham desaparecido à data da sua formulação. Por outro lado, o facto de se encontrarem omissas poderia representar um dado que, em consonância com o aumento do interesse pela História Natural no gosto português, poderia relegar para segundo plano a coleção de antiguidades. No entanto, e pela complexidade deste problema, no outro capítulo será mais visível a mudança ou permanência das antiguidades no interesse intelectual no país, pelo que recuperaremos adiante esta questão.

4.2.7 Gabinete de Gerard de Visme (1778-1834)

Gerard de Visme (1725-1797), negociante inglês cuja fortuna obtivera das explorações mineiras do Brasil, estabeleceria um Gabinete numa quinta perto de S.Domingos de Benfica, comprando os terrenos em 1767, sendo edificada a sua casa de férias em 1778. Dado que em 1791 esta quinta, juntamente com o “museo” é anunciada como estando em venda na Gazeta de Lisboa (Gazeta de Lisboa, 27/12/1791), neste espaço de treze anos, Gerard de Visme terá constituído uma coleção baseada em História Natural e antiguidades (Barbosa, 1903:34).

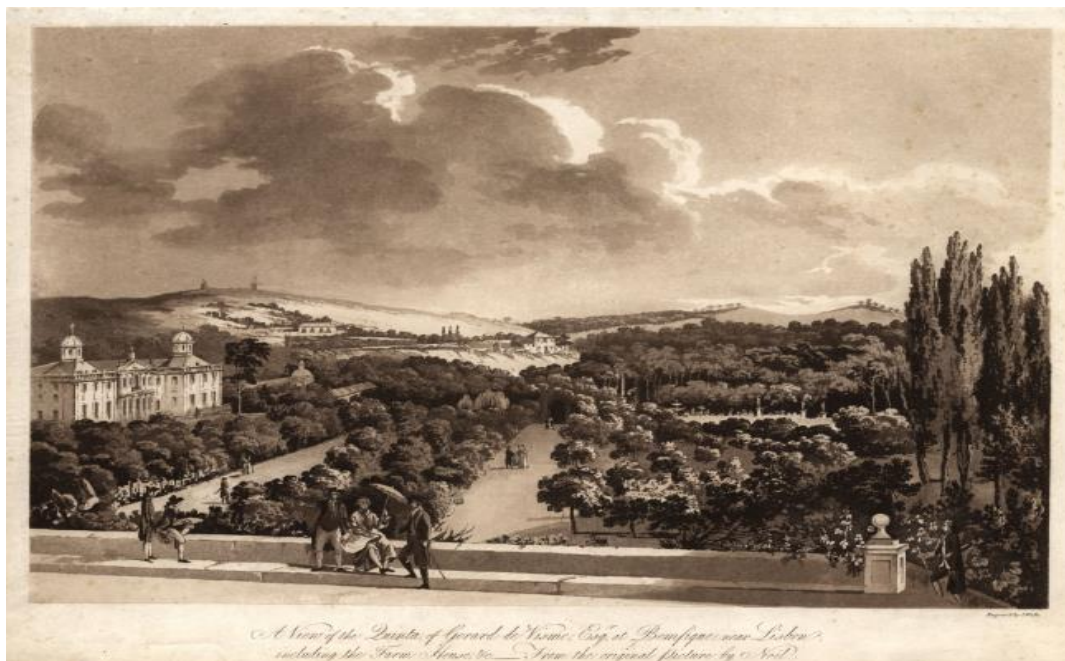


Fig. 18 – A vista da Quinta de Gerard de Visme, onde se encontrava o seu Gabinete. In, Noel, 1794

A compra foi efetuada pelo 3º Marquês de Abrantes, D. Pedro de Lencastre da Silveira Castelo Branco Almeida Sá e Meneses (1771-1828), o que oferece novos dados sobre a continuidade do gosto pelo colecionismo dos Marqueses de Abrantes, assim como a potencialidade de existirem fusões entre Gabinetes, ao longo dos tempos. Finalmente, a quinta e o Gabinete de De Visme seriam propriedade da Infanta D. Isabel Maria, a partir de 1834, aquando da venda pela parte dos herdeiros de D. Pedro de Lencastre (Barbosa,1903:34).

4.2.8 Gabinete de Francisco Martins Sampaio (1780-1794)

O Gabinete de Francisco Martins Sampaio (?-1794), localizado no Largo do Calhariz em Lisboa, conhece-se fundamentalmente pelos contactos que o advogado da Casa da Suplicação possuía com Frei Manuel do Cenáculo, remetendo uma data inicial da formação desta coleção para 1780, onde se terão efetuado essa troca de correspondência (Brigola,2003:406). A sua venda atravessa duas fases, explanadas na *Gazeta de Lisboa*, sendo a primeira ainda efetuada em 1793:

“O Advogado Francisco Martins Sampaio, morador ao Calhariz, pertende vender o seu Gabinete Conchiliologico, e juntamente a Collecção de Arvores Marinhas, e Petrificações: quem o quizer comprar por junto, sendo pessoa em quem se não presuma mais curiosidade de ver, que vontade de comprar, pode ir vello.” (Gazeta de Lisboa,24/12/1793)

Por estes dados, verifica-se que a coleção estaria ligada à História Natural, concretamente conchas, corais e fósseis. No entanto, e face à inexistência de compradores interessados e ao falecimento do proprietário em 1794, uma segunda notícia, muito mais detalhada, surge na *Gazeta de Lisboa*:

“Por falecimento do Doutor Francisco Martins Sampaio se põe em venda, por seu Testamenteiro Manoel Rodrigues de Sá Viana, o seu precioso Gabinete de História Natural, bem conhecido pelas raras producções que contém dos Reinos da Natureza. A parte da Conchiologia he mais completa, por nella haver as cousas mais raras e mais escolhidas. Tambem comprehende Coraes, Madreporos, e Coralleiras igualmente raras, e vários Bezoares Orientaes e Occidentaes de diversos animaes. Na Mineralogia contém varias producções muito raras, e finalmente huma numerosa Collecção de Medalha de ouro, prata, &c. e varias pinturas em Mosaico, com outras curiosidades da Arte” (Gazeta de Lisboa, 7/3/1794)

Não só se exalta o caráter de raridade ou de coesão interna das divisões das coleções, como se adensam as características do seu conteúdo. É de sublinhar a existência de medalheiro, pinturas em mosaico e objetos artísticos que não figuravam na notícia anterior. Não implica que estas não tenham existido no ano da primeira tentativa de venda, mas antes o desinteresse em relevar a total extensão deste Gabinete pode denotar uma mudança de gosto pela parte do público que consome estas coleções. Em todo o caso, a tentativa terá produzido resultados positivos, presumindo-se que tenha sido adquirido posteriormente.

4.2.9 Gabinete de José Mayne (1780-1834)

Este Gabinete, criado por Frei José Mayne (1728-1792), da Terceira Ordem de S.Francisco, composto por artefactos, objetos artísticos e um medalheiro, entre outros produtos naturais, sendo que Frei Manuel do Cenáculo terá ajudado na sua constituição, fornecendo doações das suas próprias pesquisas (Barbosa,1903:32). Após a morte de Mayne, as suas coleções continuariam a figurar no Convento de Jesus, em Lisboa, onde se encontrava instalado, sendo que, a partir da extinção das ordens religiosas, em 1834, passaria a integrar o Museu da Academia Real das Ciências de Lisboa (Barbosa,1903:33)

4.2.10 Gabinete dos Marqueses de Angeja (1782-1840)

Este espaço organizado por D.Pedro José de Noronha, 3º Marquês de Angeja (1716-1788) e pelo seu filho D. António José Xavier de Noronha, 4º Marquês de Angeja e 6º Conde de Vila Verde (1741-1811), constituía-se como um Gabinete e um jardim botânico, respetivamente no Palácio da Junqueira e no Palácio do Lumiar (Brigola,2003:536). Das suas coleções destacam-se duas particularidades: a primeira o facto de possuir um projeto museológico conhecido, cujas plantas e disposição ainda hoje se conhecem (Guedes,1993-1994:373) e a segunda, a notícia de intelectuais estrangeiros que visitaram e detalharam o Gabinete em questão (Vasconcelos,1920:153).

Embora a construção do estabelecimento se reporte apenas ao acondicionamento de materiais relativos à História Natural, no Palácio do Lumiar, é possível ressaltar a importância que a atividade colecionista em geral desempenharia para esta família, dado que as implicações de erguer um anexo de raiz, nos terrenos do palácio, assim como o transporte, manutenção e supervisão de animais e plantas seriam expressivas.



Fig. 19 – Retrato do Marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha, no seu Gabinete. In Machado, 1790

Já os relatos de intelectuais estrangeiros cristalizam-se no testemunho de Francisco Pérez Bayer, que visita o Gabinete em 1782 e de Heinrich Link, já no final do século. Deste viajante é conhecido o seu diário, transcrito para *O Arqueólogo Português* por Leite de Vasconcelos (1920), pela sua pertinência para a história da ciência nacional. Transcreve-se, portanto, a parte referente às coleções do Marquês de Angeja:

“Jueves 21 - Por la mañana tenia cita para ir á ver el museo de el Marques d’Angeisa. Haviame procurado licencia para ello el P.Fr.Juan de Sousa Damasceno, y debi al Marques le dixese *que queria S.Ex.^a conocerme y que si iba el dia siguiente (por el Jueves) me esperarai en casa asta las diez*: fui en efecto á la hora: mandóme S.Ex.^a entrar y me trató com la mayor atención. Preguntóme el motivo de mi venida, que tal me havia parecido Portugal y esta Corte. Dixome que tenia muchas noticias de mi: que havia visto el Salustio Español de S.A. el Señor Don Gabriel: ofreciosseme para quanto valiesse, llamó al sugeto que tiene á cargo el museo, y le previno que nada dexase de enseñarme de lo más precioso y reservado. Di á S.Ex.^a gracias, y le correspondi, diciendo que si en España ocurriese á S.Ex.^a alguna cosa en que yo pudiesse servirle me hallaria mui pronto.

El museo de medallas, si quitamos la colección de varones ilustres en que abunda, y entre los que hai muchissimas medallas de oro y plata, y medallones, no és cosa particular. El de Historia natural és seguramente cosa mui grande. El ramo de minerales tiene piezas, una de oro como lo crió el Autor de la Naturaleza de una libra y más, y otras menores. De plata hai especialmente un trozo que pesa veinte y quatro libras castellanas: cristal de roca en que hai una esmeralda: outro en que hay un zafiro, y otros en que se vem otras piedras y raridades no solo preciosas por su estranheza, sino por su valor. Conchas com pelras ya formadas y pegadas á ellas muchissimas y mui grandes: piedras assi de Portugal como de fuera, diaspros, verde antico, lápiz lazúli, agathas mui diafanas: piedras medicinales, y otras sin numero. Petrificaciones de insectos, de maderas de hongos, de una hoja de col, que coge tanto âmbito como una mediana campana &. Mucho y mui selecto de Ornitologia y Ichtyologia (ó de aves y peces), coquillages, insectos.

Armas de los Indios de madera. Instrumentos para cortar arboles y labrar los utensílios de las casas, sillas, mesas, areas, telas larguíssimas y de seis y siete palmos de ancho á manera de los papeles gruesos de la China, sin que se reconozca tejido, ni urdimbre ni trama mui sutil y tan flexible como las musselinas lo que á mi me causava admiración, porque me dixo el que nos enseñaba el museo, que el material de aquella tela eran cortezas (quiso decir fibras ó la camisa interior entre la corteza y el tronco que és por donde se comunica á los arboles el jugo) de ciertas plantas, semejantes al *Biblo* o *papiro* de los Egipcios, y vemos que este papiro no és flexible y solo permite rollarse, y si lo doblan se quebranta. Vi una Mumia Egypcia mui bien conservada después talvez de algunos milhares de años (quatro decia nuestro conductor á lo que yo ni contradixi, ni assenti) com muchas letras ó geroglyphicas Egypcias. Ninguno havia asta entonces visto tan bien conservado. Vi la calaveira de un hombre que murió pocos años há, asserrada por el crânio, el qual era de un dedo de grueso. Conoció tambien nuestro conductor, y dixo que fue un grandíssimo borracho con quien algunas gentes de humor se entretenian diciendole *rompe tal puerta ó ventana com una mochada* y lo hacia, y el premio era media azumbre de vino. Vi muchas otras cosas mui raras de que no hago memoria: copia de piezas de baxilla de cobre esmaltado y com unos dibujos y coloridos exelentes com varias historias profanas y sagradas; Reparé que en todas estaba el año en que se hicieron: una tenia el de 1556, outra 1558. Otras de China mui preciosas. La primera pieza de este museo és libreria no grande pero selecta en punto de historias, nobiliarios, legislación, fueros y costumbres de Portugal. La segunda, pinturas en que las hai que me parecieron

mui selectas, tampoco hai muchas. La tercera vaxilla, piezas de cobe esmaltado, barros, vasos de China, porcelanas. En la quarta, quinta, y otros escondites, está el todo museo de quanto da de si la Madre Naturaleza, esto Dios, Autor de ella, y no cabe, antes está todo embutido que no luce tanto como pudiera en una pieza más capaz. (...)” (Vasconcelos,1920:152-154).

O Gabinete acabaria por ser vendido aos Marqueses do Faial, em conjunto com todas as suas coleções, em 1840 (Guedes,1993-1994:382). Sobre a múmia egípcia, sabe-se que hoje figura no espólio do Museu Nacional de Arqueologia, juntamente com uma máscara funerária da coleção dos Marqueses de Angeja (Guedes,1993-1994:382-383).

4.2.11 Gabinete dos Padres Teatinos (1787-1834)

O Gabinete dos padres Teatinos encontrava-se sediado no Convento dos Clérigos Regulares de S. Caetano, em Lisboa (Brigola,2003:410). Entre as personagens que contribuíram para este estabelecimento de coleções encontram-se D. António Caetano de Sousa (1674-1759), sócio da Academia Real da História cuja obra é de largo interesse historiográfico, e D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), que viajou e tomou contacto com vários sítios arqueológicos em Roma (Brigola,2003:411). Assim, em 1787, forma-se oficialmente o Gabinete, tendo como principal cuidador D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797). Após uma crítica à coleção pela parte de William Beckford face ao seu medalheiro, o Gabinete sofre um roubo em 1791, sendo a única informação deste género que obtemos para estes espaços. É através da tentativa de Caetano do Bem em doar os conteúdos deste estabelecimento à Coroa Portuguesa que se conhecem os artefactos no seu interior:

“Gabinete Erudito

1.

Medalhas Romanas, Gregas, Góticas, Árabes.

Antigas e Modernas.

Série de Medalhas de Papas. Começam em Martinho V. Fora de Roma é raríssima.

2.

Livros e Autores que tratam de seu conhecimento e Ciência Numismática.

Estátuas e Imagens da Antiguidade.

O célebre André de Resende em seu Testamento deixou por legado ao Senhor Infante, Cardeal D.Afonso as Medalhas Romanas que tinha; e uma Imagem de Lúcia. O Senhor Rei D. João V atendendo a Representação feita pela Real Academia, publicou uma Lei para a Conservação das Medalhas e monumentos da Antiguidade.

(...)” (apud Brigola,2009, p.41)

4.2.12 Gabinete de João Vidal da Costa e Sousa (1788-XIX)

As atividades numismáticas do desembargador João Vidal da Costa e Sousa, intendente geral da Polícia e viveres do Exército, encontram-se descritas na sua correspondência com Frei Manuel do Cenáculo, já em 1782, embora a primeira referência à constituição de um Gabinete seja de 1788, através do *Almanach de Lisboa* (Brigola,2003:435). Das poucas informações que se obtiveram, destaque-se a componente artefactual, visto que além da numismática, o proprietário colecionaria também antiguidades que ofereceria a Cenáculo:

“Tambem ofereço a V.Ex.^a os pequenos pedaços de bellos Marmores verde antigo, e roxo achados por mim nas ruínas do templo de Milreu, de que fez menção o P.e M.e e Fr.Vicente Salgado a pag.86 do seu 1º tomo da s. Memorias Ecclesiasticas, assim como doze pedaços do xadrez de pedrinhas (...)” (apud Brigola,2003:435)

No entanto, poderá remeter-se para uma data anterior a busca de antiguidades por Vidal da Costa, dado que em 1761, através de um documento que oferece um relato das suas descobertas no sítio romano de Tróia, Setúbal, tal pode verificar-se:

“Um bom setubalense João Vidal da Costa e Sousa, homem de variados conhecimentos, e desembargador do Paço, sempre que ocasião se lhe oferecia, passava de Lisboa a visitar a sua terra, e daqui ei-lo atravessando o Sado [?] na margem oposta e durante largos dias cavando no meio das dunas, e sempre mais ou menos desenterrando monumentos e antigualhas, muitos blocos d’architectura e escultura, grandes edificios, diversas colunas, capiteis cippos, inscrições lapidárias, lâmpadas, amphoras e muitos outros diversos vasos de barro, moedas de ouro, prata e bronze, grande quantidade de pedras, algumas mui finas e optimosamente trabalhadas, como [?], diferentes objectos de ouro, prata, marfim e vidro, assim como [?] diversas formas de pratos, vidro, mármore, marfim (...)” (Manuscrito nº1)

“Nos apontamentos, que conservava Antonio Damaso de Castro e Sousa, e que obsequiosamente nos forneceu dizia que no museo do desembargador João Vidal, entre outras antigualhas, estavam dois vasos de mármore branco, um triangulo de prata com caracteres, que se supunha serem hieroglyphicos gravados, uma [?], taça ou vaso usado, um vaso de forma á assimilhaça de bule, um prato de barro preto e mui lustroso, um busto de mármore, e algumas moedas romanas de ouro, prata e cobre.” (Manuscrito nº1)

4.2.13 Gabinete de António Jacinto de Araújo (1789-1798)

António Jacinto de Araújo (?-1797), professor de escrita e aritmética em Lisboa, formaria um Gabinete, de data provável de seu início 1789, dedicado à História Natural (Brigola,2003:398). Tendo sido formulado na sua própria residência, como é hábito, este espaço prima pela quantidade de espécimes, minerais e objetos relacionados com a Natureza, mas igualmente pelas informações que, aquando da vontade do proprietário em doar a sua coleção ao Museu Real da Ajuda, já em 1798, se obtêm. A proveniência desta coleção, divide-se pelo Império Português: pelo Brasil, como é habitual nos exemplares de animais, regiões africanas e Timor (Brigola,2003:402). Esta informação, conectada com as próprias descrições das coleções, como “amostras de madeiras exóticas, objectos manufacturados como adornos de penas de aves usadas pelos índios, pratos e colheres de tartaruga (...) ágatas, ametistas, topázios, esmeraldas, safiras, opalas (...)” (Brigola,2003:402), permite traçar eventuais percursos que estes objetos possuíram até se encontrarem no seu Gabinete. Adicionalmente, o facto de se conhecer o mobiliário no qual estes se acondicionariam deve-se à sua cedência em conjunto com o espólio, com os “armários guarnecidos de grandes vidros, uma cómoda e uma banca de vinhático, ambras envidraçadas, e mais cem dúzias e tabuleiros de folha de Flandres” (Brigola,2003:402), a serem assim enviados.

4.3 Outros Gabinetes

Embora se distinga entre esta lista e a anterior, existem ainda outros estabelecimentos que, apesar falta de fontes ou com informações escassas, merecem ser destacados.

Quanto a estes destaque-se o Gabinete do Conde do Vimieiro e o Gabinete do Marquês do Alegrete, ambos mencionados por Frei Manuel do Cenáculo como tendo formado “(...) copiosos medalheiros e mui interessantes núcleos de museus archeologicos.” (Barbosa,1868:270) com antiguidades provenientes de Condeixa-a-Velha, tal como os Gabinetes do Conde de Ericeira e do Marquês de Abrantes.

Um Gabinete, pertencente a Valério Pinto de Sá, provavelmente sediado em Braga, que possuiria moedas romanas (INVENTÁRIO,1896)

Tal como é descrito em Brigola (2009), no volume primeiro da *Conchyologie, ou historie naturelle des coquilles de mer*, Dezallier d'Argenville, descrevendo as coleções de História Natural da Europa, não deixa de referir o caso português, o Gabinete do Conde de Assumar, que também possui antiguidades:

“Le cabinet du feu Comte d'Assumar, dans la même Ville , u'étoit pas inférieur au précédent en ce qui concernoit les productions naturelles. Sa collection des monnoics d'or étoic extrêmement curieuse.” (d'Argenville,1780:320)

Já a Real Biblioteca Pública da Corte possuiria, além de uma coleção de manuscritos e livros raros, um *Muzeo de Raridades*, com contribuições de Frei Manuel do Cenáculo e mantido por António Ribeiro dos Santos (1796-1816), primeiro Bibliotecário-Mor, conhecendo-se um “armário numismático” (Brigola,2003:438-439)

4.4 Características dos Gabinetes setecentistas

Após estabelecer descrições biográficas sobre estes estabelecimentos, para os propósitos da compreensão de um quadro geral, passa-se a aprofundar e a comparar os pormenores adjacentes aos Gabinetes. Deste modo há que fomentar um novo conjunto de questões que permita a formulação de um panorama, quer para propósitos de contraposição quer de verificar semelhanças.

4.4.1 Localização

Em termos de onde se encontram estes espaços de coleção, constata-se que a sua grande maioria se localiza na cidade de Lisboa. Apontam-se apenas como exceções o Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo, que embora também possua uma ligação ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, sabemo-lo repartido quer por Beja como Évora, pelas ações episcopais do prelado e o primeiro Gabinete de Domingos Vandelli, ainda formulado em Pádua, Itália.

A sua divisão é notória e pode ser dividida em três tipologias: a implementação em palácios, como é o caso dos Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Gabinete da Academia Real da História Portuguesa, Duque de Cadaval e os Marqueses de Angeja; a instalação em alas de instituições religiosas, nomeadamente o Gabinete dos Padres Teatinos, de Frei Manuel do Cenáculo e de José Mayne, e a sua inclusão em propriedades

particulares, sendo exemplos os Gabinetes de João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme.



Fig. 20 – Localização dos Gabinetes analisados e respetivos proprietários.

4.4.2 Propriedade

Encontram-se igualmente distinções a nível da propriedade destes espaços. Existem Gabinetes privados, quer de aristocratas ou de eruditos, nacionais ou estrangeiros, onde a posse das coleções recai sobre uma personagem ou um conjunto de personagens em concreto. Incluí-mos nesta categoria os Gabinetes de Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Duque de Cadaval, os Marqueses de Angeja, João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme. Por outro

lado, há um Gabinete Régio, no sentido de que é patrocinado por D. João V, o Gabinete da Academia Real da História Portuguesa. Finalmente, há Gabinetes Eclesiásticos, que se materializam nas coleções dos Padres Teatinos, Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne.

4.4.3 Origem e fim dos Gabinetes

A cronologia e as mudanças nos Gabinetes são perceptíveis durante um período específico, onde se verificam a existência das coleções que os constituem. O seu fim apresenta-se igualmente como um ponto de relevo compreender a dinâmica destes espaços e as razões pelas quais conhecem o seu término.

É possível agrupar estes estabelecimentos em várias divisões. Se atendermos ao início da sua formulação, distinguem-se projetos que, pela sua componente familiar, se organizam ainda no século XVII, prolongando-se até ao período setecentista, enquanto que outros possuem a sua génese numa realidade temporal pós-terramoto. Apenas dois casos, o primeiro dos Marqueses de Abrantes, que aparenta atingir uma cronologia de uso secular e o segundo, de João Vidal da Costa, consistem em incógnitas quanto ao final dos seus estabelecimentos.

Contudo, o término dos restantes Gabinetes é passível de verificar através da documentação existente. As instalações do Conde de Ericeira, da Academia Real da História Portuguesa e do Duque de Cadaval parecem nos episódios destrutivos do terramoto de 1755. Já os Gabinetes de Domingos Vandelli, António Jacinto de Araújo e Frei Manuel do Cenáculo são doados e reformulados para instituições museológicas, pelo que as suas datas finais se remetem para o ano em que essa transição se oficializa. O fim dos Gabinetes de José Mayne e dos Padres Teatinos está conectada com a extinção das ordens religiosas, em 1834, e com a consequente desagregação das coleções pertencentes às mesmas. Finalmente, existem situações de compra e venda como as que decorreram nos estabelecimentos de Francisco Martins Sampaio, dos Marqueses de Angeja e de Gerard de Visme.

4.5 Gabinetes: Conteúdo artefactual

A principal premissa, na hora de proceder à pesquisa dos Gabinetes, consistia no estudo de coleções que se compusessem, independentemente do seu largo espectro, de artefatos. Esses dados, imprescindíveis para a argumentação da existência de um

pensamento arqueológico, podem igualmente associados a lógicas de conjunto e a um panorama geral, composto pelos espaços analisados.

<i>Proprietário(s)</i>	<i>Conteúdo Artefactual</i>	<i>Proveniências</i>
António Jacinto de Araújo	“(…) amostras de madeiras exóticas (…) adornos de penas de aves usadas pelos índios, pratos e colheres de tartaruga” (vide p.)	Brasil Regiões africanas Timor
Condes de Ericeira	“medalhas, & outras antiguidades” & Condeixa-a-Velha, ao que se juntaria “vasos” e “esculturas”	Condeixa-a-Velha
Domingos Vandelli	“(…) huma grande Collecção, quazi completa de Medalhas Romanas, (…) Lucernas antigas, Vazos cinerarios, e finalmente hurna Estatua de hum centauro de. prata”	Vários locais, não sendo possível definir com precisão
Duque de Cadaval	“(…) moedas e medalhas antigas, sendo algumas pertencentes ao período romano”	Não é possível definir com precisão
Francisco Martins Sampaio	“numerosa Colecção de Medalha de ouro, prata, &etc”	Não é possível definir com precisão
Frei Manoel do Cenáculo	“antiguidades romanas; lápides; objectos provenientes de escavações; medalheiro”	Beja Évora
Gabinete da Real Academia da História	“(…) moedas, medalhas, inscrições, antiguidades”	Alentejo Vários outros locais no território nacional, não possíveis de definir
Gerard de Visme	“antiguidades”	Não é possível definir com precisão
João Vidal da Costa e Sousa	“numismática e antiguidades”	Tróia
José Mayne	“variados objectos de archeologia, de arte e industria antigas e modernas, e um medalheiro”	Provavelmente Beja e Évora, dada o auxílio de Frei Manuel do Cenáculo na constituição desta coleção

Marquês de Angeja	“(…) medallas de oro y plata, y medallones, no és cosa particular. (...) Armas de los Indios de madera. (...) Vi una Mumia Egypcia”	Egito Brasil
Marqueses de Abrantes	“medalhas antigas, de ouro e prata” outras antiguidades	Condeixa-a-Velha Outros locais no território nacional, não possíveis de definir
Padres teatinos	“medalheiro”	Não é possível definir com precisão

Tabela 2 – Conteúdo artefactual e a proveniência de cada Gabinete.

4.5.1 Gosto pela Antiguidade Clássica

De facto, existe um denominador comum a todos estes espaços, que se materializa na existência de antiguidades do período romano, o que se sintoniza com o gosto colecionista europeu. Ao longo do século, a *Grand Tour* fará também circular por toda a Europa as tão apreciadas antiguidades clássicas. Ainda assim, concebem-se distintos níveis de complexidade e de organização.

4.5.2 Preferências e Especializações

Podemos constatar um grau de singularidade no Gabinete do Duque de Cadaval, De Visme, Martins Sampaio e dos Padres Teatinos, dado que as suas coleções se especializam em torno de um artefacto em concreto. Deste modo, estes estabelecimentos constituem-se como medalheiros ou antiquários, formando-se em torno da medalha ou de numisma como os elementos fundacionais que orientam toda a coleção.

Em contrapartida, os restantes Gabinetes apresentam um redobrado nível de variedade artefactual.

Outros fatores conduzem a lógica destes espaços. Os Gabinetes do Conde da Ericeira, Real Academia de História, Marqueses de Abrantes, José Mayne, Manuel do Cenáculo, Da Costa são constituídos por materiais provenientes de sítios arqueológicos nacionais explorados pelos próprios proprietários, quer por empréstimos ou doações de uma rede mais vasta. Por essa razão, o universo das coleções inclui várias categorias de objetos, ao

invés de um único. Atesta-se assim a presença de lápides, moedas, vasos no mesmo Gabinete.

4.5.3 As origens distantes

Um terceiro nível de dimensão artefactual visualiza-se nos Gabinetes de Domingos Vandelli, Marquês de Angeja e Jacinto de Araújo. A sua complexidade inerente é superior no sentido de que estas coleções se constituírem igualmente por uma multiplicidade de artefactos, mas por se conseguir identificar que muitos destes pertencem a um âmbito geográfico internacional. A trajetória destas antiguidades implica uma análise mais profunda, para a recuperação dos processos que os levaram a pertencer a estes Gabinetes em Portugal. Um último apontamento sublinha-se no caso do Gabinete de Jacinto de Araújo, dado que os artefactos aí presentes entram na categoria da História Natural e não como sendo antiguidades, o que permite conceber a existência de objetos em coleções cuja temática não se conecte diretamente às práticas antiquárias.

Em suma, ao longo deste capítulo procurou-se ligar a questão das antiguidades ao espaço que representam os Gabinetes, analisando-os quer individualmente quer como em grupo. No entanto, uma questão crucial não foi ainda esclarecida para todos estes espaços: que função ou funções lhes são inerentes e quais os papéis que os artefactos refletem nestas? A resposta só se aparenta exequível com a averiguação das características dos colecionadores e das redes que os envolvem.

Capítulo 5

5. Colecionadores

Com o apogeu que o colecionismo conhece no século XVIII, a figura do Colecionador revestia-se, nesse período, de particular estatuto. De facto, quem possuía uma coleção era normalmente caracterizada pelo seu meio como uma personagem erudita, inteiramente inserida no âmbito cultural e científico vigente. Dado que este interesse pelo objeto antigo possuía uma vertente material, este estimula ações pela parte dos Colecionadores. É nesse sentido que emergem na Europa várias sociedades que se dedicam ao estudo das Antiguidades, enquanto que, no espírito da *Grand Tour*, viajantes deslocam-se a locais específicos com o intuito de experienciarem vestígios do passado (Schnapp,1982:767). Estas viagens faziam parte de um processo de aprendizagem delegado das elites, com a visita a construções célebres das civilizações antigas a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento cultural dos viajantes.

Se realmente se considera que o século XVIII assiste à cristalização de um processo de longa duração, que envolve mudanças conceptuais no ato de colecionar por parte de aristocratas, clérigos e viajantes, este período representa igualmente uma deliberada iniciativa pela parte das monarquias europeias na construção das Histórias nacionais (Mora,1998:120). Para tal, à existência de academias, fundadas com patrocínio real, juntam-se as coleções privadas, na sua missão de escrever o passado dos povos através da análise de fontes e de vestígios arqueológicos. Não se assumem, no entanto, como duas dimensões dicotómicas, dado que os membros destas instituições oficiais são também colecionadores.

Através dos Gabinetes portugueses, é passível de compreender uma parcela desta realidade e do significado social dos Colecionadores.

Encontramos coleções heterogéneas que principalmente após a segunda metade do século XVIII, tendem a especializar-se e algumas a focar-se cada vez mais na História Natural, dando origem a Gabinetes especializados nessas temáticas. Há que sublinhar que, no que toca ao próprio universo de colecionadores, estes não se cingem exclusivamente ao sexo masculino, sendo que o caso mais notório é o da própria Duquesa do Cadaval, cuja coleção é noticiada (Lisboa,1786:16)

Em todo o caso, no que concerne à dimensão arqueológica do colecionismo, estes estabelecimentos permitem compreender quem são os seus proprietários, os seus projetos e as suas intenções e o modo como empreendem, ao longo da sua vida, a atividade colecionista. Com a análise biográfica aos espaços, revelou-se principalmente o trajeto trilhado pelos proprietários. Resta agora entender as divisões entre Colecionadores, as funções inerentes às coleções e o cariz das redes pelas quais circulam os objetos arqueológicos.

5.1 Proprietários

Face à amostra em estudo, na qual se contabilizam treze Gabinetes, estudou-se cada qual individualmente, sendo que se analisaram as suas localizações, espectro cronológico da coleção e categorias artefatuais. É possível verificar que os proprietários destes Gabinetes comunicam entre si, entendendo-se que era necessário, no âmbito desta tese, um o lugar para explorar essa dimensão na sua totalidade. O foco incide agora sobre as características do proprietário e em como estas interferem na função que é atribuída para a coleção. Estando estas duas premissas interligadas, concebem-se três grupos de colecionadores.

5.1.1 Aristocratas

Encabeçada pelo próprio rei D. João V, que possuía uma imponente coleção no seu palácio, os Gabinetes pertencentes à aristocracia gozam de uma especial atenção, não apenas pelo patrocínio régio, mas também porque são objeto das visitas por viajantes estrangeiros, no trajeto da *Grand Tour*. Assim, essas coleções estão alojadas em espaços de grande dimensão, preparados para a exposição, e cujos custos de manutenção se encontram cobertos pela riqueza que estes proprietários detêm. Não é por acaso que os tipos de antiguidades colecionadas sejam semelhantes entre estes membros da nobreza. Sendo a medalha e a moeda constantes nas coleções dos Condes da Ericeira, Duque do Cadaval, Marqueses de Abrantes e Marqueses de Angeja, a importância simbólica que estas antiguidades representam em termos de dinâmicas de poder político e económico é premente. Podemos argumentar quanto à importância para a aristocracia do valor objetivo que uma coleção desse género de artefactos implica. Se atendermos ao facto de que estes proprietários têm o interesse em elevar o seu título nobiliárquico (Monteiro,2003:48), não é estranha a que a esta atividade colecionista se venham a demonstrar traços das suas capacidades de ostentação de poder, ainda que de forma indireta.

Estes Aristocratas como é próprio da sua condição tratam de assuntos de Guerra, Estado e Diplomacia, dedicando-se ainda ao estudo, nomeadamente nas Academias (Monteiro,2003:529). Este dado é particularmente interessante na medida em que a amplitude cronológica das coleções da aristocracia é consideravelmente superior às dos outros grupos de colecionadores, o que reflete a sua capacidade económica, mas também um gosto amplo pelas Antiguidades.

5.1.2 Clérigos

O pequeno grupo representado pelos Padres Teatinos, Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne possui em comum a sua pertença à Igreja Católica. De facto, às suas coleções adicionam-se, para além do gosto pelas Antiguidades, uma preocupação educativa quer e a necessidade de estabelecer uma ligação entre as Antiguidades e a história eclesiástica de Portugal. A segunda é bem visível no decurso desta tese, com as obras religiosas sobre as terras portuguesas a inserirem, por norma, elementos arqueológicos na sua análise.

Por outro lado, as ações de Frei Manuel do Cenáculo, com escavações em Tróia ou com a busca da explicação do milagre de Ourique, representam os exemplos práticos desta realidade (Fabião,2011:72). Já a vertente pedagógica parte, na sua origem, da própria missão do clero: professando Teologia. Marcam o seu labor intelectual, pela escrita de obras, revisão de manuscritos e criação de lições o que se coaduna com o seu espírito colecionista. Os próprios Gabinetes, como visto anteriormente, encontram-se nas próprias instituições religiosas, e a sua dimensão por vezes determinava a transposição para outras alas, como no caso dos Padres Teatinos (Ceia,2011:63). No entanto, o documento que demonstra inteiramente esta visão é a *Oração do Museu Pacense*, proferida a 15 de Março de 1791, onde a instalação que viria a transformar-se no primeiro museu público a nível nacional, se apresenta como o ideal de sabedoria, o espaço que reúne o fundamental para a constituição do Homem inteiramente culto. Deste modo, não há qualquer cisão entre os ideais religiosos, as suas indagações e o colecionismo de Antiguidades, pelo que se compreende que estejam intimamente ligados na sua génese.

5.1.3 Alta Burguesia

O grupo mais heterogéneo apresenta-se como o da alta burguesia, onde se incluem os Gabinetes de António Jacinto de Araújo, Domingos Vandelli, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme. Caracteriza-se fundamentalmente pelo teor profissional diverso que estes proprietários possuem. Pela escassa documentação existente acerca da maioria

destas personagens, com a exceção de Domingos Vandelli, afigura-se difícil atribuir a partir das fontes uma função aos seus Gabinetes. Podemos sim referir é o quanto a sua profissão se acaba por ligar com o Colecionismo, quer em termos de permitir economicamente adquirir novos espécimes ou exemplares para as suas coleções, quer pela proximidade a algum meio geográfico longínquo, como no caso de Gerard de Visme, o Brasil. Vandelli poderia ter sido classificado numa outra categoria, nomeadamente a de Especialista, dado que a sua educação vocacionada para a História Natural lhe permitiu lecionar em na Universidade de Coimbra. No entanto, a nível de uma lógica de grupo, entendemos que aqui se devia incluir.

Embora estes grupos, formulados através de uma lógica de estratificação social, revelem algumas das características inerentes aos seus proprietários, não se afiguram suficientes para atingir todos os propósitos destas coleções e, conseqüentemente, das suas dimensões arqueológicas. Tal se deve ao facto de que a união destes colecionadores ocorre ainda a outro nível: possuindo uma ligação institucional de cariz nacional.

É o caso da sua presença na Academia Real da História Portuguesa e, posteriormente, na Academia Real das Ciências.

Da primeira, a sua atuação é sobejamente conhecida e explorada ao longo deste trabalho, quer através do Alvará de Ley que a constituiu, quer pela sua importância na recolha de vestígios arqueológicos patentes nas suas comunicações impressas. De facto, a sua principal tarefa assentava num criterioso inquérito às fontes e na recolha do maior número possível de dados históricos, visando o enriquecimento da Coroa Portuguesa (Serrão,1974:55, Fabião,2011:49).

Para o efeito, existe um conjunto de incumbências atribuídas aos seus membros. A lista de objetivos é vasta e ambiciosa, no sentido de que cobre vários temas – religião, política, economia – num meio geográfico nacional e ultramarino numa dilatada cronologia. É nesse âmbito que encontramos a ação do Marquês de Abrantes e do Conde da Ericeira. O primeiro não só é diretor desta instituição, o que revela uma atitude ativa acerca da escrita da História de Portugal, como possui a tarefa de escrever a história das medalhas do Reino (Sylva,1727:66). Já ao segundo cabe a escrita da História e Memórias da Diocese de Évora (Sylva,1727:60). Repare-se em como estas missões se conectam com os conteúdos dos respetivos Gabinetes. No caso do Marquês de Abrantes, o medalheiro tinha a capacidade de oferecer uma componente experimental e útil para a

conclusão de obras acerca dessa temática, não fosse necessário o desenho e o contacto com os próprios materiais para o efeito. O conhecimento indispensável assentava na posse das medalhas em si, na sua observação e interpretação, pelo que o Marquês era tido como um especialista na matéria (Morganti,1742:35).

Por outro lado, no Gabinete do Conde da Ericeira, esse intimamente ligado a uma componente prática devido aos instrumentos que lá figuravam, como vimos anteriormente, abundavam igualmente antiguidades. Como a História de Évora era tendencialmente, pela herança humanista de autores como André de Resende, uma narrativa que incluía objetos arqueológicos, não seria estranha a utilização de antiguidades como estátuas, medalhas e vasos para ilustrar esse mesmo conhecimento da diocese.

Assim, estes dois Gabinetes, dentro das funções que pudessem possuir, praticavam, através da dimensão arqueológica, uma escrita da História. Os artefactos eram a prova necessária, mas se esse regime probatório assentasse numa visão empírica, na posse das antiguidades e na possibilidade de os analisar pessoalmente, aliada à lógica dos autores de fé, estariam completos os requisitos para a conceção da historiografia setecentista.

No que toca à Academia Real das Ciências, o cenário é diferente, face aos propósitos desta instituição. Estes são mais alargados, como patente na constituição de três Classes, de Ciências Exactas, Ciências Naturais e Belas Letras, sendo que o foco assentava essencialmente, como se depreende, nas duas primeiras. Embora o espírito científico, com a criação desta instituição a 1779, esteja em crescimento, para suprimir as faltas portuguesas face à Europa (Braga,2016:563), a História encontrou ainda alguns contributos. Especificamente nas *Memórias* publicadas pela Academia, de onde vários temas, se localizam algumas passagens de interesse histórico-arqueológico, como é o caso das *Memórias sobre antiguidades das Caldas de Vizela* (1792), de onde se retira a passagem seguinte acerca da descoberta de *banhos romanos*:

“A construção dos banhos, e os efeitos, que eles produzem a favor da faude dos póvos, dão huma idéa certa de que aquellas aguas tiveraõ grande reputação, e por outra parte he evidente, que alli existio povoação muito importante, susceptivel de tanta arte, e magnificência. A muita variedade de tijolos da mais solida consistência, de que se encontraõ fragmentos nos banhos, e nas mais ruinas, e dos quaes apresento algumas amostras, inculca muitas oficinas, que só se podem considerar em huma sumptuosa, e

grande edificação. Sendo de notar, que naquele districto, e ainda mesmo a duas, e trez legoas de distancia, há uma grande falta de argilas próprias para semelhante construção.

Todas estas circunstancias me fizeraõ entrar no trabalho de indagar qual fosse o auctor daqueles banhos, e qual fosse a povoação antiga, a que pertencem as ruinas subterradas.

Dos Póvos, que domináraõ a antiga Lusitania, só os Romanos, eraõ capazes de huma semelhante obra, própria dos seus conhecimentos, e dos seus costumes; pois que o uso dos banhos foi para eles não só hum objecto de saúde, mas tambem de luxo.” (Neto:1792,99)

O fim trágico da Academia Real da História Portuguesa, uma viragem para a História Natural e as tendências científicas vocacionadas para a Física ou para a Química (Braga,2016:559-560) foram fatores determinantes para compreender, no entanto, a escassa produção historiográfica produzida pela Academia Real das Ciências. No entanto, personagens como Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne, ambos sócios da Academia Real das Ciências, formam, através dos seus Gabinetes, uma ponte entre áreas: dedicam-se quer à Ciência, quer à História, pelo meio da educação. De facto, se já sublinhamos o carácter pedagógicos dos Gabinetes destes Colecionadores, há que reforçar agora que, mesmo no último quartel do século XVIII, os seus Gabinetes possuem, como principal função, ilustrar a História, de modo a ensiná-la com maior interesse. Todo o seu conteúdo era assim orientado para o desempenho da sua missão, sobre a alçada desta instituição, sendo que no caso de Mayne, o seu espólio viria a ser incluído nesta última, tornando-se a Aula Maynense, que ainda hoje existe.

Assim quando observados em detalhe, constataram-se em quatro Gabinetes a existência de dois tipos de funções que se ligavam à escrita da História ou ao seu ensino – os Gabinetes dos Condes de Ericeira, Marquês de Abrantes, Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne - através dos artefactos arqueológicos que neles figuravam, quer com o propósito do seu estudo ou de ilustrar determinadas realidades. No entanto, no que toca aos restantes Gabinetes, apesar de se reconhecer o Estudo como seu objetivo geral, não é possível identificar, por ausência de fontes, funções concretas. Para explorar toda a informação que possam fornecer, há que tratá-los de um prisma distinto e introduzir um novo conceito, o de coleções-satélite.

5.2 Gabinetes e Coleções-satélite

As interações entre Gabinetes, que aqui vão ser apresentadas, demonstram o carácter dinâmico das suas coleções. Se alguns estão destinados fundamentalmente à escrita e ao ensino da História, o que se verifica diretamente, outras fazem-no de uma forma indireta.

O conceito de coleções-satélite assenta no sentido de que existem Gabinetes, normalmente de pequena dimensão, que proporcionam objetos do seu interior, informações e conselhos a proprietários de outras coleções, numa lógica de partilha e empréstimo, quer seja para o estudo ou venda de conteúdos.

Orbitam em torno de estabelecimentos de envergadura superior, com um propósito simbiótico: o Gabinete que recebe ganha itens, e o colecionador que oferece obtém as boas graças pelo seu ato.

Estas coleções-satélite tanto podem pertencer a Gabinetes, ou seja, possuem um espaço próprio, delimitado e cujo proprietário se conhece. São passíveis de ser identificadas pelas fontes, sendo que podem ocorrer a vários níveis.

O principal exemplo que cunha este conceito é a oferta de João Vidal da Costa e Sousa para Frei Manuel do Cenáculo de antiguidades romanas do templo de Milreu, anteriormente referido (Brigola,2003:435). Adiante veremos que Cenáculo possui uma rede vastíssima de contactos e coletores que tratam de assuntos arqueológicos. Neste caso, a coleção de Vidal da Costa alimenta a de Cenáculo, através de uma oferta pensada, ainda antes de esta estar constituída como Gabinete. Assim, a sua atividade enquanto colecionador beneficia um já Gabinete existente – o de Frei Manuel do Cenáculo – enquanto usufrui do contato com o prelado de Beja.

Nem sempre existe este grau de intencionalidade no que toca ao contacto entre Colecionadores. Reportemo-nos ao exemplo da venda do Gabinete de Gerard de Visme. Dado que a intenção de venda é noticiada em imprensa, dirige-se a um determinado tipo de público (Gazeta de Lisboa,27/12/1791). No entanto, e embora não seguindo o exemplo de Vidal da Costa, a compra do seu espaço não deixa de ser um acontecimento prestigiante e possivelmente economicamente bem-sucedido, dado que o novo proprietário passou a ser o Marquês de Abrantes (Barbosa,1903:34). Surge, portanto, uma situação de fusão entre dois Gabinetes, como vimos anteriormente, mas há que sublinhar o aspeto do interesse do Marquês. Isto porque existem alguns Gabinetes e coleções que

começam a figurar cada vez mais nestas dinâmicas de compra/venda no fim do século, como noticiado pela imprensa (Gazeta de Lisboa,27/12/1791; Gazeta de Lisboa,24/12/1793). O facto de existir aqui uma escolha pela parte do Marquês permite conceber que o Gabinete de de Visme encerraria potencial historiográfico, dado ser esse o principal objetivo do primeiro.

Para além dos particulares, instituições públicas também participam nesta circulação de Antiguidades. Os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) viriam a originar uma receção de doações provenientes de coleções a organismos que anteriormente foram concebidos para uma visualização de um público mais alargado e, conseqüentemente, existiu a transição de mais coleções-satélite para estas novas instalações museológicas, como se verifica na passagem seguinte:

“E porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas Collecções deste genero, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrucção pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não somente as não sabem conservar; mas tambem as dissipam, e destroem; poderão os ditos primeiros possuidores deixar as referidas Collecções ao Gabinete da Universidade, que deve ser o Thesouro público da Historia Natural, para Instrucção da Mocidade, que de todas as partes dos meus Reinos, e Senhorios a ella concorrem.” (ESTATUTOS, 1773:389)

Em outros casos, já não se trata de uma compra ou venda, mas de um ato deliberado de deixar um legado, ou a coleção de uma vida, e inseri-la num projeto mais vasto. A coleção de José Mayne, que transitou do Convento de Jesus para o Museu da Academia das Ciências e a coleção de Caetano do Bem para o Museu da Ajuda são disso os principais exemplos. O primeiro resulta de um desejo de que os objetos que possuía no seu Gabinete se tornassem material didático para as gerações futuras. Como sócio da Academia Real das Ciências, Mayne incumbiu a instituição de utilizar o seu espólio para ilustrar a História e a História Natural, do Homem e da Natureza (Vaz,2013:138). Falecendo em 1792, não chegaria a ver o seu desejo a ganhar forma, mas a Aula Maynense veio a constituir-se de acordo com o esperado (Barbosa,1903:32).

Já Caetano do Bem doa em vida a sua coleção à Coroa Portuguesa, com a intenção dupla quer de dar um uso mais alargado dos seus objetos para um propósito nacional quer para se constituir Diretor de um Gabinete no Colégio dos Nobres, sob a alçada do Rei

(Ceia,2011:67). Através da premissa de que as restantes monarquias da Europa cuidavam do colecionismo enquanto realizações culturais, Caetano do Bem argumenta que a criação deste Museu traria elevados benefícios à Coroa (Brigola,2009, p.41).

Assim, duas coleções-satélite tornam-se, indiretamente, ativas no papel da construção da História Portuguesa. No primeiro caso com o propósito claro de auxiliar o ensino da História nacional, e no segundo destinada, sob alçada régia, à criação de um novo Gabinete cuja formulação atendia à exaltação do passado português, projeto que não conhece a luz do dia, dado que D. Tomás Caetano do Bem viria a falecer em 1797 (Ceia,2011:67).

Quer o seu papel seja direto ou indireto, os Colecionadores, e os seus respetivos Gabinetes, contribuem para a investigação da História. No entanto, o escopo é ainda mais vasto, pois rodeando Antiguidades, Gabinetes e Colecionadores encontramos redes onde se integram e das quais beneficiam todas estas realidades.

5.3 Redes, Contatos e Interações

O interesse pelo universo, no Portugal de setecentos, é perfeitamente vasto. A partir das próprias *Memórias Paroquiais* (1758-1832), entende-se a envergadura das inquirições e dos contatos que tiveram de ser efetuados para adquirir as informações sobre vestígios de sítios arqueológicos (Anexo I).

No entanto, não se resumem aí as interações com o Passado. Se Antiguidades são exploradas, se Gabinetes comunicam entre si e Colecionadores estudam os seus materiais com o auxílio de coleções de outrem, tal se deve à existência de uma vasta rede de trocas e contatos no mundo dos eruditos.

Esta é elaborada e mantida a partir do nascimento da Academia Real da História Portuguesa. A 4 de Fevereiro de 1721, estabelece-se que os Arquivos e Cartórios de cada Cabido dessem notícia dos seus conteúdos à Academia (Azevedo,1930-1931:95). Por outro lado, o Alvará de Ley, com as diretrizes que reportavam à proteção, salvaguarda e obrigatoriedade de notícia, foi imediatamente enviado, aos provedores das comarcas a nível nacional (Azevedo,1930-1931:96-97), nos quais se pediam também notícias com a maior brevidade sobre as Antiguidades locais. A intensa correspondência que a Academia estabeleceria, juntamente com a quantidade de conferências, memórias e volumes que

efetuar, atestam a eficácia dessa rede de origem institucional, pelo menos durante as duas primeiras décadas do seu funcionamento.

As obras que possuem uma ligação com a Academia, traduzem igualmente o uso de uma teia de obtenção de dados. Contador de Argote, para realizar as *Memórias do Arcebispado de Braga*, explana, em forma de lista, os nomes de quem lhe proporcionou auxílio:

“Padre Antonio Machado de Villasboas, que hoje assiste no Estado do Brasil, Varão o mais erudito nas antiguidades de Portugal, e especialmente de Entre Douro e Minho, concorreo não só com huma relação do Conselho de Geraz do Lima, e hum Tratado da Villa de Vianna, mas com muitas repostas sobre perguntas, que lhe fiz acerca das Vias militares. Antonio de Sousa Pinto, da principal nobreza de Anciaens, concorreo com as relacoens da Villa de Anciaens , e Alfarella, que remetteo à Academia Real obra muy perfeita, curiosa , e bem discorrida; e tambem com algumas repostas a perguntas , que lhe fiz. Diogo de Villasboas Sampayo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Capitão mor de Barcellos, concorreo com huma descripção, e repostas a respeito da navegação antiga, e moderna do rio Cavado, sobre que o consultei por meyo do Padre Domingos de Santa Maria, Religioso da Congregação de S. João Evangelista, obra muy bem discorrida, e exata. O Padre Gonçalo da Rocha de Moraes, da Villa de Caminha, concorreo com duas relacoens da dita Villa muy noticiosas, e eruditas. Jacome de Brito e Rocha, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, da Villa dos Arcos de Valdevez, concorreo com diversos Itinerários do Reyno de Galliza , e Principado de Asturias que por sua intervenção consegui. O Padre Nuno de Guimaraens, Abbade de Soalhaes, e hoje Congregado da Congregação do Oratorio na Cidade do Porto, concorreo com diversas noticias, que à minha petição procurou. Thomé de Tavora de Avreu, Secretario do Exercito da Provincia de Traz os Montes, concorreo não só com huma relação, que remetteo a Academia Real, das antiguidades da Villa de Chaves, mas outrossim com muitas repostas , inquirições , e exames , que fez a respeito de matérias sobre que o consultei” (Argote,1732:XX-XXI)

Repare-se que estas consultas a diversas personagens – aristocratas e clérigos, mas também funcionários régios – se traduz em efetivo, no sentido em que se remetem obras, relações ou documentos para o próprio autor assim como as respostas às perguntas que efetuou. A presença destes eruditos não seria perceptível de outro modo, pelo que a existência de uma lista que os enumere, prefaciando a obra, é um instrumento incontornável para a compreensão das *Memórias*.

Em Caetano de Sousa, na sua *História Genealogica dos Grandes de Portugal*, encontramos, no interior de um dos volumes da sua extensa obra, o propósito de auxiliar à História das Moedas de Portugal, cujo elogio ao Marquês de Abrantes, principal cultor deste assunto, não deixa de realizar (Sousa,1738:105). Mas é de seguida que se encontram expostos os indivíduos que se dedicam a estes estudos:

“Pelo que referirey os eruditos curiosos, que de mim fiaraõ as suas Moedas, e naõ sey, que na Corte haja outros, que eu conheça; os quaes saõ aquelles esclarecidos sábios, o Conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, D.Francisco de Almeida, o Doutor Nicolao Francisco Xavier da Sylva, dignissimos Socios da Academia Real da Historia Portugueza. O Duque de Cadaval, Estribeiro môr de Sua Magestade, e do seu Conselho de Estado (...) O Bacharel Manoel Antonio de Lemos, Corregedor do Crime nesta Corte, tem huma boa collecção com algumas moedas estimáveis, e raras. Joseph Freire de Montarroyo Mascarenhas (...) A mayor Colecção, que vi, he a de Lourenço Morgante, o qual tem feito hum grande estudo nas [moedas] Romanas, e as conhece com particular genio; seu filho o Padre Bento Morgante, Licenciado nos Sagrados Canones, excede muito a seu pay na diligencia (...) O Padre Joseph Caetano de Almeida, Bacharel formado na Universidade de Coimbra na faculdade dos Sagrados Canones (...) (Sousa,1738:106-108)

Caetano de Sousa enuncia-os de modo a exaltar as suas qualidades enquanto investigadores da matéria. Refere igualmente que estes “fiaraõ as suas Moedas” o que implica que a abertura destas coleções permite empréstimos deste teor. Deste modo, o retrato que os Gabinetes oferecem é complementado pela rede que, neste caso referente a um tipo de antiguidade específica, se encontram nas obras.

Percebe-se assim a dimensão satélite destas coleções e dos seus proprietários, gravitando em torno uns dos outros num propósito comum de produzir conhecimento.

Bento Morganti, filho de Lourenço Morganti, referido por Caetano de Sousa, procede a uma enumeração semelhante, sobre a consulta dos colecionadores “Guilherme de Good, Duque de Parma, Marquês de Abrantes, Marquez do Lourical, Conde Assumar, Almeida Mascarenhas, Nicoláo Francisco Xavier da Sylva, Antonio de Lemos e Castro, Joseph Freyre de Montarroyo, Diogo Rangel de Macedo” no que toca a moedas antigas (Morganti,1742:35-38).

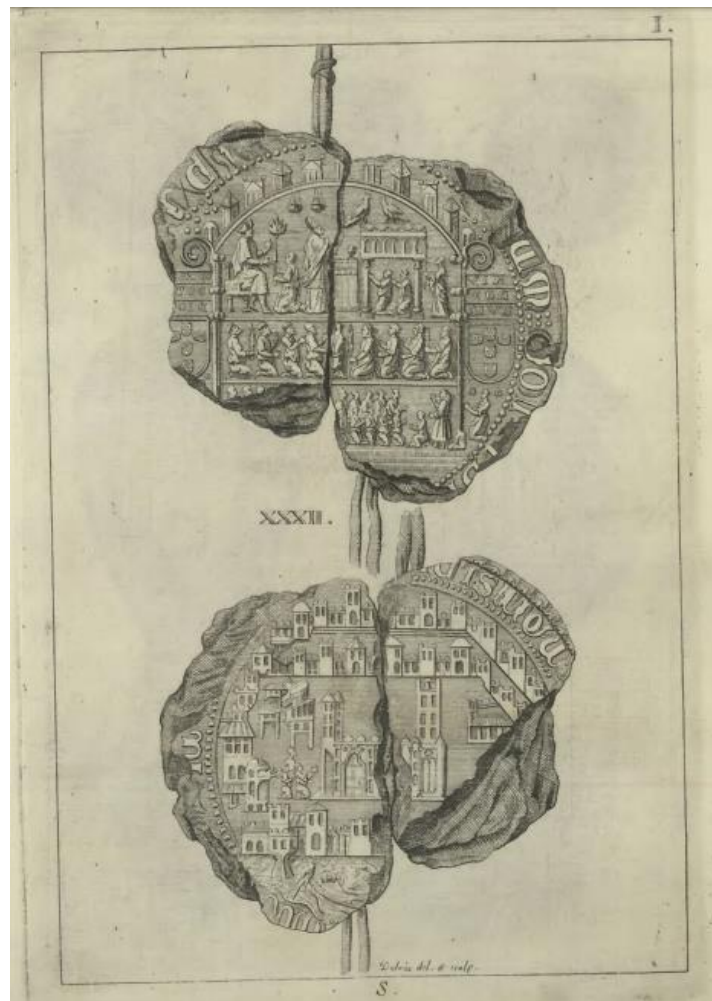


Fig. 21 – Elementos da coleção de Caetano da Sousa. In Sousa,1738:77

Sublinhe-se que enquanto que alguns dos nomes enunciados sejam sobejamente reconhecidos ao longo desta tese e na própria lista de Caetano de Sousa, outros são inéditos. As implicações deste facto traduzem-se na existência de uma rede nacional, já explícita na Academia de História, que engloba as personagens mais importantes e em redes pessoais, referentes a cada autor, individualmente construídas. Embora ambas não sejam dicotómicas, pois o seu cruzamento é altamente provável, a presença destas conexões particulares aumentam o nível de complexidade inerente a estas interações.

A rede pessoal mais expressiva do conjunto dos Colecionadores que tratam de temáticas históricas e arqueológicas é, indubitavelmente, Frei Manuel do Cenáculo. O extenso volume de documentação que se reporta à correspondência enviada e recebida abarca milhares de epístolas, cujos assuntos variam enormemente, demonstrando a já conhecida erudição de Cenáculo (Oliveira,2013:179-180). Quer em âmbito internacional ou nacional, o prelado de Beja possui um nítido interesse no estabelecimento de um

universo vasto de correspondentes, trocando artefactos e informações através dos seus contactos.

No que toca a dados arqueológicos e à sua importância, destacamos três cartas dirigidas a Cenáculo, que tratam desta matéria com contornos diferenciados, o que permite visualizar as diversas tipologias de assuntos expostos. Estas epístolas são enviadas no último quartel do século XVIII, onde o furor da Academia Real da História já estaria apagado, sem que a investigação antiquária tenha, como se pode depreender, desaparecido. A primeira carta é-lhe endereçada por António Pereira Palha:

“Excelentissimo e Reverendissimo Senhor

Certificado eu pelo Doutor Joam Rozado do grande gozto, com que Vossa Excelencia se interessa em ajuntar antiguidades no seu Muzeo; e que estimaria muito uma Medalha de ouro, que eu possuo do Imperador Antonino Pio; me resolvo a remetela a Vossa Excelencia, a quem parese que era devida por ter sido axada no Bizpado de Beja á mais de quarenta anos. Estimei muito que ela estivese em meu poder, para que posa ofresela a Vossa Excelencia; e juntamente a minha vontade para tudo o que for do seu obzequio.

Deus Guarde a Vossa Excelencia muitos anos.

Evora, 11 de Dezembro de 1773.

De Vossa Excelencia

Venerador e Fiel Criado

Antonio Pereira Palha” (apud Gusmão, 1944:211)

Trata-se de uma oferta, de uma “medalha” do Imperador Antonio Pio, a Cenáculo. Repare-se que a oferta ao seu “Muzeo” não se concebe ainda como o *Museu Cenaculo Pacense*, dado que este só se formaria oficialmente em 1791, mas antes ao Gabinete que o precede. Assim, esta doação, auxiliada pelo facto de existir uma outra personagem que corrobora a ação colecionista de Cenáculo, o Doutor João Rozado, é uma das múltiplas que o Prelado recebe no decurso das décadas precedentes ao estabelecimento do seu museu. Sublinhe-se que a antiguidade em questão, achada em Beja, estaria na posse de António Pereira Palha por mais de quarenta anos, o que denuncia que as descobertas pessoais de antigualhas podem permanecer neste período completamente fora de circulação durante longos anos, independentemente do Alvará de Ley.

A segunda carta é assinada por António Machado Borges Limpo:

“Excelentissimo e Reverendíssimo Senhor

Aos Pêz de Vossa Excelencia vai a minha rendida sumição tomar lhe a Benção; e a dizer lhe, que fui ao monte, aonde se achava o xadrez, e mandando-o descobrir no seu principio, achei, que o que estava descoberto, posto que já lhe faltavam algumas das suas pequenas peças fazião huma formosa vista com huma cadea, que a cerca em roda, tudo com agradável porporção; e vendo, que, caminhava hu alicerse de hum desmoronado edificio àthe outras ruinas, que o atravessavam mandei fazer huma abertura que em partes dava ao joelho de comprimento de vinte, e sette pez, e achei por sima do Xadrez huma camada de terra, e da parte superior da mesma terra huma argamassa de cal, e tejolo, e alguma pedra, e por sima muita terra, que, haverá para, que da pela çintura a hum homem; e vendo que com a cava tiravão os cavadores algumas peças, e por ficar assim mais resguardado mandei suspender a cava, e abrir huma cova junto ao alicerse que o atravessava achei a argamassa, que cobria o dito xadrez nas demais partes, pelo que se infere, que athe ali continúa; porque da outra parte do alicerse, aonde tambem mandei cavar já não há tal argamassa.

Pelo que segundo estas racionáveis inferências tem de comprido outtenta, e dous passos, segundo a largura do principio da que esta descuberta a mayor parte, tem quatorze pez de largo. Eu sempre presumo pelas ruinas, que agora observo; que nesta parte houve algum Oraculo Celebre dos Romanos.

Cuido nas Medalhas, e ja tenho promessa de algumas, e nas Pedras que em que Vossa Excelencia tenho falado serei responsável a seu tempo.

Pelo que respeita ao Padre Capelão desta freguesia, chegou de Vila Viçosa, da onde o mandarão para sua caza, attendendo a justificada rezão da sua assistência fora do Convento. Ele me dis isto, e cumpre com as suas obrigações, e estâ com boa acceitação na freguesia, não deve ter logar a minha supplica, que só era no caso, que elle se recolhesse.

Vossa Excelencia me dei os seus Decoros Perceitos. A Pessoa de Vossa Excelencia Guarde Deus muitos anos para meu Amparo.

Quintos, 14 de Dezembro de 1777

De Vossa Excelencia

Menor súbdito, mayor e mais obrigado venerador

Antonio Machado Borges Limpo” (apud Gusmão, 1944:205-206)

Esta carta representa um *modus operandi* em termos de escavação de antiguidades que se assemelharia bastante ao modo de como Cenáculo procederia em situações semelhantes.

Uma descrição detalhada do propósito – neste caso a descoberta de um potencial mosaico romano, seguida de outras evidências de um edifício antigo num monte em Quintos. Procede-se, portanto, à explicitação das medidas da escavação, assim como uma básica distinção de camadas. Dado que os escavadores teriam encontrado mais antiguidades – onde se verifica que este processo é coletivo e dirigido pelo autor da carta – a ação é interrompida e repensada, de modo a orientar a atividade resguardar o conjunto. Finalmente, produz uma interpretação preliminar da natureza das ruínas, chegando-se ao que poderia ser um potencial “Oráculo” romano. Todo este processo aqui documentado é de extrema importância para atestar indivíduos que tencionam escavar sem danificar, procurando pôr a descoberto o sítio e os seus vestígios arquitetónicos e artefatuais. Este, não sendo ainda o arqueológico, assenta num sistema de inferências através das características observáveis no local, sejam estas peças, camadas ou estruturas. A carta termina com a promessa do envio de medalhas e pedras, assim como de novo contacto.

A última carta segue pelo punho de Joaquim José de Costa e Sá:

“Excellentissimo e Reverendissimo Senhor.

Muito meu Senhor, e muito do meu maior respeito e obrigação. Recebi com summo prazer a honrosa Carta de Vossa Excelencia, em que se duplicão os motivos, que me constituem cada vez mais devedor aos beneficios de Vossa Excelencia, os quaes só posso merecer, em quanto Vossa Excelencia me honrar com a continuação do seu patrocínio.

He certo que nada enriquece mais huma Bibliotheca, como unir-se-lhe huma copiosa Collecção das curiosidades, de que Vossa Excelencia me diz ter feito thesouro: Por estas Antiguidades alcançarão os maiores Filologos aquellas luzes, com que illustrarão todas as Sciencias. Vossa Excellencia em razão do seu genio activo, e amante das boas cousas nada poupa, para dar sempre testemunhos de amor, com que preza huma Nação, que se

jacta de ter hum tão honrado Patricio, como Vossa Excelencia. Eu algumas noticias poderei referer a Vossa Excelencia porém ignoro a apportunidade; e assim as reservo.

Finalmente via a Instrucção sobre as Medalhas, de que examinei já huma Prova; e ainda quando Vossa Excelencia nella me não fallasse, lendo-a logo havia designar o seu Author. Este Assumpto he vasto; e por elle se dissolvem mil embarassos, que na Historia, nas Leys, nos Costumes, nos Ritos Religiosos, etc. se offerecem. Tenho pensado fazer a Compilação de hum Breve Diccionario das Antiguidades, etc. Mas o tempo nem he sobejo; e nem já a saude me dá muito lugar. Estou muito abatido de forçar pelos meus desgostos, e quando os julgo extinctos, então se renovão.

Faustino e José beijão juntamente comigo as Sagradas Mãos de Vossa Excelencia, e pedimos se digne Vossa Excelencia abençoar-nos.

Deos guarde a Sagrada Pessoa de Vossa Excelencia por muitos e dilatados annos: Lisboa
1 de Fevereiro de 1780.

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Béja.

De Vossa Excellencia.

Subdito e Servo muito fiel, e muito obrigado.

Joaquim José da Costa e Sá.

(BPE, CXXVIII / 1-1, nº 43)” (apud Vaz,2018)

Joaquim José da Costa e Sá apresenta o sentimento da época no que toca à bibliofilia: esta deve ser acompanhada por um Gabinete ou coleção de antiguidades. Cenáculo e o autor da carta, tendo já estabelecido um contacto anterior, partilham desta visão, com o “patrocínio” do prelado a potencialmente consistir numa troca ou oferta de antiguidades para as respetivas bibliotecas. Mas os principais assuntos que se tratam nesta epístola não se reportam nem à doação de antiguidades nem à descrição de escavações, mas antes a projetos que incluem artefactos arqueológicos. Por um lado, a formulação de uma Instrução de Medalhas, que se encontra no prelo, na qual Joaquim José da Costa e Sá serve como examinador, discorrendo sobre a sua utilidade para várias áreas do saber. Por outro, a ideia de formular um Dicionário de Antiguidades, realização que não viria a sê-lo verdadeiramente, pelas razões que o autor aponta, demonstra um sentimento de união enciclopédica e didática que marca o final do século.

Aqui pode apresentar-se uma visão sobre estas redes que é apenas um olhar preliminar sobre estas vastas realidades. Os temas anteriores, quer sejam as Antiguidades ou os Gabinetes, denunciam a existência das interações, de viagens, de visitas, de descobertas. O fio condutor apresenta-se como o conjunto das perspetivas e contactos dos diversos eruditos que se dedicam a temáticas que abrangem dados arqueológicos.

Encerra-se assim o ciclo dos objetos, espaços e agentes. Cabe agora interpretar os dados que os capítulos precedentes disponibilizaram em conjunto, à luz da definição apresentada de pensamento arqueológico, para responder à questão fundamental que orienta este trabalho.

Capítulo 6

6. Da existência de pensamento arqueológico no Portugal do século XVIII

No âmbito desta tese observaram-se três parâmetros em concreto – Antiguidades, Gabinetes, Colecionadores - cuja base empírica permitiria identificar a existência ou a ausência de um pensamento arqueológico no período cronológico aqui observado. Deste modo, as Antiguidades, os Gabinetes e os Colecionadores representam as etapas de um processo, envolto num contexto cultural preciso, e é através desta conjuntura, e da ligação entre a tríade que argumentamos que existe efetivamente um pensamento arqueológico, no século XVIII, em Portugal. O cumprimento dos requisitos, patentes na definição de pensamento arqueológico que apresentámos no início deste trabalho (Capítulo 1), leva a que se chegue a essa conclusão.

Entendemos que permite igualmente tocar em algumas problemáticas no âmbito da Teoria e da História da Arqueologia. Face à última, e com a noção de que este pensamento arqueológico precede a existência da disciplina enquanto ciência autónoma, não é absolutamente obrigatória que a análise historiográfica tenha um carácter presentista, como Tim Murray adverte como um dos principais obstáculos ao estudo deste período (Murray,2007b:8). Pelo contrário, deve reconhecer-se a existência de um pensamento arqueológico de longa duração, que se altera de acordo com diferentes contextos cronológicos e onde se discutem questões em torno do Tempo e da humanidade de vestígios materiais, que marcam esta disciplina. Deste modo, cabe introduzir na História da Arqueologia estes fenómenos e estas perspetivas sobre o Passado e os seus materiais, mas com o seu estatuto epistémico legitimado e não apenas como erros ou degraus a ultrapassar para se chegar à “verdadeira” Arqueologia. O esquecimento desta etapa implicaria a negação de dados, investigações, estudos, obras, onde o interesse arqueológico efetivamente existe. Pois se a Arqueologia se concebe como uma ciência recente, o pensamento arqueológico deve ser contemplado com uma antiguidade muito mais vasta (Schnapp,2002:140)

Um olhar sobre o pensamento arqueológico como fenómeno de longa duração proporciona igualmente uma redobrada perspetiva nas discussões teóricas da disciplina. Particularmente, no que toca à reutilização dos dados, na consagração de funções a artefactos e na ambiguidade interpretativa.

A primeira é especialmente interessante para o século XVIII, onde conjuntos de informação e recolha de dados adquirem contornos extremamente vivos. Em que medida é que, numa lógica de recuperação de grandes conjuntos de dados, os devemos incluir nas interpretações contemporâneas de uma realidade arqueológica? (Wylie,2016:2). O exemplo mais comum assenta na formulação da história das investigações de um determinado sítio arqueológico, onde ocorre a incorporação das principais ações que decorreram no local. Trata-se de lançar as fundações para a compreensão total do sítio (Wylie,2016:11), onde relatos de localizações, ações de escavação, e artefactos recolhidos podem efetivamente criar uma contextualização de um modo mais eficiente. Para o caso português, a utilização das *Memórias Paroquiais* pode contribuir nesse sentido.

A segunda representa uma das principais questões arqueológicas: a função inicial dos artefactos encontrados. Um pensamento arqueológico de longa duração incorporaria em si todos os modos de análise funcional, contrapondo-as e testando-as. Essencialmente, permite compreender porque é que determinada função é delineada para um artefacto em concreto, num período temporal específico. Este conhecimento é útil para que o arqueólogo entenda flutuações nos modelos interpretativos e o porquê de estas ocorrerem, sendo que os agentes produtores há muito desapareceram para comprovar a resposta (Salmon,1981:19). Porque são as *cerauniae* pedras de elfo, pedras de raio e pontas de seta diluvianas, antes de se conceberem finalmente como artefactos pré-históricos? Este é o exemplo de um problema de natureza historiográfica, mas também teórica, pois toca num debate intemporal, que atravessa paradigmas e escolas de pensamento: compreender que a investigação procura encontrar as funções dos artefactos, mas que esta própria é condicionada pelo contexto, meios e propósitos dos seus agentes.

Finalmente, no próprio teor das interpretações, que se modificam, caem, reconstroem-se, na lógica de que um único modo de explicação não resiste indefinidamente (Gero,2007:314-315). Se esta realidade é crucial para o ensino da disciplina na contemporaneidade, permite refletir sobre que questões se devem formular aos dados arqueológicos, o carácter das generalizações criadas ou a contraposição a teorias dominantes (Trigger,1994:122; Gero,2007:318).

Como se pode constatar, estes são alguns dos argumentos em torno de uma utilização deste pensamento arqueológico em longa duração, onde o seu estudo beneficia quer a

visualização do interesse no passado material em diacronia como uma reforçada entrada nas discussões contemporâneas em torno da disciplina.

Cientes destas vantagens, passamos para o caso português. Ao longo do século XVIII, os eruditos levantam questões e se interpretam respostas, discorrendo sobre Antiguidades e objetos exóticos, acerca da sua componente cronológica e de origem humana. O fulgor que este período conheceu em termos de desenvolvimento do conhecimento e erudição histórico-arqueológica é o resultado de uma conjuntura propícia, do ambiente político, social, económico e cultural que caracteriza a Idade das Luzes.

Este ambiente de erudição, acabou por originar uma importante etapa para o nascimento da Arqueologia como uma ciência de legítimo estatuto, algo que só aconteceria praticamente meio século após o término do período setecentista. A quantidade de informação recolhida através de inquirições e questionários, de estudos realizados, até de pontuais escavações e de personagens de relevo (Anexo I e Anexo II) geraram em Portugal o impulso para que este se pudesse aproximar às práticas que se efetuavam em outros países.

Passemos à caracterização dos elementos que caracterizam em específico este pensamento arqueológico. Tomemos dois pontos fulcrais: a visão teórica – o porquê de se pensar – e a visão operativa – o como pensar.

6.1 A visão teórica

Em termos teóricos, as Antiguidades servem vários propósitos. O principal que poderia ser apontado é o facto de auxiliarem à escrita da História através do regime probatório que lhes é inerente.

Ao mesmo tempo, a legitimação nacional passava por um conhecimento o mais completo possível do passado português, alimentando o Absolutismo monárquico e da sede de aproximação cultural a outros países da Europa que, com os seus mecanismos próprios, exploram as suas realidades pretéritas através dos artefactos. E acrescente-se a erudição útil, no sentido em que as Antiguidades abrem portas para a análise de diversas matérias, num pensamento abrangente e de curiosidade enciclopédica. Mas a posse de Antiguidades é também sinónimo de aumento do *status* social, que as academias e instituições permitem com a junção de membros e, finalmente e não menos real, o gosto pelo exótico e o gozo do estranho.

Mas as Antiguidades, e a sua vertente arqueológica continua a ser expressiva, orientadas para a ilustração da História continuam a constituir-se como o primeiro destino. Assim, formulam-se questões e interpretações. As obras que juntam dados sobre artefactos tentam criar um panorama comparativo, sempre aliado ou corroborado pelas fontes se possível, relativos ao meio geográfico que se pretendem descrever. Os projetos das *Memórias*, quer as formuladas por Contador de Argote ou Vicente Salgado evidenciam isso mesmo, com os artefactos a serem usados para perscrutar a História Antiga e da sua importância para o projecto nacional:

“Algumas [memórias] se salvarão nos diplomas Regios, e nos marmores Romanos; e se a saudade coubera no insensível, ou se dera do futuro, dissera, que os sobreditos documentos conservarão a sua existência saudosos destes afortunados, e dourados tempos, em que a grandeza de V.Magestade, ordena se fação públicos, para animar a Historia, illustrar a Igreja, ennobrecer o seu Paiz, e immortalizar os seus Vassalos.” (Argote,1732:II)

“A História dá a conhecer a origem, progresso, acções, privilégios, foros, costumes, e usos dos Póvos sobre que se discorre; dá huma nova vida a todas estas qualidades; desenterra Monumentos, Escrituras; Moedas; e faz aparecer com face superior as Memorias que se tem descuberto.” (Salgado,1786:V-VI)

As *Memórias Paroquiais* seguem a mesma lógica, mais descritiva é certo, mas sob a mesma égide de que o conhecimento dos vestígios arqueológicos locais, o desenterrar das coisas antigas, permite caracterizar o Passado do país como um todo.

Em suma, as Antiguidades e o que as rodeia são consideradas empresas de valor e tratadas com a importância devida. Constrói-se a História de Portugal através destas, e o exercício historiográfico é particularmente relevante neste contexto o que implica, por consequência, que pensar nos vestígios arqueológicos também o seja.

6.2 A visão operativa

Em termos operativos, este pensamento arqueológico visualiza-se no modo como se produzem as análises dos vestígios do Passado. Interpretam-se fenómenos como o das *antas-altar* e discute-se a origem em torno das *cerauniae*. Quer para atestar a sua eventual cronologia ou sequer manufatura humana, estruturas e objetos que provocam essas dúvidas são exploradas, em âmbito intelectual, e acompanhadas de casos de observação

noutros países da Europa. No que toca à investigação das *cerauniae*, vemos Portugal inserido no clima de discussão acerca da sua génese. Enquanto que investigadores estrangeiros suportam a sua argumentação em torno de uma origem humana destes materiais com etnografia proveniente das suas viagens ao Novo Mundo (Goodrum,2002:258), os eruditos portugueses questionam a origem lendária dos relatos e a falta de observação direta para desconstruir o mito da formação meteorológica do fenómeno, embora não admitissem imediatamente a vertente humana para a sua explicação.

A Razão ocupa um lugar de relevo no que toca a qualquer interpretação, não estivesse o Portugal setecentista embebido na consciência das Luzes (Araújo,2014:266). Do ponto de vista arqueológico, as *cerauniae* não se associam ainda ao espólio das antas-altar. De facto, esta dissociação levanta uma interessante revelação: as pedras e ferramentas antigas, tidas como diluvianas, como podemos constatar quer pelo trabalho de Mendonça e Pina quer pela notícia da escavação deste tipo de monumento, são interpretadas como tal a uma luz de comparação etnográfica, não existindo qualquer paralelo com as *cerauniae*. Existem assim diferentes opiniões sobre o que, na contemporaneidade, se conhece como um único fenómeno característico da Pré-História.

Se as *cerauniae* são tratadas deste modo, às antas-altar acrescenta-se uma lógica progressista e inferencial. Se as fontes não possuem quaisquer informações sobre estes monumentos e não se conhece qualquer obra de povos antigos que corresponda aquele regime arquitetónico, relega-se a sua origem para tempos remotos. Mas junta-se ainda uma ideia de Progresso, dado que as construções são “toscas” e de pouca qualidade estética, só podem pertencer aos princípios da civilização. Esta comparação das diferentes qualidades dos povos ao longo do trajeto histórico é um traço característico do pensamento do século XVIII (Araújo,2014:266) pelo que o encontramos nas interpretações destes eruditos em abundância, especialmente na explicação de artefactos desconhecidos e cujos atributos denuncia antiguidade.

É essa valorização da observação direta dos vestígios materiais, das ruínas, dos mármore, das moedas, em conjunto com mecanismos despoletados pela Razão e com a lógica inferencial, alicerçados num conhecimento sólido das fontes que permite caracterizar o pensamento arqueológico do século XVIII, em Portugal.

Este não existe sem uma vertente eminentemente académica e empírica. A crítica a inscrições, moedas, esculturas, vasos, ruínas e construções provoca respostas, obras, cartas, num espírito de profunda atividade. A discussão em torno da interpretação de uma “medalha” romana, entre Morganti e Contador de Argote (Morganti,1742:5-6), denuncia isso mesmo, originando obras inteiras para o seu debate. Por outro lado, as produções literárias que citámos, embora nem sempre se dedicassem a assuntos inteiramente históricos, continham elementos arqueológicos no seu interior. Um caso extremamente relevante e que ilustra esta realidade é a obra *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre* (1734), por Martinho de Mendonça e Pina, obra relevante no seio do ensino da nobreza portuguesa do século XVIII pelas diretrizes que apresentava. Encontramos no seu interior as seguintes passagens:

“A Livraria para os meninos, e principiantes deve consistir mais em imagens sensíveis, e agradáveis à vista, que em livros próprios para o estudo, que sempre causa trabalho; além de que a imaginação do que oferece à vista, imprime mais duravelmente as cousas na memoria; e assim os melhores livros para a primeira idade são as estampas da Biblia, as series de retratos estampados dos Papas, Emperadores, e Reys, de que tambem há medalhas, modernamente cunhadas, que com menos despeza e dificuldade se achão completas; os retratos impressas dos Varoens illustres; as estampas das principaes cerimoniaes sagradas, e profanas; as das Antiguidades Gregas, e Romanas; as das cores, e pessas que compõem os Escudos de Armas das principais famílias; as das partes mais notáveis da Architectura Civil, e Militar, e os riscos dos edifícios, e fortificações; os mapas, globos e esferas, emfim todas as estampas, ou pinturas agradáveis e instrutivas, que os meninos nos costumam pedir repetidas vezes (...)” (Pina,1734:202-204)

“Para o estudo da Historia se lhe deve dar primeiro huma breve idéa geral muito sucinta que não embarace a memoria (...) Estes principaes succesos se podem distribuir em huma taboa chronologica para melhor se perceber a ordem do tempo, e sucessão das cousas, e refrescar a memória com a primeira parte da História universal de Boffuet; que he hum dos Escriitores mais judiciosos, e este seu compendio, o mais recopilado e breve. Tambem se pôde aconselhar a lição de Turselino pela pura Latinidade, e de Petavio na primeira parte do *Rationarium Temporum* pela exacção da Chronologia. O mesmo Petavio na segunda parte, e Strauchius ensinão quanto baste saber das disputas Chronologicas, aos quaes se deve juntar o uso frequente das mais claras taboas Chronologicas, quaes são as do Abbade Lenglet: na Historia Romana deve preceder alguma noticia dos costumes

daquele povo; para o que basta o Compendio do Padre Joseph Cantelio, e se póde buscar o seu summario conhecimento em Lucio Floro, Eutropio, e no excelente Epitome de Lourenço Echards, Tito Livio, Dionisio Halucarnasseu, Dion Cassio, e semelhantes. Para a Historia da Grécia não conheço melhores summarios, que Justino, Thomás Hind, Rollin: quem desejar mais fundamental noticia, não ignore Pausanias, Diodoro Siculo, Herodoto, Thucydides, Xenofonte, e Plutarcho; a Archeologia Grega de Potterio, he mais difusa, e escrita com mais erudição do que convinha aos principiantes para se instruírem nos costumes, e antiguidades de Grecia. Para a noticia da Historia moderna, seria muito conveniente a introducção de Pussendorf pela idea que dá aos interesses dos Soberanos; mas necessita, não só de expurgação, mas de alguma emenda, principalmente do que toca à Historia Portugueza. Tambem se póde ler Foresti, Loschi, e outros Compliadores, não querendo consultar os originaes, que lhe nomeará Lenglet no methodo de estudar a Historia. (...) A Historia Portugueza deve saberse perfeitamente, começando pelo Epitome de Faria, por Mariz, ou por Vasconcellos; em quanto se não dá à luz hum Epitome escrito por huma das mais illustres, e doutas pennas, que se escolherão para na Academia eternizar a memória Portugueza, no qual se achará tudo quanto se póde desejar, brevidade, clareza, ordem, verdade e boa crítica.” (Pina,1734:302-308)

Se a História se encontra como uma das vitais aprendizagens para a nobreza, a “Arqueologia” consagrada quer pelos textos e antiguidades gregas ou romanas, é relevante especialmente pela sua capacidade ilustrativa, dado que temos vindo a referenciar como uma característica fundamental do pensamento deste período. A preocupação em estabelecer uma ordem cronológica do tempo, com as “taboas” a exercer um ensino prático para os mais jovens, demonstra a preocupação com a correta sucessão dos eventos, que é ainda hoje um elemento fundamental da escrita da História. A consagração de temas arqueológicos em obras cujo objetivo principal é a educação das elites demonstra o quão enraizada estaria a importância do conhecimento do Passado e também dos seus vestígios materiais para os eruditos portugueses.

Se o pensamento arqueológico motiva a criação de textos, origina igualmente ações de escavação, com propósitos claros: escava-se de acordo com os artefactos e para recuperar os mesmos. Se o ato de escavar depreende uma investigação, por vezes com o móbil a ser a curiosidade de verificar uma anomalia, as Antiguidades são o elemento que o orienta. Através de uma informação inicial, seja esta uma lenda, um relato oral de uma população ou a observação de elementos arquitetónicos à superfície, dá-se início a estes

empreendimentos. A escavação procede-se então ao desenterrar dos objetos, com por vezes a descrição de medidas e do desenrolar dos trabalhos, paragens e decisões efetuadas. Todos estes elementos se regem pela conjunção entre a Razão, a lógica, a inferência e a comparação.

Os objetos que se recuperam são depois destinados aos vários Gabinetes que em Portugal se constituem como coleções que abarcam Antiguidades da mais variada espécie. Estas instalações são o símbolo dos elementos mencionados anteriormente – erudição, *status*, curiosidade – munindo-se das Antiguidades e espécimes exóticos para o efeito.

Através do estudo das funções que estes espaços possuem, compreendeu-se que a componente cénica dos Gabinetes e o esperado diletantismo dos Colecionadores não refletem na totalidade o cenário real.

Pelo contrário, a funcionalidade destes Gabinetes assenta em alguns casos, como um espaço experimental e de construção do saber. Por esta razão, são normalmente acompanhados por bibliotecas e incluem instrumentos científicos da mais variada índole. Visitados e citados quer pelo meio nacional como o internacional, o Gabinete representa a visão que os eruditos tem sobre o mundo à época também em Portugal. Na sua diversidade interna, nas suas especificidades, unem-se pelo gosto das curiosidades.

No que toca ao caso concreto das Antiguidades, verificou-se a existência de Gabinetes cuja razão fundamental da sua formulação é um espaço que permita criar as condições para a escrita da História. Como é o caso do Marquês de Abrantes e de Frei Manuel do Cenáculo, as suas atuações focam-se no uso das Antiguidades que colecionam para explicar ou ilustrar fenómenos históricos. Gabinetes com o de José Mayne, com a preocupação com o ensino, ou de João Vidal da Costa, que se compõe com as antiguidades que escava em sítios arqueológicos, contribuem de modo indireto para a historiografia da época, assim como todos os outros Gabinetes que são doados, em conjunto com as suas coleções, a personagens e instituições que possuem esse objetivo. Os espaços comunicam igualmente entre si e trocam artefactos e informações. O Gabinete do Conde da Ericeira e o da Academia Real da História Portuguesa formam-se através de contactos ou das suas investigações pessoais, quer pelo proprietário, no primeiro caso, quer por uma vasta rede, como é o do segundo.

Se os Gabinetes funcionam como a instalação de preferência para a historiografia e a prática científica a nível pessoal e coletivo, depende-se que os seus proprietários possuam interesse nessas temáticas. De facto, as redes intelectuais que existem neste período são formadas por eruditos com diferentes origens sociais, mas sempre parte das elites do século XVIII. Quer juntando objetos em consequência do seu meio profissional, quer para auxiliar outros proprietários, estes eruditos caracterizam-se pelos profundos contactos que trocam entre si. Organizam-se de modo a participar em conferências sobre História, a dissertar sobre a importância dos artefactos para a mesma, a produzir material didático para o ensino, a abrir os seus Gabinetes para viajantes estrangeiros, como é o caso do Marquês de Angeja para Pérez Bayer (Vasconcelos, 1920:153).

Estes elementos não são, no entanto, suficientes para definir a Arqueologia no sentido moderno do termo. Esta é também um resultado da tríade que explorámos – Antiguidades, Gabinetes, Colecionadores - à qual se juntam as inferências, os métodos comparativos e a argumentação filosófica. As próprias ações de escavação regiam-se pela observação direta e descrição narrativa do observado, apesar da ausência de um método preciso.

Assim, o século XVIII e o seu pensamento arqueológico são fundamentais para se compreender a História da Arqueologia portuguesa. Ao invés de se constituir como uma etapa dominada apenas por uma personagem ou por uma instituição, é antes um período repleto de várias tipologias de obras, de vários agentes e de coleções onde estão patentes artefactos, ações de escavação, redes vastas em permanente contacto.

Este pensamento transforma-se no decurso do século. Se no início, especialmente após a criação da Academia Real da História Portuguesa, se verifica um intenso movimento em torno da temática arqueológica, o terramoto de 1755 ditaria um abrandamento, dado que a destruição de alguns Gabinetes provocaria perdas de coleções e de artefactos. Por outro lado, a transição do reinado de D. João V para o de D. José I traria fundamentalmente tentativas de reformulação do ensino, e da diminuição da influência da Igreja. Durante este período, a rede nacional aparenta desagregar-se ligeiramente, mais não seja pela decadência da Academia. Os esforços individuais dos proprietários cujas coleções sobreviveram ao terramoto continuam, chegando-se ao reinado de D. Maria I onde se encontra uma vertente arqueológica, ainda que ligeira, na Academia Real das Ciências. Repare-se que a sua presença é essencialmente marginal, com a investigação arqueológica a aparecer timidamente nas conferências relacionadas com as Belas Artes, dado que o foco é nas Ciências Naturais e Exactas.

O papel dos vestígios arqueológicos é estar ao serviço da História de Portugal. O Passado é decisivo na exaltação do Presente e no engrandecimento das Nações. Constatase esta visão no teor das escavações que se efetuam, assim como nas perspetivas de José Mayne e, fundamentalmente, de Frei Manuel do Cenáculo. De facto, Cenáculo será o elemento agregador do pensamento arqueológico para os finais do século XVIII, juntando em seu redor os Colecionadores, eruditos e curiosos que ainda existem no término deste período.

Caracteriza-se deste modo o pensamento arqueológico no século XVIII em Portugal, atestando o que o constitui, os seus objetivos, os seus agentes e a sua evolução. Sublinhamos novamente os elementos decisivos da sua contribuição para a História da Arqueologia Portuguesa e como se constituiu como a etapa imediatamente anterior, a antecâmara do que viria a ser a Arqueologia como a conhecemos na atualidade.

6.3 O novo paradigma da Arqueologia e o fim do pensamento arqueológico do século XVIII

O término do período cronológico aqui analisado implica igualmente o fim do modelo de pensamento arqueológico explanado. De facto, a transição para o Portugal de Oitocentos conhece, nas suas primeiras décadas, um período conturbado. O enfraquecimento económico, as violentas mudanças de regime político e a queda de algumas velhas aristocracias implicaria que a era dos Gabinetes e Colecionadores se apagasse consideravelmente (Lourenço & Dias,2017:394).

Por outro lado, a doação de artefactos às instituições museológicas deste novo século, levaria a que as coleções setecentistas se desagregassem e se desligassem do seu contexto original. Tal gerou uma perda de memória do trajeto de determinados artefactos, quer esta seja intencional ou não, na medida em que a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e a gradual queda da nobreza absolutista originou a desconstrução de inúmeras coleções. Assim, quando a Aula Maynense se juntava ao Museu da Ajuda e conseqüentemente contribuía para a Escola Polytechnica de Lisboa, os alunos estudariam com os artefactos e espécimes que provinham de coleções setecentistas, cujo labor dos proprietários permitiu que se ilustrassem as matérias com os mesmos (Barbosa,1903:33). Este dado é extremamente relevante visto que vultos da Arqueologia como Nery Delgado, Pereira da Costa, Estácio da Veiga estão de algum modo ligados à aprendizagem e ao ensino nesta instituição, pelo que a probabilidade da tomada de conhecimento pelos mesmos no que

toca às colecções que aí figuravam é reforçada. (Zilhão,1993:4; Cardoso,2015:2; Cardoso,2007:21).

Se atendermos a que na primeira metade do século XIX, onde a Arqueologia começa efetivamente a imiscuir-se nos conteúdos programáticos das variadas instituições de ensino (Diniz & Gonçalves,1993-1994:183-184;Carvalho,2018:81), não se pode descurar que os decisores que procedem a esse processo teriam tomado contacto com partes da disciplina na sua educação através da Escola Polytechnica.

Aliada a esta pulverização de memória e processos de desconstrução, existe o próprio silêncio arqueográfico. Salvo raras exceções, as primeiras investigações arqueológicas não contemplaram um interesse no registo narrativo ou gráfico da sua atividade. A razão era simples: a Arqueologia como área nasceria na segunda metade do século XIX. O foco na Pré-História, de uma nova idade da Terra e do Homem, de um método científico de escavação, de uma aproximação à Geologia e Antropologia, acentuaria de modo abissal o aparente fosso entre a Contemporaneidade e o século XVIII. Por outro lado, a aparente ausência de fontes escritas que revelem a existência de investigações em torno dos tempos passados que hoje sabemos pré-históricos, no século XVIII, com a exceção de Martinho de Mendonça e Pina, justificou o desinteresse que os primeiros pré-historiadores oitocentistas têm pela ação dos seus antecessores, enquanto que a ausência de um método tipológico e de escavação concretos justificou a indiferença dos restantes arqueólogos face a este período preparatório da ciência arqueológica.

Tratou-se fundamentalmente de um modelo de pensamento arqueológico que se dissipou para dar lugar ao pensamento científico, eminentemente arqueológico e reconhecido como tal na contemporaneidade, gerando o um aparente esquecimento desta longa etapa. Apenas no final do século XIX, com Leite de Vasconcelos e Pedro A. De Azevedo, se verificariam n’*O Arqueólogo Português* conjuntos de dados de interesse que se reportavam ao século anterior. Não deixavam estes de ser acompanhados de crítica, embora se constituam como um primeiro esforço para asseverar a componente arqueológica do pensamento dos eruditos do século XVIII.

A Arqueologia como ciência legitimada nasceria deste modo em Portugal na segunda metade do século XIX, com poucos nesse momento a lembrar o que a precedeu:

“Depois d’aquelle impulso, dado na segunda metade do seculo XVIII, e que tão bons resultados ia produzindo, so há poucos anos, por vergonha nossa, principiou a fazer caso,

posto que frouxamente, d'essas riquezas, que nos paizes mais cultos que o nosso tão apreciadas são pelo que valem, pelas lições proveitosas que fornecem ás artes e pelos subsídios que prestam ás sciencias.” (Barbosa,1868:270)

Assim, pelo seu papel basilar para a formação da disciplina e o seu inequívoco valor para a História da Arqueologia Portuguesa, é necessário o resgate da memória do pensamento arqueológico do século XVIII, pelo que pensamos ter contribuído para a sua conceptualização e análise, abrindo a porta para futuras linhas de investigação em torno dos objetos, espaços e agentes que caracterizam a Arqueologia nos vários períodos da História de Portugal.

Considerações finais

Para efeitos de síntese e de uma compreensão sucinta dos pontos chave que esta tese procurou investigar, apresentam-se as seguintes conclusões:

- Antiguidades são conceptualizadas enquanto produtos de tempos pretéritos, estudadas e analisadas como auxílio à produção da História, suprimindo a falta de fontes escritas. Contemplam-se vários períodos históricos, alguns distintos da cronologia atual, devendo-se este facto aos seguintes aspetos: uma idade da Terra e do Homem definidas pela Bíblia; um conceito de barbárie e progressão social, o qual é visível na análise formal de Antiguidades e ruínas, remetendo-as para etapas civilizacionais concretas; um gosto pela Antiguidade Clássica e um limite temporal marcado pela própria legislação que protege os monumentos e artefactos. As Antiguidades são exploradas, desenterradas, estudadas e apresentadas para um público erudito.

- Gabinetes constituem-se com estas antiguidades, as quais são adicionadas a espaços cujo pendore colecionista pode pautar-se com diversas tipologias de curiosidades. As diversas funções que desempenham devem-se fundamentalmente aos seus colecionadores, sendo que, direta ou indiretamente, alguns destes Gabinetes são utilizados para a escrita da História de Portugal, sendo usados o seu conteúdo para o efeito. A existência de um inequívoco interesse arqueológico está presente na multiplicidade de objetos representados no interior das coleções, cuja informação se obteve de várias fontes distintas.

- Colecionadores que se dedicam a práticas relacionadas com os seus Gabinetes e com os artefactos que neles figuram. De várias camadas sociais e com profissões diversas, desafiam a preconção de um diletantismo puro e de uma atividade puramente dirigida pelo gosto da época. As Antiguidades e os Gabinetes dos quais são proprietários são utilizados para estabelecer contactos académicos, proporcionar elementos didáticos para instituições, aumentar o seu *status* social e auxiliar na missão de escrever a História de Portugal.

- Assim, assume-se a efetiva existência de um pensamento arqueológico baseada na definição apresentada, com a ligação entre objeto, espaços e agentes a estabelecerem o processo e as interpretações e questões emergentes a sustentarem a base intelectual desta realidade.

Conclui-se deste modo que, no Portugal do século XVIII, e com as escolhas e construção deste trabalho, foi possível verificar a presença de um pensamento arqueológico neste período. Embora tenhamos apresentado argumentos e hipóteses de estudo para esta problemática, entendemos que restam ainda questões que consideramos relevantes para a comunidade arqueológica, e a serem alvo de investigação no futuro:

- Que outros métodos e fontes podem ser utilizados para obter mais informações sobre as interações entre os agentes e as Antiguidades desta época, especialmente nos próprios locais de origem estas últimas?
- Como proceder à descoberta de mais Gabinetes setecentistas com conteúdos arqueológicos em Portugal?
- Qual a envergadura dos contactos nacionais e internacionais no que toca à circulação de Antiguidades entre Gabinetes?
- Pode o conceito avançado reproduzir-se para outras etapas na história da arqueologia portuguesa e, desse modo, ser operativo para estabelecer pensamentos arqueológicos em etapas ainda mais remotas?

Se o nosso trabalho pôde oferecer alguma luz sobre este tema, entendemos que o estabelecimento de novas questões é uma responsabilidade e um olhar necessário para o futuro. Por que a escrita da História da Arqueologia é um processo coletivo, múltiplo e virtualmente infinito, o estabelecimento do seu estudo invoca o potencial que a disciplina possui em termos historiográficos para o território nacional, assumindo-se como principal vantagem uma visão mais profunda sobre a Arqueologia Portuguesa. Esperamos ter contribuído nesse sentido.

Fontes primárias

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA. (1724a) - Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 24 de Fevereiro de 1724. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA. (1724b) - Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA. (1724c) - Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 11 de Maio de 1724. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA. (1724d) - Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 1 de Junho de 1724. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA. (1724e) - Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 27 de Julho de 1724. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ACADEMIA REAL DA HISTORIA PORTUGUEZA. (1734) - Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez no primeiro de Abril de 1734. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva

ALVARÁ DE LEY DE 20 DE AGOSTO DE 1721

ARGOTE, J. (1732) - *Memorias Para A Historia Ecclesiastica do Arcebispado De Braga*. Na Officina de Josefh Antonio Da Sylva, Tomo I.

ARGOTE, J. (1734) - *Memorias Para A Historia Ecclesiastica do Arcebispado De Braga*. Na Officina de Josefh Antonio Da Sylva, Tomo II.

BLUTEAU, R. (1712) – *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Vol. I

BLUTEAU, R. (1720) – *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Vol. VI

CASTRO, J. (1762) - *Mappa de Portugal Antigo e Moderno, Parte I e II*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

CENÁCULO, M. (1791) – *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira

COSTA, Pe. A. (1712) – *Corografia Portugueza, e Descriçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, Volume III.

D'ALMEIDA, T. (1795) - *Recreação Filosofica*. Lisboa, Regia Officina Typografica, Tomo VI

D'ARGENVILLE, M. (1780) - *La conchyliologie, ou, Histoire naturelle des coquilles de mer, d'eau douce, terrestres et fossiles: avec un traité de la zoomorphose, ou, représentation des animaux qui les habitent, ouvrage dans lequel on trouve une nouvelle méthode de les diviser*. Paris, Guillaume de Bure, Tome Second.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1773). Lisboa, Na Regia Officina Typografica, Livro III

FIGUEIREDO, A. (1765) - *Observaçoes sobre a Lingua e Orthografia Latina, Tiradas dos Marmores, Bronzes e Medalhas dos antigos Cezares, principalmente desde Augusto até aos Antoninos*. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

FREI Manuel do Cenáculo (177-?) - 1 pintura : óleo sobre tela ; 95,5x74,5 cm, dimensão com moldura: 112x90,5 cm. Colecção de Pintura da BNP.

LA CLEDE, M. (1735) – *Histoire Generale de Portugal*. Paris, Pierre-François Giffart, Tome Premier

LISBOA, B. (1786) – *Discurso Historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoes sobre o estado do Brazil*, Lisboa, Officina de Antonio Gomes.

MACHADO, G. (1790) - *Viro etiam in Parvis Magno, Petro de Noronia Marchioni Angegensis...* - 1 gravura : água-forte, p&b

MARTIN, J. (1727) – *La Religion des Gaulois tirée des plus pures sources de l'Antiquité*. Paris

MORGANTI, B. (1742) - *Dissertação Historica e Critica: sobre a inscripção, que existe no Campo de Santa Anna da Cidade de Braga, e huma Moeda antiga do tempo de Julio Cesar, de que faz menção o M.R.P.D. Jeronymo Contador de Argote nas Memorias que escreveo do mesmo Arcebispado*. Lisboa, Reg. Offic. Sylvana

MURPHY, J. (1795) – *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, In the Years 1789 and 1790*. London, A.Strahan & T.Cadell Jun & W.Davies

NETO, J. (1792) – *Memórias sobre antiguidades das Caldas de Vizela*. In *Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, na Officina da Mesma Academia, Tomo III, pp. 93-110

NOEL, J. (1794) - *A view of the Quinta of Gerard de Visme..., at Bemfique, near Lisbon including the farm house, etc. [Visual gráfico] / from the original picture by Noël ; engraved by J. Wells*. - London : J. Wells 1794. - 1 gravura : água-tinta, sépia

PINA, M. (1733) – *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733*. In *Colleçam dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa, Officina de Joseph Antonyo da Sylva, Parte Segunda.

PINA, M. (1734) - *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva.

RAPOSO, F. (1780-ca 1820?) - *Sepulturas antiquíssimas situadas a Norte do cabo Mondego...* [Visual gráfico / Franc.o Ant.o Rapozo, fecit [182-?]]. - 1 desenho: lápis de cor e tinta bistre; 37x21,5 cm

SALGADO, V. (1786) – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve oferecidas ao Exc.mo e Rev.mo Senhor Bispo de Beja*. Lisboa, Na Regia Officina Typografica, Tomo I.

SARMENTO, J. (1735) – *Materia Medica Physico-Historica-Mecanica, Reyno Mineral*. Londres.

SILVA, F. (17-??) - *Códice Lapidés de Museo Sesinando Cenaculano Pacence: Album de antiguidades lusitanas e luso-romanas*. [BPE – CIM Cód. CXXIX / 1-14, fl.78]

SOUSA, A. (1738) – *Historia genealogica da casa real portugueza*, Lisboa, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo IV.

SOUSA, J. (1794) - *Memória de Quatro Incrições arábicas com suas traduções. In Memórias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa, na Officina da Mesma Academia, Tomo V, pp.363-376

STEVENS, J. (1705) – *The Ancient and Present State of Portugal*. London, R.Janeway

STUKELEY, W. (1740) – *Stonehenge. A Temple restored to the British Druids*. London

SYLVA, M. (1727) – *Historia Da Academia Real Da Historia Portuguesa*. Lisboa, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo Primeiro.

VIEIRA, F.& ROCHEFORT, P. (1739) – *Restituet omnia*. Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Silva], 1 gravura : água-forte e buril, p&b ; 27x18 cm

Fontes Periódicas

GAZETA DE LISBOA, 10 de Junho de 1717

GAZETA DE LISBOA, 24 de Dezembro de 1793

GAZETA DE LISBOA, 27 de Dezembro de 1791

GAZETA DE LISBOA, 7 de Maio de 1733

GAZETA DE LISBOA, 7 de Março de 1794

Fontes manuscritas

Manuscrito nº1 - Tróia: Escavações Por João Vidal Da Costa E Sousa – 1761, nome atribuído. Arquivo Distrital de Setúbal - Código de Referência: PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0082

Bibliografia

ARAÚJO, A. (2014) - Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo Português. *Revista de História Regional*, 19(2), pp.263-281

AZEVEDO, P. (1896) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 32. Amarante (Entre-Douro-e-Minho): 33. Amares (Entre-Douro-e-Minho): 34. Ameixial (Algarve): 35. Ameixoeira (Extremadura): 36. Castello de Amendoa (Extremadura): 37. Aramenha (Alemtejo): 38. Arca (Beira): 39. Arcos3 (Entre-Douro-e-Minho): 40. Arcos4 (Entre-Douro-e-Minho): 41. Arcos5 (Beira): 42. Ardãos (Trás-os-Montes): 43. Areias

(Alemtejo): 44. Arega (Beira): 45. Arganil (Beira): 46. Argeriz (Trás-os-Montes): 47. Ariz (Entre-Douro-e-Minho): 48. Arnoya (Entre-Douro-e-Minho): 49. Arvore (Entre-Douro-e-Minho): 50. Atei (Trás-os-Montes): 51. Avidos (Entre-Douro-e-Minho): 52. Azeitão (Extremadura): 53. Azinhoso (Trás-os-Montes): 54. Azões (Entre-Douro-e-Minho): 55. Baldreu1 (Entre-Douro-e-Minho) : 56. Balazar (Entre-Douro-e-Minho) : 57. Balugães (Entre-Douro-e-Minho) : 58. Barcellos (Entre-Douro-e-Minho): 59. Barcos (Beira): 60. Barreiro (Beira): 61. S. Bartolomeu (Alemtejo). *O Archeologo Português*, Série I, Volume II, pp.252-264

AZEVEDO, P. (1897) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 141. Ciladas (Alemtejo) : 142. Cima-de-Celho (Entre-Douro-e-Minho) : 143. Cimo-se-Villa (Trás-os-Montes) : 144. Cintra (Extremadura) : 145. Codeços (Trás-os-Montes) : 146. Coimbra (Beira) : 147. Coinal (Extremadura) : 148. Santa Comba2 (Trás-os-Montes) : 149. Condeixa-Velha (Beira) : 150. Conlellas (Trás-os-Montes) : 151. Contenda (Alemtejo) : 152. Coroada (Alemtejo) : 153. Cortiçada (Beira) : 154. Corval (Alemtejo) : 155. Co1 (Extremadura) : 156. Cossourado (Entre-Douro-e-Minho) : 157. Couto da Maia1 (Entre-Douro-e-Minho) : 158. Couto de Arentim (Entre-Douro-e-Minho) : 159. Couto de Moure de Olivão (Entre-Douro-e-Minho) : 160. Couto de Santo Thyurso (Entre-Douro-e-Minho) : 161. Cova (Entre-Douro-e-Minho) : 162. Covas (Entre-Douro-e-Minho) : 163. Covas (Trás-os-Montes) : 164. Covas do Douro (Trás-os-Montes) : 165. Covide (Entre-Douro-e-Minho) : 166. Covilhã (Beira) : 167. Crasto (Trás-os-Montes) : 168. Castro Vicente (Trás-os-Montes) : 169. Crato (Alemtejo) : 170. Cunha (Entre-Douro-e-Minho) : 171. Currellos (Beira) : 172. S. Miguel d'Acha (Beira) : 173. Dalvares (Beira) : 174. Dantas (Entre-Douro-e-Minho) : 175. Dardavaz (Beira) : 176. Darque (Entre-Douro-e-Minho) : 177. Degollados (Alemtejo) : 178. Destriz (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume III, pp. 225-244

AZEVEDO, P. (1898) - Archeologia do seculo passado. *O Archeologo Português*, Série I, Volume IV, pp.100-103

AZEVEDO, P. (1899-1900) – Notícias archeologicas do seculo XVIII. *O Archeologo Português*, Volume V, pp.81-87

AZEVEDO, P. (1930-1931) - O primeiro livro de registo da Academia Real de História: cartas que enviou a Academia. *O Archeologo Português*, Volume XXIX, pp.92-156

BARBOSA, I. (1868) – Ceramica Antiga. Vasos de Loiça vidrada da Colecção Pourtalês. Negligencia dos portugueses na conservação dos objectos de Antiguidade. *Archivo Pittoresco*, Tomo XI, pp.269-271

BARBOSA, I. (1903) – Museus criados em Portugal até ao fim do século XVIII. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4ª série, t. IX, Vol.10, pp.26-35

BARROS, B. (2014) - *Frei Manuel do Cenáculo e os Primórdios da Museologia em Portugal*. Tese apresentada para a obtenção do grau de mestre em Património Público, Arte e Museologia, orientada pelo Prof. Doutor Fernando António Baptista Pereira

BENTLEY, R. & MASCHNER, H. (2009) Introduction: On Archaeological Theories. In BENTLEY, R.; MASCHNER, H.; CHIPPINDALE, C. (eds) (2009) – *Handbook of Archaeological Theories*. Altamira Press

BINTLIFF, J. (2012) – The Death of Archaeological Theory? In BINTLIFF, J. & PEARCE, M. (eds.) (2012) – *The Death of Archaeological Theory?* Oxford, Oxbow Books

BOWRY, S. (2015) - *Re-thinking the Curiosity Cabinet: A Study of Visual Representation in Early and Post Modernity*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Leicester

BRAGA, I. (2016) - Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Tempo (Niterói, online)*, Vol. 22, n. 41, pp.551-565

BRÁSIO, A. (1950) – As pinturas rupestres em Moçambique. *Boletim geral das colónias*, nº297, pp.7-12

BREYNER, T. (1835) - *Osmia: tragedia de assumpto portuguez em cinco actos, coroada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 13 de maio de 1788*. Lisboa, Na Typografia da mesma Academia.

BRIGOLA, J. (2003) - *Colecções, Gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BRIGOLA, J. (eds.) (2009) – *Coleccionismo no século XVIII. Textos e documentos*, Porto.

- CARDOSO, J. (2007) – Vida e Obras de Estácio da Veiga. *Xelb*, nº7, pp.15-72
- CARDOSO, J. (2015) - Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: Dawn of the Mesolithic Shell Middens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N; DETRY, C.; PRICE, T; CUNHA, E. (eds) (2015) - *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*, Cambridge Scholars Publishing, Vol. 1, pp.1-18
- CARNEIRO, A.; SIMÕES, A.; DIOGO, M. (2000) - Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and Their Communication Networks. *Social Studies of Science*, Vol. 30, No. 4 (Aug., 2000), pp. 591-619
- CARVALHO, C. (2017) – Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de “Gabinetes de curiosidade” e o colecionismo na primeira era moderna. In *VI Encontro de Pesquisa em História da UFGM*. Belo Horizonte, Departamento de História, pp.1928-1940
- CARVALHO, D. (2018) – O Ensino da Arqueologia no Século XIX: uma abordagem preliminar de propostas, programas e cursos. *Al-Madan Online*, nº22, Tomo 1, pp.80-85
- CEIA, S. (2011) - *Os Académicos Teatinos no Tempo de D. João V – Construir Saberes enunciando Poder*. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia.
- CENÁCULO, M. (1843) – As Artes, as Letras, e as Ciências em Tempo de D’ElRei D. João 5º. *O Panorama*, 2ª Série, Vol II, pp.277-279
- COLLINGWOOD, R. (1986) – *A Ideia de História*. Lisboa, Editorial Presença, 6ª edição.
- CORVISIER, A. (1979) – *História Universal. O Mundo Moderno*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- COSTA, P. (2002) - The culture of curiosity at The Royal Society in the first half of the eighteenth century. *Notes and Records of the Royal Society of London*, Vol.56, pp.147-166
- CRUZ, L. (1976) – Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra. *Separata do Boletim do arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Edição da autora.
- DANIEL, G (1976) – *A Hundred and fifty years of archaeology*. Cambridge, Harvard University

DELGADO, M. (1949) – Sisenando Mártir e Beja sua Pátria. Cópia fiel do manuscrito assim intitulado, de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, existente na Biblioteca Pública de Évora, e considerações preliminares. *Arquivo de Beja*, Vol VI, pp.229-240

DINIZ, M. e GONÇALVES, V. S. (1993-94) – Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV.11-12, pp.175-187

DUPRÉ, L. (2004) - *The Enlightenment and the Intellectual Foundations of Modern Culture*. New Haven & London, Yale University Press

EKMAN, M. (2018) - Architecture of Method Theories of Disposition in the *Kunstzimmer*. In KURG, A.; VICENTE, K. (eds) (2018) - *Proceedings Of The Fifth International Conference Of The European Architectural History Network*. Estonian Academy of Arts, June 2018, pp.224-237

FABIÃO, C (2011) - *Uma história da arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da Arte de Côa*. Lisboa, CTT

FABIÃO, C. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope*, nº2, pp.10-26

FELFE, R. (2005) – Collections and the Surface of the Image: Pictorial Strategies in Early-Modern *Wunderkammern*. In (eds) Schramm, H.; Schwarte, L.; Lazardzig, J. (2005) - *Theatrum Scientiarum*, Vol.1, pp.228-265

FERREIRA, L. (2011) - O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra. In *Congresso Luso-Brasileiro De História Das Ciências*, Coimbra, pp. 1274-1286

GERO, J. (2007) - Honoring Ambiguity/Problematizing Certitude. *Journal of Archaeological Method and Theory*, nº14, pp.311–327

GOODRUM, M. (2002) - The meaning of ceraunia: archaeology, natural history and the interpretation of prehistoric stone artefacts in the eighteenth century. *BJHS*, nº35, pp.255–269

GOODRUM, M. (2008) - Questioning Thunderstones and Arrowheads: The Problem of Recognizing and Interpreting Stone Artifacts in the Seventeenth Century. *Early Science and Medicine*, nº13, pp.482-508

GOUJARD, P. (1985) – O universo das Luzes: a cultura de «élite» e a cultura popular. In SARAIVA, J. (ed.) (1985) - *História Universal. Europa – Séculos XVI-XVIII*. Volume VI. Lisboa Publicações Alfa, pp. 315-322

- GUEDES, N. (1993-1994) - A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja. *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, Vol. 11-12, pp.367-390
- GUSMÃO, A. (1944). *Catálogo da Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Vol.1
- HAZARD, P. (1989) – *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição.
- HOOPER-GREENHILL, E. (2003) - *Museums and the Shape of Knowledge*. London, Routledge
- INVENTÁRIO (1896) - Secção XIII. Lisboa, Manuscrito nº425
- JANEIRA, A. (2005) – A configuração epistemológica do colecionismo moderno. *Episteme*, nº20, pp.25-36
- JOHNSON, M. (2010) – *Archaeological Theory. An introduction*. Wiley-Blackwell, 2º Edition
- LOURENÇO, M.; DIAS, J. (2017) - “Time Capsules” of Science: Museums, Collections, and Scientific Heritage in Portugal. *Isis*, vol.108, nº2, pp.390-398
- LOURENÇO, M.; GESSNER, S. (2012) - Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums. *Science & Education*, nº23, pp.727-745
- LUCAS, G. (2015) – The mobility of theory. *Current Swedish Archaeology*, Vol 23, pp. 13-32
- MARTINS, A. (2014) – A *Sociedade Archeologica Lusitana* no contexto da arqueologia de oitocentos. *Setúbal Arqueológica*, Vol.15, pp.203-216
- MAYOR, A. (2000) - *Dinosaurs, Mammoths, and Myth in Greek and Roman Times*. Princeton University Press
- MILLER, P. (2012) - Writing Antiquarianism: Prolegomenon to a History. In MILLER, P.; LOUIS, F. (eds) (2012) - *Antiquarianism and Intellectual Life in Europe and China, 1500–1800*. The University of Michigan Press, pp.27-57
- MOMIGLIANO, A. (1950) – Ancient History and the Antiquarian. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 13, No. 3/4, pp. 285-315

- MONTEIRO, N. (2003) – *A casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- MONTEIRO, N. (2009) - IDADE MODERNA (SÉCULOS XV-XVIII). In RAMOS, R. (coord); SOUSA, B.; MONTEIRO, N. (2009) – *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 199-438
- MORA, G. (1998) – Les collections arqueològiques i la figura del colecionista. *Cota Zero*, nº14, pp.118-124
- MURRAY, T. (2007a) – Rethinking Antiquarianism. *Bulletin of the History of Archaeology*, nº17(2), pp.14–22
- MURRAY, T. (2007b) – *Milestones in Archaeology. A chronological Encyclopedia*. Santa Barbara, ABC-CLIO
- OLIVEIRA, M. (2013) - A comunidade ilustrada na 2ª metade do séc. XVIII: Frei Manuel do Cenáculo e o seu universo de correspondentes. *Lusitania Sacra*, nº27, pp.175-202
- PAÇO, A. (1964) - A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia e História*, Vol. XI, pp.65-72
- POMIAN, K. (1990) – *Collectors and Curiosities. Paris and Venice, 1500-1800*. Cambridge, Polity Press.
- PRATA, M. (2000) - A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In ARAÚJO, A. (coord.) (2000) – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.321-346
- RATTON, J. (1813) – *Recordações sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra, Imprensa da Universidade
- RIBEIRO, J. (1872) – *Historia dos estabelecimentos scientificos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, Lisboa, Academia Real das Ciências, Tomo II.
- RICHTER, M (2008) - The comparative study of regimes and societies. In GOLDIE, M. & WOKLER, R. (eds) (2008) – *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- RUIZ-ZAPATERO, G. (2017) - Historias generales de la Arqueología. *Conference: IV Congreso Internacional de Historia de la Arqueología*, At Madrid, Vol. 1, pp.1-28

- SALAS ÁLVAREZ, J. (2004) – *La recuperación del Patrimonio Arqueológico de Andalucía durante la Ilustración (1736-1808)*. Tese de doutoramento dirigida por José Béltran Fontes.
- SALMON, M. (1990) – On the Possibility of Lawful Explanation in Archaeology. *Crítica, Revista Hispanoamericana de Filosofía*. Vol. XXII, nº66, pp.87-114
- SANTOS, M. (1991) – O Século XVIII e o Absolutismo Português. In SANTOS, M. (coord) (1991) - *Portugal no século XVIII de D.João V à Revolução Francesa*. Lisboa, Universitária Editora, pp.53-74
- SCARRE, C. (2018) - Megalithic People, Megalithic Missionaries: the history of an idea. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº24, pp. 157-170
- SCHNAPP, A. (1982) - Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, nº5-6, pp. 760-777
- SCHNAPP, A. (1996) – *The Discovery of the Past*. Londres: British Museum.
- SCHNAPP, A. (2002) - Between antiquarians and archaeologists — continuities and ruptures. *Antiquity*, nº76, pp 134-140
- SCHNAPP, A. (2013) - Towards a Universal History of Antiquarians. *Complutum*, vol. 24 (2), pp.13-20
- SCHULZ, E. (1990) – Notes on the History of Collecting and of Museums in the light of selected literature of the sixteenth to the eighteenth century. *Journal of the History of Collections*, nº2, pp.205-218
- SERRÃO, J. (1974) – *A historiografia portuguesa*. Volume III. Editorial Verbo.
- SERRÃO, J. (1992) – *História de Portugal*. Volume VI. Lisboa, Editorial Verbo
- SIMÕES, A. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica. Parte Primeira, Antiquidades Prehistoricas*. Lisboa, Livraria Ferreira.
- TRIGGER, B. (1994) – The Coming of Age of the History of Archaeology. *Journal of Archaeological Research*, Vol.2, Nº1, pp.113-136
- TRIGGER, B. (1996) – *A History of Archaeological Thought*. Cambridge. Cambridge University Press, 2ª Ed.
- VASCONCELOS, J. (1897) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, Volume I

VASCONCELOS, J. (1920) – Diário das primeiras viagens que fez pelas terras de Portugal, 1782. *O Archeologo Português*, Vol.XXIV, pp.108-176

VAZ, F. (2013) - A Biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834). In *As Bibliotecas e o Livro nas Instituições Eclesiais, Actas II e III Encontro*. Mafra, pp. 133-149

VAZ, F. (2018) - *Correspondência inédita dirigida a D.Frei Manuel do Cenáculo*. Évora, Cidehus.

WYLIE, A. (2016) - How Archaeological Evidence Bites Back: Strategies for Putting Old Data to Work in New Ways. *Science, Technology and Human Values*, nº42.2, pp. 203-225

ZILHÃO, J. (1993) - As Origens Da Arqueologia Paleolítica Em Portugal E A Obra Metodologicamente Precursora De J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*, Série X, Vol.III:3-17

Anexos

Apresentam-se dois anexos, complementares à tese, sendo estes uma transcrição dos extratos das Memórias Paroquiais de 1758, por Pedro Azevedo, e uma coletânea de relatos de viajantes estrangeiros sobre as Antiguidades de Portugal no século XVIII.

No Anexo I, a transcrição das Memórias Paroquiais, procurou-se agrupá-las em três categorias distintas: informações avulsas; “sítios” arqueológicos e referências prováveis. Esta opção incide no facto de existirem dados de diferentes naturezas, o que leva a que se devam considerar diferentes propostas. Nas Informações avulsas, verificam-se os extratos que oferecem generalidades sobre um espaço geográfico ou que tratem de uma descoberta/notícia concreta sobre uma ou mais Antiguidades. Nos “Sítios” arqueológicos, encontram-se os extratos com os quais é possível remeter para a existência de sítios arqueológicos que ainda hoje existem, através da análise dos topónimos, localizações geográficas e elementos que denunciem a sua cronologia. Para o efeito, a pesquisa no *Portal do Arqueólogo* veio a demonstrar-se fundamental, pelo que se adiciona o Código Nacional de Sítio (CNS) a estes sítios, para uma maior facilidade na utilização destas informações pela parte do leitor. Finalmente nas Referências prováveis encontram-se extratos arqueológicos que possivelmente se referem a um sítio arqueológico que ainda hoje pode existir, mas que a sua correta e total demonstração implica uma investigação mais profunda, pelo que optámos por criar esta categoria.

Construiu-se uma tabela onde é possível visualizar estas divisões, assim como um mapa, com software QGIS, com as coordenadas de cada um destes locais, sendo que cada um destes últimos possui um número, para melhor verificação da informação. Para efeitos historiográficos, distinguem-se os casos em que o topónimo original para nomear um sítio arqueológico na contemporaneidade de outros sítios onde o nome se modificou, sendo que os segundos se podem encontrar com a frase “Hoje o sítio conhecido por...”.

No Anexo II, a coletânea de relatos de viajantes estrangeiros, procurou-se recuperar testemunhos relevantes para a compreensão das Antiguidades de Portugal através de uma outra perspectiva. Referenciam-se as páginas das obras utilizadas, assim como se transcrevem na íntegra as inscrições que nelas figuram.

Anexo I - Extratos arqueológicos das Memórias Paroquiais de 1758

Informações Avulsas	“Sítios” Arqueológicos	Referências prováveis
Inscrições romanas de Águeda	Castro de Castelo Velho	Castro de Ribas
Sepulturas antigas de Arganil	Santuário de Endovélico	Torre de Cambra
Inscrição Romana em Bertandos	Monte da Santinha	São Julião
Bobadela	Ammaia	Santa Bárbara
Inscrição e vestígios romanos em Campo Maior	Castro da Gorda	Castro da Giestosa
Castro em Cambres	Lapa de Santa Margarida	Castro de Escariz
Campo de Santa Ana	Castro de Nossa Senhora da Guia	Torre D.Framondo
Ponte de Guifões	Castro de Briteiros	Castelo de Arnóia
Vestígios de fortificação antiga em Capinha	Lapa do Monis	Castro de Santiago
Castelo de Caria	Senhora do Castelo	Dólmen da Portela
Antas em Castelo de Vide	Castelo de Genço	Adro da Nossa Senhora do Bispo
Sepulturas antigas em Cepões	Via romana de Geira	Chã de Parada 4
Castro em Chamoim	Campas do Ladrilho	Monte da Laje
Antiguidades de Chaves	Presa	Castro de Caires
Antiguidades de Sintra	Coruto	Rio Torto
Padrões romanos em Codeçoso	Castelo Velho de Brioa	Castelim
Vestígios de mineração antiga em Degolados	Conimbriga	Anta da Tapada das Cruzes
Antiguidades de Estói	Castelos	Villa Romana da Tourega
Túmulos antigos em Estremoz	Calcedónia	Turiz
Antiguidades de Évora	São Martinho de Dume	Batocas

Vestígios de antiguidades em Fiaes	Anta da Aboboreira	Salgueiros
Antiguidades de Idanha-a-Velha	Castelo Velho do Monte de Meão	Alto do Castelo
Inscrição romana de Santo Isidoro	Castelo dos Prados	
Antiguidades de Lagos	Castelo das Ermidas	
Antiguidades de Mértola	Adro da Igreja de São Nicolau	
Ruínas romanas de Pelmá	São Lourenço	
Sepulturas antigas de Currelos	Outeiro do Circo	
	Torrejão	
	Anta da Arca	
	Patarinho	
	Castro da Cola	
	Monte Murado	
	Caldas de Canaveses	
	Ponte romana em Bougado	

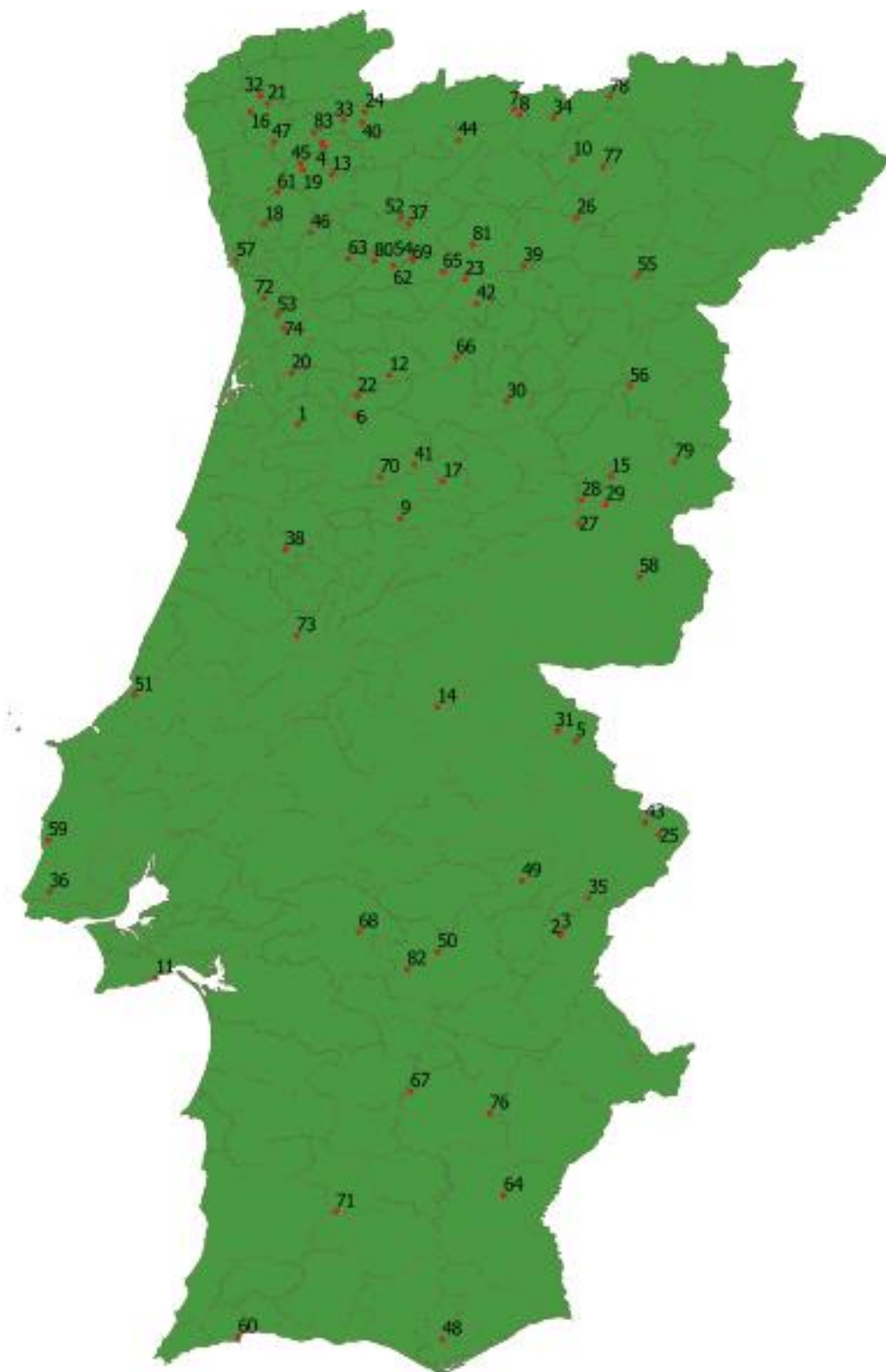


Figura 1. Mapa dos sítios arqueológicos conhecidos no século XVIII, através das Memórias Paroquiais de 1758. Escala 1:250000

Legenda: 1-Inscrições romanas de Águeda; 2-Castro de Castelo Velho; 3-Santuário de Endovélico; 4-Monte da Santinha; 5-Ammaia; 6-Anta da Arca; 7-Castro da Gorda; 8-Batocas; 9-

Sepulturas antigas de Arganil; 10-Castro de Ribas; 11-Lapa de Santa Margarida; 12-Castro de Nossa Senhora da Guia; 13-Castro de Briteiros; 14-Lapa do Monis; 15-Senhora do Castelo; 16-Inscrição Romana em Bertandos; 17-Bobadela; 18-Ponte romana em Bougado; 19-Campo de Santa Ana; 20-São Julião; 21-Castelo de Genço; 22-Torre de Cambra; 23-Castro em Cambres; 24- Via romana de Geira; 25- Inscrição e vestígios romanos em Campo Maior; 26- Campas do Ladrilho; 27- Vestígios de fortificação antiga em Capinha; 28-Castelo de Caria; 29- Presa; 30-Coruto; 31- Antas em Castelo de Vide; 32-Sepulturas antigas em Cepões; 33-Castro em Chamoim; 34-Antiguidades de Chaves; 35-Castelo Velho de Brioa; 36-Antiguidades de Sintra; 37-Padrões romanos em Codeçoso; 38-Conimbriga; 39-Castelos; 40-Calcedónia; 41-Sepulturas antigas de Currelos; 42-Santa Bárbara; 43-Vestígios de mineração antiga em Degolados; 44-Castro da Giestosa; 45-São Martinho de Dume; 46-Salgueiros; 47-Castro de Escariz; 48-Antiguidades de Estói; 49-Túmulos antigos em Estremoz; 50-Antiguidades de Évora; 51-Torre D.Framondo; 52-Castelo de Arnóia; 53-Vestígios de antiguidades em Fiaes; 54-Anta da Aboboreira; 55-Castelo Velho do Monte de Meão; 56-Castelo dos Prados; 57-Ponte de Guifões; 58-Antiguidades de Idanha-a-Velha; 59-Inscrição romana de Santo Isidoro; 60-Antiguidades de Lagos; 61-Castelo das Ermidas; 62-Castro de Santiago; 63-Dólmen da Portela; 64-Antiguidades de Mértola; 65-Adro da Igreja de São Nicolau; 66-São Lourenço; 67-Outeiro do Circo; 68-Adro da Nossa Senhora do Bispo; 69-Chã de Parada 4; 70-Patarinho; 71-Castro da Cola; 72-Monte Murado; 73-Ruínas romanas de Pelmá; 74-Monte da Laje; 75-Castro de Caires; 76-Torrejão; 77-Rio Torto; 78-Castelim; 79-Anta da Tapada das Cruzes; 80-Caldas de Canaveses; 81-Alto do Castelo; 82-Villa Romana da Tourega; 83- Turiz

Transcrição dos Extratos Arqueológicos das Memórias Paroquiais de 1758

1- Inscrições romanas de Águeda

“O dito lugar de Agueda nam tem privilégios e nos tempos antigos era a celebre cidade Eminio floreceo munto no tempo dos Romanos e ainda em partes se acham pedras com inscricsoens daquele tempo. Dipois disso foi cidade Episcopal e teue seos bispos que foram Gelazio e Possidonio e Pontanio que assistiram em vários consilios que tras a Historia dos Arcebispos de Braga composta pelo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha e o mais trazem as estórias portuguezas” (Tomo I, fl. 389) (Azevedo,1896a:pp.91-92)

2- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Castelo Velho / CNS 671

“... só se conserva a tradição certa de ter sido a sua fundação (Alandroal) em o sitio onde hoje chamão os Villares, que fica ao poente da Villa que existe, e della distante hum tiro de mosquete, mas a que estão foy urbana habitação, não passa hoje de rusitca lavoura, em que ao tempo da cultura se tem encontrado materiaes, que segurão ter ali havido populosa povoação, porque não só se tem achado pedras lauradas mas telhões da groçura de três dedos que só então hoje assim se não fabricão; e haverá trinta anos cavando-se acharam hum badalo de hum sino, e logo deposes se acharão huns dinheiros desconhecidos, sem letras, e no mesmo tempo com pouca diferença achou em huma tapada sua Francisco de Freytas, como elle ainda hoje assevera, huma moeda de prata do tamanho de hum tostão da nossa moeda na qual estava estampada huma figura laurada (sic) com hum letreyero na circunferência em que se lia = Divus Augustus Caesar = e do outro lado estava a estampa de outra figura, porem sem letreyero, permissas estas que segurão a consequência da sua muita antiguidade”. (Tomo I, fl. 439) (...) (Azevedo,1896b:136)

3- Santuário de Endovélico / CNS 1771

“A ermida de S. Miguel fica distante huma legoa desta villa em sima de hum elevado monte. He esta Ermida antiquíssima, porque foy fundada por Maarbal ao Deos Copido com o titulo de Endovelico nos anos de 340 antes da vinda de Christo. Era este simulacro de prata mucição com hum coração na boca, e azas nos pes asemião, a este simulacro em aposentos que tinham ao pé huma sacerdotisas a que chamavam Flaminas... No mesmo monte onde está esta Ermida, e era aquelle templo de Copido Endovellico havião varias Antas que he o mesmo que Aras (sic) onde se fazião os sacraficios e nellas ao mesmo Copido sacrificauão hum cordeiro branco...” (Azevedo,1896b:137)

4- Monte da Santinha / CNS 10533

“Contiguo e sobre eminente a esta freguesia está hum pequeno monte acastelado e fragoso chamado Crastos-de-Amares que no alto delle se acha hum pillar quadrado de doze palmos e pedra tosca levantado sobre hum penha, a cujo sitio chamão os moradores desta freguesia – A Santinha -. E havendo pessoas que passão de noventa anos não se acórdão, nem ainda de ouvida de que servisse o tal pillar; e porque no alto delle se acha por forma, que mostra teve em si alguma couza engastada, persuadome, que nelle estaria alguma Imagem ou braço de Crux.” (Azevedo,1896c:253)

5- Hoje, o sítio conhecido por Ammaia / CNS 300

“Perto desta Parrochial Igreja para a parte do sul se estam vendo na mesma planice os vestígios da Cidade da Aramenia, os quais são assentos de torres alicerces de casas, e muralhas com muntas cantarias, fabricadas com tam bem fabricados materiaes, que não he fácil o fazer lhe despedir as pedras deles, por mais deligencia que se faça; nesta Cidade assistião os Arminios gentios, e por hum instrumento feito pello Escrivão da Camera que servio há muitos anos na dita villa de Marvão consta que o Reverendo Padre Mestre Doutor Joam Garção, religioso que foi da Companhia, lhe afirmou, quando se tirou informação semelhante a esta para a Academia deste reino, tinha hum Livro em que constaua que a ditta Cidade fora conquistada e demolida pello Emperador Julio Cesar, trinta anos antes da vinda de Nosso Senhor Jesus Christo, haverá trinta e oito anos que deste citio levaram para a villa de Castello de Vide hum grande portado de cantaria bem lavrado, que mostraua ser a principal da ditta Cidade, o qual puzeram na porta principal que de novo se fes para a dita villa, e fica para a parte do Sul, e se chama a porta da Aramenha; estaua esta Cidade contigua a ribeira que a cercaua pella parte do Nascente e do Sul; a terra em que esta Cidade estaua cituada esta reduzida a cultura e nella se produs bom trigo e senteio ...” (Tomo IV, fl. 186) (Azevedo,1896c:254-255)

6- Anta da Arca / CNS 889

“A vista desta Igreja, perto della distancia de hum tiro de espingarda, bem próximo a estrada, esta hum grande Lapam [= lapão] de pedra groça suspensa no ar sobre outras três pedras postas ao alto, que sam da mesma qualidade de pedra grossa e muar, e tem de altura as postas ao alto doze palmos e meyo, e a dita pedra ou cobertura tem de cumprimento vinte e hum palmos e de largura quinze palmos e meyo, e tem por nome a *pedra de Arqua*, e sempre conservou o mesmo nome ate onde chega a memoria dos homens” (Tomo IV, fl.215) (Azevedo,1896c:256)

7- Hoje, o sítio conhecido por Castro da Gorda / CNS 19807

“Há nos lemites desta freguesia quatro licerses de muros, que dizem ser antigamente fortalezas dos Romanos, hu se chama o Muro da Murada outro o Muro da Malhõ, outro o Muro de Cunhas, outro o Muro da Ribeyra. (Tomo IV, fl.316) (Azevedo,1896c:257)

8- Batocas / CNS 19791

Ha tambem humas concavidades que são em dois sítios, hum se chama as Batolas, e outro as Freytas, que dizem serem antigamente Minas dos Mouros e não me consta que nellas se tenha achado ouro, nem prata, nem que para isso se fizesse deligencia.” (Tomo IV, fl.316) (Azevedo,1896c:257)

9- Sepulturas antigas de Arganil

“Sempre foy tradissam fora no sitio de Sam Pedro, em toda a sua planicie que he grande, a cidade de Argos, e por algumas partes desta planicia se tem achado sepulturas de pedra e outras couzas. Esta planicia fica junto as Margens do Rio Alua, citio muito acomodado para ser cidade, e por esta tradição dizem se derivou da cidade de Argos esta villa de Arganil” (Tomo IV, fl. 440) (Azevedo,1896c:257-258)

10- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Ribas / CNS 1836

“Nam he esta freguesia murada, só sim o pê do Lugar de Ribas desta freguesia há em hum alto humas muralhas já demolidas que dizem os antigos fora cerqua de Mouros; nam há Castello nem torre” (Tomo IV, fl.466) (Azevedo,1896c:258)

11- Lapa de Santa Margarida / CNS 18550

“Ha nesta Serra a Imagem de N. Senhora de Arrabida, muito milagrosa, e a Lapa de Santa Margarida, que he hua concavidade digno de admiração, em que esta o altar da sancta debaixo de hum grande monte, resguardado com sua grade de páo, junto ao dito altar se acha huma furna, na dita Lapa se acomoda o sirio do Seixal; e tem algumas columnas, que sustentam o tecto desta Lapa feitas pela natureza; cervindo lhe de entrada pela parte do mar hum boqueirão donde chegam embarcasoins pequenas, e outra da parte da Terra com hua escada de pedraria que terá des ou doze degraos.” (Tomo V, fl.972) (Azevedo,1896c:259-260)

12- Castro de Nossa Senhora da Guia / CNS 3442

“... á dita ermida (*Nossa Senhora da Guia*) concorrem alguns devotos, em romagem na primeira oitava da Paschoa da Ressurreição, e se faz naquele sitio huma feira de pouca consideração e concurso. Há tradição nestes povos vizienhos que o dito oiteiro fora

antigamente receptaculo de Mouros no tempo que possuhiam Hespanha, e ajuda a esta credulidade verse ainda nas rayzes do oiteiro vestígio de muro, couza mui tosca, e antiga, e outro mais junto á hermidã, que bem se vê ser hum e outro feito por arte e não pella natureza, mas em sima não há signal algum de Castello ou cousa semelhante; e por esta tradição ha ainda hoje nestas partes alguns curiosos, ou para mais propriamente falar, loucos, que cavam em varias partes do dito oiteiro, persuadindo-se acharão algum thezouro, que os Mouros por ali deixariam escondido, e muitas vezes se vê cavado de fresco junto a penedos em modo que bem se infere ser aquelle trabalho dirigido ao fim mencionado”. (Tomo VI, fl. 502) (Azevedo,1896d:305)

13- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Briteiros / CNS 231

“Dentro desta freguesia em pouca distancia de Igreja entre o lugar da Mata e o do Carvalho dá principio hua Calsada para o Monte Citania na coroa do qual se conservão vestígios evidentes de que foy povoação grande, pois rompendo esta Calsada pelo monte assima no fim della se encontra hum muro, o qual cercava esta antigua povoação para o Poente e Sul e para o Nascente não necessitava de muro por ser o monte desta parte despinhado; pella parte do Norte hinda se ve o muro unido com a terra, e em muitas partes estão pedras levantadas; para baixo corre hua calçada, que vay cahir junto a Levada do Passo: terá em todo este circuito setecentas braças: encontra-se outra calçada que rodeando o monte se mete na freguezia de Pedralva para a parte desta freguezia se vem ruinas de fortalezas, das quaes se descobrem os primeiros fiados de pedra, em partes de três palmos e em outras de mãos. Encontra-se outra muralha que mostra ser muito mais maes forte que as maes que se descobrem, por ser de pedras grandes. No alto do monte mostra terceira muralha que ainda em partes tem nove palmos de alto, cercão o monte pella parte do norte e Poente e por entre os muros da parte do Norte e Nascente se vem muitos alicerces de cazas que ao parecer erão redondas e piquenas e de grandes montes de pedras que se achão devididos neste citio se infere serião tambem cazas maiores; o que tudo fas grande corroboração a tradição de que aqui foy a povoação de Citania etc.” (Tomo VII, fl. 1228) (Azevedo,1896d:314)

14- Lapa do Monis / CNS 15550

“Há no termo desta Villa no sitio da Ribeira de Canas hua Cova chamada Lapa-de-Monis com boa entrada; porem vay-se estreitando para dentro, e não há memoria, que alguém lhe chega-se ao fim por cauza do grande escuro e receyo de bichos que se prezume habitarem dentro, há porem tradição que fazendo-se-lhe hua grande fogueira a porta fora

sahir fumo perto de hua Legoa para o nascente ...” (Tomo VI, fl.530)
(Azevedo,1896d:306)

15- Senhora do Castelo / CNS 14318

“E no que respeita aos itens do 2º interrogatório acerca da Serra, tem este povo, ou lugar a Serra chamada da Senhora do Castello que lhe fica ao norte, e o lugar contiguo ás fraldas della e se chama da Senhora por estar nella a Ermida da Senhora da Roza, e do Castello por ser antigamente murada, e estar nella fortificação pelos vestígios que ainda hoje se vem, assim de muros, como de casas, mas não consta de que tempo, e dizem alguns ser prezidio do tempo que os saracenos existirão nas Hespanhas, etc.” (Tomo VI, fl. 650)
(Azevedo,1896d:306)

16- Inscrição romana em Bertiaandos

“Tem hum Padron de altura de quinze palmos e de grande grossura com hum letreyero de letras douradas que significavão ser aquelle Padrão do tempo que governava o Emparador Julio Sezar e para se conduzir ao lugar donde está havia de passar pella Ponte de Ponte de Lima, de que succedeo opporence as Justiças e povo a que não passaria pela Ponte sem primeyro fazer huma Escrittura os S.res da Caza de Bertiaandos obrigandosse nella cazo que se aroinasse a dita Ponte a porem no seu primeiro estado, cuja Escrittura se acha no cartório da Camara da dita villa.” (Tomo VII, fl.769) (Azevedo,1896d:307)

17- Bobadela

“Ha memoria antequissima que esta villa de Bobadella foi cidade no tempo dos godos aonde hove hum homem grande chamado Regullo de Bobadella.” (Tomo VII, fl.929)
(Azevedo,1896d:311)

18- Ponte romana em Bougado

“A sexta he a ponte da Langoucinha no sitio da freguesia de Sancta Marinha de Louzado ponte Romana que a reedificou Dona Goncinha pela qual antigamente hia estrada do Porto para Braga cortando pelas faldras da Serra da Corviam e passando pela freguesia de Esporaes e Coutada dos Arcebispos se metia pelo postigo de São Sebastiam na dita cidade de Braga, e por ali hera a via militar que de Braga hia para Lisboa e hua das sinco que refere o Itenerario de Antonino Pio, a qual ponte há muytos anos a esta parte pouca serventia tem...” (Tomo VII, fl. 1085) (Azevedo,1896d:312)

19- Campo de Santa Ana

“Achamse no referido campo de Sancta Anna juncto á referida Cappela dos Sanctos Passos de Sancta Anna doze columnas com seus letreyeros dourados que contem os Livros de Dom Jeronimo, nos quaes se podem ver, que porisso não repito. E novamente no anno de 1751 murando-se a cerca das Religiosas de Nossa Senhora dos Remedios subúrbios desta mesma cidade que discorre pelos limites desta freguesia a quatorze palmos de altura se acharam duas pedras das sepulturas dos Romanos, cujas pedras por ordem do Serenissimo Senhor D. Joseph, Arcebispo Primas que nesse tempo foi deste arcebispado se collocaram no Muro da mesma cerca, donde se acham.” (Tomo VII, fl. 1138) (Azevedo,1896d:313)

20- Hoje, o sítio conhecido por São Julião / CNS 5842

“Ha tradiçam antigua que nesta Serra (de S.Julião) no tempo dos Mouros estava situada huma cidade a que se chamavam Langobria, e ainda agora se vem no alto da serra alguns vestígios, donde se tiraram as pedras das muralhas ... No meyo desta serra no sitio do Palhal junto do Rio Caima haverá 15 annos se descubrio hua mina de prata, chumbo de cobre, na qual se trabalhou por espaço de 5 ou 6 annos por conta de alguns homens de negocio na Cidade de Lisboa, dos quaes era caixa geral hum Ingles Guilhelme Mauman etc.” (Tomo VII, fl. 1190) (Azevedo,1896d:313)

21- Hoje, o sítio conhecido por Castelo de Genço / CNS 4531

“Não acho nada que diga neste artigo, só no monte do Castello que da parte do Nassente em piquena parte que parte a freguezia de Refojas com esta freguezia se acharão cabando os labradores da freguezia de são Thiago de Brandará alguas pedras bem lauradas e covicolos debaixo do chão feitos a modos de cazas tudo de pedra lavrada.” (Tomo VIII, fl. 288) (Azevedo,1896d:318)

22- Torre de Cambra / CNS 3448

“Há nesta freguezia junto ao lugar de Cambra debaixo huma torre muito antiquíssima e muito alta, que nam ha noticia do seu fundamento junta ha Irmida do Spirito Santo que se colhe alguma dos habitadores que no dito citio havia hum palácio e cazas nobres, e que o tal citio hera couto e azilo dos que heram perseguidos para militares e criminosos ahonde se recolhiam e viviam com o seguro da sua liberdade e junto a dita torre esta hum carvalho tambem antiquíssimo etc.” (Tomo VIII, fl. 360) (Azevedo,1897a:101)

23- Castro em Cambres

“He a base, principio e fundamento desta freguezia de Cambres, nome este que addequerio do tempo que os mouros a pessuirão; pois nella fizeram habitassam, o que não só consta por tradissam, mas tãobem se colhe porque haverá sessenta anos, que em hum cabeça que sobre iguala a Igreja matris desta freguezia hum tiro de espingarda, ao nascente apareceram alguas prendas, que bem mostravam ser despojos daquela barbara nasçam. Couzas que apareseram do tempo dos mouros. Huma bigorna, das que os ferreiros uzam no apurado exercício das suas fabricas a qual não servio de pouca utilidade temporal ao comprador, pois assi que o fes sua, deixado logo o officio, se mostrou tam abundante de cabedais, que deo forçozos motivos, para se conjeturar hera de ouro; porque achandosse tãobem naquele citio huma eixada, com que as terras se costumam cortar se achou ser de bella prata. Apareceram mais algus alfinetes de fino ouro na sua grandeza mayores que os de tocar e outros trastes, que os cultores das vinhas daquele citio chamado Chrasto com o seu cothediano trabalho casualmente descobriram. Já havia maes annos tinha aparecido hum sino de admiraveis metaes que ainda hoje serve de cuidadoso despertador, dos ouvidos e coraçõis católicos, e reclame spiritual para os officios devinos; e ainda que com aumento de metaes na segunda fundissam em altas e bem conçertadas vozes publica a qualidade excelente de seus primeiros.” (Tomo VIII, fl. 365) (Azevedo,1897a:101-102)

24- Hoje, o sítio conhecido por Via romana de Geira

“Não he a freguezia murada, tem sim hu muro na каза da Guarda chamado o Corpo da mesma Guarda e outros lhes dão o nome da Trincheyra, reparado á poucos tempos; e este he o lugar e donde os Concelhos da Terra de Bouro, Santa Martha de Bouro, Couto de Souto, fazem o seu corpo da Guarda. Não tem torres, nem castello, porem próximo ao dito muro distancia de meyo carto de Legoa se achão penhas de bravos penedos tam fortíssimos e inexpugnáveis a mayor violência dos inimigos, e logo ao pé da mesma Trincheyra, está huma Caza, que serve de recolhimento aos que guardão a pasage, e passando a via militar da Geira entre a dita Trincheyra, e a portela de Homem está hum muro arruinado por ser mudado este para melhor furtificação no sitio aonde de presente se acha.” (Tomo VIII, fl. 525) (Azevedo,1897a:104-105)

25- Inscrição e vestígios romanos em Campo Maior

“Neste citio estão humas colunas de pedra a obra que parece ser dos Romanos com vários caratheres que já se não podem ler e apenas em hua dellas se percebe a palavra

EMERITENCIS (sic) e o tempo tem descoberto neste lugar outros sinais de edefícios.”
(Tomo VIII, fl. 572) (Azevedo,1897a:105)

26- Campas do Ladrilho / CNS 5208

“No alto desta Serra (do Eivado) aonde chamam as Campas-do-Ladrilho de cuja eminencia se descobrem varias terras e concelhos e como sam de Ansiains, o de Villa Frol, Villas Boas, Frechas, Mirandella, Braguança, Chaves, Lamas e Abreiro, Alfarela e Alijó e Favaios do bispado de Miranda e a Serra de Bornes de Monte Mejo que dista desta seis Leguas e no mesmo sitio se acham humas campas de pedra onde dizem antiguamente se emteravam os moiros que dizem aseptiam na Sera de Lamas de Orilham que está defrente desta huma Legua”. (Tomo VIII, fl. 642) (Azevedo,1897a:106)

27- Vestígios de fortificação antiga em Capinha

“Está situado este Lugar em hum valle cercado de montes entre os quaes o mais vezinho do Lugar se destingue do mais na eminencia em cujo cume se percebem alguns vestígios de huma antiga fortificação que se tem por certo ser fabricada por alguma das nasções que dominaram as Hespanhas, e ainda o dito monte conserva o nome de Villa Velha”
(Tomo IX, fl. 801) (Azevedo,1897b:150)

28- Hoje, o sítio conhecido por Castelo de Caria

“... os Senhores Bispos deste bispado (da Guarda) antigamente tinham cazas e habitavão neste Lugar que ainda existem parte dellas em o mais alto delle, juncto a Igreja Principal e Matriz e se conserva com o tittulo – Cazas da Torre. E pregado a ellas há hua trincheyra ao modo de forte ... Esta caza e Torre mostra antiguidade e tem algumas inscripções de Leteras que já não se podem ler está intrincheyrada como se disse e nas partes principaes do Lugar á entrada de S.Sebastião e a sahida para Sancta Anna há tambem em cada hua outra Trincheyra.” (Tomo IX, fl.866) (Azevedo,1897b:151)

29- Presa / CNS 25823

“Nesta serra a chamada Preza achasse em todo o meio os alicerces de hum grande preza que ali ouue antiguamente, donde a serra tomou o nome de Serra da Preza e a agoa desta preza se conta a quieriam em o tempo antigo levar por canos aonde chamam a Torre dos Namorados distante della quatro ou sinco Leguas ...” (Tomo IX, fl. 1356)
(Azevedo,1897c:193)

30- Hoje, o sítio conhecido por Coruto / CNS 36094

“Em hu rochedo quasi immediato a Paroquia sobre o rio Dam houve antigamente hum Castello de que hoje só existem as ruinas, e os alicerces abertos em rocha viva, e a sua vista outro em distancia de meya Legoa no alto da Serra de Paramuna, de que tambem so existem as ruinas. Persuado-me que foy obra dos Romanos: porque há pouco tempo se achou nas ruinas do primeiro hua estatua de pedra com huma inscripção em que do desprezo só se salvaram as seguintes Letras:

DMS

PROCIL

AILBIIR

TALI RVFI

AN L IT

AM PRO

CIL ...

... ..

Em hum campo pouco distante se achou huma pedra lavrada com primor, com a seguinte inscripçam:

RUFO FUSCI F A

NNORUM XXV

FUSCUS ALBINI

FILIO SUO IIT SIBI

” (Tomo X, fl. 1447) Azevedo,1897c:194-195)

31- Antas em Castelo de Vide*

“O Padre Carvalho na sua Corografia escreveo com aserto o estado prezente da terra aonde se pode ver o que eu escuzo de referir só cometeo dois erros ..., o outro foy o dizer ser opinião se chamava Castello da Vide por dividir Castella de Portugal sendo isto historia apocriafa as mesmas armas que elle lhe dá lhe disfazem o seu dito que he um Castello cercado com huma vide com cachos de ouro o que lhe vem porque esta villa se

chamava só Villa da Vide ... A villa hé antiquíssima no tempo dos gentios havião aqui fabrica de ferrarias que ainda conserva o nome ainda estão impé oito ou nove antas em que fazião os sacrafícios ... chamano ao poço «Alvacá» nome mourisco ou os mouros o fizerão ...” (Tomo X, fl.1474) (Azevedo,1897c:195-196)

32- Sepulturas antigas em Cepões*

“... no referido Outeiro das Freiras se achão algumas campas como sepulturas, e dizem vulgarmente que ali houve convento de Freyras mas não sabem outros fundamentos” (Tomo X, fl. 1763) (Azevedo,1897c:197)

33- Castro em Chamoim*

“No mais alto do monte, por cima da Geira que de Braga caminha para Astorga, caminho da via militar se acha hum pinhasco – distante desta residencia – três coartos de legoa, a quem os moradores desta freguezia chamam Crasto, feito este pelo Autor da Graça e Natureza, Cristo bem nosso, que terá de circunferência mais de meio coarto de legoa, levantado no mais eminente da serra, por cima do lugar de Padrós, com muita abundancia de penedos sem ordem, porque huns atravessados, outros em pé, muito próximos huns dos outros, e diversos todos ou quazi todos na forma; e de tal sorte compostos, que pella parte do Norte se nam pode vadear, e a risco quem se meter pelas cavernas deles, porque fazendo hum dificultoso labyrintho de penedos, e por baixos deles, medonhas grutas subterrâneas: porem pella parte do nascente se pode vadear, excepto os últimos penedos simalha ou remate da penha; porque a este lugar só com escada manual se pode e com muito trabalho subir; porem o meu animo me nam contentio, a que deixaxe de explorar tal admiracão: fui pessoalmente á mais ultima pedra valendome da industria, de em partes atravessar a escada ao modo de ponte para passar de huma parte para a outra, sem embargo da profunda altura que ocularmente se me expunha, caminhando de gatinhas – segundo a frase vulgar mais expressiva – outras vezes com a escada direita, e outras dando volta ao redor das fragas, por logares tam angustos, que em muitas partes se me dificultava a entrada, porem dando muitas voltas cheguei a ter a felicidade de conseguir o que pertendia; achei hum penedo, a que os rústicos daquele lugar, de longe deram o nome de lage pinta do Crasto, he esta toda plana tem de comprimento cento e vinte seis palmos, e de largo sessenta e hum ficando pouco mais assim outro penedo de excessiva grandeza, e ajudado de homens de quem me vali para a conducção da escada que posta esta, a outra fraga, de penedo, em penedo fui continuando o meu intento, e donde achei o ultimo de todos que nam menos antes mais do que, o de que assim fica dita, se acha este partido

pelo meio que pella lizura, e igualdade da pedra se fizera artificiosamente; ficando entre huma e outra a metade cinco palmos de largo cobrindo este caminho ou apartamento três peneos munto grandes, que ao modo de telhado defendem os chuveiros das agoras; destes se descobre terra de Viana, dem distancia de outo legoas, etc. E se acha este Crasto em partes com sinal de muro de obra tosca, e em outras os mesmos penedos lhe servem de fortificaçam tem a entrada pella parte do poente indícios de hum mal concertado portal, e mais por sima outros alicerces de três muros da mesma ordem. O alto he bastantemente ameno, porque ainda no mayor rigor do estio, esta cuberto de huma verde relva, nacendo nella subterraneamente huma fonte, a qual vai sem aparecer por vaixo do fraguedo, etc. Nam achei cazas, nem alicerces dellas, porem, examinando com miudeza, e mandando cavar alguma terra, pera com verdade dar noticia, do que me he mandado, achei alguns brelhos, ou tijolos tam duros, mais que as próprias pedras, tambem achei em huma alta fraga, hum buraco feito ao picam redondo com largura de palmo e meio, e outro tanto de altura, o que tudo parecia ao modo de segurar trave, pera outro penedo que fronteiro fica. Nam posso vir no conhecimento que naçam de gente poderia abitar em terra tam fria, e dezempurada, so sim a naçam Barbara dos Mahometanos, no tempo em que estavam senhores de muntas terras desta Provincia. Vai a efigie da penha do Crasto, que como esta terra esteja longe de povoado, nam vai com a perfeiçam que devia mas pelo modo que foi possível” (Tomo X, fl.1484 e sqq.) (Azevedo,1897c:200-202)

34- Antiguidades de Chaves

“A povoação que representa o seguinte Mappa he a famosa villa de Chaves, que em outros seculos logrou o nome de Aquas Flavias, Cidade tão opulenta que mereceo ser Colonia dos Romanos fundada pelo Emperador Flavio Vespasiano no anno de 79 depois do nascimento de Christo florecendo nesses tempos com vantagens tao extraordinárias, que mereceu eterna memoria entre as mais assinaladas Cidades do Mundo, até que Fumario com poderosa mão a destruiu no anno de 463 sem respeito as prerrogativas da sua grandeza e opulência frustando os projectos e máximas do grande Remismundo, que ambicioso a procurava senhorear, para corar-se único Rey dos Suevos (...) Nem a pequenez a que hoje lastimosamente será reduzida, pode fazer argumento contra a grandeza e extenção que teve, pois he constante que pelas margens acima do Tamega que enriquece e fertiliza seos campos se extendia distancia de hua legoa da parte do meyo dia, para a do Norte, descobrindo-se na mesma varias columnas, capiteis, plintos, aqueductos, muitas e grandes pedras artificiadas, que bem mostram terem servido em obras, Templos,

e sumptuosíssimos Palacios: podendo della dizerse, como de Troya dizia Virgilio: *Campus ubi Flavia fuit.* (Tomo X, fl.2065) (...) Consta que nos seculos antigos teve grandes Banhos, e que estes erão para a parte do Norte, perto do sitio, ou no mesmo em que se acha o Convento das Religiosas; e se faz crível pela grande abundancia de aguas, etc.” (Tomo X, fl.2091) (...) Hoje se acha reposto ao lugar, ou sitio em que foi primeiramente posto o padrão que o Padre Argote diz estar cahido no tempo em que escreveu, e se acha no meyo da ponte do Ribeiro que passa pelo meyo do lugar de Outeiro Secco, e nelle gravada a inscripção seguinte, referida, e transcripta pelo dito Autor com algua, ainda que pouca diversidade: E nota-se que esta figura que o mesmo citado Autor pôz adiante da dicção Eris na 6.^a Regra, não he o de que uzamos na escripta, mas sim hu coração como asima se representa. E bem pode ser quem dedicou a referida memoria a Divindade de Ermacidevero para mostrar que lha dedicava de todo o coração o mandasse abrir ou esculpir em logar da dicção Latina – Corde – como nesses tempos se uzava, e ainda hoje se uza nas Poesias mudas, explicando se a imitação dos Egypcios por figuras o mesmo que por palavras se havia de mostrar. Depois que o referido A. [Contador de Argote] escreveu das famílias e antiguidades de Aquas Flavias se descobrirão no sitio chamado – a ribalta – no limite do dito lugar de Outeiro Secco distante do Rio Tamega cem passos ordinários varias pedras redondas, pyramidaes, e quadradas, e algumas columnas partidas e outras inteiras de dez e doze palmos de comprimento de cinco das quaes se utilizou Manoel Alvrez Fontes para hua varanda, onde se achão no dito lugar. E em hua terra que no dito sitio mandou o mesmo por de vinha se descobrirão no anno de 1754 muitas pedras polidas e sepulchrais, e grande quantidade de ossos, com muitos licerces de obras magnificas. No anno passado de 1757 trabalhando se na factura dos licerces para o alpendre que hoje se acha feito no adro da Igreja de N.Snr.^a da Enzinheira de frente do sitio onde se achou a inscripção que respondo ao 18^o. Interrogatório (de Simom Antom) se descobrirão em perfundidade de 8 ou 9 palmos muitos ossos e hua grande pedra artificiada de vários insígnias de meyo relevo, que procurando tirarse, logo apareceu hum munumento, cuja campã era a dita pedra, e outros mais da mesma materia, com muitos ossos e varias inscripções e divizas que negligentemente destruihu e quebrou a rusticidade dos que trabalhavam na ditta obra para lhe servirem de pedras fundamentaes na mesma.” (Tomo X, fl.2100) (Azevedo,1897c:202-206)

35- Hoje, o sítio conhecido por Castelo Velho de Brioa / CNS 1193

“O rio que corre por esta freguezia se chama Mures que parece ser vocábulo corrupto, porque o seu nome antigamente era Rio de Muros, não só porque entra e morre no rio Guadiana junto dos muros da villa de Jurumenha, mas também porque nos confins desta freguezia com a freguezia de S. Antonio da Terrugem passa o tal rio por certo lugar que mostra ter sido povoação antigo, em que se descobrem alicerces de alguns edifícios, e ainda em hum cabeço do dito Lugar se conserva hum monte, ou herdade com o nome de Castello Velho, e como quer que o rio passe, junto do tal castello, e alicerces, ou muros esta antiga povoação, e morra junto dos muros da dita villa de Jurumenha, se faz verosímil que o seu nome he o rio de Muros, e não de Mures, como vulgarmente lhe chamão.” (Tomo XI, fl.2236) (Azevedo,1897d:225)

36- Antiguidades de Sintra

“He a serra de Cintra tao particular que creio ser das mais raras que há no mundo. Faz lado oposto ao pormontorio da Lua, servindo de guia aos que navegão o mar oceanno, de que está afastada duas legoas, por tanto distar do mar ao seu principio. Compoem-se esta montanha de calhaos de imensa grandeza; pois alguns tem vinte pes de diâmetro, e outros tem menos, amontoados huns sobre outros, sem ligadura, sustentadas so no equilíbrio principalmente os que estão na mayor eminencia da serra, onde se vem vestígios da antiga fortificação dos mouros formando huma villa suficientemente considerável; o que se acredita pelas ruinas se sinco torres que nella se encontrão na sua circumferencia e varias concavidades, de que está minada, e he fácil achalos quando se examina: e a esta antiga fortificação dos mouros he que chamão vulgarmente o Castello da serra de Cintra ...” (Tomo XI, fl.2273) (Azevedo,1897d:228)

37- Padrões romanos em Codeçoso

“Não consta tenha privilégios alguns amente tem huns padroens em Villarinho dos Padroens e hum no lugar de Sanguinhedo, que por tradiçam dizem os moradores são do tempo dos Romanos e não há outra antiguidade que saiba.” (Tomo XI, fl. 2337) (Azevedo,1897d:230)

38- Hoje, o sítio conhecido por Conimbriga / CNS 251

“Acham se as muralhas dos Mouros circuitando o sitio chamado Almedina deste lugar de Condeixa Velha ainda hoje se conservam com bastante altura, o qual sitio de almedina da bastante pam, e naquele tempo em que estava possuído dos Mouros vinha a agoa de

Alcabedeqe por hum cano que ainda hoje se conserva em partes intacto, etc.” (Tomo XI, fl.2527) (Azevedo,1897d:231)

39- Castelos / CNS 17353

“Há outro citio mais vizinho a ella que chamão aos Castellos ou a torre porque ali se uem ahinda os vestígios de dous e nas circumvezinhas terras deste citio se tem achado na agricultura dellas moedas de metal amarello e de prata com figuras e Letras que bem se percebião dizer Adriano e outras Justiniano.” (Tomo XII, fl.3025 e seg.) (Azevedo,1897d:237)

40- Calcedónia / CNS 203

“He esta serra (de Lamas) muynto cheia de pinhascos e penedos, ha nesta serra hums muros antigos já quazi aRoynados que chamam a Cidade de Calcidonia antiguamente feyta pelos Mouros; esta serra fica em direytura de outra serra que chamam do Castello ... Team esta serra muyntos penedos e grandes o quoad chamam o Castello e assim se chama a dita serra e no dito penhasco no cimo delle faz em caminho ... das partes penedos altos quaze semelhante a outro penhasco que chamam do Castro dos Lemites da freguezia de Santiago de Chamoim e so difere em nam ter tantos penedos e tambem em nam ter cobertura por cima em hum e outro se acham muyntos Teyolos artificialmente feytos por naçons barboras antiguamente e duros como pedras. (...)” (Tomo XII, fl.3082) (Azevedo,1897d:238)

41- Sepulturas antigas de Currelos

“Achão-se cauados em pedra mármore por modo de sepultura e da configuração humana que tem alguns na villa da Cal e outras fora”. (Tomo XII, fl.3374) (Azevedo,1897d:241)

42- Santa Bárbara / CNS 18697

“Nam há nella (a serra) Mosteiros alguns, nen igreja só a capella de Santa Barbera que esta no alto desta Serrinha aonde chamam o Crasto Rey aonde dizem fora abituçam dos mouros, coando saíram da sidade de Lamego, aonde se acham os uestijios dos muros aonde os abitadores deste Lugar chamam a porta do Sol em o alto desta Serrinha esta hum padram de pedra labrada terá de altura sete palmos pouco mais ou menos.” (Tomo XIII, fl. 14 da 2ª numeração) (Azevedo,1897d:241)

43- Vestígios de mineração romana em Degolados

“Junto da freguezia se vem vestígios de tanques e canos que mostrão aver ali algu dia fazendas de melhor qualidade, porque hoje se não semeão senão de trigo. Ha no meyo da

Freguezia três vestígios de minas de ferro que inda hoje se conservão o nome de ferrarias, e parece forão dos Romanos; porque a pouca distancia dellas se vem vestígios de hua calçada (a que aqui dão nome de alicerse) muito antiga, que pelo meyo das pedras, tem azinheiras muito velhas, e se deixa ver em partes fora dos caminhos, que hoje tem, atravessando muitas erdades, porem, bem se mostra que vão dar a hua ponte que esta na passagem do rio Caya, por baixo de Arronches arruinada a que chamão a ponte velha, feita de pedra de rosso que há por aquelle citio com boa arquitectura e lavor.” (Tomo XIII, fl. 56) (Azevedo,1897d:243)

44- Castro da Giestosa / CNS 11317

“... Lugar de Giestosa, tem este ao pé de si outro monte chamado o Crastro que foi onde os Mouros se fortificarão para rezestirem aos seus contrários; he este monte redondo, piqueno, e descortinado da parte do Poente e Norte, e do Nacente lhe fica o monte Pinheyro que o cobre e defende esta fortaleza ou monte Crasto foi murado com três ordens de muros a primeyra o cerca pello meyo em roda a segunda mais asima couza de quarenta passos e a terceira em todo o sima todo a roda e terá de comprimento de Norte a Sul cem passos e de Nascente a Poente sincoenta e hoje se achão seus muros quazi de todo arruinados mas ainda se veem seus fundamentos e em algumas partes se achão inda parte dos mesmos muros: no sima desta muralha para a parte do sul se descobre hum porta que ouço por tradição que he de hum entrada falsa que eles tinhamo feito para hir buscar agoa a hum ribeiro que passa a beyra da fortaleza mas tao fundo que são mais de seiscentos passos donde se diviza a porta abayxo ao ribeyro, he este Monte todo fragoso e esta ainda cheio de pedras virges que nunca forão movidas nem quebradas, em todo este monte nem dentro da fortaleza há vestígio de que ouvesse caza alguma está todo cuberto de urzes etc.” (Tomo XIII, fl.166) (Azevedo,1898a:135-136)

45- São Martinho de Dume / CNS 3658

“... foy esta igreja reedificada pelo Reverendo cabido no anno de 1731 em sede vacante. Ao refazer desta igreja se acharam subterradas pedras que inculcavam Magestade, que ella teria na sua antiguidade, como pedaços de colunas, com boa arte lauradas, sepulturas de pedras inteyriças, e muitas outras pedras de outra cantaria e inda ao presente se acham não só nella, mas nas suas vizinhanças, o que bem testemunha hum, que em hum parede esta posta de hum piqueno recinto dos Piores, que em si tem as letras seguintes”. (Tomo XIII, fl.198) (Azevedo,1898a:136-137)

46- Salgueiros / CNS 3757

“No monte de que já fis menção no cappitulo 4.º se acham ainda os vestígios de hua cidade chamada a Citania que dizem que antigoamente abitavão nella os mouros ou outros semelhantes honde se vem ajuda os vestígios das muralhas e das casas e de hua cappella chamada de Sam Romão etc.” (Tomo XIII, fl.52) (Azevedo,1898a:137)

47- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Escariz / CNS 3616

“Não tem antigualhas, nem couzas dignas de memoria, so me dizem, que no monte, que asima digo chamado o monte Zillo ou Izidio antigoamente no alto delle houvera hua povoação de Mouros no tempo dos godos; e ainda hoje se achão nelle alguns vestígios de estradas, aparecem muitos tijolos, e se achão alguns modos como de estarem por ali cazas; porém hoje se acha povoada de mattos, e tojos.” (Tomo XIV, fl.395) (Azevedo,1898a:143)

48- Antiguidades de Estói

“... esta freguezia, como a mais antiga, e especial d’este Bispado, por ter tido aquella primazia (entre as mais) de ser a celebre e aspectável Cidade de Ossónoba, da qual ainda hoje se manifestão alguns vestígios que por singulares se conservão, para timbre e Brazão da sua prehemencia, como atesta Dom Frei Amador Arraes, no Dialogo 3.º cap 8. ... etc.” (Tomo XIV, fl. 632) (Azevedo,1898a:145-146)

49- Túmulos antigos em Estremoz

“Junto desta Igreja se descobrirão dous túmulos de pedra, hum no anno de 1732, e outro no anno de 1744 que muitos pensarão ser de Romanos, porque junto da Caveira tinha hua almotolia, com hum prego dentro, prova na verdade débil, porque o uso dos túmulos foi muito frequente em Portugal athe o Seculo 15.º ahinda nas pessoas de mediana esfera: e das almotolias com o prego só se prova que era algum ricto supersticioso, a que os antíguos e antigos gentyos e catholicos erão muito inclinados, e de que ahinda hoje se descobrem vestígios nas povoasoens pequenas, e entre os rústicos de campanha não será possível conhecer a verdade faltando nos os epitáfios nos ditos túmulos.” (Tomo XVI, fl.736) (Azevedo,1898a:147)

50- Antiguidades de Évora

“Tãobem nesta cidade se concervão ainda algumas reliquias dos muros de Sertorio, que erão fortíssimos de pedra de cantaria com 25 palmos de grosso: desfizerão-se no tempo del Rey D.Fernando por persuasones de Lopo e Vasco Roiz, os quaes fundados em

interesses particulares sendo cidadãos desta cidade forão tao poucos apreciadores da antiguidade que fizerão acabar e pôr por terra huma das milhores obras e mais inteyras dos Romanos que havia em toda a Europa” (Tomo XIV, fl.821) (...) “Não muito longe deste ultimo (chafariz d’El-Rei) está o posso de Entre as Vinhas, obras dos Romanos, todo de pedra de cantaria de grande copia de agoa e de admirável qualidade, etc.” (Tomo XIV, fl.822) (...) Defronte deste Templo estava hum pórtico Romano com três arcos triunfais, ornado de diversas ordens de colunas alquitravas, nichos e estatuetas de preciozo mármore que ocupava com pomposa prespectiva todo o largo da Praça, o qual transformou em fonte El Rei D.João Terceyro etc.” (Tomo XIV, fl.830) (Azevedo,1898a:149-150)

51- Hoje, o sítio conhecido por Torre D.Framondo / CNS 30747

“Apartada desta Quinta da Irmida de S.Gião cousa de dous tiros de bésta e outra o Norte havia antigamente hua fortaleza não muito sumptuosa e esta por sua antiguidade se acha dissipada e totalmente demolida. O fim e ministerio da dita torre dizem seria para que esta tivesse lume de noite para que os barcos e navios de pescaria atinassem porto por onde havião de entrar ... e suposto que a torre esta de todo desfeita, e a pedraria della levada em barcos para lastro de navios ainda ali se ve hua pedra com outro letreiro esculpido.” (Tomo XI, fl.80) (Azevedo,1898a:153)

52- Castelo de Arnóia / CNS 12082

“Nam em ella muros antes bem fracas paredes somente em os confins da freguezia de Arnoja há hum Castello antigo situado na iminência de hum monte cujos muros estan arruinados posto que mostram vestígios de praça: mas o Castello ainda resistente as ruinas chamasse o Castello de Celorico de que a villa velha tomou o nome a villa do Castello, hou a villa de Freyxeiro por se mudar para o tal sitio.” (Tomo XV, fl.396) (Azevedo,1898b:250)

53- Vestígios de antiguidades em Fiaes

“Alguas antiguidades se descobrem nesta freguesia como são as seguintes: No sitio da Capella da Senhora da Conceyção de que se faz memsam no interrogatório 13 se tem por virozimel ser povoação de Mouros; porque se achão pedaços de paredes de cantaria; muito tijolo, e muita cinza e carvões indícios de cozinhas. Algum dinheiro de cobre com figuras e outros crateres, cujos letreiros se não percebem e tambem se achou huma moeda de ouro do tamanho de hua de dezasseis tostões. Tambem se descobrem em outro oiteiro defronte da dita Capela enterrados debaxo da terra altura de dous palmos varias panellas

e salgadeiras de barro vermelho, tapas todas com louzas de pedra, todas com seus letreiros ao parecer de letra mourisca e dentro das tais panellas ossos e carvões, metais sem se saber que metal seja, pois tudo se acha quazi gasto; e dentro em alguns destes vasos se achavão copos de feytio de calis, e em hum dia se descobrirão mais de cincoenta vasos destes, de que hoje não há nenhuns pois se quebrarão.” (Tomo XI, fl.411) (Azevedo,1898b:250)

54- Hoje, o sítio conhecido por Anta da Aboboreira / CNS 1159

“Menos sey que haja em toda esta serra (da Aboboreira) algua mina de metal, posto que tenho reparado em alguns cavoucos e foços que nella tenho visto me dizem foram feytos em discubrimto de minas e sey mais haver adiante da chamada Fonte do Mel em hua planicia grande perto da estrada hua cova com porta artificialmente de muytas pedras enteyras ao redor e por sima cobertas com hua grande fraga, a quoyal não poderiam mover vinte homens de hoje e tem sua porta por onde se entra para a concavidade onde podem caber mais de vinte homens e dam a esta cova o appellido de Cova dos Ladrões” (Tomo XV, fl.609) (Azevedo,1898b:252)

55- Castelo Velho do Monte de Meão / CNS 11029

“Há nesta freguezia junto ao Ryo Douro hum grande Monte chamado Monte Alcão tem duas legoas em circuito que corem da parte do Norte e Sul pelas vargens do Ryo Douro e pela parte do Nacente com o sitio chamado Veyga tem huma grande legoa de comprido e outra de largo. Na iminência deste monte estão os vestígios de hum grande castello ao que, chamão o Castello Velho, e nas suas ruinas se divisão nelle duas portas huma apra o nacente e outra para o Sul e dizem que foy dos mouros, he abundante de lenhas ...” (Tomo XVI, fl. 874) (Azevedo,1898c:315)

56- Hoje, o sítio conhecido por Castelo dos Prados / CNS 19780

“Dentro na mesma Freguezia há hum sitio chamado os Castelllos que mostra ser area de povoação grande no tempo dos Mouros porque ainda se descobrem vestígios de o ser em pedras lavradas, Tijolos e ferragens que descobrem os Lavradores, e sinaes de ruas e calçadas, e por muitas vezes se tem achado pedras abaladas e fossos altos havendo suspeita de huma e outra cousa se faz com o intento de tirar minas e Thezouros” (Tomo XVI, fl. 142) (Azevedo,1898c:316)

57- Ponte de Guifões / CNS 782

“A segunda de pedra chamada – a ponte de Guifoens – pella parte do Poente faz sahida para a freguizia de Sam Miguel da Palmeyra: esta he de cantaria que dizem os antigos fora feita pelos Mouros; por se achar ainda sem se acabar com três olhaes. E junto a dita ponte se acha huma bouça de matto, carvalhos e pynheyros que cavando-se na dita bouça se achão vários pedaços de tijolo, e algumas pedras lauradas metidas debayxo da terra, onde se infere fora morada antiga de Mouros”. (Tomo XVIII, fl. 716) (Azevedo,1898c:320)

58- Antiguidades de Idanha-a-Velha

“Foy povoaçam de mais de legoa de comprido desde a Pedra Furada até Sam Lourenço de Monsantil, e meya de largo do Val da Portella athe junto a San Thiago de Medelim com jardins e cazas de parazer a maneyra de Roma por cer colonia e depois munecipio dos Romanos que a ampliaram e nobreçeram e pesuhiram até a entrada dos Godos em cujo domínio mais creçeo a povoaçam que passava de vinte mil vezinhos ao presente se acha apenas com vinte moradores ou fogos ...” (Tomo XVIII, fl.45) (...) Seus primeyros muros lhes fes ElRey Ervigio, de que so existem dous pedaços na margem do rio Ponsul heram largos feytos de pisarra e furtissima argamaça. Os que tem ao presente são feytos de pelos templários com muyta largura, altura e fortalleza, todos de cantaria dos pallacios que demoliram, cheyas de anthequisimas insquerições que dariam muyta lus a hystoria do Reyno: seu ambito será capas de trezentos moradores por que os tenplarios como gente estranha desfizeram huma cidade para fazer huma fortaleza: tem hum suficiente castello com huma grandiosa Torre inteyra por sua arquitetura; mas os recintos dela se vam demolindo.” (Tomo XVIII, fl.55) “ Ao norte tem a fonte chamada da Serra obra dos Romanos de cupioza Agoa e admiraveis aqueductos que os rústicos tem demullido em grande parte, assim por esta como pella do Povo. Obra tambem antigamente dos Romanos se tem achado muyto ouro.” (Tomo XVIII, fl.56) (...) “Junto aos muros da Cidade tem ponte de cantaria que fizeram os Romanoz para comonicaçam das duas partes da Cidade Oriental e Osidental. Tem sinco moinhos de moer pam. Em suas margens se tem achado ouro, e em certos uem homeis da Serra de Estrela e o acham. Em huma fonte questá perto desta Cidade a parte do Sul que mostra ser obra dos Romanos por seus subterrânicos aqueductos se tem achado muyto, e della levaram bastante hunz pedreyeros que a redeficaram há menos de quarenta annos.” (Tomo XVIII, fl.59) (Azevedo,1898c:321-322)

59- Inscrição romana de Santo Isidoro

“... por tradições e alguns vestígios foy esta terra de nome em tempos antigos por serem então navegaveis os dous rios della; o do sul hu quarto de legoa, e o do norte hua legoa donde vem o chamarse o lemite deste Igreja em escriptos antigos – Santo Izidoro em Ilhas, termo de Mafra – assim conserva o Rio do Sul o nome de Ribeyra de Ilhas; e o lugar de Paço de Ilhas – por estar neste lugar hu Palacio arruinado dos Ex.mos Condes da Ericeyra. E o rio do norte conserva o nome de Fanga da Fé; por ter ahi havido alfandega em distancia do mar hu quarto de legoa. Nesta terra deixarão os Romanos sua Memoria que se acha escripta com letras Romanas em hua pedra de oyto palmos de comprido e quatro de largo que esta no Altar do Espirito Santo na forma seguinte:” (Tomo XVIII, fl.355) (Azevedo,1899/1900a:30)

60- Antiguidades de Lagos

“Teve por nome Lacobriga ou Lago de Brigo, talvez, por estar junto a huns campos pantanosos que hoje se chamam Paul, ou porque junto á mesma povoaçam pella parte do nascente estava hum fonte chamada hoje Arca do Paul de que esta Cidade se provê e da qual se dizia antigamente que se a arte nam compremisse as suas agoas bastariam ellas para inundar a mesma Cidade, ainda que fique distante.” (Tomo XIX, fl.117) (Azevedo,1899/1900a:31)

61- Castelo das Ermidas / CNS 3645

“Tem este monte de comprido meio coarto de Legoa e sobre elle se forma hum picoto ou outeiro chamado o Monte das Ermidas ou Castellos das Ermidas porque dizem os antigos que antigamente fora Castello e com efeito ao rredor delle se acham vestígios de muro delle feitos de pedras de canto cortadas ao pico que a mayor parte dellas se tem desfeito pelos Labradores para fazerem paredes em outras partes.” (Tomo XX, fl.567) (Azevedo,1899/1900b:91)

62- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Santiago / CNS 135

“No alto cacumen deste monte (de Arados) há tradição muyto antiga que naquele tempo habitavão os Mouros, e daquela planicie fazião fortaleza, e ainda hoje se divisão huns vestígios pello poente dos muros da sua fortaleza”. (Tomo XXII, fl.210) (Azevedo,1899/1900c:187)

63- Hoje, o sítio conhecido por Dólmen da Portela / CNS 785

“Não tem privilegios alguns, mas sim acha-se em hum Monte, que fica perto e defronte do lugar de Portella hua antiguidade chamada o Forno dos Mouros que consiste em três esteyos de pedra cada hum de cumprimento de duas varas de medir fora do lizerse, e por cima destes esteyos esta sobreposta hua pedra redonda, que tem de largura tambem duas varas de medir, e não se sabe quando teve principio, nem quem fez esta obra, só diz a fama que he do tempo dos Mouros, e que foi obra sua, e não sei nem achei que haja outras couzas dignas de memoria.” (Tomo XXII, fl.431) (Azevedo,1899/1900c:190-191)

64- Antiguidades de Mértola

“... hé fundada pelos de Tiro há 2076 annos na era vulgar; quando Alexandre Magno os violentou a se confederarem na Luzitania e lhe pozeram o nome de – Mirtire – alias – Tiro nova - : e Julio Cezar a fez município de Direito Lacio amplificando-a com privilégios dos Romanos grande e affectuozamente de forma que já lhe chamavam – Julia Mirtilis – hoje corrupto o vocábulo – Mertola -; mas seis Estatuas de Pedra mármore, que há noticia se acharam abrindo-se alicerces para a Caza da Mizericordia desta Villa; mas já a nam há do seo fim; colunas, túmulos, frizos, e alicerces que ainda se acham, e de que há muitos sinaes, bem mostram sua opulência e antiguidade mayor: occuparão-a os Mouros.” (Tomo XXIII, fl.808) (Azevedo,1899/1900d:256)

65- Adro da Igreja de São Nicolau / CNS 882

“ ... tem mais para demonstrar sua antiguidade (pois foy Cabeça da Comarca Eclesiastica) ao redor do Adro noue Cayxões de pedra levantados do cham, que seruiram de sepulturas, mas não há memoria de quem, mas nelles se eu forão de pessoas distinctas porque huns tem em sima da Capa que os cobre hua como venera de Malta grauada na mesma pedra; outros figurados em hu lado dous cauallos pendenciando hu com outro; e entre si hua flor de lis outro com vários labores e outros lizos, mas todos no talhe com que são formados dao a entenderem serem antiguíssimos.”(TomoXXIII, fl.862) (Azevedo,1899/1900d:256)

66- São Lourenço / CNS 5114

“Esta terra não he murada, nem nunca o foi; mas para a parte do Nascente fica hum monte alto a que chamam o Oiteiro de S.Lourenço, e principia a elevarse logo deste Lugar de Moledo, e athe o mais alto deste monte he meia legoa, e no ponto mais alto he quazi de figura adonde se descobem e acham huas pedras que mostram serem ruinas de algum idificio, e há tradiçam que fora ali Castelo de Mouros, e correndo o tempo esteve ali tambem huma capela de S.Lourenço (donde se supõem que o oiteiro tomou o nome) ...;

e para a parte do meio dia deste Lugar dos Cazais e entre este de Moledo esta outro Oiteiro que fica quazi no meio da subida que vai deste lugar para o Oiteiro de S.Lourenço, e se chama o Oiteiro do Vieiro aonde se ve huma cova larga com dois braços e há tradiçam que de hum destes braços que fica para a parte do Norte hia por debaixo da terra huma estrada sahir a hum Ribeirinho que corre ao pe do Oiteiro, e que tudo isto fora obra dos Mouros a estrada esta hoje tapada, e se diz a taparam os moradores porque lhe perigavam ali os gados; e para a parte do Norte deste Lugar de Moledo fica outro monte que chamam a Serra da Maga donde esta outro oiteiro que chamam o Castelo de Menha ou o Castelo de Maga adonde se descobrem huns pedaços de parede que em partes terem ainda hoje sete ou oito palmos de altura e parede forte, e estam estes três oiteiros fronteiros hus dos outros com distancia de meia legoa huns dos outros, e estam cheios, e cobertos de matos que a terra produs em abundancia.” (Tomo XXIII, fl. 1098) (Azevedo,1899/1900e:299)

67- Outeiro do Circo / CNS 4672

“No principio da Serra das Pedras distancia de hum quarto de Legoa desta Aldeia esta hum Monte muito alto que o vulgo chama o Outeiro do Sirco este Monte esta sercado de Muro antigo que não sobe da terra e dizem pessoas velhas que nelle quizerão edificar a Cidade de Beja, porem não descubro noticia certa porque dezistirão e a fizerão aonde hoje existe e bem se vê que fo fizerao os licerces e não houve terra ou Cidade por não se achar dentro nem fora dos Muros signal algum de ruina e dizem que por esta rezão se intitula esta freguezia de Mombeja por se chamar o Monte de Beja antigamente que corrupto o vocábulo se chama agora Mombeja ou será tambem porque esta serra he a maior e mais levantada que tem Beja em seu termo.”(TomoXXIII, fl.1118) (Azevedo,1899/1900e:299-300)

68- Adro da Nossa Senhora do Bispo / CNS 5098

“A villa e Monte mor o novo está cituada na provincia de Alemtejo, Comarca e Arcebispado de Evora em dés grãos e doze minutos de Longetude e 38 grãos e 34 minutos de Latitude. No tempo dos Romanos foi povoação insigne para o que he fundamento irrefragável a pedra que se acha na exterior parede do adro da Igreja Matris de nossa Senhora do Bispo, que ainda hoje exite dentro da Cerca da antiga Villa em que se fás memoria de huma Flaminia de toda a Luzitania diferente da Eborense como se vê da inscripção de que estando tão publica, nenhum dos nossos historiadores fes menção:” (Tomo XXIV, fl.1429) (Azevedo,1899/1900e:304)

69- Hoje, o sítio conhecido por Chã de Parada 4 / CNS 5306

“Acha-se junto ao principio desta sera (da Aboboreira) hum fosso no citio chamado chão da Parada fabrica Arteficial cuja forma são pedras levantadas em altura mais de dés palmos a maneira de adoellas de hum tonel de que resultou huma periferia bastantemente ordenada, e da sumidade das ditas pedras se fas assento a huma famosa pedra lousa que fica servindo de tecto ao vão do dito fosso adonde se recolhem pastores pella porta que lhe fica para o nascente. Na mesma Serra se acham coatro ou mais artefactos quasi á mesma semelhança” (Tomo XXVI, fl. 379) (Azevedo,1901a:69-70)

70- Patarinho / CNS 4870

“... só aparecem alguns vestígios de ter sido abitada dos Mouros ou gente Barbara por se acharem em alguns montes como no sitio do Patarinho poco distante da villa algumas concavidades em pedras com forma de sepulturas artificialmente feitas.” (Tomo XXVI, fl.387). (Azevedo,1901a:70)

71- Castro da Cola / CNS 158

“Duas legoas desta villa se axa a Irmida de Nossa Senhora da Colla ao pe da qual se ve ainda hoje hum grande Castello destruído com três prasas em quadro fundasão de Mouros que tomou o Senhor Rey Don Affonso Henriquez, e no meyo das três prasas esta huma caza subterranea que parece ter sido armazém de polura ou Cisterna de Agoas, e há tradição de que os Mouros ainda hoje lhe xamão o seu Castello da Colla” (Tomo XXVI, fl.412) (Azevedo,1901a:71)

72- Monte Murado / CNS 634

“A terra não hé murada, nem Praça de armas e menos se lhe conhece castelo ou Torre, e só tradição que o monte chamado do Murado foi habitação antiga de mouros pelos vestígios que ainda hoje se descobrem, e entre eles a forma de ruas que se distinguem.” (Tomo XXVIII, fl.702) (Azevedo,1901b:105)

73- Ruínas Romanas de Palmá

“No destrito desta Freguezia para a parta do norte se acha a grande Serra de Alvayazere, cuja denominação se lhe deriva da Villa, que está junto a ella do mesmo nome, hua das mais notáveis de toda a comarca assim pella iminência do monte que, coroado todo na distancia quasi de hua legoa das ruinas de hua muralha forte, faz crer que ou fosse celebre habitação de Romanos, ou Castello impenetrável de Mouros. Como tambem pella rara concavidade ou celebrado Algar que no mais alto cume da serra se diviza com admiração

grande de todos aqueles que o vem; porque formando o monte naquele sitio, ainda que levantado hua bem composta planicie; no meyo della, da passo, ainda que acelerado por ingreme, hua pequena boca aquella lúgubre habitação: que dividida em duas Estancias espacozas, tem a forma de cazas regulares servindolhes de abobeda o pavimento da mesma Serra. Ao lado esquerdo deste Edificio subterrâneo se acha hua fonte no interior da parede, que conservando agua em todo o anno; he pella sua singularidade, e incomparável, o único refugio dos pasteres, que com frequência habitão aquella montanha na guarda dos seus rebanhos ... etc” (Tomo XXVIII, fl.724) (Azevedo,1901b:106)

74- Hoje, o sítio conhecido por Monte da Laje / CNS 35788

“No meyo da terra se tem descuberto em alguns tempos alicerces de casas e outros fragmentos de bayxo da terra como tilhoes, telhas, tijolos, panellas, etc. do que se infere estaria ali algum lugar forte ou a antiga villa: perto do mesmo sitio, em a mesma serra há varias pedreiras de escoadria e aluenaria (como tambem em mais partes da freguezia) e em algumas se vem varias marcas abertas ao picam, e perto da estrada real hua mamoa ou montan de terra já no meyo aberta” (Tomo XXIX, fl.1258) (Azevedo,1901b:112)

75- Hoje, o sítio conhecido por Castro de Caires / CNS 65

“Não há nesta freguezia serra, e só o ditto alto monte de São Pedro Finz em que se diz principião os do Gerez que fica distante sinco legoas. Ha parta a parte do Poente do ditto monte hum cabesso e rochedo chamado Castello com vestígios feytos na penha que ainda mostram a propriedade do nome; e hua caza subterrânea nomeada do hermitão por nella haver hum há muytos anos” (Tomo XXX, fl.25) (Azevedo,1901c:159)

76- Torrejão / CNS 33856

“Não consta haver antiguidades na dita freguezia, e só na distancia da metade de hu quarto de legoa da Igreja para a parte do Sul em hu alto se vem huas ruinas, que parece serem de algu sepulcro, em que os antíguos Romanos sepultavam os seus valerosos capitães; porque he de forma quadrada de comprimento de 3 varas e na altura de hu côvado vai estreitando e assim se continua proporcionadamente até chegar a ter oito côvados em que ali parece ainda não ... mas com o tempo se tem gastado a sua polidez, e lhe chamão o Torrojao, de cujo lugar para a parte do poente se ve a Cidade de Braga” (Tomo XXX, fl.141) (Azevedo,1901c:160)

77- Hoje, o sítio conhecido por Rio Torto / CNS 4582

“No que respeita ás antiguidades dignas de memoria não há mais que em hum cabeço alto huns vestígios das ruinas de hua fortaleza dos Romanos ou mais antiga: aqui neste sitio se tem achado relógios de ouro, e disem há tradição que tambem se acharão pratos de prata.” (Tomo XXXII, fl.822) (Azevedo,1902 – ed.1903a:32)

78- Hoje, o sítio conhecido por Castelim / CNS 20486

“... no seu decurso vay dar a hum castello chamado de Mao Vezinho o quoad cerca ao redor deixando-lhe para elle tao somente huma áspera entrada por terra e muito angusta cuyo castello se tem por tradição hera dos Mouros e nelle se tem achado algumas prendas preciosas, cujo Castello ainda estão os vestígios das paredes argamassas e fortíssimas do altar de quoadi dois homens.” (Tomo XXXII, fl.957) (Azevedo,1902 – ed.1903b:76)

79- Hoje, o sítio conhecido por Anta da Tapada das Cruzes / CNS 5563

“Posto que nos presentes tempos se louva e pode louvar a Deus N.Senhor nestra freguezia e seos Limites em hua Igreja Parochial e três Ermidas, como fica ditto, comtudo, parece-me, *salva fide*, que nos antiquíssimos (tempos) ants da Encarnação do Divino Verbo, já tambem, os indígenas e os estrangeiros lhe tributavão humildes cultos, oferecendo-lhe sacrificios holocaustos e pacíficos segundo o preceyto do Exodo, cap. 20. Deutero. Cap.27. Josué. Cap. 8; não só em quatro, mas em cinco altares, que, ainda nesse limite existem de presente, quasi perfeitos do mesmo modo, que esta hum junto á Villa do Códiceyro no Bispado da Guarda: o qual está em campo raso com sua pedra de meza em cima, a qual tem dezassete passos em circuito, e he quazi redonda, grossa, e tosca, estando as pedras, que a sustentão levantadas em forma circular e arrimadas huas ás outras, ficando no meyo dellas, e de bayxo da pedra da meza hum vam á maneyra do de hua fornalha de cozer pão. Estao estes altares, dous juntos a referida Ermida da Santissima Trindade, hum da parte de tras em distancia de oito passos e outro para diante á parte do meyo dia em distancia de cem. O terceiro esta na demarcação dos Limites onde chamão Valdeiras. O quarto está em distancia da supra ditto Ermida de São Paulo de quatrocentos passos para o Norte: e o quinto está mays adiante cem passos dentro de hum prédio, chamado o Prado da Igreja. E desejando eu investigar com evidencia a causa da factura de taes altares pelos montes mandey cavar dentro, e fora deste ultimo e da parte de fora apparecerão altamente enterradas e arrimadas ás pedras levantadas (em que se assentava a pedra da meza que ainda está ao pé dellas lançada em terra, e tem quinze passos em circuito) hua pedra de pederneira do cumprimento de huma polegada, e do feytio de hua

costela de hum carneyro, e cinco de afiar quasi de cor azul claro, e quazi do cumprimento de hum palmo; e todas cinco do mesmo feytio, que são bem semelhantes ao ferro de hua junteira de Carpinteiro, porque de hua ponta são estreitas e de quatro quinas, e da outra são largas e chatas e nesta tem gume, bem similhante ao de hua junteira, ou de hum malho: todas estas pedras guardo em minha casa para prova e memoria. Todos estes altares estão postos em campo raso com esta formalidade: que consta cada hum de cinco, ou seis, ou sette pedras de doze ou quatorze palmos ou mais de cumprimento; as quaes estão levantadas na terra em circulo, e arrimadas huas as outras, e sobre ellas assenta a pedra da meza, ficando hum vão de bayxo redondo, como fica ditto: ocupando cada hum dos altares quinze ou dezassete passos em circuito, e não menos, conforme a medida que a todos tenho tomado. Prova-se que estes altares forão feytos á imitação daqueles que Deos mandou fazer. Primeyro: porque todos estão em campo raso sem degrao algum. Segundo: porque todas as pedras deles são uniformes, toscas e impolidas, sem que nellas se descubra o mais mínimo signal, de que algum instrumento de ferro as tocasse; o que parece uniforme com o preceyto do cap. 20 do Exod. Acima referido. Terceyro: porque no referido cap.27 do Deuter, se mandou o mesmo; precedendo duas condiçoens. Primeyra: Que levantassem huas grandes pedras: Eriges ingentes Lapides. Segunda: que as alizassem ou acepilhassem com hua pedra: *Et calce laevigabis eos = Laevigabis eos calce*, tomando-se aqui o nome, *calx, pro Lapide*. E achando eu hua pedra de pederneira, e cinco do feytio de junteira enterradas ao pe do altar acima, já fica claro, que estes altares forão feytos a imitação daqueles que Deos mandou fazer; e que estas pedras sirvirião para açacalar as do altar. E se algum me replicar: que nas taes pedras de meza não se acha escripta a Ley, que nos referidos cap.27 do Deuter.8 de Josué se mandava escrever? Respondo: Que os caracteres só podião formar-se com tinta sobre meza do altar, ou sobre outra cousa que em cima da mesma se puzesse, pois de outra maneira não os podião entalhas nas pedras, lhe estar vedado o uso de ferro em taes pedras; e sendo assim como claramente se prova, fica sem fundamento a instancia. Tambem há em diversas partes d'este Limite sepulturas antigas, abertas em marmores, da mesma medida das ordinárias d'estes tempos.” (Tomo XXXII, fl.1072) (Azevedo,1902 – ed.1903b:76-78)

80- Hoje, o sítio conhecido por Caldas de Canaveses / CNS 4995

“Tem caza de banho que se fez á quinze anos e ao fabricar desta se charão varias moedas de hum metal cor de ouro, que pareciam bronze e alguas de cobre mais pequenas e hua inscripção de muitas letras em hua pedra que quebrarão e picarão os pedreiros pelas não

entenderem e deste sitio ate Tamega se achao ainda hoje alguns ladrilhos de barro quadrados de palmo e meyo por modo de escada que decia para o dito rio, cujos vestígios mostram o terem sido já frequentados e afirma-se seria do tempo dos Romanos por estes serem inclinados a banhos” (Tomo XXXV, fl.1485) (Azevedo,1902- ed.1903c:269)

81- Hoje, o sítio conhecido por Alto do Castelo / CNS 3085

“Há tradição que o lugar de Arnadello desta freguezia fora no tempo dos Mouros hua cidade chamada de Arverim, tem ainda hum monte ao pé que se chama o Castello, o qual foi habitado dos Mouros, e nelle se vem ainda hoje vestígios da sua fortificação mas tudo isto já ruinoso e escondido debaixo da mesma terra. A Imagem de Nossa Senhora dos Remedios que se venera na capella do referido lugar dizem ser aparecida neste mesmo castello. No lugar de Rabaes desta freguesia está hum arco de pedra de cantaria laurada, de tempo munto antigo, e por tradição se dis que se erigira aly aquelle arco para memoria de que o Senhor Rey Dom Ordonho Segundo estando em Guimarães, e sahindo á caça ... etc. Tambem se conta e há tradição que no lugar de Menezes desta freguesia pernoutara o mesmo senhor Rey Dom Ordonho segundo nesta mesma ocasião em que sahio a caça e em casa de Tello fulano perduara a sua filha Dona Xamenes que estaua casada por este fulano Tello, por razão de ter lhe fugido dos Passos de Guimarães com certo Fidalgo por se não quitar bem com a Senhora Dona Elvira, molher segunda do dicto Senhor Rey Dom Ordonho segundo, e esta se dera a conhecer, por lhe introduzir em hua filhó hum anel de preciozo valor que o dicto Senhor Rey reuoluendo as filhoses (que era manjar de que munto gostaua) encontrou e conheceu, e deste modo mandando vir a sua presença e cozinheira ... etc.” (Tomo XXXVI, fl.558) (Azevedo,1903a:101-102)

82- Hoje, o sítio conhecido por Villa Romana da Tourega / CNS 5593

“A porta principal da Igreja fica ao poente, a porta travessa ao norte ambas debaixo de huma alpendroada do telhado de madeira sobre treze colunas de pedra parda e algumas de mármore com suas bases e capiteis que se diz forão dezenterradas deste sitio, como tambem huma pedra de mármore en forma de campa de sepultura, de que faz menção o P.Rezende. Sahindo do dito alpendre para a parte do noroeste en distancia de duzentos passos estão humas ruinas de edificios antigos, que hoje chamão as Martas; mostram que forão antigamente lagos ou tanques de banhos de que uzavão os Romanos; porquanto a sua forma de tanques grandes e piquenos. O mayor tem cento e vinte palmos de comprido e de largo vinte e dous; os mais os cercão de redor, todos argamassados de seixinhos e não se lhes conhece porta. Contigo aos tanques se vem as ruinas de huma Torre e parece

foy arruinada com pólvora en circuito de todas estas ruinas se mostram e descobrem vários alicerces de cazas como tãobem quantidade grande de bocados como argamassa queimados que se parecem com escumalho de ferreiros. Para este sitio en distancia de duzentos passos pera a parte do Norte esta huma fonte o mais do anno prene, que tem o nome Fonte de Santa Innominata, para a qual vem agora por hum cano subterrâneo e corre em hum âmbito de feitio de fonte quadrada de pedras de cantaria, que bem mostra a sua antiguidade, por muito gastas que estão da mesma agoa” (Tomo XXXVII, fl.954) (Azevedo,1903b:255-256)

83- Hoje, o sítio conhecido por Turiz / CNS 1237

“Não tem antiguidades nem privilégios antíguos so hua tradição que no sittio aonde hoje fica a Igreja fora antigamente hua villa que se chamou Toudilanes e neste sitio aparecem hoje por bayxo do cham bastantes tijolos de antiquíssimo feitio e muytos carvoens e para a parte do poente hum outeiro chamado o monte de Santa Cruz por nelle estar hua Hermida de S.Hellena aonde se venera a invenção da Cruz serve esta Cappela de deviza entre esta freguezia e a de S.Julião da Lage a quoa pertence a ditta Hermida e fica esta dentro de hum valo ou trincheira que mostra ser hua praça ou forte daqueles tempos em que não havia pólvora e bala e da outra parte deste outeyro e forte aparecem os mesmos Tijollos e Carvoens que dizem fora a villa de S.Julião ou de Julianes que he da freguezia de S.Julião da Lage” (Tomo XXXVII, fl.1214) (Azevedo,1903b:258)

Referências bibliográficas

AZEVEDO, P. (1896a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 5. Adissa (Alemtejo): 6. Inscrições romanas de Agueda (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume II, pp.89-92

AZEVEDO, P. (1896b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 7. Alandroal (Alemtejo). *O Archeologo Portugues*, Volume II, pp.136-141

AZEVEDO, P. (1896c) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 32. Amarante (Entre-Douro-e-Minho): 33. Amares (Entre-Douro-e-Minho): 34. Ameixial (Algarve): 35. Ameixoeira (Extremadura): 36. Castello de Amendoa (Extremadura): 37. Aramenha (Alemtejo): 38. Arca (Beira): 39. Arcos3 (Entre-Douro-e-Minho): 40. Arcos4 (Entre-Douro-e-Minho): 41. Arcos5 (Beira): 42. Ardãos (Trás-os-Montes): 43. Areias (Alemtejo): 44. Arega (Beira): 45. Arganil (Beira): 46. Argeriz (Trás-os-Montes): 47. Ariz (Entre-Douro-e-Minho): 48. Arnoya (Entre-Douro-e-Minho): 49. Arvore (Entre-Douro-e-Minho): 50. Atei (Trás-os-Montes): 51. Avidos (Entre-Douro-e-Minho): 52. Azeitão (Extremadura): 53. Azinhoso (Trás-os-Montes): 54. Azões (Entre-Douro-e-Minho): 55. Baldreu1 (Entre-Douro-e-Minho) : 56. Balazar (Entre-Douro-e-Minho) : 57. Balugães (Entre-Douro-e-Minho) : 58. Barcellos (Entre-Douro-e-Minho): 59. Barcos (Beira): 60. Barreiro (Beira): 61. S. Bartolomeu (Alemtejo). *O Archeologo Portugues*, Volume II, pp. 252-264

AZEVEDO, P. (1896d) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 62. Bayões (Beira): 63. Beja (Alemtejo): 64. Belver (Beira): 65. Bendada (Beira): 66. Bertianos (Entre-Douro-e-Minho): 67. Beringel (Alemtejo): 68. Bessa (Trás-os-Montes): 69. Besteiro (Entre-Douro-e-Minho): 70. Bico (Entre-Douro-e-Minho): 71. Bobadella (Trás-os-Montes): 72. Bobadella1 (Trás-os-Montes): 73. Bobadella (Beira): 74. Boivão (Entre-Douro-e-Minho): 75. Borba (Alemtejo): 76. Bougado (Entre-Douro-e-Minho): 77. Braga (Entre-Douro-e-Minho): 78. Branca (Beira): 79. Briteiros (Entre-Douro-e-Minho): 80. Budens (Algarve): 81. Burgães (Entre-Douro-e-Minho): 82. Burgo (Beira): 83. Cabana Maior (Entre-Douro-e-Minho): 84. Cabeça-de-Mouro (Trás-os-Montes): 85. Cabril (Trás-os-Montes): 86. Cadaval (Extremadura): 87. Caldas-da-Rainha (Extremadura): 88. Calheiros (Entre-Douro-e-Minho): 89. Calvelhe (Trás-os-Montes): 90. Cambas (Alemtejo). *O Archeologo Portugues*, Volume II, pp. 305-318

AZEVEDO, P. (1897a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 91. Cambra1 (Beira): 92. Cambres (Beira): 93. Campanhã (Entre-Douro-e-Minho): 94. Campo (Alemtejo): 95. Campo1 (Entre-Douro-e-Minho): 96. Campo1 (Entre-Douro-e-Minho): 97. Campo de Gerez (Entre-Douro-e-Minho): 98. Campo Maior (Alemtejo): 99. Canal (Alemtejo): 100. Candelo1 (Trás-os-Montes): 101. Candomil (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume III, pp.101-106

AZEVEDO, P. (1897b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 102. Castellães (Entre-Douro-e-Minho): 103. Capella de Rendufe (Entre-Douro-e-Minho): 104. Capinha (Beira): 105. Cardiellos (Entre-Douro-e-Minho): 106. Cardigos (Beira): 107. Caria (Beira): 108. Caria1 (Beira): 109. Carnide (Estremadura): 110. Carreiras (Entre-Douro-e-Minho): 111. Carrocedo (Trás-os-Montes): 112. Carvalho d'Egas (Trás-os-Montes): 113. Carvalho de Rey (Entre-Douro-e-Minho): 114. Carviças (Trás-os-Montes): 115. Cascaes (Estremadura): 116. Castanheira-do-Vouga (Beira): 117. Casteição (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume III, pp.149-154

AZEVEDO, P. (1897c) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758: 118. Castelleiro (Beira): 119. Castello (Trás-os-Montes): 120. Castello-Branco (Trás-os-Montes): 121. Castello-de-Neiva (Entre-Douro-e-Minho): 122. Castello-de-Penalva (Beira): 123. Castello-Rodrigo (Beira): 124. Castello-de-Vide (Alemtejo): 125. Casal-de-Loivos (Trás-os-Montes): 126. Celorico (Beira): 127. Cendufe (Entre-Douro-e-Minho): 128. Cepões (Entre-Douro-e-Minho): 129. Cepins (Beira): 130. Cepões (Beira): 131. Cepões (Entre-Douro-e-Minho): 132. Cercal (Extremadura): 133. Cervos (Trás-os-Montes): 134. Cette (Entre-Douro-e-Minho): 135. Chacim (Trás-os-Montes): 136. Chamoim2 (Entre-Douro-e-Minho): 137. Chapa (Entre-Douro-e-Minho): 138. Chaves (Trás-os-Montes): 139. Chorenses (Entre-Douro-e-Minho): 140. Christello (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume III, pp. 193-208

AZEVEDO, P. (1897d) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 141. Ciladas (Alemtejo) : 142. Cima-de-Celho (Entre-Douro-e-Minho) : 143. Cimo-se-Villa (Trás-os-Montes) : 144. Cintra (Extremadura) : 145. Codeços (Trás-os-Montes) : 146. Coimbra (Beira) : 147. Coinal (Extremadura) : 148. Santa Comba2 (Trás-os-Montes) : 149. Condeixa-Velha (Beira) : 150. Conlellas (Trás-os-Montes) : 151. Contenda (Alemtejo) : 152. Coroadá (Alemtejo) : 153. Cortiçada (Beira) : 154. Corval (Alemtejo) : 155. Co1 (Extremadura) : 156. Cossourado (Entre-Douro-e-Minho) : 157. Couto da Maia1 (Entre-Douro-e-Minho) : 158. Couto de Arentim (Entre-Douro-e-Minho) : 159. Couto de

Moure de Olivão (Entre-Douro-e-Minho) : 160. Couto de Santo Thyurso (Entre-Douro-e-Minho) : 161. Cova (Entre-Douro-e-Minho) : 162. Covas (Entre-Douro-e-Minho) : 163. Covas (Trás-os-Montes) : 164. Covas do Douro (Trás-os-Montes) : 165. Covide (Entre-Douro-e-Minho) : 166. Covilhã (Beira) : 167. Crasto (Trás-os-Montes) : 168. Castro Vicente (Trás-os-Montes) : 169. Crato (Alemtejo) : 170. Cunha (Entre-Douro-e-Minho) : 171. Currellos (Beira) : 172. S. Miguel d'Acha (Beira) : 173. Dalvares (Beira) : 174. Dantas (Entre-Douro-e-Minho) : 175. Dardavaz (Beira) : 176. Darque (Entre-Douro-e-Minho) : 177. Degollados (Alemtejo) : 178. Destriz (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume III, pp. 225-244

AZEVEDO, P. (1898a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 179. Donnas (Beira) : 180. Donim (Entre-Douro-e-Minho) : 181. Dornellas (Trás-os-Montes) : 182. Dornellas (Entre-Douro-e-Minho) : 183. Dume (Entre-Douro-e-Minho) : 184. Eira Vedra (Entre-Douro-e-Minho) : 185. Eiriz (Entre-Douro-e-Minho) : 186. Elvas (Alemtejo) : 187. Enxara-do-Bispo (Extremadura) : 188. Ermello (Trás-os-Montes) : 189. Erra (Extremadura) : 190. Escalhão (Beira) : 191. Escamarão (Beira) : 192. Escariz (Entre-Douro-e-Minho) : 193. Escoural (Alemtejo) : 194. Esmoriz (Beira) : 195. Espinhel (Beira) : 196. Espinhosella (Trás-os-Montes) : 197. Esposende (Entre-Douro-e-Minho) : 198. Esqueiros (Entre-Douro-e-Minho) : 199. Estevaes (Trás-os-Montes) : 200. Ester (Beira) : 201. Estoi (Algarve) : 202. Estombar (Algarve) : 203. Extremoz (Alemtejo) : 204. Esturãos (Entre-Douro-e-Minho) : 205. Évora (Alemtejo) : 206. Évora-Monte (Alemtejo) : 207. S. Facundo (Beira) : 208. Fail (Beira) : 209. Famalicão (Extremadura.). *O Archeologo Portugues*, Volume IV, pp. 135-153

AZEVEDO, P. (1898b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 210. Fão (Entre-Douro-e-Minho) : 211. Faro (Algarve) : 212. Favões (Entre-Douro-e-Minho) : 213. Feira (Beira) : 214. Felgueiras (Trás-os-Montes) : 215. Ferreira de Aves (Beira) : 216. Ferreirôs (Beira) : 217. Ferreiros (Entre-Douro-e-Minho) : 218. Fervença (Entre-Douro-e-Minho) : 219. Fiaes (Beira) : 220. Fiaens-do-Rios (Entre-Douro-e-Minho) : 221. Figueira (Trás-os-Montes) : 222. Figueiredo (Entre-Douro-e-Minho) : 223. Ferreira (Entre-Douro-e-Minho) : 224. Fiolhoso (Trás-os-Montes) : 225. Folhada (Entre-Douro-e-Minho) : 226. Folhadosa (Beira) : 227. Fonte Arcada (Entre-Douro-e-Minho) : 228. Fontello (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume IV, pp. 245-253

AZEVEDO, P. (1898c) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 229. Fornellos (Beira) : 230. Fornos (Beira) : 231. Villa-Nova-de-Foz-Coa (Beira) : 232.

França (Trás-os-Montes) : 233. Frechas (Trás-os-Montes) : 234. Freixedas (Beira) : 235. Freixo (Entre-Douro-e-Minho) : 236. Gallafura (Entre-Douro-e-Minho) : 237. Gallegos (Entre-Douro-e-Minho) : 238. Gandra (Entre-Douro-e-Minho) : 239. Gavião (Alemtejo) : 240. Gemeos (Entre-Douro-e-Minho) : 241. Ginzo (Entre-Douro-e-Minho) : 242. Godinhaços (Entre-Douro-e-Minho) : 243. Golpelhares (Beira) : 244. Gonçalo (Beira) : 245. Gondomil (Entre-Douro-e-Minho) : 246. Granja (Trás-os-Montes) : 247. Guardião (Beira) : 248. Guifões (Entre-Douro-e-Minho) : 249. Janeiro-de-Baixo (Beira) : 250. Idanha-a-Velha) : 251. Igreja-Nova (Extremadura) : 252. Ilavo (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume IV, pp. 315-329

AZEVEDO, P. (1899/1900a) - Extractos archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758 : 253. Infias (Beira) : 254. São-João-de-Rei (Entre-Douro-e-Minho) : 255. São Jordão (Alemtejo) : 256. São-Jorge (Beira) : 257. Juncal (Extremadura) : 258. Junqueira (Entre-Douro-e-Minho) : 259. Jurumenha (Alemtejo) : 260. Juvim (Entre-Douro-e-Minho) : 261. Izedá (Trás-os-Montes) : 262. Santi-Isidoro (Extremadura) : 263. Lagares (Beira) : 264. Lagos (Algarve). *O Archeologo Portugues*, Volume V, pp. 26-31

AZEVEDO, P. (1899/1900b) - Extractos archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758 : 272. Lapas (Extremadura) : 273. Lavra (Entre-Douro-e-Minho) : 274. Lemenhe (Entre-Douro-e-Minho) : 275. Santa Leocádia (Beira) : 276. Leça (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume V, pp. 90-93

AZEVEDO, P. (1899/1900c) - Extractos archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758 : 290. Magrellos (Entre-Douro-e-Minho) : 291. Maiorca (Beira) : 292. Malhadas (Trás-os-Montes) : 293. Mangualde (Beira) : 294. Manhuncellos (Entre-Douro-e-Minho) : 295. Marialva (Beira) : 296. Marmelar (Alemtejo) : 297. Marmeleiro (Beira) : 298. Santa Martha (Entre-Douro-e-Minho) : 299. Marzagão (Trás-os-Montes) : 300. Mata-de-Lobos (Beira) : 301. Matança (Beira). *O Archeologo Portugues*, Volume V, pp. 187-192

AZEVEDO, P. (1899/1900d) - Extractos archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758 : 302. São Mathias (Alemtejo) : 303. Mato (Beira) : 304. Mattos (Alemtejo) : 305. Mazouco (Trás-os-Montes) : 306. Mentrestido (Entre-Douro-e-Minho) : 307. Mertola (Alemtejo) : 308. Mesão-Frio (Trás-os-Montes). *O Archeologo Portugues*, Volume V, pp. 254-256

AZEVEDO, P. (1899/1900e) - Extractos archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758 : 309. Mindello (Entre-Douro-e-Minho) : 310. Mira (Beira) : 311. Miranda (Entre-Douro-

e-Minho) : 312. Moledo (Beira) : 313. Mombeja (Alemtejo) : 314. Monchique (Algarve) : 315. Monforte (Beira) : 316. Monforte-do-Rio-Livre (Trás-os-Montes) : 317. Monsanto (Beira) : 318. Monsaraz (Alemtejo) : 319. Montalegre (Trás-os-Montes) : 320. Mortargil (Extremadura) : 321. Monte-Mor-o-Novo (Alemtejo). *O Archeologo Portugues*, Volume V, pp. 297-304

AZEVEDO, P. (1901a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 336. Nogueira (Trás-os-Montes) : 337. Oliveira de Azemeis (Beira) : 338. Olivença1 (Alemtejo) : 339. Olmos (Trás-os-Montes) : 340. Orjaes (Beira) : 341. Ovada (Beira) : 342. Ovil (Entre-Douro-e-Minho) : 343. Ovoa (Beira) : 344. Ourem (Extremadura) : 345. Ourique (Alemtejo) : 346. Ourosinho (Beira) : 347. Outil (Beira) : 348. Paçô (Beira) : 349. Paços (Beira) : 350. Paços (Entre-Douro-e-Minho) : 351. Padornello (Entre-Douro-e-Minho) : 352. Padornello (Entre-Douro-e-Minho) : 353. Palmaz (Beira) : 354. Palmella (Extremadura) : 355. Palmeira (Entre-Douro-e-Minho) : 356. Paus (Beira) : 357. Parada (Beira) : 358. Parada-de-Ester (Beira) : 359. Parada-de-Gerez (Entre-Douro-e-Minho) : 360. Parambos (Trás-os-Montes) : 361. Pataias (Extremadura). *O Archeologo Portugues*, Volume VI, pp. 67-78

AZEVEDO, P. (1901b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 362. Pavia (Alemtejo) : 363. Paul (Estremadura) : 364. Paul (Beira) : 365. Pessegueiro (Beira) : 366. Pedrogão Pequeno (Estremadura) : 367. Pedroso (Beira) : 368. Pagarinhos (Trás-os-Montes) : 369. Pelmá (Estremadura) : 370. Penedono (Beira) : 371. Penelle-da-Beira : 372. Peniche (Estremadura) : 373. Penamacor (Beira) : 374. Pena-Verde (Beira) : 375. Penas-Juntas (Trás-os-Montes) : 376. Penas-Royas (Trás-os-Montes) : 377. Penso (Entre-Douro-e-Minho) : 378. Peral (Beira) : 379. Perre (Entre-Douro-e-Minho) : 380. Pesqueira (Beira) : 381. Picote (Entre-Douro-e-Minho) : 382. Pigueiros (Beira) : 383. Pinhel (Beira) : 384. Pomares (Alemtejo). *O Archeologo Portugues*, Volume VI, pp. 103-112

AZEVEDO, P. (1901c) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 385. Pomares (Alemtejo) : 386. Pombeiro-da-Beira : 387. Populo (Trás-os-Montes) : 388. Porreiras (Entre-Douro-e-Minho) : 389. Portalegre (Alemtejo) : 390. Portel (Alemtejo) : 391. Portella (Entre-Douro-e-Minho) : 392. Villa-Nova-de-Portimão (Algarve) : 393. Porto (Entre-Douro-e-Minho) : 394. Povia de El-Rei (Beira) : 395. Povos (Estremadura) : 396. Provezende (Trás-os-Montes) : 397. Quadrazaes (Beira) : 398. Quayres (Entre-Douro-e-Minho) : 399. Querença (Algarve) : 400. Quintella de Lapaças (Trás-os-

Montes) : 401. Quintos (Alemtejo) : 402. Rapa (Beira) : 403. Rebordello (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume VI, pp. 151-160

AZEVEDO, P. (1902 – ed.1903a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 413. Riba Pinhão (Trás-os-Montes) : 414. Ribeira de Olival (Estremadura) : 415. Ribeirão (Entre-Douro-e-Minho) : 416. Rio Caldo (Entre-Douro-e-Minho) : 417. Rio Covo (Entre-Douro-e-Minho) : 418. Rio de Couros (Estremadura) : 419. Riodades (Beira) : 420. Rio Frio (Entre-Douro-e-Minho) : 421. Rio de Gallinhas (Entre-Douro-e-Minho) : 422. Rio de Moinhos (Alemtejo) : 423. Rio Tinto (Entre-Douro-e-Minho) : 424. Rio Torto (Trás-os-Montes) : 425. Rios (Entre-Douro-e-Minho) : 426. Roliça (Estremadura). *O Archeologo Portugues*, Volume VII, pp. 27-32

AZEVEDO, P. (1902 – ed.1903b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 427. S. Romão (Alemtejo) : 428. S. Romão-de-Neiva (Entre-Douro-e-Minho) : 429. Romão (Entre-Douro-e-Minho) : 430. Romarigães (Entre-Douro-e-Minho) : 431. Roriz (Trás-os-Montes) : 432. Ruivos (Beira) : 433. Runa (Estremadura) : 434. Sá (Entre-Douro-e-Minho) : 435. Sá (Entre-Douro-e-Minho) : 436. Sabrosa (Trás-os-Montes). *O Archeologo Portugues*, Volume VII, pp. 74-79

AZEVEDO, P. (1902- ed.1903c) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1758 : 465. S. Simão de Azeitão (Estremadura) : 466. Sindim (Beira) : 467. Sines (Alemtejo) : 468. Sobrado (Entre-Douro-e-Minho) : 469. Sobreira Formosa (Estremadura) : 470. Sobre-Tamega (Entre-Douro-e-Minho) : 471. Sortelha (Beira) : 472. Soutello (Entre-Douro-e-Minho) : 473. Soutello (Trás-os-Montes) : 474. Susães (Trás-os-Montes) : 475. Tabaçô (Entre-Douro-e-Minho) : 476. Taboado (Entre-Douro-e-Minho) : 477. Tojal (Estremadura). *O Archeologo Portugues*, Volume VII, pp. 267-272

AZEVEDO, P. (1903a) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1755 : 489. Santa Tecla (Entre-Douro-e-Minho) : 490. S. Theotonio (Algarve) : 491 Thuias (Entre-Douro-e-Minho) : 492. Tojal (Estremadura) : 493. Tolões (Entre-Douro-e-Minho) : 494. Torgueda (Trás-os-Montes) : 495. Torno (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume VIII, pp. 100-103

AZEVEDO, P. (1903b) - Extractos archeológicos das Memórias Parochiais de 1755 : 502. Tourega (Alemtejo) : 503. Tramagal (Alemtejo) : 504. Travanca do Douro (Beira) : 505. Travancas (Trás-os-Montes) : 506. Trute (Entre-Douro-e-Minho) : 507. Tuizello (Trás-

os-Montes) : 508. Trucifal (Estremadura) : 509. Turquel (Estremadura) : 510. Turiz (Entre-Douro-e-Minho). *O Archeologo Portugues*, Volume VIII, pp. 255-258

Anexo II - Observações de monumentos e antiguidades por viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII

1. Les Delices de L’Espagne & du Portugal, 1707

1.1 - Braga - “Braga est une Cité Archiépiscope, sous le nom de Bracara-Augusta, ou, tout en un mot, Bracaraugusta, comme ce nom se voit écrit dans une Inscription qu’on y a trouvée:

ISIDI. AVG. SACRVM

LVCRETIA. FIDA.

SACERDOS. PERP.

ROMAE. ET. AVG.

CONVENTVS. BRACARAVG.

V. D.”

(Alvarez de Colmenar,1707:709)

1.2 - Chaves – “On a trouvé dans Chiaves une grande quantité de monumens anciens, particulièrement une colomne avec les noms de dix Citez de la Province:

CIVITATES. DECEM

AQVIFLAVIENSES. AOBRIGENS.

BIBALI. COELERINI. ERVAESIL.

INTERAMICI. LIMICI. AEBISOC.

QVARQVERN. TAMACANI.”

(Alvarez de Colmenar,1707:718)

1.3 - Coimbra – “Pour aller de Coimbre à Rabaçal, on laisse sur la droite Condeja a Velha, petite Place, où l’on ne voit presque autre chose que des ruines & des mazures, tristes restes de l’ancienne Conimbrica.” (Alvarez de Colmenar,1707:731)

1.4 - Lisboa – “La prétendue ressemblance des noms n’est qu’une chimère, puisque le véritable nom de cette ville étoit Olisipo, & nom pas Olyssipo; comme cela paroît par une Inscription qu’on y a trouvec:

IMP. CAES. M. JVLIO

PHILIPPO. FEL. AVG.

PONTIF. MAX.

TRIB. POT. II.

P. P. CONS. III.

FEL. JVL. OLISIPO.

Cette Inscription confirme ce qu’on Auteur nous apprend, que Lisbonne aya reçu une Colonie Romain, prit le nom de Felicitas Julia.” (Alvarez de Colmenar,1707:748)

1.5 - Cintra – “Au pié de la montagne, au dessus du Promontoire, il y avoit anciennement un Temple dédié au Soleil & à la Lune, dont on voit encore les ruines, & quelques colonnes charges d’Inscriptions: je n’en rapporterai qu’une;

SOLI. AETERNO. LVNAE

PRO. AETERNITATE. IMPERII. ET.

SALVTE. IMP. CAL SEPTIMII

SEVERI. ET IMP. AVG. CAES. M.

AVRELII. ANTONINI.

AVG. PII

..... CAES

ET. JVLIAE. AVG. MATRIS. CAES.

DRVSIVS. VALERIVS. CAELIANVS

VIATI. VSI. AVGVSTORVM”

(Alvarez de Colmenar,1707:775)

1.6 - Evora – “Jule César lui donna le droit de ville Latine, avec le nom de Liberitas Julia, comme il paroît par une ancienne Inscription, qu’on y a trouvée:

DIVO. JVLIO

LIB. JVLIA. EBORA

OB. ILLIVS. IN. MVN.

ET. MV. IC. LIBERALITATEM

EX. D. D. D.

QVOJVS. DEDICATIONE

VENERI. GENETRICI.CAESTVM

MATRONAE. DONVM. TVLERVNI

Sertoirus y construit une bonne [] de murailles de grosses pierres de tulle, & un magnifique aqueduc, qui ayux été ruiné par le tems, fut reparé au XVI.” (Alvarez de Colmenar,1707:783-784)

1.7 - Oterrao – “Ces Inscriptions sont toutes à l’honneur du Dieu Endovellicus, dont le nom a tant donné de peine à tous les Critiques les plus habiles: je n’en rapporterai qu’une:

DEO. ENDOVELLICO

PRAESTANTISSIMI. NVMINIS

SEXTVS. COCCEJVS. CRATERVS

HONORINVS. EQVES. ROMANVS

EX. VOTO.”

(Alvarez de Colmenar,1707:797-798)

1.8 - Alandroal – “Au Midi de Villa-Vizosa est Alandroal, petite Place, située sur une hauteur, au bord d’une rivière féconde en poissons, & défendue par un Château

passablement fort. On voit dans ce Château une Inscription antique, à l'honneur du Dieu Endovellicus, laquelle y a été transportée d'O Terraos:

C. JVLIVS. NOVATVS.

ENDOVELLICO. PRO

SALVTE. VIVENNIAE

MANILAE, SVAE

VOTVM. SOLVIT.”

(Alvarez de Colmenar,1707:798)

1.9 - Moura – “Moura est une ville ancienne, connue dans l'Antiquité sous le nom d'Arucchi Nova, ou Nova Civitas Aruccitana; comme on peut s'en assurer par divers monuments, sur-tout par l'Inscription suivante, qu'on y a déterrée, faite à l'honneur d'Agrippine mère de Germanicus:

JVLIAE. AGRIPPINAE

CAESARIS. AVG. GERMANICI

... MATRI. AVG.

NOVA. CIVITAS. ARVCCITANA.” (Alvarez de Colmenar,1707:799)

“On a découvert un très-grand nombre de monuments antiques dans cette ville, & dans son territoire. Dans un village, qui est sur le chemin de Moura à Villa-Nova de Ficalho, il y a une vieille Chapèlc, dédiée à S.Michel, où l'on voit cette Inscription, que je remarque à cause de la singularité de l'orthographe:

DIIS. MAN

IBVS. AVRILIAII. M. F. GALLAII.

ANNO. XII.

H. S. E. S. T. T. L.”

(Alvarez de Colmenar,1707:799-800)

1.10 - *Serpa* – “Au midi de Moura est Serpa, ville ancienne, qui a retenu son nom tout entier sans le moindre changement, comme on peut s’en convaincre par l’Épithaphe suivante, qu’on y a trouvée près des murailles:

D. M. S.

FABIA. PRISCA. SERPENSIS.

C. R. ANN. XX.

H. S. E. S. T. T. L.

C. GEMINICVS. PRISCVS. PATER

ET. FABIA. CADILLA. MATER

POSVERNVT.”

(Alvarez de Colmenar,1707:800)

1.11 - *Mértola* – “(...) comme on peut en juger par le grand nombre de monumens anciens, comme colomnes, statues & autres choses semblables, qu’on y a déterrés; & par les murailles de la ville, où l’on voit grand nombre de pièces de sculpture, plaquées confusement & hors d’oeuvre, par des Architectes barbares & ignorans, comme étoient les Mores & les Goths.” (Alvarez de Colmenar,1707:802)

1.12 - *Beja* – “On y a déterré une très-grande quantité de monumens antiques, qui font voir qu’elle a été riche & puissante autrefois. On y voit encore trois portes de la ville, qui sont d’architecture Romaine: dans le degré de l’Eglise Cathédrale on lit cette Inscription mutilée:

... PAX. JVLII ...

...Q. PETRON

La suivante se lit toute entière dans la place du marche:

L. AELIO. AVRELIO. COMMODO

IMP. CAES. AELI.

HADRIANI ANTONINI. AVG.

PII. P. P. FILIO.

COL. PAX. JVLIA. D. D.
Q. PETRONIO. MATERNO
C. JVLIO. JVLIANO. II. VIR.”
(Alvarez de Colmenar,1707:803)

“On y a trouvé quantité d’Inscriptions, Payennes & Chrétiennes; j’en rapporterai une de chaque genre. La Payenne est faite par la grande Prêtresse de la Province, à l’honneur de Jupiter:

JOVI. O. M.
FLAVIA L. F. RVFINA. EMERITENSIS
FLAMINICA. PROVINC. LVSITANIAE.
ITEM. COL. EMERITENSIS. PERPET.
ET MVNICIPI. SALAC.
D. D.”

(Alvarez de Colmenar,1707:803-804)

1.13 - *Sines* – “On voit le nom de cette ville ancienne, dans une Inscription trouvée à Sines, qui est près de là:

“D. M. S.
FVLIVS. L. F. QVINTATIANVS
FABER. MATERIARIVS. PIVS
IN. SVOS. VIXIT. ANN. XLVI.
RVBIA. Q. F. SERGILLA. MEROBR.
MARITO. B. M. FEC.
H. S. E. S. T. T. L.”

(Alvarez de Colmenar,1707:806)

1.14 - *Estói* – “ On voit ce nom dans l’Inscription d’une Pierre antique, qu’on a transportée à Faro:

IMP. CAES. P. LICINIO
VALERIANO. P. F. AVG
PONT. MAX. P. P. TR. POT.
III. COS. RESP. OSSON.
EX. DECRETO. ORD. DEVOT.
..... NVMINI. MAJESTAT.
IS. EJVS. D. D.”

(Alvarez de Colmenar,1707:810-811)

2. An Account of the most remarkable places and curiosities in Spain and Portugal, 1749

2.1 - Braga – “It was a Colony of the Romans, and was called Bracara-Augusta, or Bracaraugusta, as appears by na Inscription which they found there.

ISIDI. AVG. SACRVM.
LVCRETIA. FIDA.
SACERDOS.PERP.
ROMAE. ET. AVG.
CONVENTVS. BRACARAVG.

V. D.

And as additional Confirmation of the Antiquity of the Place, in the Year 1748. in digging a new Foundation for the Monastery of the Capuchins there, they discovered the following treasure, consisting of a vast Quantity of Copper Coins of several Roman Emperors, contained in a large Urn, and of One hundred and Seventy-seven Gold Medals, in Four separate Vessels, contained in another large Urn.

In the First of these there were Twenty-one of the Emperor Nero, and his Mother Agrippina, with this Inscription, *Divo Neroni Consuli, et Agrippina Augustae.*

In the Second, were Eighteen of Titus (struck in the Life-time of his Father, upon his subduing the Jews), thus inscribed, *Tito Vespasiani Augusti Filio, Jadaeis Subactis.*

In the Third, were Twenty-three of the Emperor Trajan, upon his Return from Cologne, as appears by this Legend, *M. Ulpio Crinito Caefari Trajano a Colo. Ubior. Romam reduci.*

In the Fourth, were Twenty-nine of Severus, on his settling the Affairs of Africa, with this Inscription, *Flavio Valerio Imperatori Severo Africae Moderatori, Pio Pacifico.*

In the same Vessel there were Thirty-six small Pieces of the Emperor Tacitus, which were struck upon his Election, being thus inscribed, *Marco Claudio Tacito electione exercitus Romani Divo Augusto Imperatori.* (Rhys, 1749:220-221)

Chaves - "It was formerly a Roman Town called Aqua Flavia, which is evident from the many Inscriptions that have been found there; as also by the noble Remains of its Bridge, built by Trajan. Among the many Monuments of Antiquity have been found at Chaves, there was a Column with the following Inscription, reciting the Names of the Ten Cities of the Province.

CIVITATES. DECEM.

AQVIAFLAVIENSES. AOBRIGENS.

BIBALI. COELERERINI. ERVAESIL.

INTERAMICI. LIMICI. AEBISOC.

QVARQVERN. TAMACANI.

The noble Ruins of the Bridge are proved to be the Remains of that which was built by Trajan, by the following Inscription.

IMP. CAES. NERVAE.

TRAIANO. AVG. GER.

DACICO. PONT. MAX.

TRIB. POT. COS. V. P. P.

AQVIFLAVIENSES.

PONTEM. LAPIDEVM.

DE. SVO. F. C.”

(Rhys,1749:224-225)

2.2 - Coimbra – “As you go from Coimbra to Rabacal, which is a small Place, Twelve Miles to the South-east upon the Right-hand of the Road, you will see the Village of Condex-a-Vella, which lies South west Nine Miles. At this Village there are very considerable Ruins, which, according to Cellarius, are the Remains of the antient Conimbrica (Rhys,1749:227)

2.3 - Alcobaca – “Among other Royal Monuments, there is that of Agnes de Castro, whose Corpse her Husband, Peter I. moved from Coimbra (where it had lain Six Years) in order to interr it in the Convento f Alcobaca, with the utmost funeral Pomp. Her Tomb is of Marble; upon which she is represented by a Statue, upon her Knees, and in her Royal Robes. This was done in the Year 1361. (Rhys,1749:230)

2.4 - Santarém – “The Walls of the Town are vastly strong, and were built bu the Romans, who called it Scalabis, and Praesidium Julium; and made it a Colony.” (Rhys,1749:231)

2.5 - Lisboa – “It was a municipal Town of the Romans; and was called Felicitas Julia and Olisipo, as appears by the following Inscription, that was found there:

IMP. CAES. M. IVLIO.

PHILIPPO. FEL. AVG.

PONTIF. MAX.

TRIB. POT. II.

P. P. CONS. III.

FEL.IVLIA. OLISIPO.”

(Rhys,1749:232)

2.6 - Cintra – At the Foot of the Mountain there was an antient Temple called Templum Lunae, or the Temple of the Moon; and there being some Similitude between the Word Cintra and Cynthia, some are apto to imagine, that the First is only a Corruption of the

Second; but there does not appear to be any authority from the Antients in Support of this Conjecture: However, the Ruins of the Temple are still to be seen, and several Inscriptions upon the Pillars; one of which is as follows; viz.

SOLI. AETERNO. LVNAE.
PRO. AETERNITATE. IMPERII. ET...
SALUTE. IMP. CAL... SEPTIMII.
SEVERI. ET. IMP. AVG. CAES. M.
AVRELII. ANTONINI.
AVG. PII.
..... CAES.
ET. IVLIAE. AVG. MATRIS. CAES. DRVSIVS. VALERIVS. CAELIANVS.
VIATI. VSI. AVGVSTORVM.”

(Rhys,1749:242)

2.7 - Setubal – This Place is supposed to have been built out of the Ruins of an old Roman Town just by, called Caetobrix and Cetobriga, from whence probably derives its Name. The Ruins and Remains of the old Town are still remaining, among which they found an antique Ram’s Head, which was the Image of a Jupiter Ammon. There was also an antient Temple, which the Christians have dedicated to the immaculate Virgin. (Rhys,1749:244)

2.8 - Evora – The Town is fortified, both in the antient and the modern Manner: It was called Ebor, and was the Capital of a Province, in the time of that celebrated Lusitanian Hero Viriatus (who was cut off in the 613th Year after the Building of Rome); and this appears by the following Inscription, in a Convent of Benedictines at Pomar.

L. SILO SABINVS
BELLO CONTRA. VIRIATVM
IN EBOR. PROV. LVSIT. AGRO
MVLTITVDINE TELOR. COM

FOSSVS AD. C. PLAVT. PRAET
DELATVS HVMURIS MILIT.
† H. SEP. E. PEC. M. M. F. I.
IN QVO NEMIN. VELIM MECVM
NEC SERV. NEC LIB. INSERTI
SI SECVS FIET VELIM OSSVA
QVORVMCVNQVE SEP. MEO ERVI
SI PATRIA LIBERA ERIT.

(...) The great Esteem this City had for Sertorius, is evinced from the following Marble, that was dug up near the Place, which they call to this Day La Casa de Sertorio, or the House of Sertorius; viz.

LARIB. PRO
SALVTE ET INCOLV
MILITATE DOMVS
Q SERTORII
COMPITALIB. LVDOS
ET EPVLVM VICINEIS
IVNIA DONACE DO
MESTICA EIVS ET
Q. SERTOR. HERMES
Q. SERTOR. CEPALO
Q. SERTOR. ANTEROS
LIBERTEI.

(...) That Julius Caesar made it a Municipium, or free Town, and called it Liberalitas Julia, is proved by a great Number of Medals, and by the following antient Inscription, which was found there; viz.

DIVO, IVLIO.
LIB. IVLIA. EBORA
OB. ILLIVS. IN. MVN.
ET MVNIC. LIBERALITATEM.
EX. D. D. D.
QVOIVS. DEDICATIONE.
VENERI. GENETRICI. CASTRVM.
MATRONAE. DONVUM. TVLERVNT.”

(Rhys,1749:245-247)

2.9 - Arraiolos – “And here and there you may meet with an old Terminus, or Boundary, but feldom with any that are half to complete and perfect, as that which is to be seen upon a Hill near this Town. It appears to have been the common Land-mark between the Pacenses and the Eborenses, or the Two Districts of Beja and Ebora. It runs thus:

D. D. N. N.
AETERN. IMPP
C. AVRE. VALER
IO. IOVIO DIOCLE
TIANO ET M. AVR. VALERIO
ERCVLEO
MAXIMIANO
PIIS FEL. SEMPER AVGG
TERMIN. . . INTER

PACENS. ET EBORENS

CVRANTE O. DATIANO

V. P. PRAESIDE H H

† N. M. Q. EOR

DEVOTISSIMO

HEINC PACENSES.”

(Rhys,1749:247-248)

2.10 - *Elvas* – “The City stands upon a Rock; and a great many Inscriptions, and other Monuments, have been found there, which sufficiently prove its Antiquity.”

(Rhys,1749:250)

2.11 - *Marvão* – “But what is infinitely more curious, there are still to be seen very great Ruins of Meidubriga, which was one of the Towns that contributed towards the Building of the famous Bridge at Alcantara; as appears by the Inscription there. Among the Ruins there are fallen Towers, broken Bridges, the tottering Walls of sumptuous Palaces, and great Remains of antient Magnificence (Rhys,1749:251)

2.12 - *Vila Viçosa* – “In the Suburbs, there is an antient Temple, which is now consecrated to St.James, but was dedicated by the Antients to Proserpine. It was built by Lucius Munius the Praetor, 150 Years before the Christian Era. Out of the great Number of Inscriptions that were found there, I shall give you the following:

PROSERPINAE. SERVATRICI.

C. VETTIVS. SILVINVS.

PRO. EVNOIDE. PLAVTILLA.

CONIVGE. SIBI. RESTITVTA.

V.S.A.L.P

(...) In the same Town there are a great many very antient Inscriptions, in a Convento of the Augustines, which were brought from a Village called O Terraon, by the Command of Theodosius Duke of Braganza. (...) And all these Inscriptions are to the Honour of the God Endovellicus, a Deity unknown to the ablest Critics.

DEO. ENDOVELLICO.

PRAESTANTISSIMI. NVMINIS.

SEXTVS. COCCEIVS. CRATERVS.

HONORINVS. EQVES. ROMANVS.

EX. VOTO

And in a small Village called Alandreal, a League to the South-west of Villa Vizosa, there is another Inscription in the Castle, that was brought from O Terraon, and is as follows:

C. IVLIVS. NOVATVS.

ENDOVELLICO. PRO.

SALVTE. VIVENNIAE.

MANLIAE.SVAE.

VOTVM SOLVIT.”

(Rhys,1749:252-253)

2.13 - Moura – “The Antients called it Arrucinova, or Nova Civitas Aruccitana; as appears by the following Inscription, which was found there:

IVLIAE. AGRIPPIANE.

CAESARIS. AVG. GERMANICI.

- - - - Matri. AVG.

NOVA. CIVITAS. ARVCCITANA.

There have been a vast many Monuments of Antiquity discovered in this Town, and its Environs: And, upon the Road from Moura to Villa Nova de Ficalho, there is an old Chapel, dedicated to St. Michael, in which there is the following Inscription; which is remarkable for the Singularity of its Ortography:

DIIS. MAN

IBVS. AVRILIAII. M. F. GALLAII.

ANNO. XII.

H. S. E. S. T. T. L.”

(Rhys,1749:253-254)

2.14 - Serpa – “Seven Leagues to the South-west of Moura, and One from the River Guadiana, on the East Side, lies the Town of Serpa, known to the Antients by the same Name; as appears by the following Epitaph, which was found near the Walls:

D.M.S

FABIA. PRISCA. SERPENSIS.

C. R. ANN. XX.

H. S. E. S. T. T. L.

C. GEMINICVS. PRISCVS. PATER.

ET. FABIA. CADILLA. MATER.

POSVERVNT.”

(Rhys,1749:254)

2.15 - Mertola – “The handsome Figure it made in the Time of the Romans may be easily gathered from the great Number of fine Columns Statues, and such-like Monuments of Antiquity, that have been found there. And as a standing Testimony of its antient flourishing State, the Walls of the Town are enriched with a great many Pieces of Sculpture, confusedly placed, by hasty or barbarous Architects”
(Rhys,1749:255)

2.16 - Beja – “This Place was a Roman Colony, and called Pax Julia. Tho’ the many curious Monuments of Antiquity that have been found here would have given us suficiente Reason to have concluded, that it must have been a Place of Consequence, we are beholden to particular Inscriptions for informing us how that Place was called: One of which is upon the Steps of the Cathedral Church; and, tho’ it is mutilated, there remains enough to discover its Name. It is as follows:

PAX. IVLI.

Q. PETRON.

The other is intire, is in the Market-place; viz.

L. AELIO. AVRELIO. COMMODO.

IMP. CAES. AELI.

HADRIANI. ANTONINI. AVG.

PII. P. P. FILIO.

COL. PAX. IVLIA. D. D.

Q. PETRONIO. MATERNO.

C IVLIO. IVLIANO. II. VIR.

Three of the City.Gates are of Roman Architecture. There are Fragments of Statues yet to be seen in many Parts of the Town; and some Basso-relievo's: Among which, in Four or Five different Places, you will meet with several that represente Bulls (or rather Oxens) Heads; which is supposed to be a Mark or Symbol of the Establishment of the Colony of Pax Julia, and the Foundation of the City; it being the principal Part of the Ceremony, upon such Occasions, to design the Circumference of the Walls with a Plough; which Plough was drawn by an Ox and na Heifer. (Rhys,1749:255-256)

2.17 - *Otearron* – “About half a League below this Village, upon the Banks of the Enxarrama, there is na antient Temple, which was built to the Honour of Jupiter, and has since been consecrated to the holy Martyrs St. Justo and St. Pastor. There have been found a great Number of Inscriptions; among which, the following was made, by the Command of the Great Priestes of the Province, to the Honour of Jupiter:

IOVI. O. M.

FLAVIA. L. RVFINA. EMERITENSIS.

FLAMINICA. PROVINC. LVSITANIAE.

ITEM. COL. EMERITENSIS. PERPET.

ET. MVNICIPII. SALAC.

D. D.”

(Rhys,1749:257-258)

2.18 - *Santiago do Cacem* – “This Place was built from the Ruins of a Roman Town called Merobriga, which stood about Two or Three hundred Paces from it. Many of the Towers and Walls are still remaining; some of which are intire, others tumbling and a few quite fallen down. There is an Aqueductm and a Bridge in the Middle of a Valley. You see a Fountain also, with a fine Reservoir of Square Stone. The Name of this Place is the following Inscription, found thereabouts; viz.

D. M. S.

FVLVIVS. L. F. QVINTIANVS.

FABER. MATERIARIVS. PIVS.

IN. SVOS. VIXIT. ANN. XLVI.

RVBIA. Q. F. SERGILLA. MEROBR.

MARITO. B. M. FEC.

H. S. E. S. T. T. L.”

(Rhys,1749:258)

2.19 - *Faro* – “This City was built from the Ruins of a Roman Town called Ossonoba; which is now a small Village called Estoi, lying something more to the North. And, as a Proof of what is here advanced, the following Inscription was found upon a Stone, in the Village of Estoi; tho’ it was afterwards carried to Faro:

IMP. CAES. P. LICINIO.

VALERIANO. P. F. AVG.

PONT. MAX. P. P. TR. POT.

III. COS. RESP. OSSON.

EX. DECRETO. ORD. DEVOT.

... NVMINI. MAIESTAT.

IS. EIVS. D. D.”

(Rhys,1749:259)

3. État Présent du Royaume de Portugal, 1775

3.1 - Braga - “L'Oydorie de Braga ne contient que cette ville & trente-quatre mille habitans; Braga a été, dit-on, fondée par les Grecs après la destruction de Troyes; elle est située dans une plaine fort agréable à cinq lieues de la mer, arrosée de deux rivières, le Cavado au nord, & la rivière d'Efte au sud; cette ville a été fameuse du temps des Romains, on y voit entr'autres vestiges de son ancienne grandeur un aqueduc & les ruines d'un amphithéâtre (...)” (Dumouriez,1775:8)

3.2 - Chaves – “Chaves est la ville la plus considérable de la province, & la résidence du Commandant des armes dans toute la répartition du nord; elle fut fondée par l'Empereur Vespasien qui y fit construire des bains, dont le monument subsiste encore; elle a sur la rivière de Tamego un pont très-remarquable bâti par Trajan: cette ville a quelques fortifications, mais toutes dominées, comme toutes celles de cette province; elle appartient à la maison royale.” (Dumouriez,1775:14-15)

3.3 - Coimbra – “La Corregidorie de Coimbra contient une cité, beaucoup de bourgs, & plus de 150000 habitans. Coimbra (Conimbrica) avoit été bâtie par les Romains environ 300 ans avant Jésus-Christ, à une lieue de l'emplacement où elle est située, mais ayant été détruite par les Alains, Ataris, un de leurs Rois, la fit rebâtir l'an 415 sur les bords du Mondego, sur lequel elle a un beau pont (...)” (Dumouriez,1775:18)

3.4 - Viseu – “La Corregidorie de Viseu contient une ville épiscopale, vingt-deux petites villes ou bourgs, & quatre-vingt quinze mille ames. Viseu est situé au centre du Beira entre le Mondego & la Vouga: cette ville a été fondée du temps de Sertorius par le proconsul D. Brutus, sous le nom de Vifontium; on y voit encore deux tours d'ouvrage romain avec les aigles & les noms de Flacus & Frontinus, qui sans doute étoient les ouvriers que l'on employa à cette construction: son antiquité la plus singulière est le tombeau du malheureux Roi Roderic qui, disent les Portugais sans aucun fondement positif, vint après la perte de la bataille de Guadalete & la destruction de son empire par les Arabes, se faire moine à Viseu, & y mourut longtemps après sa disgrâce.” (Dumouriez,1775:19-20)

3.5 - Setubal – “Setubal, que nos marins appellent par corruption St. Ybes ou St Ubes, a été bâti, par le premier Roi de Portugal Alphonse Henriquez, vis à vis d'une ancienne colonie Romaine très florissante autrefois, nommée *Cetobriga*, située sur l'autre bord du Sadao où est actuellement, le village de Troya; (...)” (Dumouriez,1775:36)

3.6 - Évora – “Évora est d'une très grande antiquité,; elle étoit le féjour des fameux Viriatus & Sertorius, ce dernier la fortifia de murs avec des tours, & il y fait construire un fameux aqueduc qu'on appelle da agua da Prata (...)” (Dumouriez,1775:40)

4. Diário de Pérez Bayer, 1782

4.1 - Beja – “Havia yo venido a esta Ciudad de Beja, que es la antigua PAX IVLIA no tanto por sus memorias Romanas (aunque sabia por Resende y Morales y otros autores que se conservaban en ella muchas) como por conocer y tratar all Ill.mo Señor Don Fray Manuel del Cenaculo, Obispo de ella, Religioso Franciscano de la Orden Tercera, sugeto de gran credito en todo genero de literatura (...)” (Vasconcelos,1920:113)

“Rogué pues a su Rma que me encaminase a algun sugeto curioso de estas antiguidades, el qual me guiasse a los sítios de esta Ciudad en donde se hallan. (...) En efecto por la tarde vino a mi Posada a visitarme el Rmo P.e Definidor acompañado de un cavallero del pais llamado Don Felix Cayetano de Sylva, sugeto á quien después experimenté mui hábil y practico de las antiguidades y otras memorias de Beja, de las cuales me enseñó el dia siguiente la Historia que havia escrito con gran critica y conocimiento de la Chorografía de la antigua Lucitania, de que es natural hable yo después.” (Vasconcelos,1920:115)

4.2 - Serpa – “No quiero omitir que la mañana del mismo dia Viernes dexé á mi izquierda la villa de SERPA (que acaso es la SERIA Ó FAMA IVLIA de Plinio), en que oygo se conservan oy algunas inscripciones y otras memorias (...)” (Vasconcelos,1920:114)

4.3 - Évora – “Llevóme de alli el Señor Maldonado á las carnicerías publicas que llaman el Azogue y justamente estan en el que antiguamente fué Templo de Diana, y de él se conservan á la parte de Norte y Poniente algunas colunas con sus capiteles corintios mui suntuosas (...)” (Vasconcelos,1920:133)

4.4 - Aldeia Galega – “Llegamos á Aldea Gallega á esso de las once y media, y encontramos alli al R. P. Fr. Vicente Salgado, Religioso Francisco Tercero, Discipulo del Yll.mo Señor Obispo de Beja (...)” (Vasconcelos,1920:140)

4.5 - Lisboa – Estada na Casa do Marques de Angeja. “(...) Por la tarde vino por mi el P.Vicente Salgado y me llevó á la rua de Santa Maria Magdalena á cuja entrada á mano izquierda estan encastradas en la pared las inscripciones siguientes:” (146) /” Por la tarde de este dia volvimos el P. Fr. Vicente y yo á ver algunas inscripciones antiguas. En la Rua dos Retroceiros, en casa del Señor Francisco Ribeiro de Silva, en su almacen, se halla la

siguiente: (...) De alli fuimos a la Plaza mayor, donde está la grande estatua equestre, y en la que llaman Alfandega Velha, vi y copié las inscripciones siguientes: (...) (Vasconcelos,1920:150)

5. Travels in Portugal, 1795

5.1 - Cintra - “On the Western side of the mountain are seen the remains of some ancient walls, which are built partly on the rocks, and partly constructed over the cavities. Subterranean passages and fragments of ancient tombs are said to have been found here; but hitherto no account of them, nor of the other vestiges, have been given to the public. Whether they are Roman or Moorish I could not learn; but most probably they appertain to the latter, or at least parts of them, as there are remains of an ancient building, supposed to have been a mosque still existing. A small apartment to the rear of it is vaulted and ornamented with stars painted on an azure ground; and the walls still retain some vestiges of Arabic characters. (...) The finest piece of antiquity about the place is a quadrangular monument, supposed to have been a Moorish bath; it is fifty feet long by seventeen broad. Annexed is an interior view of it; Plate XII. The walls are built of hewn stone, with three pilasters at each side, which are continued in arches, as bands to the vault, with which it is covered.” (Murphy,1795:245)

“About six miles South-west of the village of Cintra, are some vestiges of a structure, supposed to have been a temple dedicated to the sun and moon.” (Murphy,1795:252)

5.2 - Beja – “The ancient city of Beja was built a short distance to the East of the present. In digging there lately, several antique fragments were discovered. It must be regretted that these researches are not prosecuted; the process would not be attended with much difficulty or expence, as the pavement of the old city is not more than six and twenty feet beneath the surface of the earth: a speculator in this undertaking would, probably, be compensated for his trouble, if one may judge from the experiment already made. In a cave not exceeding thirty feet square by twenty deep, several fragments have been found, which are deposited among other ancient remains in the Bishop of Beja’s Museum” (Murphy,1795:298)

5.3 - Evora – “Among the public buildings raised here by Quintus Sertorius, there exists a noble Aqueduct in good preservation; the annexed View of it was taken about a mile and half to the North of the city. The piers are nine feet broad, by four feet and a half thick; the arched space between is thirteen feet six inches, which is equal to the breadth

and thickness of each pier added together. At intervals buttresses are superadded to the piers, the better to secure the arcuation. The whole is formed of irregular stone, except the arches, which are of brick.” (Murphy,1795:303)

“The plan of this castellum is circular; its greatest diameter is twelve feet six inches, independent of the surrounding columns, which are eight in number, of the Ionic Order. In each intercolumniation is a niche, with a striated head; an aperture is formed in one of them to give access to the inside of the structure. The second story is decorated with Ionic pilasters, between which are apertures for ventilation; the top is crowned with a hemispherical dome. (...) Considering it was built seventy years before the Christian era, we cannot but admire how such an apparently delicate structure has resisted the accumulated injuries of time. Upon the whole, it may be justly considered one of the best preserved and most beautiful pieces of ancient architecture in existence.” (Murphy,1795:304-305)

“This Plate exhibits a view of another structure, built by Sertorius, said to be the remains of a Temple dedicated to Diana. The front of it presents an hexastyle in the Corinthian Order; the distribution of which appears to be pycnostylos; for the intercolumniation is exactly one diameter and a half, like that of the Temple of the deified Julius, and of the Temple of Venus in Caesar’s fórum, mentioned by Vitruvius (...) The elegance displayed in the remains of this Temple, have led many to conjecture that the architect had been a Greek, from a supposition that Rome at the time of Sertorius had not artists competent to design and execute so polished a fabric. My first knowledge of it was derived from Don Ignacia de Manique, the Intendant General of Lisbon. In point of antiquity, as well as elegance, it is the most estimable structure in Portugal, yet I am sorry to add, that the state of neglect in which it is left redounds little to the honour or discernment of the people of Evora. It is now converted into the meanest of offices – a meat-shambles. In this respect, however, it may be said to have some affinity to its former destination; for then it flowed with the blood of victims, which were sacrificed to appease the Goddess Diana; whereas the like tragedies are now performed in it to appease hungry mortals. Indeed, it appears to have been perpetually destined for a theatre of tragic exhibitions.” (Murphy,1795:306-308)

Fontes utilizadas

ALVAREZ DE COLMENAR, J. (1707) - *Les Delices de L'Espagne & du Portugal*.
Leide, Pierre Vander, Tome Premier

DUMOURIEZ, C. (1775) - *État Présent du Royame de Portugal en l'année MDCCLXVI*.
Lausanne, François Grasset & Comp

MURPHY, J. (1795) – *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e
Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, In the Years 1789 and 1790*. London,
A.Strahan & T.Cadell Jun & W.Davies

RHYS, U. (1749) - *An Account of the most remarkable places and curiosities in Spain
and Portugal*. London, J. Osborn

VASCONCELOS, J. (1920) – *Diario das primeiras viagens que fez pelas terras de
Portugal, 1782, O Archeologo Português*, vol.XXIV:108-176